

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

**INTERFACES DO POLÍTICO: O DISCURSO DE ALBERTO PASQUALINI EM
PERSPECTIVA (1936-1955)**

Porto Alegre
2015

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

**INTERFACES DO POLÍTICO: O DISCURSO DE ALBERTO PASQUALINI EM
PERSPECTIVA (1936-1955)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História, Área de Concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne Abreu

Porto Alegre
2015

A447i Almeida, Diego Orgel Dal Bosco

Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955) / Diego Orgel Dal Bosco Almeida. - Porto Alegre, 2015.

227 f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne Abreu

1. Alberto Pasqualini. 2. Partido libertador. 3. Partido Trabalhista Brasileiro. 4. Discurso Político I. Abreu, Luciano Aronne. II. Título

CDU: 32

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

**INTERFACES DO POLÍTICO: O DISCURSO DE ALBERTO PASQUALINI EM
PERSPECTIVA (1936-1955)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História, Área de Concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Relações Internacionais.

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Aronne Abreu (Orientador) – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Setti Reckziegel – UPF

Prof.^a Dr^a. Cláudia Wasserman – UFRGS

Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira – PUCRS

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS

Porto Alegre
2015

*Aos que vieram antes de mim e que me
constituem: Maria Ignez e Milton (meus pais)
e ao Ígor (meu irmão).*

AGRADECIMENTOS

Não se faz nada sozinho. A afirmativa é, sem dúvida, verdade no que se refere ao difícil e complexo trabalho de pesquisa que envolve a confecção de uma tese de doutorado. Será difícil, igualmente, lembrar de tudo e de todos os envolvidos neste trabalho. Aqueles que ajudaram por amizade. Que ajudaram apenas sem querer ajudar. Aqueles que inspiraram. Até mesmo aqueles que estiveram ausentes ajudaram.

Concretamente, a ausência pode ser considerada, também, uma espécie de presença. Então, sendo assim, pelo que conseguirei lembrar segue abaixo uma lista muito especial daqueles sem os quais esta pesquisa, com toda a vida que passou por ele, teria sido impossível:

Em primeiro lugar devo agradecer à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, (PUCRS) por oferecer suas instalações, a Biblioteca, as suas salas de aula e laboratórios, seus arquivos e acervos. Caso essa excelente estrutura universitária não existisse, o resultado da pesquisa que segue nessas páginas não seria possível. Outro agradecimento dirigi-se ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos. Sem a bolsa seria impossível tanto me sustentar quanto me manter atualizado com a compra de livros para frequentar as aulas, etc.

Um agradecimento especial ao Programa de Pós-graduação em História da PUCRS pela confiança depositada no momento do meu ingresso na linha de pesquisa e à comissão de bolsas pela concessão da bolsa de estudos. Sou muito grato ao Programa e pelo seu apoio concedido durante pouco mais de 4 anos em que estive fazendo parte integrante de seu corpo docente.

Ao grupo dos professores e a equipe de uma maneira geral, também vai outro agradecimento: nas conversas pelos corredores ou nos eventos, mesmo que não tenhamos nos encontrado nas aulas ou nas disciplinas, sempre aprendi algo.

Aos docentes que foram meus professores em disciplinas durante o curso, um agradecimento muito especial. Suas aulas foram inspiradoras e me tocaram para além das questões ou referências nesta tese. Aprendi muito. Em especial aos seguintes professores: Janete Abrão, Rodrigo Patto, Fernando Catroga, Rui Cunha Martins, Lilia Moricz Shwarcz, Luiz dos Passos Martins e, também, Marçal de Menezes Paredes que, na época, encontrava-se junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Especialmente a esse último, salientar que o excelente conteúdo de suas aulas foi realmente inspirador para pensar a história, a historiografia e os historiadores.

À Banca de Qualificação desta pesquisa, em suas múltiplas versões, nas suas muitas e abertas possibilidades: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Cancelli (USP) e Prof. Dr. Marçal de Menezes

Paredes. Também à Prof^a. Dr^a. Ruth Chittó Gauer a qual menciono respeitosamente às suas inspiradoras aulas.

À professora Dr^a. Ana Zandwais, pela acolhida na disciplina de História das Ideias Linguísticas do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS em 2010.

Com carinho e gratidão aos professores da graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, instituição na qual realizei meus estudos de graduação e mestrado em História: Adelar Heinsfeld, meu primeiro orientador lá em 2003. Um grande amigo, um grande apoio! Meu “camarada”! À professora Ironita Machado, com quem aprendi a ser professor de história. Ironita, certamente devo a você todos os elogios que por ventura eu receber pelas minhas aulas! “Mais que especialmente” à professora Ana Luiza Setti Reckziegel que, com muito cuidado, atenção e inteligência me orientou no mestrado e uma vez disse que eu poderia fazer pesquisa. Se eu cheguei até aqui neste momento devo especialmente ao corpo docente da Universidade de Passo Fundo que lá atrás, ainda entre os anos de 2001 e 2007, disseram que eu poderia conseguir. Sem o seu incentivo não teria seguido adiante.

Especialíssimo, ao meu orientador para a finalização deste trabalho, Prof. Dr. Luciano Aronne Abreu. Uma orientação segura, tranquila, gentil e importante. Professor Luciano, obrigado por ter sido esse excelente orientador e professor. É inegável: foi um privilégio poder te conhecer, ainda que no final desta pesquisa. Sem dúvida foi de ordem fundamental para que eu conseguisse finalizá-la. Em pouco tempo fez com que eu modificasse minhas perspectivas nesta finalização. Os acertos, obviamente, devo ao professor!

Aos funcionários da Biblioteca Jornalista Alberto André que dispensaram seu empenho e algumas “horas a mais” para que eu pudesse ter acesso ao Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Aos funcionários do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, pela ajuda com os jornais e temas específicos.

Aos funcionários do setor de obras raras e do Acervo Júlio Petersen, da PUCRS, bem como aos funcionários da Biblioteca Irmão José Otão.

Aos funcionários da Biblioteca Setorial de Ciências Humanas da UFRGS e ao NUPERGS pela documentação.

À Teniza que, lá atrás, me colocou em contato com o acervo político do Estado do Rio Grande do Sul no Memorial do Rio Grande do Sul.

Outras pessoas participaram destes 4 anos e meio da minha vida e não poderei deixar de mencioná-las: aos queridos colegas da pós-graduação, todo o meu carinho. Em especial, lembro de alguns dos nomes sem os quais não teria “sobrevivido”, eis que foram eles: Priscila Weber, Zé Augusto Miranda, Rafael Trapp, do “Café Colligwoodiano”.

Para a querida colega e amiga Fernanda Nascimento, quem eu primeiro conheci e já me apaixonei “de cara”. A Michelle que, logo depois, veio junto com a Fernanda. A Débora Soares Karpowicz que acabei conhecendo mais para o final, que tem um sorriso lindo que me acalma. Luciana de Oliveira com quem aprendi tanto sobre a Rainha Catarina de Aragão e História da Arte. À nordestina “arretada” Louisiana Meirelles que fui conhecendo devagarinho e já me tornei amigo. Talvez o que mais próximo tive de “família” em Porto Alegre! Lou, você me ajudou muito em momentos muito difíceis. Muito obrigado!

Aos estimados alunos dos cursos de História, Arquivologia, Publicidade e Propaganda e Ciências Sociais da querida Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), instituição na qual fui professor substituto. Suas perguntas, juventude e alegria só me fizeram acreditar muito, e ainda mais, no ensino superior público e com qualidade. Um agradecimento, também, aos colegas do Departamento de História da UFSM: Diorge Konrad, Gláucia Konrad, Vitor Biasoli, Júlio Quevedo que sempre fizeram de tudo para que eu pudesse, afinal, conciliar as aulas com as pesquisas do doutorado.

Lá de Santa Maria, ainda, não posso deixar de lembrar do amigo e colega Carlos Armani: sua tese e seu estilo de escrita são, de fato, fonte de inspiração para pensar a história.

À Lídia Rodrigues que de maneira gentil me hospedou diversas vezes em sua casa em Santa Maria.

Ainda de Santa Maria, o meu amigo de toda vida, meu irmão em outras, Guilherme Passamani. Obrigado por me fazer rir e por existir, meu caro amigo! Quando crescer quero ser igual a tu! Vocês fizeram com que Santa Maria fosse meu lar na metáfora do coração do Rio Grande!

Ao meu outro irmão da vida: Thiago Ribeiro Moreira. O grande Thiaguito! Foi muito importante seu apoio a todo momento. Obrigado por me ajudar a fazer a revisão! Também à Taís Campello que revisou e deu algumas sugestões nas muitas versões que já existiram do texto desta tese em 2012.

Aos meus alunos de agora da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) que, sem saber, me incentivaram a continuar em momentos bastante difíceis da vida. Meu carinho a vocês. Aos meus estimados colegas que me receberam tão bem no Departamento de História e Geografia da UNISC. Todos, sem saber, me incentivaram a perceber que a jornada vale à pena!

É preciso, ainda, mencionar pessoas que, por estarem tão perto, sentiram na pele todas as agruras, venturas e desventuras desses 4 anos e tiveram que me ouvir no telefone, no Whatsapp e, talvez, em todos os meios de comunicação possíveis: Ana Paula Almeida Lima, com gentileza, carinho e atenção sempre esteve pronta para me ouvir contar minhas histórias, sejam elas de vitórias ou de derrotas. A vida que passa, Ana, sem dúvida fez com que percebêssemos em que medida a amizade, o respeito, a gratidão e o carinho são

importantes para que, afinal, possamos “sobreviver” a tudo isso e nos mantenhamos firmes! Tu, Ana, é mais do que exemplo para mim! Em resumo, é vida e amor!

Ao Cristian Lopes por ter me aguentado durante pouco mais da metade do meu curso de doutorado. Ter, sobretudo, conversado comigo durante muitas horas e horas sobre poder, política, ideias e, também, sobre epistemologia da história. Um economista que viajou comigo diversas vezes, tanto no pensamento quanto pelas estradas reais da vida até mesmo ao fim do fundo da América do Sul! Cris, obrigado por ter aceitado compartilhar os bons e os maus momentos. Sobrevivemos, sempre, eu e tu e o Teodoro!

À Clarice Dutra e à Inúbia Duarte que especialmente formaram a trincheira comigo e não me abandonaram. Ouvidos e olhares atentos. Com vocês nunca me senti só. As loucuras devo a vocês! Muito obrigado por tudo!

À Paula Bianco, sempre do Whatsapp, pelos desabafos, pelas questões teóricas e outras temáticas. “Tâmo junto”, guria!

Aos demais e queridos colegas que passaram por mim, muito obrigado! À querida Carla Carvalho, secretária da Pós-graduação em História da PUCRS pelo carinho, atenção e gentileza. Às vezes passava aí só para te dar um abraço. Carla, obrigado por todos eles!

Ao grande sujeito e brilhante historiador, meu caro Matheus Skolaude, a quem conheci mais há poucos meses. Ontem éramos apenas colegas e hoje, posso dizer, somos amigos! Alma de músico, coração de poeta! Muito obrigado por estar comigo em momentos difíceis. Esse meu especial agradecimento é dirigido também à sua companheira Débora Borsatti. Sem dúvida os “tigres” mais queridos que eu conheci e que me proporcionaram um lar em Santa Cruz do Sul!

Também agradeço: Ialê Menezes, Maitê Peixoto, Helen Scorssato Ortiz, Giovani Urio, Patrícia Ana, Leandro Machado, Frederico Bertol, Tatiana Buchabqui, Érico Alencastro. Pelos sorrisos, sobretudo pela infindável alegria!

Ao Vitor Diel: por ter me tirado de casa inúmeras vezes! Pela inspiração que me proporcionou esse grande escritor e jornalista “explosivo”!

Ao Dean Bordin Degregori pela paciência. Pelas palavras de apoio, pela atenção e gentileza em momentos bastante difíceis da vida. Sua serenidade me faz acreditar que a vida vale à pena. Pelo lar em Porto Alegre nesses momentos de transição!

Por fim àqueles que, em especial, nada disso seria possível: ao meu pai, Milton Fischer Almeida, que com as agruras da sua vida acabou por ensinar que devemos nos manter firmes. Nunca com palavras, mas através de exemplos. A sua trajetória, pai, mesmo com a saúde fragilizada, me mostra todos os dias o quanto é importante valorizar a vida e aqueles que amamos. Sua coragem é um dos meus maiores exemplos!

À minha mãe, Maria Ignez Dal Bosco. Mãe, a sua força foi sempre um dos meus maiores exemplos. Sua teimosia, talvez um defeito, tenho também em mim e me ajuda a

seguir. A gostar do magistério, aprendi contigo! Tua vida, para mim, é alegria! Todo amor e todo carinho. Todo o afeto do mundo a vocês, meus dois queridos.

Ao meu irmão, Ígor Dal Bosco Almeida, aquele que posso falar sem medo, e que me entende com o olhar. O geógrafo da família! Eu te admiro pra caramba, cara! Tua garra e juventude só me fazem te ter como exemplo. Valeu por tudo, mano!

Para finalizar, torna-se importante dizer que o resultado imediato desta pesquisa realizada não ficou somente restrito a um frio amontoado de dados e de catalogações que serviram de base para a confecção do texto final. A vida passou por esse texto, e muito mais. Assim, obrigado pela vida que passou e a todos os envolvidos!

RESUMO

Esta tese possui como objeto de estudo principal o discurso político de Alberto Pasqualini. Tendo em vista o marco cronológico do período que vai 1936 a 1955, procura-se considerar, especialmente, a trajetória política inicial do personagem nas hostes do então Partido Libertador (PL) do Estado do Rio Grande do Sul até o momento de projeção nacional de sua figura política como uma das principais e mais influentes lideranças no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A adequada compreensão da trajetória política inicial de Alberto Pasqualini permite um redimensionamento do escopo de análise dos elementos que pontuaram a sua vida pública.

Palavras-chave: Alberto Pasqualini. Partido Libertador. Partido Trabalhista Brasileiro. Discurso Político.

ABSTRACT

This thesis as main aim the study of the Alberto Pasqualini's political discourse. Considering the chronological boundary as being the period from 1936 to 1955, one looks for to consider the figure's inicial political trajectory in the hosts of the Liberator Party (PL) of the state of Rio Grande do Sul up to the moment of national projection of his political figure as one of the main and most influential leaderships in PTB (Brazilian Labor Party). The accurate comprehension of Alberto Pasqualini's inicial politics allows a scope resize of the analisis of the elements that pointed his public life.

Key Words: Alberto Pasqualini. Liberator Party. Brazilian Labor Party. Political Discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI ANTES DO PTB	23
1.1 O LIBERTADOR ANTES DO TRABALHISTA.....	26
1.2 MODO DE INSERÇÃO E MODO DE OPOSIÇÃO.....	35
1.2.1 A polêmica dos registros	41
1.2.2 O caso do retrato e a dinâmica das falas	46
1.2.3 A tentativa de cassação do mandato	53
1.3 ENTRE PETIÇÕES E PARECERES.....	60
1.3.1 A Comissão de Petições, Reclamações e Redação	65
1.3.2 O caso da “Parochia da Gloria”	73
1.3.3 O caso dos “24 chalets”	78
1.4 O REDIMENSIONAMENTO DO ESCOPO DE ANÁLISE.....	85
2 O “DOCTRINADOR” E O “TEÓRICO” EM PERSPECTIVA: ENTRE A POLÍTICA E AS IDEIAS	87
2.1 POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROJEÇÃO NACIONAL.....	88
2.2 DA USB AO PTB.....	103
2.3 A OBRA “TEÓRICA” E “DOCTRINÁRIA”.....	113
2.3.1 Trabalhismo, crítica política e consolidação da liderança	120
2.3.2 Trabalhismo e capitalismo	129
2.3.3 Trabalhismo e socialismo	133
2.3.4 Trabalhismo entre a cooperação e o solidarismo	136
2.4 ENTRE A POLÍTICA E AS IDEIAS.....	149
3 O SENADOR ENTRE A “DOCTRINA” E A AÇÃO POLÍTICA	152
3.1 A “DOCTRINA” COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO.....	153
3.2 TRABALHISMO E REFORMAS DE BASE – A CRÍTICA POLÍTICA.....	163
3.2.1 Reformas e Constituição	165
3.2.2 Reformas e crítica política	170
3.2.3 Reformas e “teor de civilização”	177
3.3 TRABALHISMO E INFLAÇÃO: A CRÍTICA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA..	182
3.3.1 Inflação entre “sacrifícios” e “esbanjar o dinheiro”	183
3.3.2 Inflação e “função do lucro”	185
3.3.3 Inflação entre a “renda improdutiva” e a “economia incipiente”	187

3.3.4 Inflação e a proposta de criação do “Fundo Social”	191
3.3.5 As funções do crédito e o problema da moradia	194
3.4 A DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E O CASO DA PETROBRÁS	199
3.5 ALBERTO PASQUALINI EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	215
CONCLUSÃO	218
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	223
FONTES PRIMÁRIAS	227

INTRODUÇÃO

Alberto Pasqualini, o “teórico do trabalhismo”. É provável que tenha sido essa uma das principais identificações conferidas ao personagem central desta tese. Nas páginas dos jornais que veicularam as primeiras notícias sobre a sua morte, ocorrida em 3 de junho de 1960, era possível, a qualquer leitor da época, conferir alguns dos principais elementos da sua vida pública ligada efetivamente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, igualmente, às suas funções enquanto Senador eleito pelo Estado do Rio Grande do Sul quase 10 anos antes, em 1950. O fato é que, no momento em que Alberto Pasqualini morreu, sua figura política já era bastante reconhecida dentro e fora de seu partido. Possuía muitos adeptos e admiradores no próprio PTB como em outros partidos políticos da época. Era um Senador igualmente reconhecido por ser portador de conhecimentos técnico-administrativos e, sobretudo, vinculados à área jurídica. No PTB, apesar de não ter ocupado, de maneira oficial, posições institucionalizadas de mando, detinha influência extremamente considerável estabelecendo-se como uma importante liderança política. O personagem deixaria de comparecer às sessões plenárias do Palácio Monroe ainda ao longo do ano de 1955, quando acometido por uma grave doença, afastou-se definitivamente da política. Sua morte viria a ocorrer 5 anos depois, quando do agravamento da enfermidade¹.

Assim, pode-se afirmar que foi enquanto político ligado ao PTB e como Senador representante do Estado do Rio Grande do Sul que Alberto Pasqualini foi fundamentalmente lembrado. As alusões gerais e específicas da sua atuação partidária levaram a sua figura política a consolidar-se como liderança em seu partido e a tornar-se uma espécie de ícone para o PTB mesmo depois de sua morte. O mesmo

¹ As informações acerca da trajetória da doença e da morte de Alberto Pasqualini foram retiradas do conteúdo de importantes jornais e periódicos da época. Nas semanas que se seguiram ao ocorrido foram publicados textos de autoria de adeptos e simpatizantes do referido personagem. Observa-se, especificamente, que em quase sua totalidade, apresentou-se Alberto Pasqualini como sendo o “doutrinador” ou o “teórico do trabalhismo”. Assim, essa identificação permite, pelo menos, dois levantamentos: primeiro, que Alberto Pasqualini, naquela altura, já encontrava-se mormamente reconhecido por essas designações cuja intensidade atrelaram fundamentalmente a sua figura política ao PTB; em segundo lugar que essas mesmas designações-adjetivações, certamente, obscurerem a sua trajetória política inicial, ou seja, quando Alberto Pasqualini compunha as fileiras do Partido Libertador no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1936 e 1937. Acerca das informações referentes à identificação de “teórico do trabalhismo” ver, especialmente: **Ultima Hora**, 4 de junho de 1960. p.1 em matéria intitulada: “Emoção e luto no mundo trabalhista”; **Jornal do Brasil**, 4 de junho de 1960 p.2. sob a seguinte chamada: “Morre o único teórico que o PTB já teve”; Ainda acerca da valorização de seu papel enquanto Senador do PTB ver: **Correio do Povo**, 5 de junho de 1960. p.8 e **Diário de Notícias**, 4 de junho de 1960. p.1.

processo pode ser observado em relação à historiografia que, por meio de diferentes caminhos, dedicou-se ao estudo da atuação política do personagem. Pode-se identificar uma tendência desses estudos na vinculação do discurso de Alberto Pasqualini estritamente ligado ao PTB, desconsiderando, portanto, outras possíveis influências políticas. Neste sentido, sua atuação no Partido Libertador (PL) do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1936, tende a não aparecer adequadamente configurada no conteúdo principal dessas pesquisas².

Alberto Pasqualini ingressou no PL entre os anos de 1928 e 1929, logo após à sua formatura no curso de ciências jurídicas da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Foi como membro do corpo discente do curso de direito que o então acadêmico dividiu-se entre estudos e ocupações concomitantes: primeiro como professor informal de alunos de cursos ginasiais e, ainda, na Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Ao final de seu curso, tornou-se bacharel em direito como aluno laureado em sua formatura realizada no dia 24 de abril de 1929³. Toda sua formação anterior, portanto durante o ensino básico, foi realizada em Seminários ou em instituições de cunho religioso. Primeiramente no Seminário dos Jesuítas de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul e, posteriormente, ao Ginásio Anchieta, em Porto Alegre. Neste aspecto, Alberto Pasqualini fazia como muitos outros

² Alberto Pasqualini, enquanto figura política reconhecida de importante influência no PTB com considerável influência no partido foi citado em numerosas referências em obras cujo conteúdo principal teve como objeto de estudo de partidos políticos, sobretudo o caso do PTB. Sendo assim, pode-se afirmar que, ao menos inicialmente, as pesquisas que tiveram como principal foco de análise a história da formação do PTB utilizaram-se de referências ao personagem não dirigindo, portanto, um olhar mais aprofundado para sua trajetória política inicial antes do seu ingresso no PTB. Sobre isso considera-se, especificamente os estudos pioneiros: BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997. Deve-se salientar que, no caso do primeiro, Miguel Bodea, este foi assessor parlamentar de Leonel Brizola, então liderança política do PTB nos anos 1960 e que voltaria do exílio depois de 15 anos em 1979. Neste sentido, o a pesquisa realizada por Miguel Bodea poderia ser caracterizada, dentre outros aspectos, como produtora de memória acerca do PTB – pode-se afirmar que preocupação esteve efetivamente associada a criar uma narrativa coerente sobre a “formação” e a “consolidação” do PTB e não, de maneira mais atenta, problematizar especificamente a trajetória política de suas principais lideranças, como por exemplo, para o caso de Alberto Pasqualini. Sobre a produção da história do “trabalhismo” por Miguel Bodea ver especialmente o texto de: GRILL, Ígor Gastal. Bases Sociais e Intérpretes da Tradição Trabalhista no Rio Grande do Sul. In: **DADOS: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol.48. n.3, 2005. p. 525-557.

³ Vale salientar que esse aspecto de sua biografia foi mormemente divulgado pelos jornais que noticiaram a sua morte, bem como pelos textos produzidos posteriormente por seus principais admiradores e adeptos, dentre os principais podem ser citados: DUTRA, Milton. **O Trabalhismo de Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986; SIMON, Pedro. (org.). **Alberto Pasqualini: obra social & política**. 4 volumes. Brasília: Senado Federal, 1994. Nota-se, ainda, que especificamente na periodização cronológica sugerida por Pedro Simon, os momentos que antecedem o ingresso de Alberto Pasqualini no PTB aparecem sob o título: “Bases do Trabalhismo”.

descendentes de imigrantes que, sobretudo através do estudo realizado nessas instituições, poderiam, mais facilmente, conquistar formação em cursos superiores e determinadas posições sociais. Tratava-se, em suma, de um modo de ascender socialmente através do estudo. Sua origem familiar, neste sentido, pode também ser destacada: nascido na localidade de Ivorá, então Núcleo Norte da Colônia de Silveira Martins, região do município de Santa Maria, no dia 23 de setembro de 1901, filho de Alexandre Pasqualini e Paulina Bortoluzzi, passou parte considerável da sua primeira infância no meio rural, cujas populações eram fortemente ligadas ao catolicismo⁴.

Seja como for, ainda em 1928 foi candidato a deputado federal pelo PL e, embora com votação expressiva, ficou classificado apenas como suplente. Neste intervalo participou ativamente do processo sócio-político que conduziu Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930. Trabalhava, nestes anos iniciais, nas suas funções de advogado e professor interino do curso de direito no qual havia se graduado. Especificamente no ano de 1935 afastou-se das funções de docência para candidatar-se a Vereador em Porto Alegre, tendo sido eleito com longa margem de votos. Portanto, sua atuação parlamentar deu-se, inicialmente, nas dependências da Câmara Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1936 e finais de 1937. Enquanto Vereador do PL, Alberto Pasqualini teve uma atuação destacada com participação ativa nos debates travados entre os vereadores e nas questões que articulavam o jogo

⁴ As origens sociais de Alberto Pasqualini, bem como a sua formação no ensino básico foram fartamente exploradas pelo conteúdo dos textos e notícias que trataram do episódio de sua morte em 1960. Assim, Alberto Pasqualini ficaria, embora com muito menos intensidade, reconhecido enquanto uma líder político defensor dos princípios católicos. Assim, numerosos conteúdos de jornais que noiciaram a sua morte fizeram alusão à sua formação básica em estabelecimentos religiosos, sobretudo católicos. A associação voltou à tona nas obras de caráter memorialístico de Pedro Simon e Milton Dutra, já mencionadas e, mais recentemente, em textos propriamente de conteúdo historiográfico: GRIJÓ, Luis Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: Ferreira, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 85-99. Em seus argumentos, Grijó defende a ideia de que Alberto Pasqualini mostrou-se ligado ao catolicismo associando-o à sua específica conceituação de trabalhismo justamente por ter sido formado em instituições católicas. Porém, deve-se relativizar essa afirmação: a defesa, por parte de Alberto Pasqualini, dos princípios católicos, sobretudo do solidarismo, esteve vinculada ao modo pelo qual o personagem especificamente capitaneou o discurso do trabalhismo colocado no jogo político da época, como se poderá ver de maneira mais aprofundada no segundo capítulo desta tese. Ou seja, a defesa dos princípios católicos, embora possa ser associada à formação básica do personagem, atendia aos interesses e às posições do jogo político e das definições de poder diretamente relacionadas ao momento de produção de seus textos. De certa forma, pode-se afirmar que a crítica a essa concepção relacionada tão somente à “formação” e às “origens sociais” aparece razoavelmente sistematizada em: RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini. In: **Em tempos de história**. Brasília: Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Brasília. n. 14. Janeiro a julho. 2009.

de poder dos partidos e das lideranças políticas da época, além das questões que se referiam, especificamente aos problemas da cidade, sobretudo os de ordem financeira e de obras públicas.

Afinal, por que a historiografia que fez referência ou se deteve ao estudo da trajetória política de Alberto Pasqualini não considerou sua atuação enquanto Vereador quando integrava as fileiras do PL? Primeiro porque os historiadores que se detiveram a estudar o período, via de regra, enxergavam-no a partir de um ponto de vista dual, isto é, a vigência do regime do Estado Novo, juntamente ao seu caráter profundamente nacionalista teriam destruído os agrupamentos e as forças políticas locais e regionais: os elementos da Primeira República teriam sido apagados pelo Estado Novo⁵. Sendo assim, uma possível pesquisa sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini somente mostrar-se-ia interessante na medida em que se considerasse o ponto de vista nacional e não os elementos particularizados. Em segundo lugar, mas ainda na esteira do primeiro, porque, na realidade, não havia uma produção específica sobre a figura política Alberto Pasqualini, mas outras pesquisas onde o personagem apenas aparecia como uma importante do PTB. Assim, dois enfoques adotados pela historiografia que fez alusões ou referências a Alberto Pasqualini tratavam-no a partir da história do trabalhismo no Brasil ou da formação e consolidação do PTB, pois este seria o partido de caráter nacional⁶.

Ao questionar esse modelo interpretativo, ou seja, das opções de parte considerável da historiografia que se dedicou ao estudo da atuação política do personagem somente em relação ao vínculo com o PTB, intenciona-se oferecer

⁵ Na verdade, dentre outros aspectos, a chamada “Era Vargas” foi frequentemente compreendida por numerosos expoentes da historiografia brasileira como uma ruptura em relação à chamada Primeira República ou República Velha, esta caracterizada por um forte regionalismo e pelo predomínio políticos das oligarquias cafeicultoras. Assim, tomando-se a Revolução de 1930 como um momento privilegiado desse processo, construiu-se, sobretudo a partir dos anos 1960, uma interpretação dualista da sociedade brasileira opondo basicamente os setores agrário-latifundista e capitalista urbano. No entanto, ao contrário desse dualismo, embora a Revolução de 1930 expressasse a necessidade de reajustar as estruturas do País e pusesse fim ao controle político dos cafeicultores, não foi a expressão de uma oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois havia uma complementaridade básica entre esses setores. Sobre isso ver: FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 30: história e historiografia**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.12.

⁶ Mesmo no conteúdo de algumas das produções historiográficas mais recentes, a vinculação estrita entre a figura política de Alberto Pasqualini e o PTB aparecem enquanto elementos centrais de abordagem. Duas pesquisas, em específico, podem ser salientadas neste mesmo sentido: SILVA, Roberto Bittencourt. **Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista**. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2012; VASCONCELLOS, Laura Vianna. **Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

elementos alternativos para uma abordagem que, não invalidando as análises já realizadas, procure tão somente redimensionar e ampliar o seu escopo. Com a presente tese, pretende-se uma análise mais sistemática da trajetória política de Alberto Pasqualini considerando sua destacada atuação enquanto Vereador pelo PL em Porto Alegre, elemento fucral de sua trajetória política que, diga-se de passagem, foi até então inadequadamente considerado. O foco maior será o de compreender as possíveis origens dos elementos centrais que pontuaram o seu reconhecimento público, sobretudo em seu momento ápice de projeção nacional quando já integrante do PTB e possuindo grande influência dentro do partido e admirado, inclusive, fora dele. Trata-se, em outras palavras, de colocar a atuação de Alberto Pasqualini verdadeiramente em perspectiva histórica.

Visando a melhor das configurações possíveis dos diferentes momentos que efetivamente pontuaram a complexa trajetória política de Alberto Pasqualini, a presente tese está organizada em 3 grandes capítulos que seguem uma linha de ordenamento tanto temático quanto empírico: no primeiro, procura-se analisar o conteúdo de suas falas e pronunciamentos enquanto Vereador eleito pelo PL em Porto Alegre. Salieta-se, sobretudo no primeiro capítulo, os aspectos então profundamente negligenciados pela historiografia que se deteve em específico ao personagem ou que dele utilizou-se para outros enfoques temáticos. Além disso, essa primeira parte mostrar-se interessante justamente em seu sentido complementar do redimensionamento do escopo de análise: ou seja, o jogo das forças políticas estaduais e municipais sensivelmente atrelado às composições de alianças partidárias que nos Estado do Rio Grande do Sul eram polarizadas pela Frente Única Gaúcha (FUG) e Partido Republicano Liberal (PRL) ambos criados na esteira dos acontecimentos do processo que conduziu Getúlio Vargas ao poder em 1930. Em especial, nota-se, ainda, o modo de inserção de Alberto Pasqualini nos debates travados entre os Vereadores naquela conjuntura, o que revelou um peculiar, atento e habilidoso exercício de oposição político-partidária aos principais membros do PRL na Câmara Municipal de Porto Alegre, aspecto que se refletia, por diferentes caminhos, nos âmbitos estadual e federal.

Especificamente no segundo capítulo procura-se considerar os aspectos levantados na primeira parte da tese e suas reconfigurações no quadro político surgido com a instauração do regime do Estado Novo em finais do ano de 1937 aliadas à projeção nacional da figura política de Alberto Pasqualini. Sobretudo quando

considerados os importantes cargos administrativos que o personagem ocupou durante a vigência entre os anos de 1937 e 1945. De fato, embora esses cargos fossem de ordem administrativa, sobretudo de competência técnica, não deixariam de fazer composição com aspectos cuja ordem era fundamentalmente política. Alberto Pasqualini, nessa específica conjuntura sócio-política, passava a ser gradativamente reconhecido como o portador autorizado de conhecimentos técnicos e de cunho administrativo. Ao mesmo tempo, ganhava corpo e força o seu discurso político alicerçado a esse mesmo reconhecimento público. Não obstante, considera-se, ainda, que o personagem fazia parte do agrupamento político anteriormente considerado de oposição ao PRL, mas que na vigência do Estado Novo compunha o caráter conciliatório das forças políticas que, de fato, não haviam desaparecido completamente com o regime instaurado em 1937. Sobretudo, no segundo capítulo, procura-se colocar em perspectiva a força do reconhecimento público de Alberto Pasqualini identificado como “doutrinador” ou “teórico do PTB” procurando colocar esses rótulos em perspectiva e, portanto, em momentos imediatamente anteriores ao seu ingresso no PTB. O específico aparecimento da chamada União Social Brasileira (USB), nesta esteira, pode ser compreendido enquanto um modo de inserção peculiar no debate político mais amplo, já que o próprio Alberto Pasqualini afirmaria que essa agremiação política não tinha um caráter partidário – reside aí a ressignificação da crítica política e aos partidos que realizava ainda nos debates travados na Câmara Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1936 e 1937. Portanto, durante o processo de desmantelamento do Estado Novo, em 1945, o reconhecimento público da USB serviria como uma alavanca para a entrada de Alberto Pasqualini no PTB, tendo em vista que a sigla da agremiação foi absorvida por esse partido político ainda em meados de 1946⁷. Trata-se de uma figura política que já possuía, então, um grande reconhecimento público antes de seu ingresso nas hostes trabalhistas. De maneira fundamental, os principais traços de sua trajetória política tornam-se importantes para uma adequada compreensão do seu discurso político e, por conseguinte, das ideias veiculadas pelo personagem no conteúdo principal das suas publicações que

⁷ Embora frequentemente a Revolução de 1930 e mesmo o Estado Novo seja visto em seu caráter nacional e de unidade, outras interpretações sugerem que os aspectos regionais, sobretudo relacionados ao conjunto de forças políticas estaduais – formadas ainda antes da instauração do regime de 1937 – foram elementos fundamentais de interlocução dos níveis federal e estadual. Neste sentido, mesmo a extinção oficial dos partidos políticos não apagaria totalmente os traços fundamentais da organização partidária anterior ao Estado Novo. Sobre isso ver especialmente: ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

admitiram publicamente sua associação ao “doutrinário” e “teórico”. Assim, procura-se igualmente demonstrar por meio de quais caminhos as suas ideias associam-se, de maneira ressignificada, à sua trajetória política anterior ao seu ingresso no PTB – em outras palavras o que permitiria, afinal, a força do reconhecimento de sua figura política enquanto “doutrinador” e “teórico”. Demonstra-se, na sequência do mesmo capítulo, o conjunto principal das ideias veiculadas pelo personagem nas suas publicações vinculadas às contundentes conceituações para o trabalhismo sobretudo a partir de três eixos principais que apareceram articulados nessas mesmas definições então defendidas por Alberto Pasqualini: a crítica política; o socialismo; e o capitalismo. Na verdade, pode-se afirmar que a referida crítica política foi um elemento estruturante no discurso do personagem e que ressignificou-se profundamente nas específicas alusões que o conteúdo principal de suas publicações gradativamente construía em relação às posições do trabalhismo frente às concepções de socialismo e de capitalismo, por exemplo. Como será possível demonstrar, a opção pelo solidarismo também se configuraria, em parte, como estratégia política por parte do personagem e ao possível receio deste de que sua figura política fosse associada ao comunismo e ao socialismo soviético⁸.

As ideias de Alberto Pasqualini serviram ao então Senador durante sua atuação no Palácio Monroe entre 1951 e 1955. Na verdade, pode-se afirmar que, ao discutir os assuntos tratados no Senado Federal, o personagem utilizar-se-ia dessas mesmas ideias para inserir-se nos debates travados entre os senadores. Sendo assim, tornou-se possível constatar a alusão a dois temas principais: as chamadas Reformas de Base e processo inflacionário. Na discussão desses dois temas bastante específicos, o então Senador levaria novamente as suas ideias acerca do trabalhismo associando-as aos referidos temas. A crítica política, às lideranças e aos partidos, caras à conceituação do trabalhismo, foi associada às Reformas de Base; a crítica ao capitalismo individualista foi extensivamente associada aos problemas derivados do processo inflacionário. Além disso, outro aspecto salutar de sua atuação no Senado foi o seu envolvimento com a questão do monopólio estatal do petróleo, da qual foi um dos principais defensores. Este último capítulo contempla, também, esse aspecto consideravelmente importante de sua atuação tendo em vista que, inclusive neste

⁸ O referido argumento procura relativizar, inclusive, a questão da formação de ensino básico de Alberto Pasqualini em instituições de cunho católico a partir das alusões propostas em GRIJÓ, Luis Alberto. Op.cit. e RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Op.cit.

assunto, Alberto Pasqualini não deixou de relacioná-lo com as posições do trabalhismo.

A partir do exposto de caráter introdutório pretendeu-se, além de viabilizar o plano de conteúdos desta tese e os argumentos que em seu conteúdo são defendidos, demonstrar em que medida reside a contribuição específica que se intenciona no presente estudo. No que se refere, especificamente, aos princípios metodológicos que orientaram a pesquisa realizada, deve-se salientar a recusa pela opção de um único método inexorável no sentido de permitir o adequado entendimento do discurso político de Alberto Pasqualini mais próximo possível do jogo político fundamentalmente presente no momento de sua produção. Ou seja, o foco de análise parte, então, da trajetória política do referido personagem considerando-a não do ponto de vista exclusivo de sua atuação no PTB, mas ultrapassando, inclusive, esse marco cronológico. A adequada análise de sua trajetória associada ao seu discurso político, portanto, deve, de maneira efetiva, demonstrar as constantes reconfigurações e ressignificações de suas ideias em diferentes contextos e sensivelmente marcadas pelo jogo político de cada uma das conjunturas. Deve-se ressaltar que os referenciais teóricos aparecem ao longo do conteúdo dos capítulos e isso reflete parte das opções e das escolhas do pesquisador justamente no sentido de tornar mais explícita a exposição dos conteúdos fundamentalmente alicerçados às fontes pesquisadas.

1 A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI ANTES DO PTB

Os pronunciamentos realizados pelo então vereador Alberto Pasqualini na Câmara Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1936 e 1937 consistem no objeto de estudo do presente capítulo. Sobre esses anos iniciais de sua trajetória política, poucos são os estudos específicos ou mesmo referências mais gerais encontradas na historiografia. Pode-se afirmar que, possivelmente, esta lacuna explica-se pelas opções de parte considerável das pesquisas que se dedicaram a estudar o personagem vinculado ao trabalhismo brasileiro. Em primeiro plano estiveram as pesquisas acerca da cultura política e do investimento simbólico em torno das chamadas políticas sociais da valorização do trabalho e, como não poderia deixar de ser, da incorporação do trabalhador como ator social. Trata-se de um conjunto bastante heterogêneo de produções que, embora com objetivos diferenciados, mantém entre si uma relação em comum: o estudo, por meio da temática do trabalhismo, do projeto político de cunho nacionalista do governo de Getúlio Vargas e suas consequências sobretudo entre os anos de 1930 e 1945. Foram esses mesmos estudos que abriram maior espaço para uma discussão importante, que veio em segundo plano: a que permeia a análise das relações que se estenderam para além do período cronológico em que Getúlio Vargas ocupou a presidência da República. Assim é que apareceram, igualmente, outras temáticas que orientaram pesquisas cujo foco concentrou-se fundamentalmente no processo sócio-político que teve início em 1945 e onde, definitivamente, o PTB assumiu, no conteúdo específico dessas perspectivas e análises, o principal foco de interpretação constituindo-se, por conseguinte, enquanto o fio condutor narrativo dessas abordagens⁹.

⁹ Embora no conteúdo desses estudos não haja uma análise aprofundada ou mais detalhada da trajetória de Alberto Pasqualini, justamente pela opção pelos eixos temáticos mais abrangentes, pode-se afirmar que os mesmos não deixam de estabelecer algumas referências. Um estudo pioneiro que busca fundamentalmente colocar em diálogo os aspectos atinentes à cultura política e suas possíveis relações com a implementação das políticas sociais dirigidas aos trabalhadores pode ser encontrado em: GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Sobre o processo de formação e do desenvolvimento dos partidos políticos no pós-1945, sobretudo em relação ao PTB, são expoentes as pesquisas de: D'ARAÚJO, Maria Celina. Op.Cit. Para o caso regional, o estudo empreendido por BODEA, Miguel. Op.Cit. Neste último, vale salientar, a trajetória política de Alberto Pasqualini é examinada de maneira mais detalhada, porém, intensivamente atrelada ao PTB e não aos anos iniciais de sua trajetória política.

Neste sentido, as pesquisas que se detiveram a estudar a atuação política de Alberto Pasqualini, via de regra, delimitaram-se fundamentalmente ao período cronológico posterior a 1945, isto é, vinculados ao contexto político e social do contexto da democratização do País. Essa preponderância na delimitação tende justamente a desviar a interpretação acerca do referido personagem somente quando da sua atuação no PTB ou, especificamente, para um relacionamento com as demais lideranças políticas da época, assim como no caso da figura política Getúlio Vargas¹⁰. A inserção do material empírico presente neste capítulo, bem como o seu respectivo exame, cumpre, primeiramente, o objetivo central de suprir essa lacuna¹¹. A análise de conteúdo das falas e intervenções de Alberto Pasqualini, registradas nos anais da Câmara Municipal demonstra uma atuação destacada, constituída por algumas especificidades que contribuem, portanto, para uma compreensão possivelmente mais adequada da trajetória política do personagem. Neste mesmo sentido, além do objetivo central de ordem empírica, tem-se também como demais objetivos deste capítulo, justamente, examinar as falas de Alberto Pasqualini na Câmara Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1936 e 1937, procurando identificar quais seriam, então, os assuntos por ele privilegiados nas discussões, o modo como se inseriu nos debates e também os argumentos que utilizou no intuito de persuadir seus pares, afim de,

¹⁰ As questões atinentes às relações entre as lideranças partidárias foram variáveis analisadas por diversas pesquisas. De fato, o conjunto dessas produções possui uma substância comum: o caráter personalista do PTB foi mencionado, em diferentes intensidades, nessas mesmas produções. Assim, via de regra, no processo de democratização, a criação do PTB admitiu não somente a associação direta à figura política de Getúlio Vargas, mas também a uma disputa de outras lideranças que apareceram neste mesmo contexto, quais sejam, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, João Goulart e, igualmente embora de forma específica, Alberto Pasqualini. Quando da morte deste último, no ano de 1960, pode-se afirmar, um dos eixos principais da tematização do conteúdo das notícias e dos editoriais de muitos jornais e periódicos do País, tinha como foco central a indagação de como ficaria, afinal, a situação do PTB sem a figura política de Alberto Pasqualini. Pode ser citado enquanto um pontual exemplo o artigo publicado logo após a morte de Alberto Pasqualini em 1960 que, ao colocar Alberto Pasqualini enquanto uma liderança “teórica” tecia, ao mesmo tempo, críticas contundentes ao então Presidente Nacional do PTB, João Goulart, então em plena campanha como vice-presidente na chapa do Marechal Henrique Teixeira Lott do Partido Social Democrático (PSD). Sobre esse assunto deve-se verificar: Pasqualini e Jango. In: **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1960. p. 10

¹¹ No conjunto do material selecionado previamente para pesquisa, concernente aos principais traços biográficos do personagem, foi possível notar que a sua atuação anterior a 1945 aparece, não raras vezes, como uma espécie de “preparação” para o seu posterior ingresso no PTB. Na documentação catalogada pelo Senador Pedro Simon, por exemplo, os aspectos biográficos da trajetória política de Alberto Pasqualini anteriores a 1945 ficaram reunidos sob o título “bases do trabalhismo”. Sobre isso ver: SIMON, Pedro. **Alberto Pasqualini**. Op.cit.. Pode-se afirmar, ainda, que essa visão geral estende-se para a historiografia, inclusive a mais recente, acerca do referido personagem: “O trabalho tem em vista realizar um estudo da trajetória e das ideias políticas de Alberto Pasqualini, ex-senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (1951-1955). O marco temporal privilegiado, mas não exclusivo, corresponde aos anos de 1946 a 1955, período em que o personagem manteve suas atividades no PTB”. Sobre isso ver: SILVA, Roberto Bittencourt. **Alberto Pasqualini**: Op.Cit.

finalmente, estabelecer as possíveis e prováveis relações entre os seus pronunciamentos e os elementos que seriam vistos como marcas importantes da sua biografia¹². Torna-se interessante ainda considerar que, embora a trajetória política inicial de Alberto Pasqualini possa ser, de uma maneira direta, circunscrita às definições de poder, sobretudo em nível municipal, o contexto de seu ingresso efetivo na política não pode ser adequadamente compreendido fora do jogo político e das relações de poder nos diferentes níveis nacional e estadual¹³, como será possível argumentar de forma aprofundada na sequência desse mesmo capítulo.

Tendo em vista a destacada atuação política inicial de Alberto Pasqualini, embora muito pouco aprofundada pela historiografia que se deteve ao estudo do personagem, e no sentido de alcançar os objetivos inicialmente propostos, este capítulo foi dividido em duas partes: na primeira, examina-se, especificamente, o modo de inserção das suas falas na dinâmica do debate político e parlamentar entre os vereadores durante as sessões legislativas relacionando com o contexto de reorganização política e partidária nos níveis estadual, nacional e municipal; na segunda parte, demonstra-se sua atuação como integrante de uma específica comissão, constituída por alguns vereadores, que analisava questões de caráter orçamentário junto ao legislativo municipal, função esta que ocupava grande parte do tempo então destinado às reuniões e sessões legislativas entre os anos de 1936 e 1937. Deve-se fazer notar que também esta questão esteve, em não raras ocasiões,

¹² A documentação examinada constitui-se da junção dos dois tomos completos dos Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre. O primeiro referente ao ano de 1936 e o segundo ao ano de 1937. A referida documentação encontra-se disponibilizada no acervo bibliográfico da “Biblioteca Jornalista Alberto André” especificamente localizada nas atuais dependências da Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre. Ao relacionar o termo “biografia” utiliza-se apenas em caráter genérico para situar alguns pontos que efetivamente foram frequentemente “lembrados” da vida pública de Alberto Pasqualini.

¹³ O estado do Rio Grande do Sul encontrava-se, portanto, em situação bastante singular logo após a revolução de 30: era o estado vencedor e, através de Vargas, o melhor posicionado junto ao governo provisório. Mas esta situação tinha uma contrapartida: para Vargas exercer o controle sobre o seu próprio estado significava manejar disputas internas entre partidos e líderes e confrontar-se com homens até então seus iguais. No entanto, em decorrência dos confrontos entre as lideranças partidárias e disputas internas nos partidos a partir da lei de anistia e dos pleitos eleitorais de 1933 e 1934 onde, inclusive, o governo do PRL de Flores da Cunha se fez majoritário, a aliança entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas começou a ser abalada. Fortalecido das eleições, o chefe do executivo estadual buscou projetar-se na política nacional e aumentar sua influência no âmbito federal. Acabou interferindo nas questões internas de vários estados e tentou, também, interferir em assuntos militares, desenvolvendo intensa pressão para que o General Góes Monteiro fosse demitido do Ministério da Guerra. Estas mesmas intervenções gerariam, principalmente a partir de 1935, fortes áreas de atrito com o Executivo e com algumas lideranças das Forças Armadas, especialmente empenhadas em dobrar o poder regional. Sobre isso ver especialmente: CAMARGO, Aspásia. (Org.). **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 76.

permeada pelos diferentes contextos internacional, nacional e estadual, haja vista a grave situação de crise econômica na primeira metade do século XX que afetou o Brasil, bem como o estado do Rio Grande do Sul e, ainda, em consequência, o município de Porto Alegre. Na verdade, pode-se afirmar que esses dois aspectos basilares e concomitantes ao início da sua atuação política e parlamentar enquanto Vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre refletem elementos bastante significativos de sua trajetória política. A sua atuação política parlamentar estivera configurada a partir de um duplo caminho de atuação: tanto aquele que revelava-se como de oposição partidária, no complexo jogo político de reorganização dos partidos e das forças políticas desde, pelo menos, finais da década de 1920; quanto também o das questões orçamentárias, relacionado intrinsecamente à crise econômica com a qual o poder público municipal de Porto Alegre e, igualmente, nos demais níveis da administração pública essas mesmas forças políticas tiveram de lidar.

1.1 O LIBERTADOR ANTES DO TRABALHISTA

Alberto Pasqualini elegeu-se como vereador em Porto Alegre durante o pleito realizado em 1935. Seu partido, nesta época, era o PL (Partido Libertador), sigla na qual estava filiado desde alguns anos antes, em 1928¹⁴. A participação deste personagem nas questões políticas esteve profundamente atrelada ao realinhamento do jogo político partidário desse mesmo contexto que pode ser localizado entre meados dos anos 1920 e sua extensão ao longo dos anos 1930. O então estreante político, na faixa etária dos 30 anos de idade, tanto participou do movimento que levou Getúlio Vargas à presidência da República, a chamada Revolução de 1930, na função

¹⁴ A referida cronologia assinalou dois pontos importantes da biografia de Alberto Pasqualini: além de filiar-se ao PL, foi neste mesmo ano que o personagem concluiu seu curso de bacharel na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Na verdade, assim como demonstram as pesquisas já realizadas, a Faculdade Livre de Direito, surgida no ano de 1900, foi um ponto de encontro e de formação de diversas lideranças políticas que viriam, ao longo dos anos subsequentes das suas respectivas formações acadêmicas, conquistar amplo espaço em ocupações de diversos cargos públicos bem como viriam também participar enquanto protagonistas dos debates provenientes do jogo político estadual e nacional. Além desses aspectos, o ano de 1928 também assinalou a coligação do PL com o PRR sob a sigla da FUG que apoiou a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República no movimento de 1930. Sobre as questões relacionadas à Faculdade de Direito ver especificamente: GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 1998.

de major fiscal em Porto Alegre¹⁵ quanto, poucos anos depois, em 1934, lançou-se como candidato a deputado federal. Pode-se afirmar, a partir disso, que a sua figura política já possuía, naquela altura, relativo reconhecimento público, tendo em vista o resultado de uma votação expressiva, em sua primeira disputa eleitoral, embora tenha se classificado apenas como 11.º suplente deputado. Assim, esse interesse inicial de Alberto Pasqualini em questões que estariam ligadas ao jogo político nacional e, depois, na atuação política parlamentar, efetivada no âmbito municipal, podem sugerir, na verdade, um ponto de partida a ser adotado à adequada compreensão de sua trajetória política inicial, ou seja, de que as questões atinentes ao jogo político municipal não estavam desvinculadas dos seus respectivos contextos estadual e nacional. É interessante salientar, neste aspecto, que na cronologia que vai de 1934 até 1937 o País vivia sob o regime constitucional, democrático e que esse aspecto característico, fundamental a um entendimento da conjuntura política da época, possibilitava a ampliação da participação e, também, o aumento gradativo das manifestações políticas, reforçando, inclusive, os confrontos e as disputas entre os diferentes grupos políticos. Foi nesse contexto, portanto, que a figura política de Alberto Pasqualini, então ainda recém egresso da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, estreava no cenário político brasileiro¹⁶. Deve-se deixar claro neste sentido, que, embora inicialmente o personagem tenha se interessado pela participação no jogo político em nível nacional, sua efetiva atuação parlamentar somente ocorreria depois que se iniciaram os trabalhos legislativos na Câmara Municipal de Porto Alegre em 1936.

Neste sentido, não foi somente o interesse individual e inicial de Alberto Pasqualini que esteve associado ao jogo político da época: também a própria configuração estabelecida a partir da distribuição das siglas dos partidos entre os vereadores eleitos na Câmara Municipal de Porto Alegre refletia, em parte, a reorganização dos partidos no cenário estadual bem como as suas articulações com

¹⁵ O posto foi ocupado por Alberto Pasqualini no porto da cidade de Porto Alegre juntamente com o grupo que foi então organizado por Mário da Mata. O referido aspecto de sua biografia aparece diversas vezes citado. Sobre isso ver: DUTRA, Milton. **Alberto Pasqualini**. p. 10. Op.Cit.

¹⁶ Embora inicialmente o personagem tenha se interessado pela participação no jogo político em nível nacional, sua efetiva atuação parlamentar somente ocorreria depois que se iniciaram os trabalhos legislativos na Câmara Municipal de Porto Alegre. Sobre a denominação do órgão legislativo municipal, deve-se ressaltar: 1936 assinalou a mudança de nomenclatura do órgão representante do legislativo municipal. Deixou de ser denominado de Conselho Consultivo e passou a se chamar Câmara Municipal. O Conselho Consultivo foi a nomenclatura que vigorou entre 1930 e 1936. Antes disso, foi também denominado de Conselho Municipal, a primeira denominação do período republicano.

o cenário nacional que podem ser caracterizadas pelos confrontos entre os diferentes grupos políticos que estiveram associados, de uma maneira ou de outra, sobretudo, à figura política de Getúlio Vargas e ao movimento que tivera início em 1930. A lista nominal constante dos registros nos anais da Câmara Municipal de Porto Alegre aparecia configurada, então, da seguinte forma:

Partido Republicano Liberal: 1.º Dr. Jayme da Costa Pereira; 2.º Dr. Fernando Ortiz Schneider; 3.º Ludolfo Boehl; 4.º Elysio de Souza Feijó; 5.º Dr. Manoel José Pereira Filho; 6.º Curt Mentz; 7.º Coronel Salathiel Soares de Barros. **Partido Frente Única:** 1.º Dr. Alberto Pasqualini; 2.º Coronel Germano Petersen Júnior¹⁷.

O antagonismo entre dois grupos políticos na Câmara Municipal refletia, dentre outros aspectos, a polarização existente entre os partidos políticos e os confrontos pela definição de poder no cenário estadual. A ascensão de Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, depois de superada a fase de aparente unidade revolucionária na busca do poder político, após o ano de 1930, viabilizou a deflagração de certas tendências no interior das principais forças políticas que apoiaram o movimento de 1930. O caso do PRL (Partido Republicano Liberal) pode ser considerado um exemplo significativo desse mesmo processo: foi um partido político que, fundado no ano de 1932, surgia justamente em função dos desentendimentos ocorridos entre as principais lideranças políticas do PRR em relação ao apoio, ou não, à continuidade do governo provisório de Getúlio Vargas nos contornos que se mostravam até então. Neste contexto, a cisão colocou, de um lado, Borges de Medeiros e, de outro, Osvaldo Aranha e o general Flores da Cunha – estes últimos líderes fundadores do então novo partido. Desta maneira, o surgimento do PRL possuía uma relação bastante direta com os movimentos políticos deflagrados sobretudo nos primeiros anos do Governo Provisório, isto é, entre 1930 e 1934.

¹⁷ Cf. **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. Porto Alegre: 1936. Especificamente acerca da nomenclatura Partido Frente Única (PFU) cabe um esclarecimento: a denominação refere-se, via de regra, nas produções historiográficas, à Frente Única Gaúcha ou, simplesmente, à Frente Única. Embora não se constitua enquanto partido político, mas sim uma coligação de 2 partidos, neste caso o PRR e o PL, consta presente nos registros dos anais da Câmara Municipal de Porto Alegre a nomenclatura de “Partido Frente Única” (PFU) como oposição ao “Partido Republicano Liberal” (PRL). Nas falas de Alberto Pasqualini e de seus interlocutores a referência aparecia apenas como Frente Única. Nota-se, portanto, interessante salientar, que a nomenclatura Frente Única Gaúcha (FUG) aparece com maior frequência nas referências à coligação PRR-PL antes do movimento constitucionalista de 1932, ou seja antes da cisão e da criação do PRL pela liderança de Flores da Cunha. Depois, tende a aparecer com maior número de referências apenas como Frente Única (FU).

O início da chamada Revolução Constitucionalista, no decorrer do ano de 1932 no estado de São Paulo, pode ser considerado um fator marcante na cisão dos grupos políticos que apoiaram Getúlio Vargas durante o processo que o levou à presidência da República pouco menos de dois anos antes. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, ocorreu o desmantelamento da FUG¹⁸ logo depois da declaração contrária ao movimento constitucionalista de São Paulo e a favor do Governo Constitucionalista de Getúlio Vargas realizada pelo então interventor Flores da Cunha¹⁹.

Especificamente, a FUG caracterizava-se, neste mesmo sentido, por se constituir enquanto uma coligação partidária de apoio ao movimento de 1930 e, ao menos inicialmente, ao governo central de Getúlio Vargas, mas que romperia posteriormente ao episódio de 1932 em São Paulo. Na verdade, a formação da FUG tinha relação intrínseca com as discussões entre as principais lideranças políticas do Estado do Rio Grande do Sul mesmo ainda em finais dos anos 1920, especificamente entre 1927 e 1929, quando era, então, o próprio Getúlio quem chefiava o Poder Executivo Estadual. Embora possa se afirmar que a defesa de um federalismo mais acentuado ao nível das relações com o poder central e, ao mesmo tempo, a defesa de um poder centralizador na esfera das relações de política interna, seja o fator que originou um quadro de constante confrontação política, pode-se, por outro lado, ressaltar que, ao longo do período republicano representado pelas contendas entre Federalistas e Republicanos, essa situação modificaria-se gradualmente, especificamente no que toca o plano das alianças político partidárias, entre 1927 e 1928. O período foi marcado não somente por uma nova estratégia por parte das lideranças dos republicanos, com uma política mais envolvente, mas ocorria em meio

¹⁸ A Frente Única Gaúcha foi formada em 1928, meses após a posse de Getúlio Vargas como Presidente do estado do Rio Grande do Sul, reunindo o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL), liderados respectivamente por Borges de Medeiros e Assis Brasil. Em 1929, a FUG integrou a campanha da Aliança Liberal à presidência da República, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas. Posteriormente houve uma cisão entre os partidos da FUG, dando origem ao Partido Republicano Liberal (PRL), liderado pelo então interventor Flores da Cunha. Sobre isso ver: PESAVENTO, Sandra. **RS: Economia e Poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

¹⁹ O ano de 1932 foi decisivo para o rompimento de algumas lideranças políticas com o apoio formal ao Governo Provisório. Alguns dos membros do PRR mantiveram sua fidelidade à liderança de Borges de Medeiros, defendendo o retorno do País à ordem legal; outros, ao contrário, preferiram continuar apoiando Getúlio Vargas defendendo a manutenção de seu poder pessoal como forma de garantir a ordem para o País. Este foi o caso de Flores da Cunha, nomeado interventor no Rio Grande do Sul por meio de escolha direta do presidente da República, a quem devia a sua permanência no cargo. Sua atitude, na verdade, foi o elemento principal que desencadeou a criação do PRL com base de sustentação do Governo Provisório auxiliando a combater os revolucionários nos níveis estadual e federal, o governo do Rio Grande do Sul tornava-se um aliado mais do que necessário. Sobre isso ver: CAMPOS, Derocina Alves. **Federalismo versus centralização: a década de 30 no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 2001. p.25.

a uma conjuntura em que as oposições atingiam um estágio diferenciado ao fundirem seus princípios através de uma única plataforma política, neste caso com o surgimento da FUG.

Assim, em março de 1928 reuniram-se na cidade de Bagé, no interior do estado do Rio Grande do Sul, sob a presidência de Assis Brasil, os líderes da chamada Aliança Libertadora, extinguindo, desta forma, o Partido Federalista fundado em 1892 e criando o Partido Libertador a partir de uma estrutura política, considerada, na época, como sendo mais ampla e competitiva. O jornal Diário de Notícias, então com grande circulação entre a população alfabetizada em Porto Alegre, assim salientou a importância do ocorrido:

Do ponto de vista partidário, a adesão dos srs. Wenceslau Escobar e Estácio Azambuja, bastião da última resistência ao pensamento de unificação geral. Do ponto de vista político superior, o Rio Grande do Sul lucrou um novo grau de aspirações, mas capaz, segundo as lições do sr. Assis Brasil, de cooperar com o governo no ponto onde coincidem os interesses maiores da Pátria. O próprio governo do Estado com a nova mentalidade que lhe está imprimindo o Sr. Vargas não recusaria aceitar a colaboração no plano patriótico. Não houve dogmatismo doutrinário. Os federalistas transigiram. Transigiram os aliancistas. Não cederam a conveniências pessoais. Nenhum homem, mais amigo da verdade que Platão, deixará de reconhecer que se pode abrir a era nova a política no Rio Grande²⁰.

Neste sentido, por meio dessa mesma conjuntura política-partidária, no que se refere ao nível estadual, foi que começaram a ocorrer, ao nível nacional, as primeiras articulações em torno da sucessão presidencial de Washington Luís, aspectos que vieram a se tornar importantes para os deslocamentos nas relações entre os grupos políticos no estado do Rio Grande do Sul onde as suas principais lideranças chegavam ao consenso de que a solução revolucionária seria uma alternativa imposta. Porém, embora a aparente unidade, tanto o PRR quanto o PL, embora aglutinados em torno da FUG, debatiam-se, portanto, nos momentos imediatamente anteriores à deflagração da Revolução de 1930, com questões de ordem interna geradas, sobretudo, pelos posicionamentos díspares frente à articulação do movimento.

Desta maneira, a presença de muitos membros do PL, especificamente no complexo delinear dessa movimentação política, por exemplo, preocupava algumas das principais lideranças do PRR. Há referências, por exemplo, de que Borges de Medeiros demonstrava bastante preocupação acerca desse assunto, recomendando,

²⁰ **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 18 de março de 1929. p. 9

inclusive de maneira enfática, que as forças então aglutinadas em torno dos republicanos deveriam ser organizadas pelos seus próprios chefes partidários, deixando que os libertadores se ocupassem da organização de seus próprios seguidores – intencionava a garantia, desta forma, da preponderância do PRR na direção do movimento revolucionário.

Pode-se afirmar que, os libertadores, via de regra aliados do poder político regional, haviam aceitado participar da referida aglutinação política sobretudo pela garantia de reforma eleitoral e representação minoritárias dadas por Vargas: “A representação dos libertadores no Congresso tinha sido cortada de sete para três cadeiras em 1927 e Vargas agora prometia à oposição mais duas, sem concorrentes, dando aos libertadores um total de cinco dos dezesseis lugares”²¹. O clima de insegurança atingia também os libertadores, neste caso, embora a cisão interna fosse, de certa forma, muito mais sensível no PRR, pois na medida em que as decisões mais importantes e, também, imediatas eram tomadas, no nível estadual, justamente pelas principais lideranças do PRR, alguns líderes do PL passaram a se sentir excluídos do movimento. Essa atitude era sustentada, dentre outros elementos, pela posição de um dos principais líderes libertadores, Raul Pilla, que redigira uma carta cujo conteúdo versava sobre as articulações revolucionárias: “Não posso ver em tudo isso senão o desígnio de arredar o Partido Libertador de qualquer influência, transformá-lo num simples caudatário da revolução e quiçá levá-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais ativos”²². De fato, essas preocupações, vindas de ambos os lados das forças políticas aglutinadas em torno da Revolução de 30 e, de maneira específica, não desapareceram nos momentos posteriores da ação política, ou seja, quando Getúlio Vargas finalmente havia chegado à chefia do Poder Executivo Federal.

Assim, o eixo dos debates políticos nacionais girava, depois de passada as questões imediatas que envolviam os caminhos que deveriam ser tomados após à Revolução e quando Getúlio Vargas já ocupava a cadeira presidencial em torno de, pelo menos, dois pontos principais: o primeiro, pode-se afirmar, de caráter acentuadamente autoritário, representado, dentre outros elementos, pelo tenentismo

²¹ LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 246.

²² **Carta de Raul Pilla a Osvaldo Aranha**. 28 de agosto de 1928. Arquivo Raul Pilla. NUPERGS-UFRGS.

que defendia, por exemplo, tanto continuidade quanto a manutenção do governo provisório e de suas prerrogativas; já o segundo, fundamentalmente liberal e constitucionalista, representado pelos diferentes agrupamentos políticos que defendiam a convocação mais imediata de eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte e a volta ao País do regime democrático restabelecendo-se, por conseguinte, a autonomia política regional²³. Neste sentido, a polarização política em torno desse dois eixos principais colaborou para a reorganização das forças políticas não somente no Rio Grande do Sul como também em outros estados. De modo bastante semelhante, portanto, grupos políticos do estado de São Paulo também procuraram se reorganizar partidariamente para disputar as eleições à Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Entre os principais grupos paulistas, por exemplo, além do PRP (Partido Republicano Paulista) e do Partido Democrático (PD), formou-se a agremiação que viria a ser denominada Partido Constitucionalista (PC)²⁴.

Neste mesmo contexto, o novo partido, o PRL, tornava-se, gradualmente, um grande ponto de apoio do Governo Provisório de Getúlio Vargas e necessário à própria manutenção e legitimação da interventoria de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. Esse mesmo elemento constitutivo da sua formação talvez possa ser sintetizado por meio do conteúdo então presente nas primeiras linhas do seu programa:

O Partido Republicano Liberal é um partido estadual de finalidades nacionais e propugnará por um regime democrático, onde as mais amplas garantias de todos os direitos individuais coexistam e se harmonizem com a autoridade, a justiça e o bem comum²⁵.

Assim, o PRL tornava-se, gradualmente, pelo menos até meados do ano de 1935, o principal porta-voz dos apoiadores do Governo Provisório de Getúlio Vargas cuja influência não se limitou apenas ao estado do Rio Grande do Sul.

A polarização entre os autoritários e os liberais, diga-se de passagem, não se iniciou especificamente em 1932, embora tenha sido marcada pela eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo. É necessário salientar que essa fase percorre desde os primeiros meses de 1931 chegando até o movimento de 1932 e que deita raízes nas disputas de espaços de poder entre libertadores e republicanos

²³ Sobre isso ver: ABREU, Luciano Arrone de. **Um olhar regional...** Op.Cit. p. 82-84.

²⁴ Sobre isso ver especificamente o conteúdo da pesquisa desenvolvida por: LOVE, Joseph. **São Paulo na Federação brasileira – 1889-1937: a locomotiva**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²⁵ **O Partido Republicano Liberal e seu Programa**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933. In: TRINDADE, Hégio. (Org.). **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 214-215.

ainda mesmo entre os anos de 1928 e 1929, neste caso específico em relação à formação da FUG.

Neste mesmo processo, dois acontecimentos marcaram a trajetória dos liberais do estado do Rio Grande do Sul na sua tentativa de maior articulação como grupo de pressão frente ao poder central do governo no momento de início dos debates acerca da reconstitucionalização²⁶. O primeiro, que ficou conhecido como Conferência de Pelotas, reunindo lideranças como Assis Brasil, Flores da Cunha e Raul Pilla no mês de abril de 1931; e o segundo, o chamado Congresso do Partido Libertador que foi realizado igualmente na cidade de Pelotas, durante aquele mesmo mês. Pode-se afirmar que a reunião dos líderes libertadores, com a presença do então interventor Flores da Cunha, tivera o objetivo principal de ensejar uma discussão de questões de política interna, embora tenha contado também com a presença de um representante do PD de São Paulo, este então portador do manifesto de rompimento das principais lideranças políticas com o interventor de São Paulo, João Alberto. Assim, defendendo os ideias referentes à constitucionalização do País, o PL aproximava-se da plataforma proposta pelo Partido Democrático de São Paulo que tinha sido extensivamente limitada pela ação do interventor João Alberto. Sobre isso, pode-se afirmar que foi o controle exercido pelos tenentes, sobretudo na política estadual do Estado de São Paulo, que afastou consideravelmente os libertadores. No entanto, as posições dentro do PL não eram homogêneas.

O PL, partido ao qual Alberto Pasqualini se filiara em finais dos anos 1920, havia apoiado o movimento revolucionário de 1930 e mantinha-se como membro na chamada Frente Única Gaúcha, a coligação partidária originária do PL e do PRR. Porém, mesmo as lideranças partidárias organizadas na oposição não estavam completamente de acordo em relação ao apoio ou não ao governo central. Havia, neste contexto, um duplo posicionamento das lideranças do PL, fator que veio a provocar, por exemplo, algumas das principais cisões internas: enquanto Raul Pilla mantinha-se alinhado tanto a figura política de Borges de Medeiros, quanto a João Neves da Fontoura e mesmo Lindolfo Collor, portanto plenamente a favor da

²⁶ Sobre isso ver, especialmente: TRINDADE, Héglio. **Integralismo**. (O Fascismo Brasileiro na Década de 30). São Paulo: DIFEL, 1979. p. 77-78.

reconstitucionalização imediata, a posição representada pelo líder libertador Assis Brasil manifestava-se nos seguintes termos²⁷:

O fato culminante do dia é a guerra civil. Sempre fui avesso a ela. Se em alguma tomei parte, foi para continuar os seus efeitos, abreviar-lhe o fim, conseguir a paz e a conciliação. Estou conscientemente persuadido de que só poderei utilizar a minha pequena influência no sentido da pacificação, para a qual vejo uma avenida aberta nas magnânimes declarações do Chefe do Governo Provisório²⁸.

Outros membros do PL também manifestaram sua adesão ao Governo Provisório. Simões Lopes Filho, em carta pública a Getúlio Vargas, manifestava seu descontentamento com os rumos políticos de seu partido. As declarações de Francisco Antunes Maciel Júnior, também neste mesmo sentido, já haviam provocado seu afastamento do PL²⁹. No conteúdo de uma carta redigida por Raul Pilla a Assis Brasil, ainda alguns meses antes, especificamente em fevereiro de 1932, o então líder libertador explicitava ao seu “prezado amigo e companheiro”:

Colocado nesta situação, o directorio não hesitou. Reconheceu por unanimidade o dever de acompanhar os democratas paulistas, tão cruelmente ludibriados por mais de ano. Mas, não querendo ser acusado amanhã de imprudenciam votou a moção inconclusa, estabelecendo, porém, que esperaria apenas vinte dias pela prometida solução. Disto se dará conhecimento ao Lusardo, para que ele atue junto ao governo provisório como julgar melhor. Apesar disto, não me furtarei a uma impressão: o abandono dos democratas, por nossa parte, seria um golpe no prestígio do nosso partido e, peor do que isso, encorajaria os tenentes a continuarem tripudiano sobre o paiz³⁰.

Assim sendo, mesmo que o realinhamento das forças políticas daquela conjuntura, aparecesse caracterizado inicialmente de modo bastante ambíguo, deslocava-se gradualmente para uma polarização mais efetiva que era refletida, de forma sensível, na Câmara Municipal de Porto Alegre, por exemplo e, ainda, nas posições tomadas por Alberto Pasqualini enquanto filiado ao PL. Pode-se afirmar, neste sentido, que nem mesmo uma liderança política importante como Assis Brasil

²⁷ Tanto a figura política de Assis Brasil quanto também a do próprio Raul Pilla representavam, no contexto denominado, as duas grandes referências e lideranças políticas de maior prestígio entre os políticos ligados aos PL.

²⁸ Sobre isso ver: **Carta de Assis Brasil a Raul Pilla**, 12 de agosto de 1932. Arquivo Raul Pilla. NUPERGS-UFRGS.

²⁹ Especificamente acerca da referida carta e sobre as manifestações de outras lideranças ver a pesquisa coordenada por: TRINDADE, Helgio. (Org.). **Revolução de 30: partidos e imprensa partidária (1928-1937)**. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 155-156.

³⁰ Sobre isso ver: **Carta de Raul Pilla a Assis Brasil**, 1.º de fevereiro de 1932. Arquivo Assis Brasil. NUPERGS-UFRGS.

mantinha uma posição mais nítida diante do governo provisório – fator que o fazia percorrer, não raras vezes, acima dos alinhamentos ideológicos partidários e expressando um ponto de vista pessoal. Na verdade, os anos do intervalo cronológico entre 1934 e 1937, tanto a partir do cenário político nacional quanto na própria conjuntura política estadual, no caso específico do Rio Grande do Sul, podem ser definidos como um período de complexas e profundas instabilidades e caracterizados, fundamentalmente, por ambiguidades, seja no seio do poder político estadual de Flores da Cunha ou do próprio presidente Getúlio Vargas.

Sendo assim, deve-se observar que a eleição para a Câmara Municipal de Porto Alegre, bem como a dinâmica das falas dos vereadores eleitos, ocorria sob influência desses deslocamentos e confrontos políticos que não deixavam de afetar o âmbito do poder municipal³¹. Diante do quadro de especificidades e ambiguidades que embasava fundamentalmente a conjuntura e o realinhamento das forças políticas, constatou-se a ausência de uma posição mais clara de Alberto Pasqualini colocando-se a favor ou contra o chefe do executivo estadual ou mesmo Getúlio Vargas durante o governo provisório. Porém, deve-se fazer notar que o conteúdo das suas falas, bem como os aspectos atinentes aos seus principais modos de inserção nos debates que foram então travados nas sessões legislativas da Câmara Municipal garantiram uma atuação bastante destacada, na qual Alberto Pasqualini, além de procurar distinguir-se dos seus principais interlocutores, exercia, de fato, um modo especial de oposição ao governo do general Flores da Cunha que mantinha, de certa forma, fieis representantes no âmbito do poder político municipal, sobretudo no que se refere à composição do legislativo, conforme demonstrado através da distribuição e da polarização das siglas partidárias do PRL e da FUG.

1.2 MODO DE INSERÇÃO E MODO DE OPOSIÇÃO

De que maneiras Alberto Pasqualini pode ser compreendido enquanto um político de oposição partidária às lideranças do PRL e de que modos específicos exerceu essa mesma oposição política nos debates travados entre os demais

³¹ É interessante salientar, neste aspecto, a pesquisa realizada por Margareth Bakos acerca do “fenômeno continuísta” que marcou a direção política da cidade de Porto Alegre de 1897 a 1937 e que manteve, por meio de articulações com o governo estadual, sua base de sustentação. Sobre isso ver: BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentés**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 18-19.

vereadores na Câmara Municipal de Porto Alegre? Na verdade, para responder adequadamente essa questão, além dos aspectos anteriormente apontados em relação ao jogo partidário e a sua respectiva distribuição das forças políticas em diferentes níveis, sobretudo do rompimento da FUG com a articulação que levou Getúlio Vargas ao poder depois do movimento iniciado no estado de São Paulo em 1932, deve-se levar em consideração não somente o conteúdo específico das falas do então Vereador Alberto Pasqualini, mas, igualmente, o modo pelo qual o personagem procurava inserir-se nos debates ocorridos no plenário da Câmara Municipal.

Os vereadores utilizavam-se da tribuna do plenário da Câmara Municipal de diferentes modos. Alguns deles mostravam a preferência em realizar a leitura de longos pronunciamentos, em geral, textos previamente elaborados. Outros, na mesma medida, utilizavam-se da tribuna para proferir a leitura de textos cujo conteúdo se aproximava fundamentalmente do tom de homenagem às principais lideranças partidárias da época. Não obstante, é claro, os vereadores discutiam as principais questões que então permeavam a administração pública municipal, como por exemplo, o endividamento de parcela considerável da população do município de Porto Alegre. Não raras vezes, os temas relacionados a um e outro se encontravam no conteúdo das falas dos vereadores, ou seja, a homenagem partidária aparecia enquanto uma espécie de subsídio discursivo para uma pauta acerca do problema da moradia ou de cobrança de impostos.

Alberto Pasqualini, diferentemente dos seus interlocutores no plenário da Câmara Municipal, não utilizava-se da tribuna como meio principal para proferir longos pronunciamentos ou mesmo a leitura de textos previamente elaborados. Na verdade, ao contrário, a atuação do então Vereador do PL durante os debates travados em plenário caracterizou-se, fundamentalmente, pela utilização de um recurso próprio do debate parlamentar: os *apartes*.

Pode-se afirmar, neste sentido, que o principal modo de inserção das falas de Alberto Pasqualini nos debates ocorridos nas sessões legislativas reveste-se sensivelmente de alguns elementos que permitem considerá-lo enquanto um dos eixos fundamentais de sua atuação entre os anos de 1936 e 1937, configurada enquanto uma importante estratégia discursiva que foi frequentemente adotada pelo Vereador como modo de exercer oposição e também de colocar o conteúdo das suas falas diante dos seus interlocutores na dinâmica do debate parlamentar ocorrido

durante as sessões plenárias³². A partir do exame de suas falas durante os debates plenários na Câmara Municipal de Porto Alegre, tornou-se possível constatar a ausência de pronunciamentos mais longos ou mesmo a leitura de textos previamente elaborados, como faziam outros vereadores.

A afirmação do PRL enquanto o principal partido de apoio ao governo de Getúlio Vargas efetivou-se com a complexa articulação entre os diferentes níveis de poder e a distribuição de forças políticas. Os vereadores representantes do PRL, por exemplo, afirmavam-se enquanto lideranças partidárias subsidiárias no nível municipal, via de regra, por meio da leitura de pronunciamentos do então Interventor Flores da Cunha ou de elogios a outras lideranças partidárias desse mesmo partido. Se os vereadores eleitos pelo PRL não poupariam elogios às ações de seu partido e elogios às suas principais lideranças, observa-se, nas falas de Alberto Pasqualini, justamente o aspecto contrário.

Assim, as falas de Alberto Pasqualini não se dirigiam de maneira direta ou explícita aos partidos políticos e aos líderes partidários da época nomeando-os literalmente. Pode-se notar, na verdade, uma busca de “neutralidade” das ações vindas da administração municipal que não fossem vinculadas, explicitamente, aos partidos políticos e aos seus líderes. Entretanto, deve-se fazer salientar que, embora Alberto Pasqualini mantivesse, em suas falas, uma aparente busca de neutralidade, essa hipótese tende a não ter comprovação quando se observa, mais atentamente, os modos de inserção do referido personagem na própria dinâmica dos debates e das falas entre os vereadores na época. O que se tinha, na verdade, como diferencial no conteúdo das falas dos políticos do PRL e das de Alberto Pasqualini, era o modo como

³² A presença marcante, pois permanente do referido modo de inserção permite caracterizá-lo enquanto elemento fundamental da atuação parlamentar de Alberto Pasqualini. Ou seja, uma estratégia discursiva utilizada pelo político tanto no intuito de identificar-se em relação aos demais vereadores quanto de exercer oposição quando necessário. Considera-se então que, sendo a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólica para a conquista e a gestão de um poder, ela somente pode ser exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e também atribuída. Mas isso não é o suficiente, pois o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. Assim, o político apresenta-se a construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição do pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outro que corresponda à prática política, lugar da estratégia da gestão do poder. A primeira refere-se ao posicionamento ou alinhamento ideológico e a segunda constrói a posição de sujeito no processo comunicativo. Sobre isso ver especificamente: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. p. 79-80; CHARAUDEAU, Patrick. “La argumentación persuasiva – El ejemplo del discurso político”. In: SHIRO, M. Et.al. (orgs.). **Haciendo Discurso**. Homenaje a Adriana Bolívar. Caracas: Universidad Central de Caracas, 2009.

se inseriam nos debates. Assim, seus principais interlocutores, neste aspecto, foram dois vereadores do PRL, também eleitos durante o pleito realizado no ano de 1935: Ludolfo Boehl e Pereira Filho. Foi especificamente a estes dois vereadores que as falas de Alberto Pasqualini foram dirigidas em grande parte das ocasiões.

Neste sentido, pode-se afirmar que enquanto os vereadores eleitos pelo PRL, não raras vezes, utilizavam-se da tribuna para realizarem pronunciamentos cujo conteúdo foi constituído fundamentalmente por traços de caráter elogioso ou mesmo personalizante de ações políticas, Alberto Pasqualini tornou-se o Vereador que mais procurou apontar, no mesmo conteúdo das falas de seus principais interlocutores, justamente a prática de personalizar ou partidarizar a ação administrativa.

Assim, essa específica modalidade de inserção caracterizou sua atuação política parlamentar de forma significativa, haja vista a ausência, de sua autoria, de pronunciamentos longos ou mesmo de uma leitura de discursos previamente elaborados, como era uma prática frequente entre os demais vereadores. Sendo assim, pode-se afirmar que tal modalidade era utilizada enquanto estratégia do político no sentido de distinguir-se dos demais e colocar-se no debate por meio de suas falas com um aparente sentido de neutralidade. De fato, ao contrário da aparência neutra, o que se pode afirmar, analisando o referido modo de inserção e suas possíveis relações com o contexto político partidário da época, é que Alberto Pasqualini era, sem dúvida, um importante expoente da oposição política ao PRL, por meio de uma polarização que ultrapassava o âmbito municipal. No conteúdo de suas falas, por exemplo, Alberto Pasqualini tecia diversas críticas que eram, via de regra, dirigidas aos interlocutores do PRL que se utilizavam do espaço da tribuna para prestar homenagens individuais às lideranças políticas de seu partido ou mesmo para realizarem a leitura de discursos cuja autoria era remetida a figuras políticas ligadas ao PRL ou que ocupavam cargos públicos e administrativos, como é o caso específico do General Flores da Cunha, então chefe do executivo estadual e membro do PRL no estado do Rio Grande do Sul.

A partir do exposto, deve-se considerar ainda o aspecto que perpassa a realização das falas de todos os vereadores eleitos para aquela legislatura entre os anos de 1936 e 1937: a preocupação que os vereadores tinham com o registro posterior das suas falas nos anais. Assim, em não raras ocasiões, muitos deles solicitavam, ao então presidente da mesa e, portanto, conforme as regras do Regimento Interno para os debates, para que o conteúdo de suas falas fosse

posteriormente transcrito ou anexado aos anais como maneira de reforçar a importância de suas argumentações o que, sobretudo, evidencia o aspecto dessa ação dos vereadores, ou seja, a de que possíveis ou prováveis intérpretes ou leitores pudessem ter, igualmente, acesso aos debates que eram travados na sala das sessões³³:

Da Redacção dos Debates

Art. 10.º - Por indicação dos Secretario da Presidencia, a Comissão Executiva designará um official, para auxiliá-lo na revisão dos discursos e fazer-lhes o resumo quando o orador entender de os não publicar na integra.

Do Serviço das Actas

Art. 11.º - O serviço da redacção e organização das actas das sessões da Camara será feito, sob a direcção do Secretario da Presidencia, por funcionarios especialmente designados pelo Director.

Art. 12.º - A acta impressa terá todos os pormenores da sessão: debates, votações, documentos e os discursos apanhados pela tachygraphia.

Art. 13.º - Da acta será feito o resumo fiel pelo Secretario da Presidencia, ou pelo official posto á sua disposição pelo Director e submettito á deliberação da Camara³⁴.

O registro final das falas, entrecortadas por *apartes*, seguia, na verdade, a orientação das regras fixadas no Regimento Interno acerca dos procedimentos dos debates em plenário. Conforme o que ficou acertado no Regimento Interno e no Regulamento da Secretaria da Câmara, aprovados pela resolução n.º 2 de 24 de março de 1936, ainda durante o início das atividades legislativas daquele mesmo ano, o aparte foi considerado uma ação plenária cuja finalidade primeira era a de produzir uma interrupção, via de regra, mediante somente a explícita concordância do orador principal ou mesmo ler um discurso com o propósito de lhe opor uma réplica:

³³ O registro das falas, embora não recupere fielmente a realidade e o “calor dos debates” durante as sessões legislativas, procurava seguir o mais próximo possível da realidade do momento em que os vereadores realizavam suas falas. Sendo assim, as falas eram primeiramente registradas por meio de linguagem taquigráfica e somente em momento posterior passado para linguagem verbal e a conferência final dos vereadores. A taquigrafia caracteriza-se assim como uma forma de escrita abreviada e simplificada, na qual se empregam sinais que permitem escrever com a mesma rapidez com que se fala. Desse modo, as falas dos vereadores puderam ser fixadas no papel através de estenogramas – sinais que se constituem enquanto representações gráficas tanto das letras quanto das sílabas e fonemas. Assim, a linguagem taquigráfica permitia que o conteúdo do que era dito fosse reproduzido no papel da maneira mais fidedigna possível.

³⁴ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. 1936. p. 110-111.

Dos Apartes

Art. 127.^o - A interrupção de um orador, por meio de “aparte”, só será permitida quando êste fôr breve e cortez.

- 1.^o - Para apartear um collega, deverá o vereador solicitar-lhe permissão.
- 2.^o - A’s palavras do Presidente não serão admitidos apartes.
- 3.^o - Não serão admitidos apartes successivos, parallelos ao discurso.
- 4.^o - Por ocasião de encaminhamento de votação, não serão admittidos apartes.
- 5.^o - Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo que lhes for cabível.
- 6.^o - Recusada pelo orador a permissão para apartes, estes não serão registados³⁵.

Para além do efeito imediato de interrupção, reconhecido, um pouco, pelo conteúdo da norma do Regimento Interno, observou-se que, na prática, o *aparte* poderia produzir, além do primeiro, outros efeitos subsequentes, quais sejam, os de reforçar, substituir ou, ainda, desviar o argumento presente no conteúdo da fala do interlocutor em questão. Isto quer dizer que, nem sempre a interrupção servia apenas como réplica no intuito somente de substituição do argumento presente na fala do interlocutor. Na verdade, pode-se afirmar que, no *calor* dos debates travados, e dando sequência ao efeito de interrupção característico do aparte, poderia se seguir uma fala de reforço do argumento que se configura enquanto um impulso na fala do orador, quanto também de um desvio, ou seja, podendo ser utilizado igualmente para concordar, embora utilizando-se de outros argumentos³⁶. Torna-se interessante fazer salientar que o requinte das nuances específicas dessa característica ação parlamentar foram habilmente exploradas nas falas de Alberto Pasqualini. Deste

³⁵ Tanto o conteúdo do Regimento Interno quanto o do Regulamento da Secretaria da Câmara procuravam definir as normas que regiam os trabalhos dos vereadores durante as sessões legislativas. Em seus respectivos conteúdos, especialmente no que diz respeito ao Regimento Interno, constam as regras acerca do andamento das referidas sessões legislativas, os horários de início e fim das reuniões, bem como as datas e o local onde se realizariam. Além destas questões, tratava, também, da maneira como deveriam ser procedidas as reuniões, os lugares das falas, a ordem que as mesmas deveriam ou não seguir e mesmo a forma pela qual poderiam se constituir. Embora não se possa afirmar que as referidas regras tinham, na prática, uma obediência estrita por parte dos vereadores, configuravam-se enquanto principal referência. Sendo assim, o referido artigo acerca dos *apartes* configurava-se enquanto uma orientação, dentre as principais constantes no conteúdo do regimento interno, tendo, neste caso, regras especificamente dirigidas, embora não plenamente ou habitualmente seguidas na prática dos debates como se poderá constatar mais adiante neste mesmo capítulo. Sobre isso: **Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Regimento Interno e Regulamento da Secretaria da Câmara. 24 de março de 1936. Especialmente p.92-93 nas quais aparece o Artigo 127.^o sobre os *apartes*.

³⁶ Tendo em vista o número bastante expressivo de *apartes* realizados por Alberto Pasqualini e a inexistência de um pronunciamento longo enquanto orador principal que iniciasse algum dos debates travados entre os vereadores na Câmara permite caracterizar tal preponderância enquanto uma *estratégia discursiva* do vereador constitutiva, sobretudo, do modo de inserção de suas falas em relação ao jogo político discursivo das falas dos demais vereadores.

modo, a combinação presente tanto na preocupação dos vereadores com os registros, quanto em relação às maneiras específicas com as quais ocorria a exploração dos possíveis efeitos do aparte no debate plenário constituem-se enquanto um dos eixos principais constitutivos do modo de inserção desse personagem durante a realização das sessões legislativas. Desta forma, naquilo que se refere especificamente a oposição que protagonizava em relação ao PRL, pode-se afirmar que, não poucas vezes, seus interlocutores salientariam que Alberto Pasqualini não fazia oposição justamente por, no conteúdo explícito de suas falas, procurar a separação entre o sentimento partidário e os interesses coletivos. No entanto, essa mesma ideia de separação foi utilizada por Alberto Pasqualini para apontar quando um vereador do PRL utilizava-se da tribuna para elogiar seu próceres. Os aspectos significativos desse especial modo de inserção do político podem ser analisados em, pelo menos, três casos exemplares que, adequadamente contextualizados, auxiliam no argumento anteriormente exposto: o primeiro, em relação às polêmicas nas quais o vereador Alberto Pasqualini se envolveu em função de não concordar com anexações ou transcrições solicitadas nas falas dos vereadores do PRL, sob o argumento de que estas seriam de caráter partidário; o segundo, em consequência ainda do primeiro, quando algumas lideranças políticas do PRL foram homenageadas pela Câmara; e, por fim, o terceiro, quando do episódio que envolveu a tentativa de cassação de seu mandato, momento no qual os próprios vereadores do PRL utilizaram-se da tribuna para tecer falas de conteúdo elogioso à atuação de Alberto Pasqualini, ou seja, quando ele mesmo tornou-se o centro da homenagem que seria transcrita nos anais.

1.2.1 A polêmica dos registros

Pode-se afirmar que havia uma relação bastante expressiva entre as falas dos vereadores e o seu posterior registro em linguagem verbal nos anais das sessões legislativas. Tratava-se, sobretudo, de uma preocupação demonstrada pelos vereadores que pode ser confirmada justamente pelo fato de que, não raras vezes, os mesmos efetuavam a solicitação explícita de que o conteúdo de suas falas, por exemplo no casos em que realizavam a leitura de um discurso previamente elaborado, fosse registrado nos anais ou, nos casos em que, ainda, um determinado documento, exposto fisicamente ao plenário durante a sessão, fosse igualmente anexado ao conteúdo dos registros, servindo como justificação ou mesmo como comprovação dos

argumentos que foram expostos durante a realização do pronunciamento. A partir disso, torna-se necessário salientar, os vereadores não parecem apenas preocupados com o momento exato no qual se realizava o debate, mas também com os possíveis ou prováveis intérpretes que viriam a ter acesso às suas respectivas falas já transcritas.

Além desses aspectos, alguns vereadores faziam o uso da tribuna para defender suas posições político-partidárias e, também, no sentido de amplificar ou, ainda, ratificar as definições dos espaços de poder das lideranças políticas daquele contexto. Verificou-se, neste sentido, que a totalidade das ocorrências nas quais essa mesma defesa ou busca por definição dos espaços de poder político partidário no conteúdo das falas dos vereadores apareceu enquanto uma tendência significativa entre os vereadores do PRL. Não foram poucas as vezes em que um vereador do PRL utilizou-se da tribuna para homenagear próceres partidários ou seus interlocutores alinhados partidariamente na própria Câmara Municipal, prática que não ocorreu na mesma intensidade entre os vereadores da FUG, entre eles, Alberto Pasqualini. Dentre as ocorrências pode-se citar, mais especificamente, na ordem de frequência, para o casos do ano de 1936, as falas de Ludolfo Boehl, Manoel José Pereira Filho e Jayme da Costa Pereira. Vale salientar que todos eles constituíam-se enquanto um grupo de vereadores eleitos pelo PRL, sendo que este último ocupava, também, a função de presidente da mesa da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Sendo assim, um dos assuntos onde mais houve a ocorrência de apartes solicitados por Alberto Pasqualini foi, sem dúvida, quando algum dos vereadores, exercendo a função de orador principal, expunha, durante sua fala, homenagens ou apenas transcrição de discursos proferidos por outras lideranças partidárias, sobretudo vinculadas ao PRL: tanto dentro como fora da Câmara Municipal, isto é, tanto em se tratando de lideranças municipais quanto de âmbito estadual e nacional. Nas sessões legislativas nas quais se fez presente, o vereador eleito filiado ao PL, rechaçava, por meio de interrupções (apartes) dirigidos à fala do orador principal, qualquer manifestação que fosse por ele entendida como sendo dessa natureza, ou seja, de cunho “político-partidário”. Na verdade, seria com o vereador Ludolfo Boehl que Alberto Pasqualini teria os mais frequentes embates em relação a essa questão específica. Neste sentido, torna-se interessante o exemplo ocorrido durante a sessão de 11 de maio de 1937. Nessa mesma sessão legislativa, o então vereador “pediu a palavra” ao presidente da mesa e, após o consentimento deste, pronunciou-se como

orador principal requerendo ao presidente da mesa que colocasse em votação a transcrição de um manifesto em apoio à candidatura de Armano Salles Oliveira, então governador do estado de São Paulo. Desta maneira, o vereador do PRL realizava uma extensa leitura de um discurso previamente elaborado:

Sr. Ludolfo Boehl (*Lê o seguinte discurso*): Sr. Presidente, a Camara Municipal de Porto Alegre, encarnando, na representação liberal de sua maioria, o pensamento democrático de seus postulados partidários, consubstanciados em seu programma político, não póde, nem deve ficar muda ante o acto de verdadeira democracia, praticado pelo chefe supremo de seu partido o illustre Gal. Flores da Cunha, qual seja apresentar, num manifesto sereno e criterioso, como candidato à presidência da República, porque não dizel-o, o maior democrata brasileiro, o illustre homem publico Eng.^o Armando Salles Oliveira, filho do grandioso estado de São Paulo. É, sem dúvida, um nome que se impõe ao respeito e ao acatamento da Nação Brasileira³⁷.

O conteúdo da fala do referido vereador do PRL comparava o estado de São Paulo a um país – e que tanto o “pensamento democrático” quanto também os “postulados democráticos” não deveriam ficar “mudos” tendo em vista o “acto de verdadeira democracia praticado pelo chefe supremo de seu partido o illustre Gal. Flores da Cunha”. A especificidade da sua fala, na verdade, não pode ser adequadamente compreendida se não remetida a um conjunto de ações maior encetadas pelos políticos do PRL. Ao comparar São Paulo a um país, pode-se dizer que Ludolfo Boehl admitia a significativa importância daquele estado no contexto político da época, valendo ressaltar, inclusive, o marcante episódio que serviu como baliza ao realinhamento dos grupos políticos, ou seja, a eclosão Revolta Constitucionalista de 1932.

Ludolfo Boehl estava seguindo a orientação do próprio partido e, muitas vezes, do próprio Flores da Cunha, então liderança preponderante nesse mesmo contexto, que procurava engendrar, sem dúvida, as dinâmicas presentes do jogo político estadual, implementados sobretudo depois de 1933, quando da sua eleição majoritária e interferir, de sobremaneira, no jogo político nacional, neste caso, via alinhamento aos grupos políticos do estado de São Paulo.

Foi entre o ano de 1936 e meados de 1937 que definiram-se os candidatos à sucessão presidencial, para as eleições que estavam previstas para o mês de janeiro de 1938. Foi escolhido como candidato oficial o paraibano José Américo de Almeida.

³⁷ Cf. **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. 1937. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. p. 104-105.

Conhecido como “tenente civil”, José Américo tinha sido ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. O candidato oficial contava com o apoio da maioria dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, além dos setores políticos apoiadores de Getúlio Vargas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Por último surgia, ainda, a candidatura de Plínio Salgado, representante dos integralistas. Já o Partido Constitucionalista, aglutinado a partir do PD e outros menores, havia lançado o nome de Armando Salles de Oliveira, apoiado pela figura política de Flores da Cunha que procurava servir-se de intermediário entre os constitucionalistas e os autoritários.

É necessário colocar que, nesse momento, Flores da Cunha havia saído bastante fortalecido politicamente após o resultado da eleição. Seu manifesto em relação ao então candidatura à presidência da República de Armando Salles de Oliveira, demonstrava a sua intenção, enquanto chefe do executivo do Rio Grande do Sul, de influenciar politicamente nas questões que determinariam as posições das lideranças políticas e as definições de poder no jogo político nacional. Depois de ter apoiado fortemente Getúlio Vargas durante o decorrer do governo provisório instaurado em 1930, rompido com a FUG e criado o PRL em 1932, posteriormente ao episódio da Revolta Constitucionalista e também depois de ter vencido as eleições com ampla margem de votos para ocupar o cargo de chefe do executivo do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que Flores da Cunha ganhava espaço nas questões circunscritas ao jogo político nacional.

Ludolfo Boehl, então vereador eleito pelo PRL tornara-se, ao longo de sua atuação política, um dos principais porta-vozes, possivelmente o mais eloquente, do governo estadual no legislativo municipal. Nesse mesmo contexto, foi com o referido vereador do PRL, entretanto, que Alberto Pasqualini teve os embates, talvez mais frequentes, em torno dessa questão. Aspecto que se pode avaliar na sequência:

E, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, para que fique bem assinalado neste momento histórico da democracia brasileira a conducta do Partido Republicano Liberal, nesta Camara, peço a V. Exa. seja transcripto, nos Annaes desta Casa, o manifesto lançado hontem, pelo eminente Gal Flôres da Cunha, inconteste Chefe de nosso Partido, ao Rio Grande do Sul e ao Paiz, manifesto, repito, que abre uma senda luminosa, indicando uma Victoria próxima da verdadeira e sã democracia. Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem. Palmas, O orador é abraçado)³⁸.

³⁸ Id.

Nota-se, mais especificamente, a alusão ao manifesto e a preocupação do referido vereador em “elevantar” o nome do “Chefe” do seu partido, tanto em relação ao Rio Grande do Sul, quanto ao “Paiz”, demonstrando, em parte, neste trecho de sua fala, a própria dinâmica do jogo político partidário, entre o nacional e o estadual, encetado pelo general Flores da Cunha e que funcionava, como demonstrado, também no âmbito da Câmara Municipal, por meio das falas de Ludolfo Boehl, dentre outros membros do PRL, como será possível argumentar no prosseguimento deste mesmo capítulo. Assim, na continuação do mesmo excerto, foi que apareceu a solicitação do aparte proferido por Alberto Pasqualini e a sua argumentação de substituição em relação ao requerimento de votação de seu interlocutor:

O Sr. Presidente – Srs. Vereadores, está em discussão o requerimento apresentado pelo Sr. Vereador Ludolfo Boehl, requerendo a inserção nos Annaes desta Casa, do manifesto dirigido ao Rio Grande e ao Brasil pelo General Flôres da Cunha, eminente Chefe do Partido Republicano Liberal. Si nenhum dos Srs. Vereadores deseja fazer uso da palavra, vou encerrá-la. Está encerrada.

Em votação.

O Sr. Alberto Pasqualini – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Alberto Pasqualini – Sr. Presidente, o meu voto é contrario ao requerimento formulado pelo meu illustre collega, Sr. Ludolfo Boehl, porque o manifesto é, por si, um documento de natureza estritamente político-partidário.

Sempre entendi que a Camara Municipal não é uma corporação política, devendo, portanto, abster-se de semelhantes manifestações.

O Sr. Presidente – Continua em votação.

O Sr. Germano Petersen Junior – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Germano Petersen Junior – Sr. Presidente, estou de accôrdo com o que acaba de declarar o meu nobre collega Sr. Alberto Pasqualini, mas não vejo inconveniente seja transcripto nos Annaes desta Casa, o recente manifesto do Gal. Flôres da Cunha³⁹.

Pelo caminho inverso, assim, Alberto Pasqualini posicionou-se, conforme observa-se no conteúdo de sua fala, contrário ao requerimento de transcrição, chamando atenção, inclusive, para qual seria a qualidade do “documento de natureza estritamente político-partidário” e que a Câmara não se configuraria, deste modo, enquanto uma “corporação política” e que deveria, por isso mesmo, “abster-se de semelhantes manifestações”⁴⁰. Não raras vezes, portanto, o então vereador filiado ao

³⁹ Cf. **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo p. 106-107.

⁴⁰ Nota-se, curiosamente, que a transcrição das falas permite deduzir que o presidente da mesa havia já encerrado a votação quando disse: “Esta encerrada”. Possivelmente presumindo que seria aprovada sem maiores restrições, portanto. Na mesma sequência, pode-se perceber, deve ter avistado justamente o pedido do vereador Alberto Pasqualini, talvez por um sinal que este teria feito em direção

PL e membro da FUG, utilizava-se do expediente do aparte não como reforço da fala de seu interlocutor, mas sim com a intenção de desviar e, desta maneira, corrigir a fala do seu debatedor.

Tratava-se, neste mesmo sentido, tanto de uma maneira de se colocar e se distinguir dos demais vereadores no jogo político das falas, como também se configurava enquanto uma estratégia discursiva, marcadamente presente na sua fala, que exercia, ao seu modo, oposição à fala de caracterização, na realidade, personalizante implementada pela política do PRL e, sobretudo, à figura política de Flores da Cunha. Embora não fosse uma oposição explícita, tratava-se de um modo de inserção bastante especial que permitia o exercício de uma tipologia diferenciada de oposição dirigida, fundamentalmente, ao PRL. De certa maneira, as falas e intervenções de Alberto Pasqualini também se fundamentavam no contexto: os membros da FUG, mesmo que sentido, muitas vezes, traídos por Flores da Cunha em 1932, e que tivessem tentado conspirar contra o interventor estadual, enxergavam, no entanto, na aproximação com o segmento governista, uma espécie de alternativa de retorno mais contundente ao jogo do poder político no Rio Grande do Sul, além de fortalecer-se nacionalmente bem como, ainda, combater o autoritarismo do governo estadual do PRL. Não se tratava, portanto, de uma oposição explicitamente partidária de falas que simplesmente fossem colocadas em contraposição, mas que concentrava aspectos fundamentalmente relacionados ao contexto político e à dinâmica de relacionamento dos grupos partidários da época.

Porém, pode-se afirmar que não foi somente para as grandes lideranças partidárias que os vereadores republicanos-liberais solicitavam a anexação de manifestos na transcrição dos anais. Em outros casos, Ludolfo Boehl e Alberto Pasqualini novamente entraram em desacordo, envolvendo, também, outros vereadores do PRL também eleitos para aquela legislatura.

1.2.2 O caso do retrato e a dinâmica das falas

Alguns vereadores também ocupavam a tribuna para, durante as sessões, tratar de homenagens ou tecer falas elogiosas aos seus próceres mais próximos. Não, portanto, às lideranças políticas dos níveis estadual e nacional, mas aos

à mesa, haja vista que não há o registro da fala de Alberto Pasqualini, neste caso, pedindo o aparte. Observa-se, neste aspecto, a proximidade da transcrição com a efetivo momento real da fala.

representantes de partidos vinculados, especificamente, à Câmara Municipal de Porto Alegre naqueles anos. Um episódio significativo dessa questão foi o da solicitação para a realização de uma homenagem que os servidores municipais da Câmara, reunidos pela Associação dos Funcionários Municipais, desejavam realizar em referência ao “trabalho” dos legisladores e, individualmente, ao então presidente da Câmara, vereador Jayme da Costa Pereira, também membro do PRL. Neste episódio torna-se importante observar a própria dinâmica das falas que, adequadamente contextualizadas, incitam justamente o debate em torno das definições de poder e do jogo político que ocorria durante o tempo destinado às sessões naquela legislatura. Na verdade, além da causa em questão, as falas que nela estiveram envolvidas remetem para a dinâmica do debate político, ou seja, a maneira pelas quais as falas se cruzavam e o modo como os políticos utilizavam-na para persuadir seus pares.

A polêmica surgiria, especificamente, depois que a referida associação havia solicitado a homenagem e a instalação de um retrato do vereador do PRL, e presidente da mesa da Câmara, Jayme da Costa Pereira. O referido retrato deveria ser instalado nas dependências das salas da Câmara Municipal e os vereadores colocaram em votação a aprovação, ou não, por parte dos demais vereadores da homenagem. Neste sentido, conforme a fala de Ludolfo Boehl, os funcionários na Câmara informavam:

Á presença desse prestigioso consorcio de legisladores, render-lhes as suas altisonantes homenagens de muito sentido reconhecimento e inobscurecível gratidão. Em termos taes, a serem dia e hora que VV. Excias. Houverem por bem determinar a serem ratificados de viva voz e na eloquência que lhe é peculiar, por um ilustre consórcio a quem nossa collectividade muito se honrará em delegar poderes para tanto solicita a A.F.M.; lhe seja concedia permissão, para, concretisando na personalidade dinamica do seu primeiro Presidente constitucional, esse mui justo preito testemunhal ao complexo singular do nosso superior Legislativo Municipal, fazer inaugurar na sala dos trabalhos da Camara, ao encerrar as suas sessões da presente reunião, cuja transcendente operosidade desde logo, se incorpora à história dos acontecimentos mais luminosos e acalantarem o serventuário da cousa publica do Municipio, o retrato do mui nobre Sr. Dr. Jayme da Costa Pereira⁴¹.

Assim, o então agradecimento que a referida associação pretendia efetuar direcionava-se diretamente à votação, realizada pelos vereadores, do Estatuto dos Funcionários Municipais, deliberação que já vinha sendo discutida desde o ano legislativo anterior, em 1936, portanto. Na sequência da sessão ocorreram

⁴¹ Cf. **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. 1937, p. 390.

manifestações de outros vereadores, momento em que Jayme da Costa Pereira, o político que seria homenageado, tomou a palavra:

De facto, mais de 4 décadas da vida republicana já se ecoaram na ampulheta do tempo e, no entanto, os funcionários do Município não tinha tido, até hoje, o código que regulasse os seus direitos, as suas regalias, as suas vantagens e obrigações. Houve por bem a primeira Camara de Vereadores, no período constitucional, após 1934, votar esse Estatuto, que amplamente assegura aos servidores do Município a serie de direitos, de regalias e de vantagens a que têm direito, como funcionários publicos que são⁴².

Como pode ser observado, novamente, no conteúdo da fala do vereador constata-se, sobretudo, a presença de importantes elementos que estruturam a sua fala: “vida republicana” e também “período constitucional”: trata-se, assim, da utilização de argumentação capaz de favorecer a defesa da “homenagem” que se queria prestar. O período constitucional, entre os anos de 1934 e 1937, como já colocado anteriormente, abria o espaço para as manifestações políticas e, em consequência, para discussões maiores. Neste caso, a fala realizada pelo então vereador procurava utilizar-se justamente desta visão para, em seguida, constituí-la como o tempo e o lugar onde ocorreria a votação do referido código dos funcionários municipais de Porto Alegre, isto é, o da “vida republicana” e do “período constitucional”.

Foi, então, na continuidade do cruzamento das falas sobre o assunto, que o vereador Pereira Filho assumia a presidência da mesa, já que a decisão pela homenagem não poderia ser presidida pelo próprio homenageado. Jayme da Costa Pereira retirou-se da sala das sessões para que fosse possível iniciar a votação que acataria ou não a homenagem. Assim, a fala realizada por Pereira Filho, também do PRL, assumindo, na ocasião, a presidência da mesa, foi a seguinte: “Está, pois em votação o pedido honroso que faz a Associação dos Funcionarios Municipaes de Porto Alegre para que, uma das salas desta Casa seja honrada com o retrato do illustre homem publico, que é o Presidente desta Camara”. Foi nesse mesmo momento que Alberto Pasqualini efetuou uma interrupção novamente na forma de aparte:

⁴² Id.

O Sr. Alberto Pasqualini – Desejo perguntar si a homenagem é extensiva á Camara.

O Sr. Presidente – É extensiva á Camara, porém, concretizada na pessoa do Sr. Jayme da Costa Pereira, Presidente desta Casa, mas vou submeter á votação da Casa, exclusivamente a homenagem pessoal, ao vosso ilustre presidente.

Está em votação.

O Sr. Alberto Pasqualini – Neste assumpto, Sr, Presidente, nada temos a deliberar.

O Sr. Presidente – Temos que consentir na collocação do retrato do Sr. Jayme da Costa Pereira numa das salas da Camara.

O Sr. Presidente – Si assim fosse, eu o faria com a maxima satisfação.

O Sr. Presidente – Não puz em votação a homenagem dirigida á Camara, mas sim a dirigida ao Dr. Jayme da Costa Pereira, Presidente desta Casa, que consiste na collocação do seu retrato em um das nossas salas. Em toda parte assim se faz. Na Faculdade de Medicina não se colloca um retrato eum um das suas salas, não se permite que o corpo discente homenageie um Professor sem que o Conselho Technico seja ouvido.

O Sr. Alberto Pasqualini – Isso na Faculdade.

O efeito causado pela interrogação, aparecia enquanto estratégia inicial da fala de Alberto Pasqualini e procurava desfazer o conteúdo proferido pelo seu interlocutor pois, conforme o vereador da FUG, a homenagem somente poderia ser efetuada se extensiva não somente ao nome do vereador em específico mas à Câmara Municipal. Diante da fala, portanto, em forma de interrupção de Alberto Pasqualini, o vereador do PRL passou a insistir na proposta, pois, segundo o liberal, os vereadores deveriam consentir na colocação do retrato e que fosse, naquele mesmo momento, ainda escolhida uma das dependências da Câmara Municipal para sua posterior instalação. Neste sentido, nota-se especialmente o imperativo: “Temos que consentir”. Logo depois, em resposta, “eu o faria com a maxima satisfação”. Como expressões, no conteúdo da fala de Pereira Filho, que serviam para a defesa da homenagem. Deve-se fazer notar, ainda, que o vereador do PRL, exercia, concomitante às suas atividades parlamentares no legislativo municipal, a função de médico e também de professor da Faculdade de Medicina, pontos significativos de sua biografia e bastante valorizados no conteúdo das falas dos vereadores naquela legislatura. A partir disso, Pereira Filho trazia ao debate sua experiência da “Faculdade de Medicina”, lugar onde “não se permite que o corpo discente homenageie um Professor sem que o Conselho Technico seja ouvido”. Na continuação, a fala de Alberto Pasqualini, chamando atenção dos vereadores para as normas que regiam o funcionalismo municipal:

Sr. Presidente, eu compreendo a nobre intenção que tiveram os Srs. Funcionarios municipaes ao desejar prestar esta homenagem. No que respeita propriamente a Camara, tomada collectivamente, desejaria que ella ficasse apenas nessa intenção, porquanto quero lembrar aos meus nobre collegas ser esse mesmo Estatuto do funccionalismo, por cuja colaboração e votação nos são trazidos esses agradecimentos, que veda ao funccionalismo homenagear os seus superiores hierarchicos.

O conteúdo da fala de Alberto Pasqualini chamava atenção para um dos principais aspectos das normas que regiam o referido Estatuto dos Funcionários, citados na fala dos outros dois vereadores, sobretudo, aquele que não permitia ao funcionalismo municipal, portanto, homenagear seus superiores hierárquicos. Alberto Pasqualini dizia, assim, compreender os significados da “intenção”, mas defendia que a proposta não fosse efetivada na prática. Embora os muitos protestos e a oposição presentes no conteúdo das falas de Alberto Pasqualini em relação à instalação do referido retrato de Jayme da Costa Pereira, o mesmo foi aprovado, mesmo que constasse nos registros o voto contrário do vereador da oposição.

É interessante chamar atenção, neste aspecto, acerca da remissão que Alberto Pasqualini fazia em relação às questões das leis e do conteúdo próprio do Estatuto, enquanto que Pereira Filho parecia assim trazer para o conteúdo de sua fala a experiência adquirida na Faculdade de Medicina, como demonstrado anteriormente, ponto de sua biografia que era extremamente valorizado pelos seus próceres.

Na verdade, Pereira Filho, vereador do PRL, grangeava os frutos de sua atividade profissional que, não raras vezes, fora extremamente valorizada nas falas de seus principais interlocutores, rendendo-lhe, inclusive, homenagens de seus próceres, como no caso de uma sessão ocorrida em maio do ano legislativo de 1936, quando Jayme da Costa Pereira, também do PRL, utilizou-se da tribuna para proferir comentários elogiosos a Pereira Filho tendo como motivo principal as obras executadas no então Sanatório Belém em Porto Alegre. Torna-se válido, então, no aspecto específico, estabelecer uma comparação interessante. Durante uma sessão ocorrida no mês de maio de 1936 o vereador Jayme da Costa Pereira também deixava a presidência da mesa para que Pereira Filho a assumisse em seu lugar. Sendo assim, Jayme da Costa Pereira, ainda enquanto presidente, iniciava sua fala com as seguintes palavras:

O Sr. Presidente – Si nenhum dos Srs. Vereadores deseja fazer uso da palavra vou passar a presidência ao Sr. Vice-Presidente, Vereador Pereira Filho, afim de justificar um requerimento que desejo apresentar a esta Casa.

O Sr. Pereira Filho – (Assume a Presidência).

O Sr. Jayne da Costa Pereira – Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre vereador.

O Sr. Jayme da Costa Pereira – Sinto-me, ainda agora, empolgado pelo espetáculo grandioso, que assisti hontem, de solidariedade humana, dada pelo povo desta terra, em pról da magnifica obra do Sanatório Belém.

O espetáculo grandioso a que hontem assisti foi, confesso, o ponto de fazer saltar lágrimas aos olhos por ver do quanto é capaz a nossa brava gente.

Vi, emocionado, desde o amanhecer, a mobilização de homens, mulheres, moços, velhos e crianças, na ansia de levar cada um, o contingente do seu trabalho, para que a benemerita obra do Prof. Pereira Filho, possa chegar quanto antes, á méta desejada⁴³.

Embora os vereadores discutissem assuntos diferentes, respectivamente nas sessões de 1937 e de 1936, torna-se bastante significativo que os mesmos dois vereadores fossem autores de falas cujo conteúdo elogioso dirigia-se, especificamente nos dois respectivos casos, um ao outro e que, para efetuar tal procedimento, fosse necessária a troca de seus lugares, alternando o posto de presidente da mesa da Câmara. Observa-se, desta forma, que o vereador Jayme da Costa Pereira tecia, no conteúdo de sua fala, inúmeros elogios à atuação de Pereira Filho enquanto “benemérito” do então chamado Sanatório do Belém. Em verdade, como se pode perceber, as falas elogiosas e as homenagens entre os políticos do PRL eram relativamente frequentes nas sessões.

No conteúdo da fala de Jayme da Costa Pereira, portanto, apareciam as alusões diretas ao percurso acadêmico e profissional de seu interlocutor, ou seja, à profissão de médico, ocupada por Pereira Filho de maneira concomitante às atividades parlamentares, como ponto da biografia deste que era extremamente valorizada:

Com o que se verificou hontem, o eminente Prof. Pereira Filho não é o homem que sómente pertence á sciencia, mas é o homem que pertence ao Rio Grande e, como seus collegas desta Casa, devemo-nos sentir satisfeitos por tel-o em nosso meio.

Naquella hora de tanto trabalho, em que todos levaram seus applausos e seu concurso, teve occasião de constatar entre os presentes o eminente governador do Estado, Exmo. Sr. General Flôres da Cunha que, na expressão do Sr. Pereira Filho, tem sido, até agora, um dos maiores animadores de tão importante construcção.

⁴³ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre.** Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 208-210.

Nota-se à alusão de conteúdo da fala de Jayme Pereira Filho colocando, neste mesmo sentido: “o eminente Prof. Pereira Filho não é o homem que sómente pertence á sciencia, mas é o homem que pertence ao Rio Grande e, como seus collegas desta Casa, devemos-nos sentir satisfeitos por tel-o em nosso meio”. Pode-se, talvez afirmar que os possíveis lugares ocupados por Pereira Filho, no conteúdo específico da fala do seu interlocutor, admitiam, pelo menos, dois pontos de localização, associados ao pertencimento, dentre eles, pode-se notar: o “Rio Grande” que, na sequência, aparecia relativamente associado ao “eminente governador do Estado, Exmo. Sr. General Flôres da Cunha”; e a “sciencia”, procurando, neste mesmo sentido, a relação com a medicina, dado o percurso profissional do vereador. O primeiro, portanto, estava relacionado ao estado do Rio Grande do Sul, trecho que foi novamente associado ao então chefe do executivo estadual e líder do PRL General Flores da Cunha. No mesmo sentido, embora com olhar voltado ao percurso individual do vereador, aparecia o segundo ponto, relacionado, de forma preponderante, à valorização do percurso profissional e acadêmico do vereador Pereira Filho.

Assim, pode-se com alguma certeza afirmar que a preocupação dos vereadores com o registro posterior nos anais da Câmara também continha um aspecto intensificadamente voltado às definições de poder e espaço de atuação política – aspectos em nada insignificantes e que só podem ser adequadamente percebidos quando se observa a dinâmica das falas dos vereadores em seu conjunto. Desta forma, ao final, Jayme da Costa Pereira fazia o pedido para que o conteúdo de sua fala na tribuna fosse lançado na “acta” e, portanto, fosse inserido nos registros dos anais da sessão, evidenciando, justamente no aspecto referido, a preocupação com a fixação de suas falas no papel, bem como com os seus possíveis e eventuais intérpretes ou mesmo leitores para além dos seus próceres ou opositores políticos, portanto:

Requeiro, por isso, a V. Excia., Sr. Presidente que se lance em acta um voto de congratulações ao povo desta terra, nobre e generoso, que sabe em todo e qualquer momento, attender ao apello como o de domingo, empregando todos os seus esforços em pról dos grandes empreendimentos collectivos⁴⁴.

⁴⁴ Id. p. 211.

Embora a longa digressão, torna-se necessário demonstrar que, quando Pereira Filho se utilizava, na sessão legislativa do caso do retrato em 1937, dos argumentos relacionados mais diretamente à sua atuação profissional, enquanto professor da Faculdade de Medicina, para defender a instalação do retrato de Jayme da Costa Pereira, também membro do PRL, o fazia como um argumento estratégico de persuasão na sua fala, ou seja, como dos principais aspectos de sua biografia extremamente valorizado pelos seus pares, principalmente entre os membros do PRL mas, de uma maneira geral, pelos vereadores daquele mandato legislativo. É ainda lícito mencionar que na sessão de 1936, Alberto Pasqualini não encontrava-se presente, enquanto na de 1937 mostrava-se, assim como demonstra o conteúdo de sua fala, bastante contrário à realização da homenagem. Neste sentido, Alberto Pasqualini exercia oposição, sobretudo ao caráter personalizante do conteúdo das falas dos vereadores do PRL, aspecto significativo vinculado fortemente ao seu modo de inserção nos debates, ou seja, por meio das interrupções em forma de apartes.

Embora a análise de conteúdo das falas do vereador Alberto Pasqualini tenha demonstrado sua oposição aos argumentos de caráter personalizante ou mesmo, denominados pelo referido personagem, como de natureza estritamente político-partidária, também ele não escapou de ser objeto de falas cujo conteúdo mostrava-se elogioso, inclusive vinculando aspectos da sua atuação política ao seu percurso profissional.

1.2.3 A tentativa de cassação do mandato

Embora durante a atuação de Alberto Pasqualini no legislativo municipal o mesmo tenha se posicionado, via de regra, de forma contrária que se fizesse a utilização da tribuna para render homenagens a lideranças políticas ou nomes de políticos e também de seus partidos e que se colocassem em ata e, portanto, constantes no conteúdo dos registros dos anais a fixação dessas mesmas falas, pode-se afirmar, contudo, que, em pelo menos uma ocasião, o próprio vereador representante da oposição na Câmara viu-se como foco central e objeto dessas mesmas falas de conteúdo elogioso e personalizante.

Nos meses finais do ano de 1936, Alberto Pasqualini envolveu-se em uma polêmica acerca do conteúdo de um parecer por ele emitido. O problema teve início durante a discussão de um projeto de lei que alterava alguns dispositivos que

regulavam a cobrança da dívida ativa. Ao emitir seu parecer sobre o projeto, o referido vereador da FUG propôs a redução do percentual que era atribuído na cobrança da dívida ativa do município com o Estado que deveria passar de 8% para 5%. Na verdade, os procuradores do município entenderam que o vereador estaria advogando contra o Estado, prática que não era permitida aos membros do legislativo municipal. Assim, depois de pouco mais de 2 meses de discussões em torno do pedido de cassação, a questão foi resolvida por uma votação entre os vereadores daquela legislatura que alterou a Lei Orgânica do município e passou a não permitir aos vereadores apenas o patrocínio de causas contra o município.

Em função desse episódio, Alberto Pasqualini manifestaria-se, através de uma fala de agradecimento aos demais vereadores, durante uma das sessões legislativas do mês de novembro de 1936⁴⁵. Na ocasião, notam-se aspectos significativos da fala do referido vereador sobretudo em relação à maneira como enxergava as funções por ele exercidas no legislativo municipal. Além disso, pode-se colocar ainda que, Alberto Pasqualini manifestava-se, novamente, em forma de aparte, interrompendo a fala de conteúdo elogioso que a ele mesmo foi dirigida pelo vereador Ludolfo Boehl:

O Sr. Ludolfo Boehl – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre vereador.

O Sr. Ludolfo Boehl – Sr. Presidente, meus nobres colegas. O motivo que me traz, novamente, á tribuna desta nobre Camara é um assumpto que diz respeito a nós todos, no desempenho despreendido de nosso árduo mandato, outorgado pela população da Capital.

Em nossos trabalhos, Sr. Presidente, até a presente data, jamais houve discordância, quanto aos interesses da collectividade.

O ponto de vista em que cada um de nós se coloca, quanto examina aos interesses da população, não é o sentimento partidário que se apresenta perante á Camara de Porto Alegre, e sim, o sentido do bem publico, respeitadas, no entanto, os ideaes de nossas correntes partidárias.

O conteúdo da fala do vereador do PRL salientava que não teria havido, até aquele momento, alguma “discordância” no que diz respeito aos “interesses da collectividade”, argumentando, a partir disso, a oposição que existiria entre o “sentimento partidário” e o “sentido do bem publico”. Na verdade, a oposição salientada pelo vereador do PRL aparecia ao longo da sua fala como ensejo para justamente referir-se à atuação parlamentar de Alberto Pasqualini durante os debates travados nas sessões legislativas. Na sequência da sua fala na tribuna, outros

⁴⁵ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre.** Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. 1936, p. 1130-1150.

vereadores se manifestaram, reconhecendo, inclusive, que a atuação do vereador Alberto Pasqualini configurava-se como oposição:

A Camara de Porto Alegre, em que a maioria deveria ser, incontestavelmente, constituída de juristas, possui, no entretanto, em seu seio, a representação de todas as classes sociaes; o commerciante, o medico, o advogado, notando-se, entre estes, duas figuras distintas e proeminentes dentro da sciencia juridica de nossa terra, o nosso illustre Presidente e o nosso distincto e prezado collega da opposição, Dr. Alberto Pasqualini.

Nota-se, ainda, a remissão da fala do vereador ao percurso profissional de Alberto Pasqualini em relação à “sciencia juridica” vinculando-o ao “illustre Presidente”, neste caso, o vereador Jayme da Costa Pereira, presidente da mesa da Câmara e membro do PRL. Além disso, no trecho inicial, Ludolfo Boehl chegava a afirmar que a Câmara “deveria ser, incontestavelmente, constituída de juristas” embora possuísse “a representação de todas as classes sociaes; o commerciante, o medico, o advogado”. Assim, o conteúdo da fala, então, embora estivesse dirigido a Alberto Pasqualini, passava, ao mesmo tempo, a aproximá-lo dos demais membros daquela legislatura, sobretudo em relação aos próprios vereadores do PRL. Quando o vereador Pereira Filho introduz uma expressão de apoio à argumentação exposta na fala de Ludolfo Boehl, o mesmo tende a, no detalhe, valorizar, igualmente, o percurso profissional do médico:

O Sr. Pereira Filho – Muito bem.

O Sr. Ludolfo Boehl – Temos, também, a figura nobre e distincta de verdadeiro patriota, ddo illustre Professor Pereira Filho, que além dos trabalhos prestados á collectividade como cientista e como verdadeiro apóstolo da caridade, no desenmpenho de sua funnção, vem, ainda, com a sua assistência, trazer a sua cooperação efficiente e esclarecedora para a resolução de todos os problemas que dizem respeito ao bem estar de nossa metrópole.

Assim sendo, Sr. Presidente, sou insuspeito, como adversário intransigente do nobre e distincto Vereador Dr. Alberto Pasqualini, e por isso sinto-me bem me trazer á Camara um appello para que esta num movimento de solidariedade, proteste contra a pretendida cassassão do mandato deste nobre e desprendido collega.

Ao expor, no conteúdo de sua fala, na ordem, o comerciante, o médico e o advogado, referia-se, especificamente, ao vereador Curt Mentz, também do PRL, na sequência, ao vereador Pereira Filho, que exercia a função de médico, ou seja, tratava-se de um percurso profissional extremamente valorizado, assim como demonstrado anteriormente neste mesmo capítulo. Por fim à função de advogado,

esta relacionado ao percurso profissional tanto de Alberto Pasqualini quanto de Jayme da Costa Pereira.

O Sr. Curt Mentz – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Curt Mentz – Peço, Sr. Presidente, se lance, na acta de nossos trabalho de hoje, um voto de protesto contra a attitude dos srs. Procuradores municipaes que promovem a cassassão do mandato do nobre Vereador Sr. Alberto Pasqualini.

De fato, pode-se afirmar que Ludolfo Boehl pretendia, com a sua fala, aproximar o nome de Alberto Pasqualini dos membros de seu próprio partido, o PRL, através dos seus respectivos percursos profissionais e da valorização dos mesmos pelo conjunto dos vereadores ouvintes. Desta forma, o vereador Curt Mentz, chamado ao debate pela fala de Ludolfo Boehl, tratava de solicitar ao presidente da mesa que se lançasse “na acta dos trabalhos de hoje” um “voto de protesto contra a attitude dos srs. Procuradores municipaes que promovem a cassassão do mandato do nobre Vereador Sr. Alberto Pasqualini”. Na prática, pode-se afirmar que o pedido de Curt Mentz era de que as falas dos vereadores até aquele momento fosse transcrita para o registro, em linguagem verbal, no conteúdo dos anais da Câmara Municipal, elemento que novamente demonstra a preocupação dos vereadores com a transcrição de seus pronunciamentos. Vale notar que não somente o apoio a Alberto Pasqualini seria transcrito, mas também as subseqüentes falas de conteúdo elogioso aos membros do PRL, realizadas, como demonstrado, pelo vereador Ludolfo Boehl. Na seqüência da dinâmica das falas daquela sessão:

O Sr. Presidente – Está em discussão a proposta do Sr. Vereador Curt Mentz, precedida das considerações do Vereador Sr. Ludolfo Boehl, no sentido de se lançar, na acta dos nossos trabalhos um voto de protesto contra a attitude assumida por alguém que pretende requerer ao Tribunal da Justiça Eleitoral, para a cassassão do mandato do nosso nobre collega Sr. Vereador Alberto Pasqualini.

O Sr. Presidente – Si nenhum dos Srs. Vereadores deseja mais fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Está encerrada.

Votação.

Os Srs. Vereadores que approvam a proposta do Sr. Vereador Curt Mentz, queiram ficar sentados.

(Pausa).

Approvado.

Absteve-se de votar o vereador Pasqualini.

Nota-se, na fala do então presidente da mesa, vereador Jayme da Costa Pereira, a referência à “Justiça Eleitoral”. Cabe salientar que o instituto foi criado no contexto imediatamente posterior à Revolução de 1930, sobretudo de modo a conciliar os interesses dos principais grupos políticos então em confronto e reorganizar o jogo político nacional. Tratava-se de um órgão que passou a existir por meio do decreto n.º 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 e que resultou da proposição das diversas subcomissões legislativas criadas após 1930 para a reforma das leis, subordinadas a uma Comissão Revisora Geral, presidida pelo próprio Ministro da Justiça. Desta maneira, a referida subcomissão era integrada, dentre outros, por políticos como Assis Brasil –um dos principais expoentes das lideranças do PL no estado do Rio Grande do Sul desde 1928 – além de João Cabral e Mário Pinto Serva. O decreto indicado, além da criação do novo ramo do Poder Judiciário, tratava do alistamento e do processo das eleições⁴⁶. Sendo assim, a própria Justiça Eleitoral, vinculada intensificadamente ao contexto de reorganização das forças políticas da época, era, igualmente, mobilizada nas falas dos vereadores na Câmara Municipal entre os anos de 1936 e 1937. Além disso, vale salientar que os então procuradores municipais, embora tivessem intencionado a cassação do mandato, o processo, na verdade, não chegou a ocorrer efetivamente. Seja como for, na continuação do já referido debate em relação à cassação, o próprio Alberto Pasqualini pronunciou-se:

O Sr. Alberto Pasqualini – Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Alberto Pasqualini – Sr. Presidente, meus nobres colegas. Sou profundamente reconhecido às palavras que acabam de ser proferidas pelo meu nobre colega, Sr. Ludolfo Boehl, e pelo illustre colega Sr. Curt Mentz, e profundamente grato ao gesto desta Casa, solidarizando-se commigo no incidente surgido com os srs. Procuradores Municipaes, fazendo consignar na acta dos nossos trabalhos de hoje, um protesto á attitudo por elles assumida.

Tomo, Sr. Presidente, o gesto de V.V. Excias. Com uma manifestação de amizade e do elevado espírito de colleguismo que reina nesta Casa.

Realmente, como accentuou o nobre colega, Sr. Ludolfo Boehl, no exame e nas discussões de todos os assumptos que tem sido trazidos ao plenário, não

⁴⁶ A significação do “novo instituto” foi apreciada por Edgar Costa: “A revolução política de 1930, invocando como sua principal justificativa a fraude e corrupção eleitorais, que minavam a própria subsistência do regime democrático, deixou, inegavelmente, como a sua melhor conquista, a reforma do sistema eleitoral, iniciada com o Código de 1932. O ponto culminante dessa reforma foi a instituição da Justiça Eleitoral que, acima dos interesses partidários, se erigiu como a mais lúdima garantia da verdade e da legitimidade do voto, isto é, da realidade do sufrágio popular, e, conseqüentemente, da consolidação daquele regime. A essa Justiça especial, com a atribuição de proceder à apuração dos pleitos, foi conferida a de proclamar os eleitos, abolindo-se assim a fase de reconhecimento de poderes até então exercido pelos próprios órgãos legislativos, prática que vinha deturpando a seriedade e a verdade das eleições”. Sobre isso ver especificamente: **A legislação eleitoral brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964. p. 133.

houve nunca da parte de ninguém quaesquer preocupações de natureza partidária.

O Sr. Presidente – Muito bem.

Deve-se fazer notar que a fala de Alberto Pasqualini, influenciada pelas demais anteriores que procuravam aproximá-lo dos membros do PRL, embora fosse, ao mesmo tempo, considerado enquanto oposição, seguia pela mesmo alinhamento argumentativo quando afirmava: “não houve nunca da parte de ninguém quaesquer preocupações de natureza partidária”. Pode-se afirmar que, na verdade e conforme o que foi anteriormente demonstrado, o conteúdo dessa sua fala parece, inicialmente, contrariar os aspectos significativos da oposição que frequentemente exerceu no conteúdo e nos modos de inserção de seus pronunciamentos, com relação aos membros do PRL, ou seja, sobretudo no que diz respeito às suas principais manifestações em forma de apartes. Neste caso, em especial, portanto, o vereador Alberto Pasqualini não somente aceitava, embora sua abstenção, a inclusão da sequência dessas falas nos registros dos anais da Câmara, como contrariava o aspecto, possivelmente, mais significativo da sua atuação política e parlamentar naqueles ano de 1936. No entanto, na continuidade da sua fala, voltava a afirmar a separação entre a “colectividade” e a “corporação política”, reiterando que a Câmara deveria se ater mais ao primeiro do que ao segundo ponto:

O Sr. Alberto Pasqualini – Devo confessar, e dizer a todos os nobres collegas que si algum dia me fosse imposta a obrigação de tomar essa ou aquella política, dentro desta Casa, a isso preferiria renunciar ao meu mandato, porquanto a Camara Municipal não é Camara política e sim uma corporação onde todos nós devemos trabalhar pelo bem da colectividade.

O Sr. Pereira Filho – Muito bem.

O Sr. Alberto Pasqualini – Quando o eleitorado de Porto Alegre e, no meu caso, o eleitorado da Frente Única, me conferiu o mandato de Vereador, impoz-me, ao mesmo tempo, a obrigação de desempenhal-o. Não fosse o compromisso que me vincula ao nobre eleitorado da Capital, não se tratasse ainda de mandato gratuito, eu já teria, há muito tempo, a elle renunciado, porquanto devo confessar que as minhas obrigações e affazeres, não me permitem exercel-o como desejaria.

Devo, também, declarar que si os Srs. Procuradores Municipaes forem bem succedidos no seu intento e o Tribunal Eleitoral resolver cassar o meu mandato, ficarei agradecido, quer aos Procuradores como ao Tribunal, de me aliviarem desse pezado encargo, tanto mais que possuo a certeza de que serei substituído por companheiro que desempenhará melhor esta funcção. (Não apoiados).

Reitero o meu commovido agradecimento a todos os collegas pelo nobre e elevado gesto de amizade que tiveram para commigo.

Na manifestação de carácter pessoal que finalizava sua participação na dinâmica dessas falas, Alberto Pasqualini mostra-se sensivelmente ambivalente: por

um lado, reiterava a sua mais significativa forma de inserção nos debates, sublinhando, neste aspecto, a sua principal crítica em relação aos membros do PRL, embora rechaçada no trecho anterior da mesma sequência; por outro lado, referia-se a um possível terceiro destinatário: “o nobre eleitorado da Capital”, que o se configurava, no seu caso, o “eleitorado da Frente Única”, o qual teria imposto ao vereador a obrigação de desempenhá-lo. Na sequência do mesmo excerto ainda colocaria que: “obrigações e affazeres” não o permitiriam “exercel-o como desejaria”. Assim, pode-se dizer que, possivelmente, neste específico trecho de sua fala, o vereador da FUG soubesse que, uma vez que a transcrição nos anais fosse realizada, outros, além dos vereadores diretamente envolvidos, teriam acesso ao seu conteúdo. Utiliza-se, na verdade, do expediente da “falsa modéstia” para garantir que agradecer a homenagem e a aceitaria inclusa nos registros, porém, demonstraria o reforço do argumento daquilo que denominou como “obrigação” que, sobretudo o seu “eleitorado”, o haveria imposto.

Na verdade, a crítica que Alberto Pasqualini frequentemente exercia aos seus interlocutores do PRL vinculava-se enquanto uma prática no conteúdo das falas dos vereadores daquela legislatura, lógica da qual nem mesmo o próprio vereador da oposição, então coligado à sigla da FUG, igualmente não conseguiu escapar. Tratava-se, neste sentido, de uma específica estratégia discursiva das falas de Alberto Pasqualini e que caracterizaram, de modo bastante significativo, a atuação política e parlamentar do referido vereador na dinâmica do debate político da sua época. Pode-se, assim, afirmar que a sua estratégia, embora vinculada ao especial modo de oposição que fazia ao PRL, continuaria evidente também no trabalho que realizava junto a Comissão de Petições, Reclamações e Redação da Câmara Municipal de Porto Alegre também entre os anos de 1936 e 1937. Da mesma forma que Alberto Pasqualini não pode ser visto como um político que discursava longamente ou que utilizava-se da tribuna para realizar a leitura de longos pronunciamentos, também ele não foi o principal autor dos pareceres emitidos pela referida comissão da qual fazia parte. Isso não quer dizer que não entraria em desacordo com seu grupo formado na comissão e não continuaria se utilizando de seu especial modo de inserção por meio de apartes.

1.3 ENTRE PETIÇÕES E PARECERES

Pode-se afirmar que a principal função de Alberto Pasqualini, bem como também dos demais vereadores eleitos durante o pleito realizado em 1935 para o mandato que se iniciou em 1936, esteve fundamentalmente relacionada com questões orçamentárias. O referido vereador da FUG foi escolhido para integrar a chamada Comissão de Petições, Reclamações e Redação. Tratava-se de um grupo de 3 vereadores, escolhidos entre seus pares, para analisar, sobretudo, as dimensões e o ponto de vista legal dos pedidos, oriundos, principalmente, dos contribuintes do município de Porto Alegre, enviados ao executivo municipal. Neste aspecto, pode-se salientar que, primeiramente, esses pedidos eram enviados ao executivo e, posteriormente, à Câmara Municipal. Esta, por sua vez, emitia os pareceres sobre esses pedidos, tendo por conclusão deferí-los ou indeferí-los⁴⁷. Não obstante, é importante ressaltar: os vereadores que formavam os grupos que compunham o quadro geral das comissões eram escolhidos por votação que acontecia, via de regra, entre os seus pares, por voto secreto. Nota-se, ainda, que a escolha de Alberto Pasqualini deu-se justamente quando este não encontrava-se presente durante o processo de votação, não tendo votado, portanto, apesar de ter sido, conseqüentemente, escolhido membro para integrar a comissão. Neste sentido, os vereadores também dividiam-se em grupos determinados que se constituíam a partir das comissões o que sugere, portanto, não somente uma dinâmica de falas associada diretamente às prováveis oposições dos diferentes alinhamentos ideológicos ou mesmo entre as diferentes siglas partidárias.

Como foi possível argumentar por meio da primeira parte deste capítulo, o conteúdo das falas de Alberto Pasqualini, somados ao seu especial modo de inserção nos debates travados nas sessões legislativas da Câmara Municipal naqueles anos, demonstra que o referido vereador eleito pela FUG, muito antes de uma aparente neutralidade, exercia uma oposição política-partidária, embora característica, não menos significativa, aos membros do legislativo municipal que pertenciam ao PRL. Para Alberto Pasqualini, o órgão do legislativo, representado pela Câmara Municipal,

⁴⁷ O termo específico “petição”, no vocabulário jurídico, pode ser, via de regra, associado a “pedido” dirigido, em geral, a um Tribunal. Pode significar, igualmente, um pedido inicial com o qual se inicia um determinado processo. No Supremo Tribunal Federal, a “petição” – ou PET – associa-se, também, a “processo”.

não poderia ser considerado uma entidade política ou mesmo partidária. Sendo assim, o vereador da FUG passava a rechaçar qualquer indício de que os seus interlocutores estivessem utilizando-se do espaço das sessões e da tribuna para fazer apologia às lideranças políticas do PRL na época ou mesmo em relação aos seus próprios pares especificamente no legislativo municipal.

Entretanto, embora o trabalho nas comissões possa sugerir ao historiador, efetivamente, outra dinâmica possível nas falas dos vereadores, e é necessário colocar que esta também ocorreu, houve, também, uma permanência dessa fala de oposição de Alberto Pasqualini com uma roupagem diferente: as ocorrências encontradas no conteúdo dos principais apartes de Alberto Pasqualini durante as sessões legislativas de 1936 e 1937 transformavam-se em desentendimentos em relação aos pareceres emitidos pelas comissões. Nota-se, nesta esteira, que os principais interlocutores de Alberto Pasqualini nos debates travados entre os vereadores acerca dos pareceres emitidos permaneciam sendo Ludolfo Boehl e Pereira Filho.

Eram 4 as comissões efetivas constituídas entre os vereadores eleitos no pleito de 1935, conforme a informação que indica o Regimento Interno de 1936:

Art. 20.º - As comissões effectivas, que exercerão suas funções annualmente, tanto nas reuniões ordinárias como nas extraordinárias e nas prorogações, serão as seguintes:

1 – Executiva 2 – Orçamento 3 – Tomada de Contas 4 – Petições, reclamações e redacção.

Art. 21.º - Essas comissões, com excepção da Executiva, que será constituída pela Mesa, serão eleitas em escrutínio secreto, reservada representação ás correntes de opinião na mesma proporção e que estiverem representadas na Camara.

Art. 22.º - As comissões effectivas, no mesmo dia ou no seguinte ao de sua eleição, reunir-se-ão na sala respectiva para escolha de seu presidente e relator.

Art. 23.º - Aos presidentes das comissões effectivas compete: a) determinar, logo que fôr eleito, o dia ou os dias de reuniões ordinarias da Comissão, comunicando isso á Mesa para effeito de publicação no Diario Official; b) convocar ex-officio ou a requerimento dos membros da Comissão, reuniões extraordinarias; c) submeter a votos as questões sujeitas á comissão e proclamar o resultado da votação; d) assignar os pareceres e convidar os demais membros da comissão a fazel-o; e) enviar á Mesa toda a materia destinada a leitura em sessão e á publicidade na acta impressa dos trabalhos da Camara; f) ser o órgão de comunicação da Comissão com a Mesa; g) solicitar providencias ao Presidente da Camara para o prehechimento das vagas que se derem nas Comissões e para substituição temporaria dos membros occasionalmente impedidos de funcionar.⁴⁸

⁴⁸ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre.** Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. 1936. p. 59.

A Comissão Executiva foi então constituída pelos vereadores Jayme da Costa Pereira, Manoel José Pereira Filho e Curt Mentz, todos eles membros do mesmo PRL e que exerciam, igualmente, as suas funções de, respectivamente, presidente, vice-presidente e o secretário da mesa (essa comissão, justamente por fazer a condução dos trabalhos dos vereadores na Câmara, constituía-se como a própria mesa); já a Comissão de Orçamento, tinha como presidente o vereador Salathiel Soares de Barros, o vereador Curt Mentz como relator e, por último, Germano Petersen Junior como membro; a Comissão de Tomada de contas tinha como presidente o vereador Fernando Ortiz Schneider, Elysio de Souza Feijó como relator e Germano Petersen Junior como membro; a Comissão de Petições, Reclamações e Redação tinha como presidente o vereador Manoel José Pereira Filho, o vereador Ludolfo Boehl como relator e Alberto Pasqualini como membro. No caso da distribuição dos grupos, nota-se, ainda, que alguns vereadores integravam mais de uma comissão. Caso, por exemplo, do vereador Pereira Filho, que compunha tanto a Comissão Executiva quanto a Comissão de Petições, Reclamações e Redação; de Curt Mentz que compunha a Executiva e a de Orçamento; Germano Petersen Junior que integrava tanto a de Orçamento quanto a de Petições, Reclamações e Redação. Já nos casos dos vereadores Salathiel Soares de Barros, Elysio de Souza Feijó e Alberto Pasqualini, cada um era integrante de apenas uma comissão. Embora houvesse essa configuração inicial, como demonstra o registro do Regimento Interno, acima assinalado, as funções de presidente ou mesmo de relator poderiam ser modificadas conforme o andamento dos trabalhos, bem como a falta de um dos vereadores na sessões que eram dedicadas ao estudo ou à aprovação dos pareceres que eram emitidos pelas comissões.

Dentro do mesmo contexto de formação desses grupos e também de uma certa distribuição dos vereadores entre as referidas Comissões, deve-se fazer notar, sobretudo, o aspecto central que, provavelmente, embasava os trabalhos articulados entre todos os vereadores naquela conjuntura. Pode-se afirmar, neste mesmo sentido que, via de regra, todas elas tratavam, preferencialmente, de questões ou resoluções vinculadas diretamente ao orçamento municipal e contas públicas. Trata-se, portanto, de um aspecto bastante significativo da atuação parlamentar dos vereadores eleitos

no pleito de 1935 e do qual o então vereador, eleito pela FUG, Alberto Pasqualini também teve participação fundamental⁴⁹.

Na verdade, pode-se afirmar que a própria história do órgão legislativo de Porto Alegre confunde-se com a questão das atribuições orçamentárias. Ao longo de não poucas décadas e, principalmente durante quase todo o período republicano, pelo menos desde o seu início efetivo até o ano de 1937, o legislativo municipal ficou bastante restrito às resoluções atinentes às questões orçamentárias. Na primeira fase, o órgão legislativo do município foi chamado de Conselho Municipal de Porto Alegre e tinha como objetivo principal assessorar o intendente, portanto, nas questões que se referiam diretamente ao orçamento municipal. Compunha-se, então, de apenas nove conselheiros eleitos, de quatro em quatro anos que, segundo as normas da época, não poderiam ser reeleitos para o período ou mandato imediatamente seguinte. Assim, o referido Conselho Municipal reunia-se, via de regra, durante, aproximadamente, dois meses por ano, em sessões públicas, sobretudo em votações que decidiam as despesas e receitas municipais do ano seguinte e examinavam as contas do anterior. Entre 1896 e 1928, todos os membros do conselho pertenciam ao PRR, exceto dois. Foi com a Revolução de 1930 que extinguiu-se o Conselho Municipal e o então governo provisório instituía, por decreto de 29 de agosto de 1931, os chamados Conselhos Consultivos Municipais, instalados no mês de dezembro do mesmo ano. Assim, ainda na mesma época, foram escolhidos quatro membros do PRR para compor seu Conselho Consultivo e apenas um entre os libertadores, que completavam, assim, o número exigido pela nova Lei. Foi somente em 1935 que o órgão legislativo municipal, então chamado Conselho Consultivo, passou a ser denominado de Câmara Municipal, a mudança estava relacionada, portanto, com o processo de reconstitucionalização do País ocorrido ainda em 1934. Em todos os referidos momentos, entre trocas de governos e deslocamentos de contextos e forças políticas e partidárias, o órgão legislativo municipal de Porto Alegre permaneceu fundamentalmente tratando, portanto, das questões orçamentárias. O retrospecto, na verdade, relacionou-se, intimamente, com a situação econômica mundial que afetava o País e, como não poderia deixar de ser, o estado do Rio Grande do Sul e o município de Porto Alegre. Pode-se citar, deste modo, os efeitos imediatos dos conflitos na

⁴⁹ Sobre as questões referentes à crise econômica mundial e suas consequências no estado do Rio Grande do Sul e em Porto Alegre torna-se interessante ver especificamente: BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 68-80.

Europa, sobretudo a Primeira Guerra Mundial, em nível mundial, a Revolução de 1923, no nível estadual, a crise de 1929, em nível internacional, a Revolução de 1930, no nível nacional (articulado, como já demonstrado ao nível estadual).

Entre os anos de 1916 e 1917, a crise advinda dos conflitos na Europa, sobretudo vinculados à Primeira Guerra Mundial, agravou-se no final daquela década. Embora seja possível afirmar que o conjunto de pedidos recebidos pelo órgão legislativo municipal daquela época fossem diferentes entre si, pode-se igualmente salientar que, via de regra, solicitavam, dentre outras coisas, isenção ou facilidade para pagar impostos devidos em impostos urbanos. Os anos entre 1919 e 1922 correspondiam, na verdade, ao período em que o governo brasileiro apresenta o maior déficit orçamentário, fruto da crise internacional que afetava a economia brasileira. Em 1925, por exemplo, dobrou-se o número de pedidos em relação ao ano anterior. Neste aspecto, o referido aumento pode ser explicado pelos efeitos mais imediatos da chamada Revolução de 1923 que, além de empobrecer muitas famílias com a perda de pessoas e bens, ainda provocou a mudança de intendente. A saída de José Montauray de Aguiar Leitão e a ascensão de Otávio Rocha⁵⁰.

No que se refere, por exemplo, ao ano de 1932, o número de pedidos tornava a aumentar. Neste sentido, isso representava um dos aspectos mais imediatos da crise mundial de 1929, influenciando na situação socioeconômica do município de Porto Alegre. Entre 1932 e 1934, torna-se interessante fazer salientar que os cofres municipais perderam muitos recursos e permanecem com dívidas internas e externas para saldar, fato que levou o prefeito Alberto Bins a declarar, no ano de 1937, que a administração pública de Porto Alegre tornara-se inviável. Nesse mesmo ano, cerca de 20 mil contribuintes solicitavam moratória à Câmara Municipal, pois deviam o

⁵⁰ José Montauray foi o primeiro intendente a governar consoante aos princípios do conteúdo da 1.ª Lei Orgânica Municipal do ano de 1829. A lei estabelecia o território do município, divisão em distritos e também comissariados, suas rendas, taxas e atribuições. Estipulava, igualmente, que o governo municipal devesse ser exercido por um intendente, com poderes para dirigir todos os serviços, e por um conselho, em lugar da antiga Assembleia Municipal. A situação tornava o intendente “a única cabeça pensante, depois da do presidente do Estado”. Sobre isso ver: SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre**. Sulina, 1967. p. 157. Vale salientar que José Montauray foi indicado por Júlio de Castilhos em 1896. Eleito no mesmo ano Montauray assumia o governo de Porto Alegre no ano seguinte permanecendo durante 27 anos nessa função. Para suceder a José Montauray de Aguiar Leitão, o PRR, por escolha de Borges de Medeiros, indicou Otávio Rocha como intendente de Porto Alegre e Alberto Bins para vice-intendente. Sobre o “continuismo” das administrações municipais em Porto Alegre ver: BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. 2.ed. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2013. p. 50-59.

montante de 24 mil contos de réis à prefeitura sob forma de impostos ou taxas⁵¹. Os vereadores, via de regra, mostravam-se, muitas vezes, favoráveis à concessão de anistia fiscal aos contribuintes devedores, entretanto, embora muitos dos pareceres emitidos optassem efetivamente pelo então deferimento dos petições (pedidos), tanto de isenção quanto de cancelamento ou abatimento de dívidas, isso não ocorria sem que antes se apresentassem as proposições e os pontos de vista dos vereadores envolvidos na análise dessas mesmas petições⁵². Neste mesmo sentido, Alberto Pasqualini, algumas vezes, não entrava em acordo com os demais membros da comissão da qual fazia parte. Nota-se, a partir disso, que o seu principal modo de inserção na dinâmica dos debates parlamentares da época permaneceria quanto às discussões orçamentárias que ocupavam, na prática, parte bastante considerável do tempo destinado às falas dos vereadores durante as sessões legislativas.

1.3.1 A Comissão de Petições, Reclamações e Redação

A Comissão integrada pelos vereadores Alberto Pasqualini, Pereira Filho e Ludolfo Boehl constituía-se enquanto o grupo de vereadores que mais recebeu solicitações nos anos de 1936 e 1937. Observa-se, assim, que grande parte do tempo destinado às sessões legislativas era utilizado para leitura dos pareceres deferidos ou indeferidos justamente por esta comissão integrada por Alberto Pasqualini. As solicitações – pedidos ou petições – vinham especialmente de contribuintes com alguma dívida em relação aos cofres municipais. O conteúdo dessas petições, via de regra, solicitava tanto o cancelamento quanto a redução de dívidas ou, ainda, a permuta de imóveis para a construção de obras públicas, bem como a entrega do imóvel ao poder público municipal como pagamento total ou em parte das dívidas. No entanto, os aspectos que foram mormemente utilizados como fio condutor para análise das petições encaminhadas pelos contribuintes endividados estava circunscrito em dois pontos principais: o primeiro, vinculado mais diretamente às

⁵¹ **Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937. p. 496.

⁵² Pode-se afirmar que grande parte dos pedidos (petições) cujos pareceres emitidos resultavam em indeferimento ocorriam justamente porque não seguiam as normas constantes na Lei Orgânica votada no ano de 1936. Segundo o Artigo 33 de n.º 6 e o Artigo 36 da referida Lei, deviam os interessados dirigir-se primeiramente ao executivo municipal e este, por sua vez, enviaria as petições à Câmara no intuito de estabelecer as suas possibilidades diante das suas dimensões legais, portanto. Sobre isso ver: **Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 41-53.

peças físicas e à carência financeira ou à pobreza comprovada; o segundo, vinculado, muito mais, às instituições que se dedicavam à assistência ou ao amparo social nas diferentes regiões da cidade de Porto Alegre.

Tornou-se possível constatar que dentre os principais requisitos para que um pedido de cancelamento total e parcial ou, em outras palavras, de apenas redução do total de dívidas fosse efetivamente deferido, ou seja, aceito, estavam, para o caso de pessoas físicas, tanto a carência material e financeira quanto a pobreza que igualmente deveria ser comprovada acrescentando, às petições de contribuintes mulheres, o estado de viuvez. O estado de viuvez deveria aparecer combinado ao estado de carência material. Assim, naquilo que diz respeito às mulheres, não somente a viuvez era considerada um elemento significativo para aprovação do parecer e seu posterior deferimento, como neste caso em que o vereador Ludolfo Boehl aparecia como relator:

PARECER N.º 16

(Petição de viuva Alvine Gerdau)

Não encontrando apoio em Lei, e em vista de tratar-se de um terreno situado em pleno coração da capital, numa das mais valiosas zonas comerciais, propriedades pertencentes a pessoas abastadas e ao par de todas as taxações do fisco, sou de parecer seja indeferida a presente petição. Porto Alegre, 5 de maio de 1936. – (a.) Ludolfo Boehl, relator; Pereira Filho, de accôrdo⁵³.

Já em outros casos, o benefício era concedido em função justamente de combinar a pobreza comprovada com o estado de viuvez ou, ainda, a pobreza comprovada com enfermidade ou doença na família. Nestes casos, tanto de pobreza quanto de viuvez, analisados pelos vereadores membros da referida comissão, constatou-se a ausência de qualquer desentendimento por parte dos mesmos. Em parte considerável do conteúdo dos referidos pareceres salientava-se, mais explicitamente, as condições de vida do(a) peticionário(a):

⁵³ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 188. Sobre o parecer de Ludolfo Boehl, torna-se necessário salientar que, com o crescimento urbano da cidade, as vias centrais da cidade ficavam cada vez mais valorizadas. No centro da cidade um terreno poderia valer cerca de 10 vezes mais do que outro localizado em bairros mais distantes. A relação de diferença se configurava de 500\$000 contos de réis para 50\$000, respectivamente, no centro da cidade e localizações mais distantes. Sobre isso ver: Relatório apresentado por Aurélio Porto em setembro de 1925 ao intendente Otávio Rocha. Porto Alegre: **A Federação**, 1.º semestre de 1925. p. 245. Com o aumento da especulação imobiliária, os proprietários de imóveis populares próximos ao centro e aos locais de trabalho dos operários passam a tornar-se gradualmente mais caros. A questão habitacional e sua relação com a dinâmica das falas nas sessões legislativas será examinada mais adiante ainda neste mesmo capítulo.

PARECER N.º 2
(Petição de Maria Joaquina de Oliveira)

Louvando-se na informação da Comissão de Revisão da Dívida de que a propriedade é mixta, só tem aparência; internamente é um pardieiro; tomando em consideração o afirmado pela peticionária, que o seu marido acha-se enfermo, sem poder auxiliar-a no sustento da família, sou de parecer que se já cancelado o seu débito correspondente ao imposto predial referentes ao 1.º e 2.º semestre de 1935.

Porto Alegre, 8 de maio de 1936. – (a.) Ludolfo Boehl, Relator;

(aa.) Pereira Filho

Alberto Pasqualini⁵⁴.

A comparação entre os dois casos demonstra, portanto, a prevalência da questão social da pobreza em detrimento do estado de viuvez. Nas petições em que não havia dúvidas da carência material, os vereadores nem mesmo emitiam longas falas e não se demoravam nos argumentos, aprovando o pedido de maneira mais objetiva. Seja como for, não somente famílias ou mesmo pessoas físicas solicitavam resoluções do legislativo da Câmara em relação às dívidas com os cofres municipais. Dentre as instituições que igualmente solicitavam a análise de suas dívidas estavam, principalmente, sindicatos, igrejas ou alguma outra que possuísse vínculo social de amparo ou assistência em bairros e comunidades de Porto Alegre:

PARECER N.º 78
(Petição do Sindicato Odontológico do Rio Grande do Sul)

Não julgo de justiça comparar o serviço médico a domicílio com os cuidados odontológicos ali realizados.

Habitualmente a maioria dos trabalhos profissionais dos cirurgiões dentistas pratica-se nos seus gabinetes.

É uma exceção nesses assistências dentária domiciliar. Não esqueço, contudo, que muitos desses profissionais atendem aos gabinetes escolares e também aos hospitais desta Capital, por isso julgo plausível que, em tempo oportuno, sejam concedidas unicamente as vantagens de 10% sobre os impostos de automóveis. Em 7 de 5 de 37. (a.). Pereira Filho, relator. De acordo Ludolfo Boehl. Alberto Pasqualini⁵⁵.

O relator da comissão, neste caso específico, o vereador do PRL, Ludolfo Boehl, procurava, por meio do conteúdo de seu parecer, salientar as diferenças entre o atendimento que era prestado pelos dentistas nas dependências do Sindicato Odontológico do Rio Grande do Sul daquele que era realizado à domicílio ou mesmo em consultórios particulares, estes últimos denominados pelo vereador como

⁵⁴ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 208.

⁵⁵ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937. p. 184.

“gabinetes”. Durante outras ocasiões, inclusive, o mesmo vereador do PRL indeferira petições de profissionais odontológicos justamente em função destes não prestarem serviços de assistência:

PARECER N.º 97

(Petição de D.^a Margarida Baumeister Gesche)

Pedindo perdão da dívida predial de imóveis: A petionária já foi atendida por duas vezes consecutivas em suas pretensões: Reportando-me às informações da Comissão da Dívida, a referida Sra. Possui 3 casas de boa aparência e relativamente bem alugadas; e que sua casa comercial tem um regular capital investido em mercadorias e finalmente exerce a profissão de dentista.

Pelo acima exposto, verifica-se que a situação econômica da petionária não permite o favor de cancelamento do pedido.

Sou pelo indeferimento.

Porto Alegre, 8 de maio de 1936.

(aa.) Ludolfo Boehl

Pereira Filho

Alberto Pasqualini⁵⁶.

Nos exemplos constantes dos dois casos anteriores, portanto, embora a diferença cronológica de alguns meses, torna-se possível notar a prevalência do aspecto ligado à questão social e a consideração da profissão do dentista a partir de uma separação que se configuraria, ao longo das análises que os vereadores realizavam em relação às petições, bastante nítida: aquele dentista que atendia à comunidade, em termos de assistência e amparo, poderia ser considerado diferente daquele que atendia somente em seu “gabinete”⁵⁷. Tratava-se, portanto, do fundamento pelo qual os vereadores da referida comissão analisavam os pedidos então encaminhados ao legislativo naqueles anos de 1936 e 1937. Assim, seria pela utilização desses mesmos argumentos que Alberto Pasqualini entraria, em pelos menos duas ocasiões significativas, em desacordo com o conteúdo dos pareceres emitidos pelos seus interlocutores. Na verdade, Alberto Pasqualini mantinha-se

⁵⁶ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 745. A análise de conteúdo dos pareceres demonstra a permanência de aspectos que regiam o seu deferimento ou indeferimento, neste caso, a questão da assistência social e a da pobreza comprovada. Os referidos trechos configuram-se, no desenvolvimento do argumento realizado, como exemplares de um aspecto constitutivo presente na análise que os vereadores efetuavam, via de regra, das petições enviadas ao legislativo municipal.

⁵⁷ Assim ocorreu, via de regra, em toda documentação analisada e referente ao assunto. A decisão de deferimento dos pedidos era essencialmente motivada pela questão da relação que o petionário tinha com a questão social. No caso das pessoas físicas, torna-se possível citar os aspectos da pobreza comprovada e da carência material; no caso das instituições, eram privilegiadas pelos vereadores aquelas que realizavam assistência e amparo à comunidade. Na verdade, tendo em vista a carência material e o empobrecimento da população urbana, era gradualmente mais necessário que a população fosse atendida pelas instituições de caráter de assistência social.

utilizando-se das interrupções como modo principal de inserção na dinâmica dos debates, uma estratégia discursiva portanto que, neste aspecto, apareceriam tanto conduzidos quanto igualmente intensificados a partir da discussão dos pareceres emitidos pela comissão da qual fazia parte⁵⁸.

Há, contudo, um elemento significativo que deve ser considerado quando se analisa o conteúdo dos pareceres emitidos pelos vereadores componentes do legislativo municipal entre os anos de 1936 e 1937. Embora os presidentes das comissões e os relatores das mesmas tivessem sido escolhidos ainda no início do período legislativo em 1936, ocorriam muitas trocas de funções, conforme o número de pareceres que deveriam ser analisados. Salienta-se, desta forma, que não foram poucas as situações em que os vereadores manifestavam-se basicamente em relação à quantidade excessiva de trabalho em relação à emissão e análise das petições que eram enviadas à Câmara Municipal:

O Sr. Elycio Feijó – Sr. Presidente, não tendo sido possível á Comissão nomeada, terminar o estudo sobre a mensagem em que o Sr. Prefeito pede autorisação para effectuar uma operação de credito, por antecipação de receita, na importancia de 1.500 contos de réis, solicito a V. Exa. adiamento para apresentação do parecer respectivo⁵⁹.

Vale ressaltar, ainda, que os vereadores não ganhavam, naquela época, nenhuma remuneração ou mesmo vencimentos, para desempenhar funções legislativas. Então, não foram poucos os casos em que, até mesmo, cogitou-se votar, justamente, a possibilidade de que tivessem remuneração. Somado a isso, as suas atividades profissionais, então concomitantes à atividade parlamentar constituía uma conjuntura que não contribuía para o andamento mais ágil do trabalho dispensado às análises das petições, o qual ocupava, portanto, grande parte do tempo destinado às sessões.

Seja como for, torna-se necessário diferenciar o conteúdo bem como o resultado constante nos pareceres nos quais Alberto Pasqualini assinava como

⁵⁸ A permanência desse especial modo de inserção, mesmo nos debates atinentes aos pareceres emitidos pela comissão da qual Alberto Pasqualini era vereador integrante permite caracterizá-lo como fundamental de sua atuação política parlamentar no legislativo municipal entre os anos de 1936 e 1937.

⁵⁹ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. 1936. p. 18-19. O pedido de adiamento referia-se, especificamente, a uma operação de crédito solicitada pelo executivo municipal, assinada pelo então prefeito Alberto Bins do PRL, em função das dívidas do município e os problemas com a arrecadação de impostos. O pedido do prefeito foi discutido ainda em mais 3 sessões legislativas daquele ano de 1936 pela comissão de orçamento. Sobre isso ver no mesmo documento: p. 24, 25 e subsequentes.

relator, ou seja, como o vereador que realmente havia redigido o texto daqueles nos quais seu nome somente aparecia enquanto membro da comissão – o que não garantia, de fato, que ele tivesse realmente analisado a petição e emitido o seu respectivo parecer. Nota-se, então, primeiramente que os pareceres nos quais Alberto Pasqualini aparece como relator são, via de regra, constituídos por uma linguagem essencialmente técnica e pouco ou nada adjetiva.

O vereador do PRL, Ludolfo Boehl emitia um parecer como relator, da comissão que era integrada também por Alberto Pasqualini, acerca do pedido de auxílio mensal para a creche mantida pelo “Círculo Operário Porto Alegre”:

No presente caso trata-se de uma instituição christã que tem por escopo, não só o “saneamento moral” da classe trabalhadora, bem como “amparar materialmente” aos filhos da mesma, dando-lhes a necessaria alimentação. O “saneamento moral” ahi é feito, administrando, á infancia desprotegida da sorte, os ensinamentos rudimentares inculcando-lhes no espirito a lei do respeito e do cumprimento dos deveres com a patria. Nada mais louvável e justo do que ir ao encontro desta pleiade de homens desprendidos, abnegados servidores da causa publica, organizando, a sua propria custa, forças para o combate pacifico ao extremismo em nosso meio, empregando os melhores esforços pessoases em prol da salvação de nosso regime christão. Assim sendo, e estribado no artigo 69 de nossa carta básica, sou pela concessão de um “auxilio mensa por capital”, correspondente ao numero de crianças attendidas naquela Instituição Proletaria. Este é o meu parecer, 8 de Maio de 1936.

(a.) **Ludolfo Boehl**, Relator

(aa.) **Pereira Filho**,

Alberto Pasqualini ⁶⁰

Nota-se, sobretudo, no conteúdo do parecer de autoria de Ludolfo Boehl, uma linguagem bastante rebuscada e adjetiva. Em muitos dos casos, bastante elogiosa aos autores do pedido, como para o caso deste específico em nome do “Circulo Operário Porto-Alegrense”. Ao contrário do exemplo demonstrado, nos pareceres nos quais Alberto Pasqualini assinava como relator, o que se tornava mais significativo, com certa frequência, foi fundamentalmente uma linguagem objetiva, mais direta e de ordem bastante técnica, mesmo quando o parecer emitia indeferimento:

⁶⁰ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 197-198.

O Sr. Luiz Alves de Castro, proprietario de 24 predios nesta capital, pede o cancellamento de 50% de sua divida predial allegando a precariedade de seu estado financeiro. Junta certidão estarem os predios hypothecados. A Commissão é de parecer que é de indeferir-se a pretensão do requerente, pois, de accôrdo com a lei vigente e com o criterio firmado pela Camara, esta só attende a pedidos de cancellamento ou de reduçção da divida em casos de probreza comprovada.

Sala das sessões, 18 de maio de 1936.

(aa). **A. Pasqualini, Pereira Filho**, Presidente. **Ludolfo Boehl**⁶¹.

Na verdade, o resultado apresentado pelos pareceres, tanto o deferimento quanto o indeferimento, portanto, além mesmo da forma como eram redigidos os diferentes conteúdos dos seus textos podem não só possivelmente identificar qual teria sido o seu autor, como sugerir algumas pistas para compreender, de modo mais adequado, a maneira pela qual funcionava o trabalho da comissão integrada por Alberto Pasqualini, Ludolfo Boehl e Pereira Filho. Do total de 101 pareceres assinados pelos membros da Comissão de Petições, Reclamações e Redação no ano legislativo de 1936, 2 foram deferidos parcialmente, 7 foram indeferidos e 89 foram deferidos. Deste demonstrativo, o então vereador Alberto Pasqualini apareceu como relator apenas no conteúdo de 5 pareceres, sendo que 2 deles foram deferidos parcialmente e 3 foram indeferidos. Do restante de 96 pareceres, 89 foram deferidos e 7 foram indeferidos – nestes casos, foram assinados, em grande parte, pelo vereador do PRL Ludolfo Boehl. Já no ano legislativo de 1937, dos 138 pareceres emitidos pela referida comissão, 16 foram indeferidos e 122 foram deferidos. Destes subtraem-se, 12 indeferidos e 5 deferidos tendo Alberto Pasqualini enquanto relator do processo. Nos demais, Alberto Pasqualini aparecia somente como membro, tendo o vereador do PRL, Ludolfo Boehl, novamente, como o principal relator dos pareceres.

Os números, para este caso específico, demonstram que, embora Alberto Pasqualini assinasse a autoria de poucos pareceres, naqueles em que assinava enquanto autor principal, havia um número relativamente alto de indeferidos ou, ainda, deferidos parcialmente quando efetivamente comparados com o total dos pedidos analisados. Eram poucos os pareceres indeferidos quando comparados aos deferidos e, os poucos indeferidos, foram assinados pelo então vereador representante da FUG na legislativo municipal de Porto Alegre. Do total de 12 pareceres indeferidos ou deferidos parcialmente no ano de 1936, o vereador Alberto Pasqualini havia assinado 5. Naquilo que diz respeito ao ano legislativo seguinte, do total de 21 pareceres

⁶¹ **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 275.

indeferidos ou deferidos parcialmente, Alberto Pasqualini havia assinado 6, sendo que os demais ficaram distribuídos entre os outros dois vereadores do PRL. Além disso, constatou-se, ainda, na atuação de Alberto Pasqualini enquanto membro da Comissão de Petições, Reclamações e Redação, apenas 3 pareceres com pleno deferimento tendo o seu nome como o de relator e sobretudo se comparado ao número total de deferimentos, ou seja, 206, distribuídos entre Ludolfo Boehl e Pereira Filho. A primeira conclusão a que se chega é a de que, embora a situação dos cofres públicos municipais fosse de crise generalizada, os diversos pedidos para o cancelamento de dívidas eram, via de regra, aceitos em sua totalidade e, em alguns casos, de modo parcial. Nos casos específicos onde havia parcialidade da concessão ou indeferimento, a tendência de caráter mais geral é a de que Alberto Pasqualini aparecesse como relator.

Na verdade, Alberto Pasqualini, assim como não se constituía enquanto um parlamentar inclinado aos grandes e longos pronunciamentos, do mesmo modo não se configurava enquanto o principal autor dos pareceres emitidos pela Comissão que integrava no corpo de vereadores da Câmara. Sua estratégia discursiva, portanto, permaneceria enquanto elemento bastante significativo de sua atuação parlamentar e, precisamente, como modo estratégico de exercer oposição política partidária.

Em todos os casos, via de regra, nota-se, no conteúdo dos pareceres, principalmente, a intenção geral dos vereadores de acatar os pedidos solicitados ao legislativo municipal. Porém, embora houvesse uma unidade neste aspecto, tal premissa configurava-se apenas como aspecto aparente.

A unidade revela, na verdade, apenas uma aparência de conformidade que pretensamente existiria entre os membros da comissão, fator que não pode ser adequadamente compreendido apenas na análise quantitativa. Assim, pode-se afirmar que, em pelo menos dois casos exemplares, houve discordância nos pareceres entre os membros da referida comissão. Neste sentido, na realidade, deve-se salientar, Alberto Pasqualini, nos dois casos que chamaram atenção dos demais vereadores e levaram as discussões a grandes intervenções e debates, posicionou-se contrário ao deferimento das petições que seus pares defendiam pela sua aceitação.

1.3.2 O caso da “Parochia da Gloria”

Foi no ano legislativo de 1936, conforme constam nos registros dos anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, que uma discussão bastante significativa ocorreu acerca de uma petição que fora enviada ao executivo municipal cujo remetente era a Mitra Arquidiocesana de Porto Alegre. A informada petição requeria ou solicitava o cancelamento total das dívidas da chamada Paróquia da Glória, na forma de tributos e impostos devidos aos cofres municipais desde o ano de 1928 até, pelo menos, o ano de 1935. Assim, seguindo o roteiro que já se configurava enquanto protocolo do regimento da Câmara, após o momento em que o vereador Jayme da Costa Pereira, então presidindo a sessão enquanto presidente da mesa, colocava em discussão o conteúdo do parecer da Comissão de Orçamento, ocorreu uma sequência significativa de apartes nas falas emitidas pelos vereadores envolvidos no debate, incluindo, principalmente neste caso, o protagonismo de dois vereadores: Alberto Pasqualini e Ludolfo Boehl, membros que eram de uma mesma comissão da Câmara, conforme já informado. Os dois vereadores estavam em desacordo enquanto ao parecer e, nesses casos, a votação deveria ser submetida, igualmente, aos demais vereadores, momento no qual também se colocava a própria discussão sobre a referida petição. Sendo assim, Ludolfo Boehl iniciava sua fala dizendo que:

O Sr. Ludolfo Boehl – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu pedi a palavra com o fim especial de defender o parecer emitido pela Comissão, Sr. Presidente, por esse parecer da Comissão de Petições, Reclamações e Redacção, levamos em consideração, tão sómente, a petição lacônica feita pelo vigário da Parochia da Gloria. Não me conformando como relator da Comissão com o parecer emitido, peço a justificação apresentando os documentos necessarios para o completo esclarecimento do meu parecer, aliás, aprovado pelo seu digno presidente Dr. Pereira Filho.

O vereador Ludolfo Boehl iniciava sua fala dizendo que a sua comissão havia apenas levado em consideração a “petição laconica” do vigário da paróquia este, portanto, peticionário que representava a Paróquia da Glória. Assim, tendo a comissão não entrado em acordo sobre o parecer emitido por Ludolfo Boehl, o mesmo utilizou-se do espaço da tribuna para sua “justificação” procurando trazer para o debate a comprovação de seus argumentos, ou seja, significando o que aparece no trecho: “documentos necessários para o completo esclarecimento do meu parecer”. Na verdade, o conteúdo da fala do vereador do PRL admitia que teria apenas levado em

conta uma petição sem comprovação, portanto. Assim, no trecho seguinte da sua fala:

A finalidade do Cinema da Gloria não é, exclusivamente, a exploração dura do commercio. Tanto não é, que a Parochia tem cedido, por innumeradas vezes, para outros fins, que não o da fria exploração commercial. Assim sendo, quero ler parte, apenas, dos documentos que fazem prova do que acabo de asseverar.

Os trechos de tonalidade conotativa, na verdade, operam no sentido da separação da “finalidade” do Cinema da Glória que, segundo o vereador do PRL, não seria a “fria exploração commercial” e que a Paróquia havia cedido o espaço por “innumeradas vezes para outros fins”. Depois de realizar a leitura de uma série de documentos, que ocupou grande parte do tempo daquela sessão legislativa, arremataria:

Sr. Presidente, meus nobres collegas.

Não tenho a pretensão de ser, nesta Casa, o defensor do catholicismo Rio grandense, pois que, não tenho credenciaes nem mérito para isso. O que me traz ao plenário, desta nobre Camara, é a ancia de evitar a consumação de uma injustiça. Quero justificar – com toda a minha força, quero confirmar e provar de consciência plena de um dever cumprido a exactidão do nosso parecer. A modesta parochia do arrabalde da Gloria – luctando com difficuldades financeiras de grande monta – jamais abandonou o seu trabalho de assistencia christã – combatendo e aniquilando os ideaes bolchevistas – ora com suas predicas sobre os ensinamentos de Christo – ora dermindando com auxílios pecuniarios á pobreza daquelle bairro. Falo com a consciencia absolutamente tranquila, pois sou um testemunho occular de quanto tem feito aquella parochia para o bem da collectividade.

A justificativa presente na fala do vereador assumia, conforme o excerto anterior, a tarefa de “confirmar e provar” a “exactidão do nosso parecer”. Essa aparente significância através da comprovação obedecia, na verdade, ao eixo fundamentalmente contido nos pareceres emitidos pela comissão, ou seja, das instituições que prestavam assistência ou amparo social. Não satisfeito com a documentação apresentada, Ludolfo Boehl diria, ainda, que era “testemunho occular de quanto tem feito aquella parochia para o bem da collectividade”. Na continuação:

Como simples morador daquelle rincão – como presidente da comissão districtal do P.R.L – posso affirmar – posso jurar , si assim for necessario, da procedencia do allegado. O cinema é, sem duvida, um dos meios que mais influem actualmente, no character de nosso povo. E ahi que o pobre procura a sua distração. – É ahi que o remediado procura suas inspirações. – É ahi, finalmente, que a nossa mocidade procura motivos para imitação. O que seria da nossa futura geração , si não tivessemos, ainda, em nosso meio abnegados e incognitos servidores do bem publico, que como estes pugnam desassobradamente pela finalidade moral e instructiva do depravado cinema moderno, expurgando-lhe os defeitos moraes. A Camara Municipal de Porto

Alegre, deferindo o pedido da modesta e pobre Parochia da Gloria, attende aos anseios da maioria da população daquelle arrabalde, comettendo, acima de tudo, um acto de insophismavel e inteira justiça.

No trecho em seguida, a fala do vereador Ludolfo Boehl cita a comissão distrital do PRL naquele bairro, sendo ele mesmo o seu presidente. Nota-se, na continuidade, que vereador assumia a posição de testemunho diante do trabalho da Paróquia da Glória e o cinema que naquela instituição funcionava na época. Foi neste momento que Alberto Pasqualini solicitou a interrupção:

O Sr. Alberto Pasqualini – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Alberto Pasqualini – Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Eu, também eduquei-me na religião catholica, catholicos praticantes foram meus avos, catholicos praticantes foram meus paes, tenho uma tia que é religiosa, passei o tempo de minha infancia e de minha juventude em collegios religiosos. Poderei dizer, até haver pautado a minha vida de accôrdo com os mais rígido preceitos da moral crhistã.

Além dos efeitos já mencionados do aparte na dinâmica do debate político parlamentar, pode-se constatar que, via de regra, era um ponto específico da fala de um determinado orador que acionava a fala, em forma de réplica, do seu interlocutor. Neste caso específico, torna-se interessante ressaltar que a fala de Alberto Pasqualini parece ter se iniciado justamente quando Ludolfo Boehl identifica-se como membro do PRL e presidente da comissão distrital do bairro da Glória em Porto Alegre. Na sequência, ainda, torna-se importante salientar que a fala de Alberto Pasqualini iniciava-se concordando com o ponto de vista do orador, ou seja, colocava-se próximo no que diz respeito à questão da religião católica. Na continuação:

O collega Ludolfo Boehl, para comprovar as afirmações de seu parecer, acaba de trazer uma serie de documentos nos quaes pretende confortar o seu ponto de vista. Um desses documentos é uma declaração do vigario Pedro Frank, que diz que, por diversas vezes, lhe foi cedido o cinema gratuitamente para festivaes em favor dos pobres desse arrabalde. Um outro documento, assignado pelo Dr. João Baptista Perlot, affirma que a Conferencia de São Vicente de Paula tem realizado sessões, nesse cinema, gratuitamente. Ainda outro documento assignado pelo secretario e gerente do cinema da Gloria, se declara que esse senhores não percebem vencimentos pelos cargos que exercem. Com isso, Sr. Presidente, eu não vejo comprovada a affirmação contida no parecer, onde se declara que o rendimento se destina a minorar os sofrimentos da pobreza.

Para Alberto Pasqualini, as declarações dos representantes das entidades envolvidas não se caracterizava enquanto comprovação de que o rendimento do cinema poderia então efetivamente “minorar os sofrimentos da pobreza”. Isto é,

ambos os vereadores, do PRL e da FUG, estavam de acordo quanto a esse argumento em relação à assistência e ao amparo social, no entanto, a questão vinculava-se à efetividade dessa assistência, se havia provas de que a renda do cinema era realmente revertida para a “pobreza”. Assim, para o então vereador Alberto Pasqualini não havia se produzido “nova prova” e, além disso, também não havia se “justificado” o teor do parecer, mesmo com a nova documentação trazida pelo vereador Ludolfo Boehl. Na sequência, Alberto Pasqualini:

Se de facto se tivesse produzido nova prova, por onde se verificasse que o rendimento desses dois prédios era invertido em fins de assistência social, seria eu o primeiro a modificar o meu parecer no sentido de ser cancellada a dívida da Parochia da Gloria. Por estas razões, devo manter-me dentro do critério estabelecido por esta Camara, porque, no exercício do meu mandato, não sou adepto de nenhuma religião, mas apenas representante do povo de Porto Alegre, que deve decidir de accôrdo com as leis e regulamentos vigentes.

Neste ponto específico de sua intervenção, no conteúdo da fala de Alberto Pasqualini aparece a separação entre a religião e o exercício de seu mandato, colocando que: “no exercício do meu mandato, não sou adepto de nenhuma religião, mas apenas, representantes do povo de Porto Alegre”. Na verdade, a fala do referido vereador eleito da FUG operacionalizava, significativamente, uma separação semelhante àquela por ele também defendida de que a Câmara não poderia ser uma representação de partidos políticos. Esse fator parece, portanto, evidenciar que o modo especial de oposição partidária exercido por Alberto Pasqualini em sua atuação parlamentar permanecia mesmo quando da discussão acerca do conteúdo dos pareceres emitidos pela comissão da qual era vereador integrante. Nota-se, somado a esse aspecto, o momento no qual a fala de Alberto Pasqualini foi acionada, isto é, quando Ludolfo Boehl identificava-se a si mesmo como presidente da comissão distrital do PRL no bairro da Glória. O argumento levantado na fala de Alberto Pasqualini acionou a fala em réplica de outro integrante do PRL, o já mencionado vereador Pereira Filho que também era membro da mesma comissão na qual estavam tanto Ludolfo Boehl como Alberto Pasqualini.

O Sr. Pereira Filho - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre vereador.

O Sr. Pereira Filho – Sr. Presidente, illustres Vereadores, pedi a palavra para justificar o meu voto.

Si votei favoravelmente á concessão do pedido em discussão, foi porque a nossa Lei Organica, em seu Art. 63.º, diz que: “O município estimulará quanto possível, o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral. Entendo que o cinema da Parochia da Gloria, como instrumento de cultura e patriotismo, deve ser amparado. Foi, por isso, que subscrevi, prazeirosamente, o parecer relatado pelo meu nobre collega, Sr. Ludolfo Boehl. Ainda, em outro Art. Da Lei Organica, lê-se o seguinte: “organizar e manter outros systemas educativos sempre que possivel”. Quem negará que o cinema bem dirigido faz parte do ensino do nosso povo?

O Sr. Alberto Pasqualini – Neste caso, a Camara Municipal deveria baixar um decreto para que se exhibissem sómente films de caracter educativo.

O Sr. Presidente – Está com a palavra o Sr. Pereira Filho.

O Sr. Pereira Filho – O cinema da Gloria tem trazido e trará sempre beneficios insophismaveis á população daquele prospero arrabalde.

O Sr. Ludolfo Boehl – Póde ter certeza disso.

A fala de Alberto Pasqualini acionou, neste sentido, a interrupção efetuada por Pereira Filho. Ou seja, o vereador da FUG salientava que os vereadores deveriam seguir as “leis e os regulamentos vigentes” e não a questão religiosa, portanto. No conteúdo da fala em réplica, Pereira Filho defendia o seu parecer de deferimento com o argumento de que na Lei Orgânica do município também constava que seria a responsabilidade do poder público municipal estimular “o quanto possível, o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral” e que o “cinema da Parochia da Gloria” seria, desta maneira, “instrumento de cultura e patriotismo”. Além disso, citou outro trecho do conteúdo Lei Orgânica onde constava que era também responsabilidade do município “organizar e manter outros systemas educativos sempre que possivel”. Já a interrogação no final acionou, novamente, embora sem pedir permissão, a fala de Alberto Pasqualini. Nota-se, especificamente neste ponto do debate, que o presidente da mesa interveio no sentido de conduzir o debate, dizendo que “a palavra” ou a vez de realizar a fala estava com o vereador Pereira Filho. Ao final, defendendo o ponto de vista do vereador Ludolfo Boehl, na verdade, acabava por defender, também, a posição de seu partido, o PRL.

O Sr. Salathiel de Barros – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Salathiel de Barros – Sr. Presidente, ouvi com a máxima atenção as argumentações, pró e contra, sobre o caso em debate. Confesso que não deixei de me impressionar com a argumentação aqui apresentada pelo nobre collega, Sr. Ludolfo Boehl, assim como, com os argumentos do collega Sr. Alberto Pasqualini, que inteligentemente e judicioso como é, fez ponderações que calaram em muito meu espírito. Nessas condições, requeiro adiamento da discussão e que os papeis voltem à Comissão respectiva de modo que eu possa julgar com mais segurança, com mais consciencia, sobre assumpto de tanta responsabilidade.

O Sr. Alberto Pasqualini – O meu ponto de vista foi vencido e eu estou inteiramente de accôrdo com o pedido formulado pelo Cel Salathiel Soares de Barros, tanto mais que entendo que esta documentação devia ter vindo ao seio da Comissão.

Na continuação do debate, a fala do vereador Salathiel de Barros elogiava o teor da discussão dos demais vereadores envolvidos, incluindo, neste caso, o próprio Alberto Pasqualini. Na verdade, as falas elogiosas, no pronunciamento de Salathiel de Barros, demonstram justamente a especificidade da discussão que, ao que parece, prendeu a atenção dos vereadores hipótese que se pode, igualmente, verificar observando o tempo da sessão que foi destinado aos já referidos pronunciamentos em toda a sua dinâmica de falas, com o apartes e as interrupções.

1.3.3 O caso dos “24 chalets”

A administração pública de Porto Alegre, desde, pelo menos, finais do século XIX e, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XX, portanto durante todo o período republicano até então, esteve fundamentalmente voltada para questões atinentes ao problema habitacional. Fator que se refletia, também, no conteúdo das falas dos vereadores nos debates travados durante as sessões legislativas entre 1936 e 1937⁶². O empenho do governo municipal com essa finalidade configuraria-se, também, por meio de outras políticas. A Prefeitura de Porto Alegre, pode-se afirmar,

⁶² A incorporação “ordeira” do proletariado à sociedade, fator que implica no seu acesso à moradia própria, higiênica e confortável foi, na realidade, uma questão imporante para o poder público porto-alegrense. O pensamento de Auguste Comte que está na base dos princípios castilhistas, por exemplo, pode ser assim expresso: “A existência material dos plebeus deve assentar, tanto como a dos patrícios sobre uma ligação especial à sede planetária da humanidade. Para instituir o estado normal, é necessário que cada família se torne proprietária de tudo quanto lhe serve exclusiva e continuamente. Em relação aos proletários, pode-se condensar esse princípio de posse do domicílio, além da qual a tendência deles para a propriedade se tornaria tão contrária à sua felicidade como o seu dever. Sobre isso ver: COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.286-287. A associação entre Comte e a política habitacional aparece em: BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 119-120.

fornecia, nesta mesma época, alimentos aos presos, estes empregados geralmente nos serviços de melhoramentos das vias urbanas da cidade e cooperava, igualmente, com o que era então denominado por “Cruzada de Educação Proletária”. A referida, por conseguinte, objetivava, sobretudo, manter as escolas destinadas à alfabetização do operariado⁶³. Um outro exemplo disso, foi a medida do governo federal que, a partir do ano de 1933, deu início à criação dos então chamados Institutos de Aposentadoria, que reuniam os empregados por categoria profissional, com vistas à concessão de determinados benefícios, entre os quais, o da casa própria. Foi nesse mesmo ano, em 1934, que foram criados tanto o Instituto dos Marítimos quanto o Instituto dos Bancários e o Instituto dos Industriários. Assim, é que o reinício das obras de saneamento nos bairros de São João e de Navegantes, ambos em Porto Alegre, esteve relacionado com a criação desses Institutos e suas propostas de moradia para os associados⁶⁴.

Foi nessa conjuntura, portanto, que se deu o debate travado entre Alberto Pasqualini da FUG e Pereira Filho do PRL acerca de uma petição dirigida ao legislativo municipal que solicitava dispensa de pagamento de 50% da dívida correspondente ao imposto predial e demais taxas sobre 24 chalés de madeira cujo seu proprietário alugava para operários. A petição entrava em discussão justamente porque os membros da própria comissão encarregada de emitir o parecer, neste caso específico os vereadores Pereira Filho e Alberto Pasqualini, não haviam conseguido chegar a um acordo em relação ao pedido. Pode-se afirmar, neste sentido, a discordância entre os membros da referida comissão, como ocorrera no caso da Paróquia e do Cinema da Glória, então amplamente discutidos.

Ao encerrar a leitura do expediente, como, via de regra ocorria a cada início de sessão, tendo como foco os pareceres acerca das petições que, seriam ou não, aprovadas em votação pelo conjunto dos vereadores, o então presidente da mesa da

⁶³ **OFÍCIO de Alberto Bins ao Ilmo. Sr. Dario Crespo**, chefe de Polícia do Estado em 12 de junho de 1933. **Correspondência ativa do prefeito Alberto Bins**.

⁶⁴ A necessidade de construir uma vila operária nas proximidades da zona industrial, oferecendo conforto, higiene, praças e estacolas, afigura-se novamente como meta prioritária do governo de Porto Alegre. Planejava-se aproveitar uma área de 37.350m², especialmente destinada para esse fim desde o final do século XIX. Apesar dos planos entusiásticos, as obras desenvolvem-se com lentidão. O prefeito tentou se justificar em relação a isso, colocando que já haviam sido realizadas obras de saneamento e abastecimento d'água, por exemplo. Algum tempo depois ainda não havia uma vila operária em Porto Alegre – a que seria construída nos bairros São João e Navegantes – no seu lugar, encontrava-se uma “Notável aglomeração” onde viviam pessoas sem mínimas condições de conforto. Mensagem do Prefeito Alberto Bins. In: **Anaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936. p. 161.

Câmara, vereador Jayme da Costa Pereira, autorizava e declarava aberta a sessão para a discussão do então parecer n.º 62 na petição de João Pedro Agostini, na qual havia a solicitação de dispensa de 50% do pagamento de sua dívida correspondente em impostos prediais. Desta maneira, o vereador do PRL, Pereira Filho iniciava sua fala:

O Sr. Pereira Filho – Sr. Presidente, pedi a palavra, unicamente, para justificar o parecer que redigi.

A Lei Organica no Art. 5.º, inciso 6.º, diz: “que devemos cuidar das oportunidades de trabalho e da vida social dos operarios”

Redigi dessa maneira o parecer concedendo 50% e julgando validos os documentos apresentados pela Commissão de Syndicancia, porque, ainda hontem, discutiamos a proposta de uma outra petição, em que uma pessoa assignava a rogo, e se accéitava como valida em direito, a informação dada pela referida Commissão.

Si lá a informação é valida e porque aqui, neste processo, não é tambem?

A Commissão de Syndicancia diz, em sua informação, que nos chalets, em que há um contracto entre o comprador e o vendedor, residem ali os operários com suas familias.

Nestas condições pelos dados da Commissão de Syndicancia, que tributo de valor, poderia eu concluir que de facto os documentos existentes são sufficientes e que portanto estão de accôrdo com o Art. 5.º da Lei Organica.

É sabido – e nenhum dos Srs. Vereadores poderá negar – que nós não cuidamos da assistencia dos operarios. A casa do operario é indispensável.

É possível constatar, a partir do conteúdo da sua fala, que o vereador do PRL focalizava um artigo específico da Lei Orgânica do município, sobretudo fazendo salientar os aspectos referentes ao cuidado da vida dos operários. Esse aspecto, como demonstrado, já havia sido ressaltado pelo prefeito municipal e era uma preocupação central do poder público do município desde o início do período republicano, ou seja, desde pelo menos finais do século XIX. Tratava-se, portanto, de um tema importante e que chamava significativamente a atenção dos demais vereadores. Na continuação da sua fala, Pereira Filho expunha aos seus possíveis interlocutores os demais argumentos:

Há um dispositivos de nossa Lei Organica que permite a redução de taxas aos edificios que teinha cinco ou seis andares, com o fim altamente significativo de concorrer para o embellezamento de nossa cidade, collocar a nossa metrópole á altura das mais adeantadas.

Por que não conceder o mesmo benefício a quem emprega o seu capital na construcção de pequenas casas destinadas a operarios?

Compete também á municipalidade fiscalisar si estas casas, sob o ponto de vista hygienico, satisfazem e si sob o ponto de vista da modicidade dos preços, podem ser accéitos.

Foi unicamente pra justificar meu moto intimo de pensar e não pretendendo que a minha argumentação venha a convencer, venha mudar a opinião dos meus distinctos collegas.

Quero mostrar que agi conscientemente, baseado na Lei Organica e em face do meu modo de vêr.

Nota-se, na continuação de sua fala, um especial reforço de defesa do conteúdo do parecer, através do trecho: “para justificar meu modo íntimo de pensar” bem como o trecho “não pretendo que a minha argumentação venha a convencer, venha a mudar a opinião dos meus distintos collegas”. Tal modo de condução de sua fala, na verdade, incitava-a às possíveis interrupções⁶⁵. Outro aspecto da argumentação que foi salientado pela fala do médico e político do PRL foi chamado “ponto de vista higienico”. Observa-se, neste sentido, que o caminho da fala, no trecho “modo íntimo de ver” confundia-se com o “ponto de vista” do conteúdo do parecer, anteriormente salientado. O que estava em jogo na fala não era, inevitavelmente, a verdade sobre o fato ocorrido, mas os elementos que, efetivamente, o relativizavam por meio da ideia implícita no trecho específico “ponto de vista” que tendia, por sua vez, a incitar as falas dos demais vereadores como ocorreu, de fato, com o efeito de interrupção gerado pelo aparte de Alberto Pasqualini:

O Sr. Presidente – Continúa em discussão o parecer n.º 62 dado a petição de Pedro Agostini.

O Sr. Alberto Pasqualini – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre vereador.

O Sr. Alberto Pasqualini – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, pedi a palavra para fazer algumas observações em torno do que acaba de dizer o illustre Vereador e Professor Pereira Filho.

As falas de Alberto Pasqualini constituíram-se, a partir do ponto específico da discussão, como intermitentes. E o debate, a partir deste momento, portanto, tornava-se mais intensificado, a ponto de os vereadores não mais solicitarem permissão ao presidente da mesa para interromper a fala de um e outro. Nota-se, sobretudo, que as falas de Alberto Pasqualini foram sendo realizadas com menos intervalo de tempo e, portanto, intensificavam, justamente, a sua principal estratégia discursiva, ou seja, o seu principal modo de inserção na dinâmica das falas nos debates das sessões que se configurava, fundamentalmente, por meio de apartes. Na continuação do trecho:

⁶⁵ Constata-se, ainda, que a fala do vereador Pereira Filho, do PRL, chamava atenção para o artigo da Lei Orgânica onde aparecia o verbo “cuidar”. Em outras ocasiões, não raras vezes, o exame de conteúdo dos anais da Câmara Municipal demonstra que durante o mesmo ano de 1936, por exemplo, o referido vereador chamava atenção para o Art. 69.º da mesma lei que colocava o seguinte: “Proteger os serviços de amparo á maternidade, á infancia, á velhice e á invalidez”. Sobre isso verificar: **Annaes da Camara Municipal de Porto Alegre**. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936.

O cidadão João Pedro Agostini, dizendo-se proprietário de varios chalets, allega que tem compromisso de vendel-os á operarios e que de accôrdo com as clausulas contractuae, esses operarios são obrigados a satisfazer os impostos prediaes que recahem sobre os referidos chalets. Como, porém, pela falta de trabalho, muitos operarios não puderam attender a essa obrigação, vem elle requerer o cancellamento da divida predial.

Mas, Sr. Presidente, eu pergunto, onde é que existe prova neste processo de que operarios tenham realmente contractado a compra dos chalets e assumido o compromisso de pagar impostos prediaes?

Em seu apartes, via de regra com a intenção de, além da interrupção, desviar o foco da fala do orador principal, Alberto Pasqualini utilizava-se do artifício do questionamento em forma de interrogativas: “onde é que existe prova neste processo de que operários tenham realmente contractado a compra dos chalets e assumido o compromisso de pagar impostos prediaes?” Tendo em vista que o principal modo de inserção do vereador da FUG eram os apartes e que estes se configuram, portanto, enquanto uma estratégia discursiva utilizada pelo aparteador, as interrogações ocupavam o espaço mais elucidativo do desvio operacionalizado, posteriormente, no conteúdo das suas falas em relação ao seus interlocutores, neste caso, o vereador do PRL, Pereira Filho. O desvio, assim, fazia aparecer uma pergunta sobre qual seria, afinal, a maneira mais adequada de responder àquele assunto. Na continuação:

O Sr. Pereira Filho – Não existe prova alguma; existe a informação da Comissão de Syndicancia.

O Sr. Alberto Pasqualini – A Comissão de Syndicancia simplesmente declara haver constatado no local a existencia de 24 chalets de mandeira com contracto de promessa de venda a operarios que nelles residem com suas familias.

A Comissão, porventura, examinou esses contractos? Analyzou as suas clausulas? Verificou quaes as obrigações assumidas pelos operarios?

Neste específico estágio da própria dinâmica do debate, observa-se, de maneira preponderante, a acentuada relação que a fala de Alberto Pasqualini remetia às “provas”. Na verdade, os dois vereadores pareciam concordar com a assistência ao operário, porém, a discrepância entre suas falas acentuava-se, na medida em que entravam em desacordo em relação aos procedimentos e o que seria, afinal, considerado enquanto uma prova⁶⁶. O vereador da FUG diria ainda:

⁶⁶ Na continuação do mesmo debate, pode-se observar que as falas tornavam-se, gradualmente, cada vez mais eloquentes. As falas dos referidos vereadores foram interrompidas não somente pelo presidente da mesa, como demonstrado através da expressão “Fazendo soar o tympano”, mas também pelos outros vereadores indiretamente envolvidos, configuração momentânea que foi capturada pela taquigrafia e, posteriormente, colocada em liguagem verbal nos registros dos anais da Câmara Municipal sob a expressão “Trocam-se vários apartes”. A referida “reação” dos vereadores, em função da quantidade de falas que estavam sendo trocadas, naquele exato momento, demonstra,

De accôrdo com o meu parecer, entendo que não se deve pura e simplesmente deferir o requerido. É necessário que a Camara tenha outros elementos, que se confirmem esses contractos, para que a Camara possa estudar devidamente o caso. É preciso examinar si esses contractos realmente existem se ainda estão vigentes, quaes são as condições nelles estipuladas, quaes as obrigações dos operarios, para que o beneficio que a Camara conceda seja realmente em favor do operario e não em favor do proprietario.

Na continuação da discussão, o conteúdo do aparte proferido inicialmente por Alberto Pasqualini procurou salientar os “pontos fracos” do conteúdo da fala de seu principal interlocutor, ressaltando a falta de elementos para se concluir que “realmente” os operários estariam, ou não, sendo favorecidos pela decisão em favor do deferimento da petição. Como contraponto, Pereira Filho admitia que a petição favoreceria aquele que se propusesse a construir, portanto, “uma casa higienica e de aluguel modico”:

O Sr. Pereira Filho – Vae favorecer a quem constroe casas para operarios. Quem faz uma casa higienica e de aluguel módico, preenche uma das finalidades até agora ainda não realizadas.

O Sr. Presidente – (Fazendo soar o tympano) – Está com a palavra o nobre Vereador Alberto Pasqualini.

O Sr. Alberto Pasqualini – É este porventura o caso? Sabemos si esses 24 chalets satisfazem effectivamente a essas condições? Esses contractos favorecem realmente os operarios? As vendas foram feitas a preços módicos e a longo prazo? Ignoramos, no caso presente, si os operaios são favorecidos ou explorados.

Na sequência da mesma sessão, o vereador Pereira Filho, do PRL, retomava a “palavra” para argumentar em favor da petição, da qual se referia a si mesmo como “relator do parecer”, colocando que seu “intuito era apurar os antecedentes, para que se proteja o capital utilizado em arranha-céus, no centro da cidade”. Como aparece em referência:

O Sr. Pereira Filho – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Pereira Filho – Como relator do parecer meu intuito era apurar os antecedentes, para que se proteja o capital empregado na construcção de casas de operarios, como se protege o capital utilizado em arranha-céus, no centro da cidade.

Era isso. Apurar um antecedente que a meu vêr se justifica na protecção aos operarios e fazer com que o municipio provoque a construcção de villas higienicas, de pequenas moradias em nossos arrabaldes.

O Sr. Alberto Pasqualini – É isso o que devemos fazer por meio de uma lei especial, para cuja approvaçãõ ninguem negará seu apoio.

possivelmente, a tentativa dos demais membros daquela sessão legislativa em interagir com os então considerados como protagonistas do debate: Alberto Pasqualini e Pereira Filho.

O Sr. Pereira Filho – Foi meu intuito, repito, Sr. Presidente, trazer ao plenário esta ideia, para que os nossos capitalistas empreguem de um modo directo seus capitais na construção de villas, favorecendo assim os operários, criando campos para aquisição da saúde, abrindo campos para o trabalho mais productivo.

Só quando cuidarmos dessas causas sociais, da causa do operário, que é o trabalho Maximo do nosso progresso, é que teremos obtido as leis que combate pela defesa social.

As posições adotadas por ambos os políticos, embora pareçam coincidir em termos de assistência social, amparo ao operariado, dentre outros aspectos que fomentavam de sobremaneira a dinâmica dos debates, bem como a emissão dos pareceres acerca das petições que eram enviadas ao legislativo municipal daqueles anos de 1936 e 1937, tornavam-se diferenciadas quando examina-se o retrospecto das suas respectivas falas em interlocução nas sessões anteriores e ao longo de todo o segundo ano de seus mandatos. Na verdade, pode-se afirmar que Alberto Pasqualini exercia um modo bastante característico de oposição política-partidária aos vereadores do PRL, embora estivessem, neste caso, integrando a mesma comissão, aspecto que, aparentemente, poderia propiciar uma aproximação, e que, entretanto, tornava-se, fundamentalmente, o eixo basilar de suas discordâncias.

O exame desse retrospecto de falas, portanto, demonstra que, tanto no caso da “Parochia da Gloria” quanto no caso dos “24 chalets” um dos elementos constitutivos desses embates esteve fortemente vinculado ao modo de inserção das falas realizadas por Alberto Pasqualini na dinâmica do debate político durante as sessões daquela legislatura. Os temas tratados pelos vereadores não estavam, portanto, desvinculados de seu contexto em perspectiva maior, isto é, tanto a crise de 1929 quanto também os efeitos imediatos do primeiro conflito de proporções mundiais bem como, no cenário político, a chamada Revolução de 1930 em termos nacionais, a de 1923, na conjuntura estadual e a Revolta Constitucionalista de 1932 em São Paulo, esta considerada do ponto de vista de um verdadeiro divisor de forças políticas e alinhamento partidário. Assim, pode-se dizer que a trajetória inicial de Alberto Pasqualini, por um lado, obedecia ao contexto que lhe era parte integrante e, por outro, admitia, igualmente, o espaço para que esse personagem, figura política já consideravelmente pública durante o contexto examinado, exercesse oposição de um modo bastante específico e que, por meio dele, também obtivesse o respeito e a admiração de seus pares, demonstrando, neste aspecto, o quanto a própria estratégia de persuasão, pelo então vereador utilizada, tornava-se cada vez mais eficaz.

1.4 O REDIMENSIONAMENTO DO ESCOPO DE ANÁLISE

Na exposição e na argumentação desenvolvida neste capítulo, procurou-se, sobretudo, redimensionar o escopo de análise acerca da trajetória política de Alberto Pasqualini profundamente vinculada a um contexto caracterizado pelos realinhamentos diversos das principais forças políticas, inseridas no complexo jogo de definições de poder de finais dos anos 1920 até o final da década de 1930. Trata-se de uma conjuntura sócio-política que foi caracterizada tanto pelo aumento considerável da participação política quanto pelas manifestações de grupos de diferentes matizes ideológicas, eixos complementares desse mesmo processo. Em outras palavras, pode-se afirmar que foi um momento considerado importante para as definições de poder e para o surgimento de novas lideranças políticas que apareceriam ao longo das décadas imediatamente posteriores.

Considerou-se, neste sentido, o complexo contexto político-partidário que estava presente entre os anos de 1930 e 1937, sobretudo quando compreendido como um momento de intensificação das manifestações e das posições políticas e de configuração, por conseguinte, dos espaços de liderança e de definições de poder. Assim, Alberto Pasqualini procurou associar-se tanto com aos principais princípios do movimento de 1930, aliados à figura política de Getúlio Vargas, quanto aos postulados do Partido Libertador, sobretudo nos seguintes aspectos:

III Na actividade regional, de accôrdo com o expressamente estatuido naquelle diploma, reserva-se completa autonomia; pleiteará nas ordens social e administrativa, com o possível esquecimento de preferencias partidarias, todos os progressos oportunos, uteis aos interesses do Rio Grande do Sul; na ordem política, continuará a propugnar as reivindicações de liberdade e dignidade civica que constituem irrepudivavel tradição dos elementos que neste momento historicos se consagram por laços de legitima afinidade em todo quanto é substancial á existência de um partido político; reconhece, naturalmente, ao lado da necessidade da disciplina partidaria, plena liberdade em cada um dos seus membros para aventar, discutir e propor os meios que julgar preferíveis para obtenção do ideal commum⁶⁷.

Embora a historiografia dedicada ao estudo do personagem foco desta pesquisa pouco tenha realizado referências mais detalhadas a esse momento inicial de sua trajetória política, considera-se, especificamente, que esta lacuna não pode ser relacionada a uma possível insignificância desse pontual aspecto da biografia de

⁶⁷ **Projeto de Resolução n.º1 do Partido Libertador**. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS-UFRGS, 3 de março de 1928.

Alberto Pasqualini. Pelo contrário, os significativos aspectos que foram observados ao longo do capítulo revelaram uma atuação política bastante destacada com determinadas nuances importantes que serviram, dentre outros elementos, para compreender de maneira mais adequada a trajetória da referida figura política. Assim, não se explorou, portanto, apenas uma documentação até então inédita em relação específica à trajetória política inicial de Alberto Pasqualini, procurou-se, igualmente, abordá-la por meio de uma perspectiva diferenciada e original, ou seja, por meio da especial atenção para os modos de inserção das falas do então Vereador na dinâmica maior dos debates realizados durante as sessões legislativas dos anos de 1936 e de 1937 associados à distribuição de forças políticas e reorganização partidária depois do movimento de 1930 nos níveis estadual e nacional.

Viu-se, então, um sujeito político profundamente atento às possibilidades de sua época, bem como um Vereador que soube explorar cuidadosamente as regras estabelecidas em torno do debate político parlamentar, sabendo explorá-las sensivelmente no sentido de persuadir seus pares. O seu principal modo de inserção, por meio de *apartes*, portanto, garantiria à construção de sua figura pública a imagem de um político que se preocupava com o bom funcionamento dos poderes públicos, permitindo-se, inclusive, corrigir aquilo que julgava como desvios de foco do que, na sua compreensão, deveria configurar a administração pública.

Sua trajetória inicial refletia, guardados os aspectos bastante significativos vinculados à sua especial estratégia discursiva, o tenso e complexo cenário político nacional e estadual e suas articulações com o âmbito municipal. As manifestações ambivalentes das lideranças da FUG, neste caso, tanto entre finais dos anos 1920 quanto depois de 1932 e, principalmente, depois de 1934, apareceriam, também, articuladas no seu especial modo de exercer a oposição política ao PRL da Câmara Municipal de Porto Alegre.

2 O “DOCTRINADOR” E O “TEÓRICO” EM PERSPECTIVA: ENTRE A POLÍTICA E AS IDEIAS

A denominada obra “doutrinária” ou também conhecida como obra “teórica” de Alberto Pasqualini se constitui no objeto específico de estudo, embora não exclusivo, do presente capítulo⁶⁸. O personagem, surgido no cenário político de meados de 1928, tendo sua atuação parlamentar iniciada em 1936 e percorrido um caminho que o levaria, inclusive, a ocupar importantes cargos administrativos entre o fim dos anos 1930 e início dos 1940, passaria a ressignificar-se politicamente em função do fim do regime do Estado Novo em 1945. Nesse sentido, a publicação da sua obra “doutrinária”, para ser adequadamente compreendida, deve ser considerada enquanto um dos resultados desse processo. Assim, este segundo capítulo encontra-se dividido em duas partes: na primeira, examinam-se aspectos importantes da trajetória política de Alberto Pasqualini que contribuíram para a sua principal designação, tanto de “teórico” quanto de “doutrinador” mesmo antes do seu ingresso no PTB; já na segunda, procura-se traçar o quadro geral das ideias preconizadas pelo referido personagem e que estavam especificamente presentes no conteúdo de sua obra cujo título *Bases e Sugestões para uma Política Social* cuja primeira edição foi publicada pela Livraria do Globo de Porto Alegre em 1948. A partir da conjugação das duas partes do capítulo, pretende-se considerar a perspectiva histórica dos referidos rótulos atribuídos ao personagem, compreendendo por meio de que maneiras e por quais caminhos o próprio Alberto Pasqualini utilizar-se-ia dos dividendos políticos advindos dessas mesmas atribuições no intuito de consolidar seu peculiar papel de liderança no PTB. Neste sentido, na primeira parte procura-se efetivamente assinalar os principais elementos que projetaram sua figura política em direção do jogo político nacional e, na segunda parte, as possíveis relações deste específico aspecto de sua liderança com o conteúdo de sua obra “teórica” e “doutrinária”.

⁶⁸ PASQUALINI, Alberto Pasqualini. **Bases e sugestões para uma política social**. Porto Alegre: Globo, 1948.

2.1 POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROJEÇÃO NACIONAL

É inegável que Alberto Pasqualini passou a história como o conhecido “teórico” ou também chamado de “doutrinador” do PTB. Já em 1960, quando o personagem morreu, essas designações eram amplamente reconhecidas pelos seus adeptos e disseminadas através de notícias nos jornais. Assim, sua figura política foi, em numerosas ocasiões, compreendida a partir de um duplo modo de identificação: tanto enquanto um notável portador de conhecimentos técnicos e administrativos quanto como um tipo específico de liderança política que, de maneira ambivalente, procurava manter determinada distância de uma política dita propriamente partidária. Na verdade, as suas falas que demonstravam uma certa ojeriza dos partidos políticos e uma preferência pelo conhecimento técnico como meio de ação do poder público, se configuravam, também, como falas de caráter político, haja vista o modo de inserção do então Vereador por meio de *aportes* dirigidos, de sobremaneira, às principais lideranças do PRL na Câmara Municipal de Porto Alegre. Pode-se aquilatar, assim, que esse reconhecimento público dual seria um dos principais motivos que justamente fizeram com que o referido personagem viesse a ocupar alguns dos cargos mais importantes da administração pública do Estado do Rio Grande do Sul. Primeiro, enquanto membro do Departamento Administrativo (DA) e, depois, como titular da pasta da Secretaria do Interior e Justiça (SIJ). Deve-se salientar que não seriam apenas os aspectos de ordem essencialmente técnica que estariam em jogo na composição dos membros dos referidos órgãos administrativos.

Antes de adentrar especificamente ao conjunto das principais ideias que sustentavam o conteúdo da sua obra “doutrinária”, portanto, torna-se importante fazer notar alguns dos pontos específicos de sua trajetória política que servem para contextualizar adequadamente as suas ideias. Os rótulos de “doutrinador” e “teórico” não podem ser compreendidos fora de sua perspectiva histórica o que equivale a formular uma problematização: por meio de quais caminhos e, afinal, de que maneiras essas denominações, a partir de certo grau de reconhecimento público, foram ganhando força a ponto de tornarem-se as principais adjetivações vinculadas a Alberto Pasqualini somando para configurar, deste modo, um dos traços mais marcantes de sua figura política. É fato, porém, que esses mesmos rótulos advêm, sobretudo, de um considerável reconhecimento público do arcabouço de conhecimentos técnico-científicos então atribuído aos seus textos; entretanto, antes

de se analisar especificamente esse mesmo conteúdo então denominado “teórico” ou “doutrinário”, deve-se procurar compreender, a partir de alguns dos principais aspectos de sua trajetória política, de que maneira se processou, efetivamente, a sua identificação ao rótulo de “doutrinador” ou “teórico” e como este se consolidou vinculado ao personagem.

Embora seja possível afirmar que um reconhecido conhecimento técnico fosse, via de regra, necessário para exercer determinadas funções nos órgãos administrativos estaduais, estes mesmos órgãos não escapariam, igualmente, das vinculações de ordem essencialmente política, principalmente nos aspectos atinentes à composição de seus membros. Este foi o caso específico do DA, por exemplo, onde Alberto Pasqualini exerceu suas funções entre os anos de 1939 e 1943. A sua passagem pelo DA, neste sentido, rendeu-lhe alguns dividendos políticos vinculados ao gradual aumento de seu reconhecimento público, bem como de seus projetos e de suas ideias. Assim, sua figura política, a partir desse mesmo reconhecimento, pode-se afirmar, estaria bastante consolidada quando o personagem passou a ocupar a pasta da SIJ de 1943 a 1944 do Estado do Rio Grande do Sul. Já nos momentos finais dos anos 1930 passaria gradualmente a se projetar para além dos limites regionais e estaduais, sobretudo por meio de algumas polêmicas e discussões importantes nas quais se envolveu tanto no DA quanto na SIJ. No próprio delinear das suas respectivas atuações, portanto, o personagem tratou de exercer críticas pontuais à chamada censura oficial a determinados veículos de imprensa. O confronto de opiniões, sobretudo em um dos casos específicos, chegou a causar, inclusive, certo “mal-estar” no Poder Executivo do Rio Grande do Sul, fator pontual que levaria Alberto Pasqualini, em 1944, a ser desligado da Secretaria do Interior e Justiça com a concordância do então interventor Ernesto Dornelles. O chefe do Executivo Estadual consideraria, por meio de uma carta enviada a Getúlio Vargas, as posturas assumidas pelo então titular da pasta da SIJ como de forte “intransigência”.

Na verdade, pode-se afirmar que, embora durante o Estado Novo (1937-1945) tenham sido oficialmente extintos os partidos políticos, seus mecanismos não foram igualmente capazes de apagar totalmente o jogo de forças políticas que vigorava até aquele momento, sobretudo naquilo que toca especificamente às definições de poder. Primeiramente no âmbito regional e, depois, nas suas possíveis articulações e movimentações com o jogo político em nível nacional. Torna-se imprescindível notar que, embora Alberto Pasqualini viesse a ocupar importantes funções administrativas

que exigiam determinados conhecimentos de ordem técnica e de administração pública, o preenchimento desses cargos não escapava, contudo, das questões de ordem fundamentalmente política. O DA, neste caso, caracterizava-se por ser um órgão que atuava em conjunto com os interventores federais nos diferentes estados e, igualmente, como elemento de intermediação entre o governo do Estado e os níveis federal e municipal⁶⁹. As competências relacionadas, mais especificamente, a esse órgão administrativo não se limitavam tão somente aos setores técnico-administrativos, próprios do serviço público, mas, de maneira concomitante, abrangiam matérias de natureza política, como é o caso da organização do orçamento público. Assim, outro ponto bastante importante de ser mencionado, o fato de que os membros do DA, via de regra e em função da própria regulamentação estabelecida, eram nomeados diretamente pelo Presidente da República, colabora preponderantemente para o adequado entedimento das concepções – oficiais ou não – que orientavam o referido órgão administrativo. O pronunciamento do então Presidente Getúlio Vargas durante uma das sessões solenes no DA fazia referência específica à resignificação que seria atribuída às funções desse órgão administrativo e suas relações com as questões partidárias:

⁶⁹ O Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (DA), em âmbito regional portanto, seguia a linha de ação da instalação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) em âmbito federal. A criação do órgão federal, em julho de 1938, seguiu determinação expressa na Constituição de 1937, em seu artigo 67. Ao mesmo tempo em que divulgava pelo rádio a decretação do Estado Novo e a outorga de um novo instrumento legal ao País, o governo justificava também a necessidade da organização específica de um departamento administrativo. Desde a sua concepção inicial o DASP foi apresentado como um organismo “apolítico”, de cunho técnico e que visava implantar o universalismo de procedimentos na administração pública e na elaboração do orçamento em contrapartida ao que ocorria na vigência do regime anterior, quando nem sempre os prazos e condições regimentais eram cumpridos e o interesse público satisfeito. Na época, o próprio Presidente Getúlio Vargas apontaria os motivos na criação do novo órgão: “os inconvenientes das Assembléias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo”, que teriam se mostrado inoperantes no regime da Constituição de 1934; e a elaboração do orçamento do Estado, que “nunca se ultimou nos prazos regimentais, com os cuidados que era de exigir”, além do que “os representantes da nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público”. O processo de centralização política abrangeu também os estados, compelidos pelo DASP a criar departamentos de administração, os “daspinhos”, que se reportavam diretamente à sua matriz federal e desempenhavam funções de fiscalização das ações dos interventores. Os “daspinhos” constituíram-se em linhas adicionais de transmissão da cadeia de centralização. Suas funções eram reguladas pelo mesmo decreto que regulava as funções do interventor. Atuavam como corpo legislativo de cada estado e supervisionavam as atividades de interventores e prefeitos, suas leis e decretos, além do orçamento. Sobre isso ver especialmente: NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**. Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.54 e, também, **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 1827.

O Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, cujos componentes conheço um por um, sabendo da sua idoneidade moral e intelectual, constitui uma organização digna de todos os louvores, á altura da evolução do Estado e que desempenha suas funções com dedicação e sabedoria. O Departamento Administrativo substitue, na organização vigente, a Antiga Assembleia Legislativa, órgão inoperante, imbuído de espírito individualista que mascarava a sua atuação esteril com a sonoridade verbal das discussões e quesilas partidárias⁷⁰.

Nota-se, no conteúdo do pronunciamento de Getúlio Vargas, a maneira pela qual o Executivo Federal compreendia como sendo as funções atribuídas ao Departamento Administrativo: uma espécie de substituição da Assembleia Legislativa. Havia uma preocupação de que o DA se configurasse enquanto um órgão administrativo que estivesse além da “sonoridade verbal das discussões e quesilas partidárias”. Por isso o então Presidente, no conteúdo específico de sua saudação, trataria de expor brevemente os benefícios de sua “organização digna de louvores” e “á altura da evolução do Estado”. Constata-se, então, que o conteúdo da fala proferida por Getúlio Vargas procurou afastar as funções do DA de qualquer elemento que pudesse associá-las às questões “partidárias”. No entanto, uma observação sensivelmente atenta da composição nominal dos integrantes do DA, a despeito do conhecimento técnico e também administrativo de seus principais membros, pode demonstrar a tentativa do governo federal de uma composição de caráter conciliatório das forças políticas que estiveram em voga antes da instauração do regime de 1937.

No Rio Grande do Sul, a efetiva instalação do DA e a nomeação de seus conselheiros ocorreu em julho de 1939, portanto pouco menos de um ano antes do referido pronunciamento do Presidente da República, Getúlio Vargas, durante a ocasião solene anteriormente informada. Assim, a composição específica desse órgão administrativo ficou estabelecida com os seguintes membros: José Acioli Peixoto como presidente; Moisés Vellinho como vice-Presidente; e os demais membros conselheiros: Alberto Pasqualini; Carlos Eurico Gomes; Camilo Teixeira Márcio; Gaston Eglert; Olivério de Deus Viana. Algum tempo depois, com a morte de José Acioli Peixoto, sua vaga foi assumida, em caráter interino, por Carlos Eurico Gomes. Mesmo considerando que, do ponto de vista normativo ou mesmo jurídico, a nomeação dos membros do referido órgão administrativo fosse de competência da Presidência da República, a indicação obedecia, de fato, às regras do jogo das forças

⁷⁰ VARGAS, Getúlio. In: **DISCURSOS**: proferidos por Sua Excelência o Presidente Getúlio Vargas e o Sr. Alberto Pasqualini, na sessão solene do Departamento Administrativo do Estado no dia 16 de novembro de 1940. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1940. p. 10.

políticas do Estado, sob a plena concordância do então Interventor Federal. Sendo assim, deve-se observar que os membros indicados para compor o grupo que formava o DA encontravam-se distribuídos equitativamente entre os representantes dos agrupamentos e forças políticas no Estado do Rio Grande do Sul anteriores ao regime de 1937, sobretudo com relação à FUG e ao PRL: José Acioli Peixoto, natural de Maceió, único membro que não tinha nascido no Rio Grande do Sul, sendo, ainda, ex-integrante do Tribunal de Contas do Estado; Moisés Vellinho, membro do PRL, foi um dos dissidentes que apoiou Getúlio Vargas em sua disputa e confronto com Flores da Cunha; Carlos Eurico Gomes, que havia sido Superintendente de Saúde e Higiene do Distrito Federal; Camilo Teixeira Mércio, Deputado Federal entre os anos de 1936 e 1937; Gaston Eglert, comerciante, foi nomeado Diretor do Banrisul por Getúlio Vargas em 1928; e Olivério de Deus Viana, um dos próceres mais antigos do PRR. É inegável que, somado à essa mesma distribuição equitativa de forças políticas, então com uma presença marcante na composição dos integrantes do DA, encontrava-se, certamente, o conhecimento técnico e a experiência em cargos administrativos, respectiva, possivelmente, a cada um de seus principais membros. Porém, a composição do referido órgão não pode ser adequadamente compreendida sem levar em consideração as questões relacionadas ao jogo de forças políticas ainda fortemente em voga naquele contexto. Para o caso específico de Alberto Pasqualini, deve-se fazer notar que o personagem já era uma figura política relativamente reconhecida enquanto membro influente no PL em termos regionais e que, embora tenha participado do movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder em 1930, também havia exercido fortemente oposição política ao PRL enquanto vereador entre os anos de 1936 e 1937. Além disso, já era considerado por seus pares como portador de conhecimentos técnicos e, de certa forma, como já demonstrado no capítulo anterior, aparentemente equidistante de questões de ordem partidária. Embora essa característica necessite ser compreendida como de caráter ambivalente, pois a partir dela, inclusive, exerceria oposição política ao PRL.

Pode-se, possivelmente, aquilatar que o caráter ambivalente da atuação política de Alberto Pasqualini, até então, também contribuiu para a escolha de seu nome e, igualmente, como uma agente que, de certa forma, permitiu que o personagem estivesse relativamente à vontade nas funções exercidas no DA. Em outras palavras, o caráter ambivalente do órgão administrativo combinava com a

própria ambivalência do discurso de Alberto Pasqualini – os argumentos técnicos que legitimavam os empreendimentos públicos e não o caráter político-partidário.

Foi enquanto integrante do grupo que formava o referido Conselho que Alberto Pasqualini envolveu-se principalmente com assuntos relacionados tanto ao sistema tributário quanto também ao controle e à avaliação orçamentária das prefeituras⁷¹. Há, neste aspecto, uma relação significativa: de certo modo, pode-se afirmar que Alberto Pasqualini permanecia no exercício de funções bastante semelhantes às que exercia anteriormente, sobretudo no que referia diretamente às questões orçamentárias do município de Porto Alegre entre os anos de 1936 e 1937, colocadas em um novo contexto relacionado ao âmbito estadual. Ainda tendo como referência esse específico aspecto, deve-se considerar que foi neste momento que Alberto Pasqualini envolveu-se mais diretamente nos processos de racionalização dos serviços públicos, por meio da introdução de normas e também de ordenamentos legais que deveriam, em princípio, conferir a efetiva viabilidade à modernização desses mesmos serviços. Assim, na mesma sessão solene realizada no DA no intuito de formalmente prestar contas das suas ações no nível estadual ao presidente Getúlio Vargas, seria o próprio Alberto Pasqualini a responder pelo referido órgão administrativo:

O Departamento Administrativo, no regime vigente, é o órgão que exerce a crítica da administração estadual e municipal; crítica no sentido técnico da expressão, que é a forma mais elevada da colaboração e que consiste no discernimento das soluções mais adequadas aos problemas administrativos e às quais só é possível chegar-se com segurança pelo confronto e discussão das diversas formas de concebê-las. No desempenho dessas amplas e importantes atribuições, o Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul tem procurado realizar a finalidade e o espírito da lei que o instituiu, agindo com discreção, com objetividade, “suaviter in modo, fortiter in re”. Entre êle e os demais órgãos da administração pública, estadual e municipal, a colaboração é a mais íntima e o entendimento o mais cordial⁷².

⁷¹ As forças políticas que aderiram ao regime impuseram sua presença na então nova divisão do poder estadual. Embora fragilizados, os partidos políticos do Rio Grande do Sul, no período posterior à intervenção federal no Estado e da própria instalação do Estado Novo, conseguiram manter-se no poder. Adaptando-se à nova situação nacional, apesar da extinção dos próprios partidos e do fechamento político geral, eles continuariam dirigindo a política interna. Mesmo que houvessem se rendido ao governo federal, isto é, tivessem aceitado a política centralizadora e de modernização administrativa, o poder estadual e municipal foi repartido entre eles. Sobre isso ver: CAVALHEIRO, Maria Heloísa. **Relações de poder no Estado Novo**: uma permanência sui generis – o caso Albino Hillebrand em Carazinho-RS. Passo Fundo: EDIUPF, 2003. p. 18; COLUSSI, Eliane. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. p. 64.

⁷² PASQUALINI, Alberto. In: **DISCURSOS**: proferidos por Sua Excelência o Presidente Getúlio Vargas e o Sr. Alberto Pasqualini, na sessão solene do Departamento Administrativo do Estado, no dia 16 de novembro de 1940. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1940. p. 17-19.

Nota-se, no conteúdo específico da fala de Alberto Pasqualini, durante a sessão solene do DA, novamente a alusão direta ao conhecimento “técnico” e sua conjugação com a “crítica da administração”. É possível aquilatar que esse binômio tornar-se-ia parte fundamentalmente considerável do discurso político de Alberto Pasqualini ao longo da década de 1940. Na verdade, pode-se afirmar que o reconhecimento de sua figura política enquanto notável portador de conhecimentos técnicos amplificaria-se, de maneira bastante contundente, ao longo de sua atuação na administração pública durante a vigência do regime do Estado Novo. Reconfigurava-se, assim, o seu principal modo de inserção no debate político. Se antes o conteúdo de suas falas em defesa da ação pública longe dos partidos políticos era o eixo fundamental de sua atuação, no DA do Rio Grande do Sul essa característica basilar permaneceria, embora com alguns deslocamentos. Embora, como o próprio Alberto Pasqualini procurou salientar, o órgão administrativo tivesse a função de crítica, deve-se fazer notar que o personagem encontrava-se, sobretudo durante sua passagem por esse cargos, rozoavelmente à vontade durante a vigência do regime instaurado pelo então Presidente Getúlio Vargas em 1937, e teceria, neste mesmo sentido, não poucos elogios à interventoria de Cordeiro de Farias e também ao momento político vivido pelo País naquele contexto:

O Rio Grande tem muitas razões para felicitar-se e porque não dizê-lo? Tem razões para orgulhar-se de ter na chefia do seu governo, secundado por um ativo e brilhante secretariado, um dos mais ilustres soldados do nosso exército, o nobre e culto coronel Cordeiro de Farias. Essas razões aparecerão um dia ainda mais vivas, quando realçadas na perspectiva do tempo e talvez da saudade, os riograndenses puderem melhor avaliar os serviços que lhes foram prestados, lealmente, impessoalmente, sem reclame, sem o alarde que é a ressonância da tolice e o mecanismo de compensação da mediocridade. Tem sido comum propósito do Governo e do Departamento aperfeiçoar a administração pública e assentá-la em bases racionais⁷³.

O excerto do pronunciamento de Alberto Pasqualini refletia, na verdade, as principais ações do DA, sobretudo no plano regional, por meio de um sentido complementar às do poder Executivo Estadual, procurando legitimá-las do ponto de vista técnico. Foi desta mesma forma que o DA constituiu-se enquanto um dos principais instrumentos políticos para o Poder Executivo e, igualmente, em uma instituição eficiente no campo administrativo. De maneira concomitante, a figura política de Alberto Pasqualini passava a ganhar notoriedade ultrapassando os limites

⁷³ Id.

do reconhecimento no âmbito municipal e estadual justamente porque o referido personagem já trazia consigo o considerável reconhecimento de seus interlocutores enquanto um importante portador de conhecimentos de ordem técnica e jurídica.⁷⁴ Sobre o regime do Estado Novo, de um modo específico, Alberto Pasqualini ressaltava que:

Temos, por fim, sempre presente que a Administração pública deve ter paredes de cristal para que cada um possa verificar como foi empregada a contribuição que lhe exigiu o poder público. Por êsses princípios temos orientado a nossa ação e é sob a inspiração dêles, senhor Presidente, que desejamos continuar a prestar-vos o nosso leal concurso na objetivação de vosso e do nosso grande sonho que é a constituição moral e material de uma grande e forte nação. Grande e forte, não para oprimir outras nações, mas para cooperar com elas na realização dos grandes ideais da humanidade. É também essa disposição de ânimo que estamos decidido a praticar o Estado Novo porque o compreendemos e o interpretamos não apenas como alteração de organização política, mas, principalmente, como renovação de mentalidade, de orientação governamental e de métodos de administração. Estes devem assentar em princípios técnicos, devem ser ditados pelo interesse público e não por conveniências pessoais ou político-partidárias⁷⁵.

Torna-se interessante de perceber que o conteúdo de sua fala tendia, fundamentalmente, a elogiar o regime do Estado Novo e a sua relação com a “Administração pública” orientada por “princípios técnicos” que deveriam estes ser “ditados pelo interesse público e não por conveniências pessoais ou político-partidárias”. Nota-se, neste aspecto, a semelhança com o conteúdo principal das suas falas em forma de *apartes* enquanto vereador em Porto Alegre: justamente a crítica que efetuava aos seus interlocutores que utilizavam-se da tribuna para proferir falas de conteúdo elogioso às suas respectivas lideranças partidárias e, portanto, não substancialmente orientadas por “princípios técnicos”. Percebe-se, ainda, que, sobretudo a expressão “renovação de mentalidade”, por exemplo, tendia a subsidiar, alguns anos depois, as críticas que o personagem construiu às modalidades da produção capitalista frente ao trabalhismo por meio de uma específica conceituação do que entendia como sendo a “mentalidade” própria do “capitalista” – essa interlocução será examinada na segunda parte deste mesmo capítulo. Seja como for, a articulação de questões políticas, nos diferentes níveis estadual, municipal e federal, acabou por beneficiar Alberto Pasqualini de uma maneira bastante significativa.

⁷⁴ Cf. CAMARGO, Dilan d’Ornellas. **Centralização e intervenção**: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul – o Conselho Administrativo do Estado. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1983. p. 117-118.

⁷⁵ Id.

A indicação de Alberto Pasqualini para o Conselho Administrativo, neste sentido, bem como a colaboração do referido órgão com os poderes nos diferentes níveis estadual e federal acabaria por lhe render reconhecimento, em âmbito nacional, principalmente enquanto uma liderança cuja referência se configurava a partir de uma perspectiva extensivamente técnico-administrativa. Constatase, desta mesma forma, que foi neste pontual intervalo de sua vida pública (1939-1944) que o personagem veio a publicar alguns artigos em jornais preconizando algumas das ideias que viriam a ser reconhecidas enquanto eixos balizadores que identificariam os traços mais marcantes da sua atuação política, sobretudo depois de 1945, quando o personagem ingressou no PTB – aspecto que auxilia uma compreensão mais adequada da ampliação do conhecimento público de sua figura política em direção ao nível nacional. Neste sentido, deve-se fazer notar que seu nome e suas opiniões começavam a transcender os limites estaduais e regionais, mesmo naquilo que dizia respeito a temas que mais corresponderiam à esfera do espaço privado e, portanto, ligada de maneira mais contundente ao comportamento dos cidadãos, como por exemplo em relação ao divórcio:

Um vespertino de Porto Alegre realiza no momento inquérito entre intelectuais e políticos sobre o problema do divórcio, para saber se este instituto jurídico é uma necessidade no Brasil. E o sr. Alberto Pasqualini, membro do Departamento Administrativo do Estado, assim resumiu a sua opinião pessoal: “O matrimônio tem seu alicerce moral no amor e na fidelidade. Destruído esse alicerce, só restará no casamento a ficção legal”. A opinião do sr. Alberto Pasqualini coincide, não resta a menor dúvida, com a da maioria do povo brasileiro⁷⁶.

Embora fosse uma questão de ordem privada, o referido “inquérito entre intelectuais e políticos” parece traduzir, por meio de uma síntese consistente, o prestígio que Alberto Pasqualini detinha, como aparece no conteúdo da matéria publicada no jornal com circulação em São Paulo: identificado como “membro do Departamento Administrativo do Estado”. Foi ainda durante o exercício de suas funções como membro do DA que Alberto Pasqualini envolveria-se na crítica a um conjunto determinado de ações de natureza persecutória aos migrantes, e a seus filhos, originários tanto da Itália quanto da Alemanha. Em um período de grave conflito internacional entre 1939 e 1945, momento em que o País também se engajou enviando suas tropas, as hostilidades em torno dos setores sociais associados à

⁷⁶ Sobre isso ver especificamente: **Folha da Tarde**. “Sobre divórcio”. São Paulo, 26 de outubro de 1942. p. 2.

imigração daqueles países foram recorrentes, sobretudo entre a população do estado do Rio Grande do Sul. Foi assim que uma medida adotada por um general do Exército, ainda no mês de setembro de 1942, veio a criar um embaraço na relação estabelecida entre Alberto Pasqualini e o governo.

Neste sentido, esse aspecto parece ser demonstrado no conteúdo de uma carta enviada pelo então interventor estadual, Cordeiro de Farias, ao Presidente da República, Getúlio Vargas onde o então interventor apresentava a questão e, ainda, informava a tomada de posição do personagem em relação ao fato correspondente a um tipo de ação discriminatória.

A proclamação do sr. General Heitor Borges aos escoteiros do Brasil estabelece em seu primeiro item: declarar inativos os escoteiros descendentes em 1.º grau dos naturais dos países totalitários mesmo naturalizados. Como é fácil prever, essa determinação vem chocar grande parte de nossa população alienígena. Mandamos censurar na imprensa esse dispositivo. Vindo, porém, a público nos jornais do Rio está causando uma situação de sensível mal-estar. E a primeira manifestação notória com respeito ao caso é o pedido de demissão do dr. Alberto Pasqualini⁷⁷.

Embora o governo estadual tenha ordenado censurar a notícia nos jornais em circulação principalmente em Porto Alegre, a notícia veio a tornar-se pública no conteúdo noticioso de jornais de outros estados, como no caso de veículos de informação com circulação no Rio de Janeiro, conforme informa o conteúdo da carta de Cordeiro de Farias a Getúlio Vargas. Assim, a referida “situação de sensível mal-estar” possuía relação direta como o “pedido de demissão do dr. Alberto Pasqualini”. A resposta do presidente da República veio logo em seguida: “Já telegrafei ao dr. Alberto Pasqualini, negando-lhe a dispensa que solicitou de membro do Departamento Administrativo do Estado, pois nada justificou o seu pedido no momento atual”⁷⁸. Na verdade, Getúlio Vargas pretendia contornar a situação considerando que a censura da notícia no Rio Grande do Sul surtira efeito. Assim, o pedido de demissão de Alberto Pasqualini não foi aceito pelo presidente da República, pois, para este último, “nada justificou o seu pedido no momento atual”. De fato, a censura aos jornais seria um dos principais motivos de desentendimentos entre Alberto Pasqualini com o Executivo Estadual quando o personagem passou a ocupar a função de Secretário do Interior e

⁷⁷ **Carta de Cordeiro de Farias para Getúlio Vargas.** 2 de setembro de 1942. CPDOC-FGV. Arquivo GV, GVC1942.09.02.

⁷⁸ **Carta de Getúlio Vargas para Cordeiro de Farias.** 4 de setembro de 1942. CPDOC-FGV. Arquivo GV, GVC 1942.09.04.

Justiça, momento no qual traços de uma possível oposição política passariam a ganhar mais intensidade.

O reconhecimento estadual e federal rendeu-lhe a indicação para o cargo de secretário de estado, posto por ele ocupado a partir do mês de setembro do ano de 1943 na Secretaria do Interior e Justiça do estado do Rio Grande do Sul, momento este no qual, especificamente, as tensões advindas de seus posicionamentos passaram a ganhar maior relevo. Pode-se salientar, então, que enquanto membro Departamento Administrativo o personagem continuava a exercer uma atividade cujas determinações serviram a uma ordem técnica. Não obstante o caráter político do referido órgão, ganhou notoriedade que ultrapassou os limites estaduais; nas funções de secretário, como titular da pasta do Interior e Justiça, as questões vinculadas às críticas pontuais ao regime, semelhante as que realizava quando do exercício de suas funções enquanto vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre alguns anos antes, apareceriam de uma maneira mais explícita, a ponto do personagem ser considerado como portador de uma postura intransigente, como afirmaria o próprio interventor estadual da época, Ernesto Dornelles.

Foi justamente no exercício de suas funções na pasta do Interior e Justiça que Alberto Pasqualini envolveu-se significativamente com proposições atinentes, sobretudo, às questões sociais e que, por meio do conteúdo noticiado dessas mesmas proposições ganhou, gradativamente, significativa repercussão nacional, angariando reconhecimento. Participou ativamente da criação de, pelo menos, dois dos principais órgãos vinculados ao Poder Público estadual que incidiam mais diretamente como uma espécie de intervenção de domínio econômico – atividades cujo teor era essencialmente vinculado ao conhecimento técnico e administrativo.

O então Interventor Federal Ernesto Dornelles procurou desenvolver sua atuação pautada pelas questões sociais, principalmente em favor da diminuição das dificuldades da população causadas pelo substancial aumento do custo de vida decorrente dos conflitos da Segunda Guerra Mundial e agravados pela crise econômica dos anos 1930, conforme já demonstrado no primeiro capítulo desta tese. Neste sentido foi que Alberto Pasqualini passou a participar da criação do então denominado Serviço de Organização e Assistência Social (SOAS) e, em segundo lugar, a Comissão de Alimentação Pública (CAP).

Os dois órgãos tinham em comum o fato de se pautarem basicamente pelas questões de ordem social. O principal eixo de finalidade do primeiro órgão consistia

principalmente no estímulo para a criação daquilo que seria chamado de “colônias agrícolas”, ou seja, subsidiar o oferecimento, por parte do governo estadual, de pequenas faixas de terra, na forma legal de propriedades rurais, aos trabalhadores, sem terras e desempregados, além de uma assistência técnica também totalmente patrocinada pelo governo. Assim, na formulação técnica do referido órgão, Alberto Pasqualini se expressou:

Existe, principalmente na zona pastoril e como consequência do sistema econômico, do regime de produção e da propriedade, uma população a que se deu o qualificativo de “marginal” porque vive à margem da sociedade. Alguns conseguem trabalho em lavouras de arroz; outros logram empregar-se como operários em estabelecimentos saladeris ou em obras do Governo. Quando, porém, por uma circunstância qualquer cessa o trabalho, a situação dessa grande massa flutuante de párias torna-se mais difícil e penosa. Dizer que essas populações são subnutridas seria empregar eufemismos; os índices de tuberculose falam com mais eloquência. Esse estado de coisas tende a agravar-se sempre mais e assume neste momento aspecto de extrema gravidade. É necessário que o Governo enfrente corajosamente e sem protelações a situação. Baseada a sua organização na pequena propriedade, deverá, entretanto, ser estimulado e desenvolvido o espírito de cooperação social. Os elementos que, por essa forma, puderem ser fixados ao solo, deixarão de constituir um peso morto na sociedade. Caberá ao Serviço de Organização e Assistência Social a tarefa de delinear a organização social das colônias agrícolas⁷⁹.

Observa-se, ainda, que a proposição defendida por Alberto Pasqualini, ganharia, gradualmente, repercussão em âmbito nacional, pois esta foi também submetida à aprovação por parte do governo federal. É interessante considerar, neste aspecto, a informação de que o próprio Alberto Pasqualini encontrava-se, para a referida ocasião, na cidade do Rio de Janeiro para tratar pessoalmente acerca desse assunto. Pode-se afirmar, então, que a proposta foi positivamente recebida também pela imprensa da época:

O projeto foi relatado e aprovado pela Comissão [de Negócios Estaduais]. [Pasqualini] defendeu com eloquência a causa pela qua se batia o governo gaúcho. Podia fazê-lo porque poucos homens no Brasil conhecem tão bem os problemas do seu estado quanto esse opositorista por formação, que por vocação se fez estadista⁸⁰.

⁷⁹ PASQUALINI, Alberto. “Proposta de criação do Serviço de Organização e Assistência Social”. Porto Alegre, 19 de outubro de 1943. p. 10. (Arquivo Pessoal de João Brusa Neto)

⁸⁰ LACERDA, Carlos. “Plenamente vitoriosa a missão Pasqualini: o Rio Grande encara com toda franqueza o problema nacional”. Porto Alegre: **Diário de Notícias**, 17 de dezembro de 1943.

No que se refere diretamente à Comissão de Alimentação Pública, Alberto Pasqualini colocaria ao então interventor estadual as razões para sua criação por meio dos seguintes termos:

Um dos problemas que centralizam as atenções e as preocupações do governo é o encarecimento contínuo dos gêneros de primeira necessidade. As medidas de contenção, como o tabelamento, nem sempre logram os fins visados, ou porque são burladas ou porque combatem os sintomas e os efeitos e não as causas do mal. [...] O que cumpre ao poder público, em relação ao encarecimento da vida, é de um lado, reprimir as manobras da intermediação que tenham por objetivo provocar preços artificiais e a obtenção de lucros ilícitos [...]. Diante, pois, da situação que a contínua alta dos gêneros de primeira necessidade está criando para as classes proletárias é dever do Estado intervir no mecanismo de distribuição com o objetivo de eliminar ou atenuar as causas do encarecimento. Um dos meios de realização desse objetivo é o que o Estado adquira as utilidades diretamente nas fontes de distribuição, distribuindo-as sem lucro ao consumidor⁸¹.

As suas principais proposições, sobretudo de caráter social e econômico, tiveram, deste modo, razoável receptividade pelos governos estadual e federal, fator que revela, na verdade, a valorização das suas ideias e a identificação destas ao aspecto técnico e racionalizado preconizado pelo Estado Novo.⁸² Deste modo, a ampliação da figura política de Alberto Pasqualini, estendia-se, de forma gradual, do cenário político estadual para o cenário nacional, também em virtude de sua atuação técnico-administrativa, mas não somente restrita a essa mesma tipologia de atuação, como poderá se observar a seguir.

Foi nesta mesma época em que o responsável interino do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado (DEIP), o crítico de artes plásticas Ângelo Guido ordenou a apreensão da obra *Fronteira Agreste*, sob a razão de que a obra “feria a moral e os bons costumes pelas cruas cenas de romance”, seu autor era Ivan Pedro de Martins⁸³. Além disso, vale ressaltar que o DEIP constituía-se enquanto um dos

⁸¹ PASQUALINI, Alberto. “Exposição de motivos propondo a criação da Comissão de Alimentação Pública”. Porto Alegre: **Correio do Povo**, 12 de dezembro de 1943. p. 4-8.

⁸² Pode-se afirmar que, na avaliação do próprio Alberto Pasqualini, a racionalização promoveria o gradual aperfeiçoamento da administração pública no sentido de satisfazer, adequadamente, às necessidades coletivas. Essa avaliação não era, contudo, um caso isolado. Ao contrário, foi compartilhada por outros de sua época como o sociólogo Guerreiro Ramos, também durante os anos 1940 na sua atuação no Departamento Administrativo do Serviço Público. Sobre isso ver: BARIANI JR., Edison. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 31-60. Essa foi também a associação que concorda: SILVA, Roberto Bittencourt da. **Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2012. p.70-77.

⁸³ Cabe aqui uma correção importante: na base de dados do Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro (DHBB) do sítio CPDOC-FGV aparece que o autor da referida obra *Fronteira Agreste* é Cyro Martins. Embora esse escritor tenha se envolvido posteriormente na polêmica em torno da proibição, na verdade a obra é de autoria de Ivan Pedro de Martins e foi publicada, primeiramente, pela Livraria do Globo no

principais órgãos estaduais ligados diretamente à Secretaria do Interior e Justiça, presidida por Alberto Pasqualini. Especificamente naquela ocasião, o titular que respondia pelas ações do DEIP no Estado do Rio Grande do Sul, o escritor Manoelito d'Ornellas encontrava-se na cidade do Rio de Janeiro e, ao tomar conhecimento da polêmica, acabou desautorizando publicamente a ação de Ângelo Guido. A repercussão tanto regional quanto nacional da referida proibição foi imensa. Diversos articulistas e colaboradores manifestaram-se em defesa do livro, dentre eles o colaborador efetivo do jornal *Correio do Povo*, Fernando Borba e, além dele, Décio Freitas, Reynaldo Moura e, em âmbito nacional, o próprio Sérgio Milliet⁸⁴. Na ocasião, Ângelo Guido tentou encaminhar o processo ao diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no Rio de Janeiro, capitão Amílcar Dutra de Menezes, pois teria evocado para si o exame de conteúdo da obra então apreendida. O protesto iniciado pela Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) fora então enviado, em forma de carta, diretamente a Alberto Pasqualini. Torna-se interessante fazer salientar, ainda, que circulavam informações, sobretudo entre os principais jornalistas da época, que ao presidir a Secretaria do Interior e Justiça, Alberto Pasqualini teria o compromisso de “melhora no clima de censura que então vigorava”.⁸⁵

De fato, Alberto Pasqualini defendia o “papel público” da imprensa em numerosas ocasiões. Ou seja, suas posições frente à censura oficial vinham se mostrando cada vez mais incompatíveis:

ano de 1944. Sobre isso ver: MARTINS, Ivan Pedro de. **Fronteira Agreste**. Romance. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1944.

⁸⁴ Sobre esse fato, Décio Freitas comentaria que: “Esta literatura heroica sobre a campanha rio-grandense e o seu homem, o gaúcho, é um escamoteio vergonhoso da verdade”. E continuaria: “[...] é preciso acabar com as condições que se facilitam e encorajam o que poderá ser conseguido com a denúncia implacável da verdade”, pois o “romance de Ivan Pedro de Martins representa um alto serviço prestado às letras rio-grandenses e assinala mais um grito de revolta articulado em prol do povo gaúcho”. Sobre isso ver: FREITAS, Décio. “Fronteira Agreste e o gaúcho”. In. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1944. p. 3. Sergio Milliet observou na época que: “Ivan Pedro de Martins beneficia-se de uma posição privilegiada; é o que os americanos denominaram um ‘estranho sociólogo’, um observador que, por não participar diretamente das dissensões primárias, se encontra na possibilidade de analisar de um modo imparcial e que será tanto mais objetivo quanto mais arguto for o ‘olho clínico’ do observador. Fronteira Agreste não podia ser escrito por um gaúcho preso às lutas grupais por laços de amizade ou solidariedade. Logo a obra se ressentiria da participação, assumindo um aspecto polêmico, fechando-se nos limites estreitos de uma tese, ou, ao contrário, se diluindo nas minudências impressionistas”. Sobre isso ver: MILLIET, Sérgio. **Diário Crítico**. São Paulo: Martins Editora e Editora da USP, 1981. Vol. 2. p. 103. (A data original da anotação é de 24 de março de 1944).

⁸⁵ Sobre isso ver em específico: HOHFELDT, Antônio. **Trilogia da Campanha**. Ivan Pedro de Martins e o Rio Grande invisível. Coleção Ensaios. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1998. p. 26-27.

A missão da imprensa é, essencialmente, informar, esclarecer, criticar, educar e exortar. A imprensa é, por isso mesmo, uma peça indispensável no funcionamento dos regimes e dos mecanismos democráticos. Tem, pois, os governos, na imprensa, antenas e termômetro da opinião esclarecida e, ao mesmo tempo, um precioso e poderoso instrumento de preparação psicológica, de orientação e de educação das massas. Eis porque a imprensa e o governo devem ser forças convergentes e funções que se completam: aquela, apontando enganos, erros e abusos, e, este, corrigindo-os, emendando-os e reprimindo-os⁸⁶.

Em seu apoio à liberdade de opinião e de imprensa, o resultado político imediato correspondeu, à oposição do DIP, pois sua atitude foi vista como afronta ao governo. Seus pronunciamentos diante dos jornalistas chegaram ao ponto de ter sua publicação impedida pelo departamento. Seu último ato se deu em 1944 com o caso que o levou à demissão das suas funções de representante da SIJ: manifestando impasse entre grupos políticos na cidade de Cachoeira do Sul para a escolha de um nome para ocupar a interventoria municipal, em 1944, Alberto Pasqualini pronunciou-se publicamente favorável à adoção de uma consulta pública com o sentido de equacionar o problema. É possível, inclusive, que tenha proposto a realização de um plebiscito. Criando suscetibilidades ao governo do novo interventor estadual, Ernesto Dornelles, este apresentou o caso em carta ao Presidente Vargas, a respeito da posição assumida pelo personagem:

Tendo a imprensa daqui noticiado a realização de um plebiscito em Cachoeira, o qual teria sido autorizado pela Secretaria do Interior, com aprovação da Interventoria, achei necessário desmentir a notícia. O dr. Pasqualini não pensou do mesmo modo, tanto assim que não a retificou. Por esse motivo, pediu ele demissão, que aceitei. O nosso entendimento foi cordial, embora franco, e creio que não ficou ele impedido de colaborar com o governo, em funções mais de acordo com seu temperamento. Tenho indícios para crer que o mesmo dr. Pasqualini ficou convencido de ter criado um situação difícil de se recompor, pelo menos por enquanto. Além dos fatos anteriores, concorreu para isso a circunstância de ser ele sem embargo de suas ideias liberais, muito intransigente em seus pontos de vista, não se apercebendo mesmo de que a sua atuação não estava sendo benéfica para o Governo⁸⁷.

Como se pode observar precisamente no conteúdo da carta redigida por Ernesto Dornelles e enviada a Getúlio Vargas, as posições tomadas por Alberto Pasqualini na SIJ foram interpretadas, do ponto de vista do Executivo Estadual, como de caráter “intransigente”, embora se considerasse que o entendimento para a sua

⁸⁶ PASQUALINI, Alberto. “Saudação aos jornalistas cariocas”. Porto Alegre: **Correio do Povo**, 4 de janeiro de 1944. p. 4.

⁸⁷ **Carta de Ernesto Dornelles para Getúlio Vargas**. 15 de julho de 1944. CPDOC-FGV. Arquivo GV. GVC 1944.07.15.

“demissão” tivesse sido “franco” e “cordial”. Não obstante, a projeção de sua figura política em nível nacional configurou-se justamente quando o personagem exerceu funções em órgãos administrativos no governo estadual do Rio Grande do Sul durante a vigência do regime do Estado Novo.

Deve-se salientar, no entanto, a impossibilidade de se afirmar que Alberto Pasqualini tenha sido um grande opositor do regime instaurado por Getúlio Vargas em 1937. Pelo contrário, o personagem fazia parte dele, tecendo, inclusive, não poucos elogios aos seus principais fomentadores no Estado do Rio Grande do Sul. A crítica ao regime pode ser considerada pontual e vinculava-se, fundamentalmente, tão somente às práticas de cerceamento das liberdades individuais e de expressão nos veículos de imprensa. Outro aspecto salutar dessa mesma conjuntura é que já em 1944 o governo sofria pressões pelo fim do regime, abrindo-se a perspectiva para manifestações políticas de toda ordem. Deve-se aquilatar, neste aspecto, que Alberto Pasqualini utilizar-se-ia, depois do seu desligamento da administração pública estadual, das páginas dos jornais como um dos principais veículos, senão o mais importante, para a divulgação de suas ideias e de suas posições, observando-se, neste caso, a conjuntura favorável que se abriria com o desmantelamento do Estado Novo em 1945, como poderá ser melhor delineado em seguida.

2.2 DA USB AO PTB

Imediatamente após do seu desligamento oficial da Secretaria do Interior e Justiça, no final do ano de 1944, Alberto Pasqualini passou a escrever artigos que foram publicados sobretudo no jornal Correio do Povo, então com grande circulação entre a população alfabetizada de Porto Alegre. Deve-se considerar que o processo de desmantelamento do Estado Novo e a abertura democrática propiciavam, fortemente, uma gradual abertura para diversas manifestações de posições políticas e de ideias. Os artigos publicados pelo personagem no curto período entre o final do ano de 1943, ao longo de 1944 e, sobretudo até 1945, de certa maneira, refletiam parte considerável dessa mesma conjuntura. Sendo assim, a projeção nacional da figura política de Alberto Pasqualini, propiciada em grande medida pela sua atuação nos órgãos administrativos do Estado do Rio Grande do Sul, haja vista o papel de articulação de forças políticas exercido por esses mesmo órgãos, possibilitou, efetivamente, que o conteúdo de suas manifestações veiculadas nas páginas dos

jornais da época, principalmente no jornal *Correio do Povo*, embora não sem repercussão nacional, tratasse de temas mais amplos e que ultrapassavam os limites do jogo político estadual. Em outras palavras, a projeção nacional de sua figura política, adquirida sobretudo durante a vigência do Estado Novo, foi, possivelmente, o elemento que permitiu a Alberto Pasqualini interferir publicamente em assuntos da esfera de poder além dos limites estaduais. Foi neste mesmo contexto, portanto, que surgiu a União Social Brasileira (USB), cuja figura política central foi Alberto Pasqualini.

Ainda em março de 1945 teria grande repercussão um artigo publicado pelo personagem no jornal *Correio do Povo* então intitulado “Sugestões para um programa de governo”. Assim, por meio do conteúdo expressivo dessas mesmas “sugestões”, Alberto Pasqualini colocava:

De todas as questões de caráter fundamental que, neste momento, devem ou deveriam merecer a atenção e o estudo dos que têm responsabilidade ou podem ter influência na vida do País, a que se sobreleva e tem primazia sobre as demais é, sem dúvida, a questão social⁸⁸.

Na verdade, a repercussão do artigo de março, acabou por angariar para Alberto Pasqualini, numerosos adeptos e simpatizantes. Posteriormente, no mês de junho de 1945, formou-se, sob a presidência de João Monteiro dos Santos, o então chamado Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento pode ser considerado o precursor imediato da União Social Brasileira (USB): o agrupamento político centralizado em torno da figura política de Alberto Pasqualini e lançado, a partir de uma sessão pública, no Teatro São Pedro em Porto Alegre, em 21 de setembro de 1945. Além de Alberto Pasqualini, eleito presidente do referido movimento, integravam a USB algumas figuras políticas com menor relevo ou de relativa expressão naquela conjuntura: o engenheiro Egydio Michaelsen, além dos advogados João Caruso Scuderi, Ajadil de Lemos e Leocádio Antunes, do então professor Bruza Netto e do empresário Anibal di Primo Beck. Vale salientar que, depois da publicação do artigo de março, seguiram-se outros cujo conteúdo versava, igualmente, sobre questões de âmbito nacional. Assim, pode-se afirmar que a conquista de adeptos parece ter estimulado fortemente a consolidação da projeção nacional da figura política de Alberto Pasqualini naquele mesmo ano.

⁸⁸ Pasqualini, Alberto. “Sugestões para um programa”. In: **Correio do Povo**, Porto Alegre, 22 de abril de 1945. p. 4-5.

Observa-se, portanto, que o personagem parecia encontrar-se relativamente sintonizado com o processo de democratização: no conteúdo dos artigos que antecederam o manifesto da USB, publicados em 1945, Alberto Pasqualini procurou posicionar-se em relação à sucessão presidencial e a crítica aos partidos políticos de cunho personalizado. Essas duas alusões antecedem, portanto, a criação efetiva da USB:

Um amplo movimento cívico que tenha por objetivo excluir do problema da sucessão presidencial quaisquer soluções que não promanam da vontade livre e soberana do povo, que corresponda às suas legítimas aspirações e satisfaça os seus anseios, é uma necessidade que se impõe a todas as consciências verdadeiramente democráticas. [...] Quando chefes militares se projetam no plano político-partidário, difícil será manter as fôrças armadas imunes do vírus político, das paixões e do faccionismo. O político, o candidato, está sujeito à discussão pública e ao ataque; não se pode impedir a crítica, porque seria coagir a opinião e atentar contra uma das liberdades democráticas fundamentais. Admiti-la, equivalerá, muitas vezes, a colocar um chefe em situação incompatível com o respeito que deve infundir aos elementos de sua classe e com a aura de dignidade e de prestígio que deve manter no seio de sua corporação⁸⁹.

Como é possível observar, o trecho acima delineava a questão principal da sucessão presidencial como um problema a ser enfrentado pelas Forças Armadas, sobretudo em relação à “discussão pública e ao ataque” que os então candidatos ficariam expostos. Eurico Gaspar Dutra, então candidato pelo Partido Social Democrático (PSD) e Eduardo Gomes da União Democrática Nacional (UDN). Os candidatos eram militares, sendo que o primeiro havia conquistado o posto de general e o segundo o de brigadeiro. Para Alberto Pasqualini deveria haver uma separação real das suas funções, sobretudo enquanto membros de uma corporação militar e a exposição dos mesmos a “uma análise política”:

Todo indivíduo tem qualidades e defeitos, virtudes e fraquezas. Não deve um chefe militar expor-se a uma análise política, quase nunca feita com justiça e imparcialidade e em que os pontos fracos da personalidade são sempre exagerados e não raras vezes caricaturados. A alma da disciplina reside principalmente na autoridade moral dos chefes, na confiança que inspiram aos comandados, na convicção dos seus atributos, na certeza de sua infabilidade. Nada há de tão corrosivo e dissolvente para a disciplina, a hierarquia e o prestígio das forças armadas como um campanha política de que sejam protagonistas figuras militares⁹⁰.

⁸⁹ PAQUALINI, Alberto. “O problema da sucessão”. In: **Correio do Povo**, Porto Alegre: 17 de junho de 1945. p. 4-5.

⁹⁰ Id.

Para o personagem, os referidos e então oficiais membros das Forças Armadas não deveriam ser candidatos e nem mesmo representar siglas de caráter partidário, pois, conforme o próprio Alberto Pasqualini afirmava, seriam eles tão somente representantes de sua corporação, considerada: “um fator de coesão, a garantia da paz e da tranquilidade. Quando está em perigo a própria coesão das forças armadas, quem assegurará a unidade nacional?”. Assim:

Quando as paixões e o faccionismo penetram nos domínios da força e da crença, há grave perigo de que se eclipsem a liberdade e a consciência. Profundamente deplorável é que, neste momento, dois ilustres soldados se estejam disputando a presidência da República. Quem não percebe que se pretende interessar as forças armadas na contenda, utilizando e explorando o potencial de prestígio militar de cada um desses eminentes cidadãos? Ninguém ainda pode prever as consequências finais desse jogo político em que se tenta envolver contra a sua vontade, as forças armadas, criando situações constringedoras e insinuando-lhes responsabilidades que, absolutamente, não tem nenhuma razão e vontade de assumir⁹¹.

Alberto Pasqualini expunha, de forma contundente, sua posição a respeito das candidaturas de militares à presidência da República, interferindo, portanto, em uma questão política e de definição de poder no nível nacional, por meio do prestígio que havia conquistado quando do exercício de funções nos diferentes órgãos estaduais, conforme já demonstrado. Observa-se as alusões presentes no conteúdo principal de seu artigo a algumas expressões que foram frequentemente utilizadas “paixões” e “faccionismo”. Como se poderá salientar detalhadamente mais adiante, os referidos termos faziam parte de uma crítica basilar de seu discurso às práticas políticas então entendidas pelo personagem como traço que marcaria uma certa tipologia de formação partidária. Assim, é que crítica apareceria ressignificada à própria identificação do movimento por ele liderado:

⁹¹ Id.

Nunca estive nas minhas cogitações fundar partidos. Houve, sim, a ideia que ainda poderá ser concretizada, de realizar um movimento de caráter puramente doutrinário para discutir problemas nacionais e assuntos que respeitam a vida e a economia do nosso Estado [...]. Não se trata, pois, de partidos, mas de estabelecer objetivos e diretrizes, dando conteúdo e indicando rumos à ação política, pelo debate amplo de temas e soluções e pelo esclarecimento da opinião pública [...]. Sempre entendemos que a melhor maneira de iniciar as práticas democráticas não seria lançar candidaturas e garantir situações, mas oferecer uma contribuição ideológica, resultante da colaboração de todas as classes e homens dignos e patriotas, a fim de que os próprios construtores de partidos tivessem pontos de referência na sua tarefa [...]. Nossos propósitos são desinteressados, porque, se não o fossem, estaríamos incorrendo nos mesmos erros que condenamos⁹².

O conteúdo dessa manifestação de Alberto Pasqualini, então publicada pelo jornal *Correio do Povo*, demonstrava, paradoxalmente, um político que, embora aparentemente desinteressado pelo fenômeno partidário, pretendia-se enquanto representante de uma espécie de círculo de opiniões, ou seja, “a melhor maneira de iniciar as práticas democráticas não seria lançar candidaturas e garantir situações, mas oferecer uma contribuição ideológica”. Desta mesma forma, a recepção do conteúdo dessa manifestação de Alberto Pasqualini não pode ser adequadamente compreendida sem levar em consideração o percurso político do personagem até então. O reconhecimento público enquanto importante portador de conhecimentos técnicos, combinado intensificadamente às polêmicas em que se envolveu no fim do regime do Estado Novo, garantiu a ressignificação de seus escritos publicados e, também, a acolhida por diversos setores. Nota-se, ainda, a alusão, efetuada por Alberto Pasqualini, ao início das então denominadas “práticas democráticas” presente no conteúdo de sua manifestação. Na verdade, pode-se afirmar que havia uma conjuntura caracterizada, de maneira geral, por um momento de incertezas nas redefinições de posições de poder a partir da mudança de regime.

Antes do lançamento oficial da USB, Alberto Pasqualini e alguns de seus adeptos mandariam publicar no jornal *Correio do Povo* do dia 16 de setembro o Manifesto e o Programa da União Social Brasileira. Assim, o conteúdo do referido Manifesto constatava, dentre outros elementos, que não seria possível instituir um “verdadeiro regime democrático sem que se lhe preparem as bases econômicas, sociais e educacionais”, acrescentando, ainda:

⁹² PASQUALINI, Alberto. “Nossa única filosofia”. Porto Alegre: **Correio do Povo**, 3 de abril de 1945. p. 4.

Esse objetivo somente poderá ser alcançado unindo e harmonizando os fatores da produção e assentando as bases da economia num plano de cooperação, de solidariedade e de justiça social. O desenvolvimento das forças econômicas e o aumento da riqueza nacional não deverão operar-se em proveito de alguns e com o sacrifício de muitos. Só um sistema que assegure a todos condições de existência digna e uma razoável e justa participação nos bens que representam o progresso material e espiritual da humanidade poderá permitir a sobrevivência do regime capitalista. Por isso, é necessário que se crie uma nova concepção do capital, que não deve ter caráter individualista e egoísta, mas que deverá antes ser considerado, no seu próprio aspecto privado, como uma delegação da sociedade para a maior criação de riqueza e bem-estar coletivo. O lucro, por outro lado, não pode ser desvinculado de suas origens e fontes sociais, sendo, portanto, um imperativo de justiça que parte dele reverta em benefício dos que contribuíram, com o seu trabalho, para produzi-lo. Esses são os princípios em que se inspira, essencialmente, o programa da União Social Brasileira⁹³.

O Manifesto propunha, ainda, a criação de um Fundo Social, constituído a partir de um imposto-quota sobre os lucros das empresas. Esta contribuição, de caráter social portanto, seria equivalente às obrigações de guerra ainda então em vigor e financeira, através do Fundo Social, obras e benefícios aos trabalhadores nos setores da habitação, saúde, saneamento, educação, dentro outros. A referida proposta estava fundamentalmente baseada no chamado princípio solidarista, o qual será melhor demonstrado quando da análise do conteúdo da obra de caráter “doutrinário” de Alberto Pasqualini, considerando que se trata de um dos eixos mais importantes do desenvolvimento de suas construções conceituais relacionadas ao trabalhismo e que já se fazia presente, portanto, antes mesmo do seu ingresso no PTB e da designação intensificada ao rótulo de “doutrinador” ou “teórico”.

O programa específico propugnado pela USB contaria, ainda, a relação entre a democracia “imperfeita” e “precária” e o “grau de capacidade com que possam fazer” ou “participar das deliberações políticas” os “cidadãos”:

Deve-se reconhecer que não será possível instituir no Brasil um verdadeiro regime democrático sem que se lhe preparem as bases econômicas, sociais e educacionais. Se a democracia é realmente o governo do povo, será ela tanto mais imperfeita e precária quanto menor for o número de cidadãos que possam participar das deliberações políticas e quanto menor for o grau de capacidade com que o possam fazer⁹⁴.

No conteúdo do pronunciamento de lançamento da USB na cerimônia realizada no Teatro São Pedro em Porto Alegre, Alberto Pasqualini discorreu sobre o episódio

⁹³ PASQUALINI, Alberto. “Manifesto-programa da União Social Brasileira”. Porto Alegre: **Correio do Povo**, 16 de setembro de 1945. p. 11.

⁹⁴ Id.

da sucessão presidencial, demonstrando a sua interferência em questões de âmbito nacional cuja repercussão, como informado, foi amplamente candente, sobretudo no Estado do Rio Grande do Sul, mas não somente restrito aos seus limites. Nas suas palavras:

Aí estão, meus amigos, algumas das questões que se me afiguram muito mais importantes do que esse episódio tristemente pitoresco da sucessão presidencial. Que pode interessar ao povo a mudança de homem ou de governo, se as suas dificuldades e a sua sorte continuarão sempre as mesmas? Quando me interpelam com quem ficará a USB, se com o candidato do oficialismo ou com o de oposição, teria vontade de responder que, sendo o nosso partido um partido do povo, só poderá ficar com o povo⁹⁵.

Assim, Alberto Pasqualini voltava a veicular sua posição em relação às candidaturas à sucessão presidencial, mostrando-se, inclusive, equidistante de ambas os candidatos. Na continuidade de seu pronunciamento de lançamento da USB, colocaria ainda que:

Volto agora a reafirmar o meu ponto de vista pessoal contrário a qualquer candidatura que, direta, indireta ou simbolicamente se pretende amparar pela força. Não temos a menor dúvida de que as forças armadas, dando uma alta e nobre demonstração de consciência dos seus deveres, se mantêm e se manterão afastadas da agitação política. Não faltam, porém, de parte de elementos estranhos às forças armadas, exortações e incitamentos intervencionistas; não faltam explorações e advertências de que, se houver mudança de rumos ou se houver substituição de um dos candidatos, por importar isso o desprestígio de um chefe militar, o Exército intervirá. Tudo o que, em política, possa, ainda que de leve, constituir motivo de constrangimento, será a negação da liberdade democrática. O povo quer ter o direito de examinar, discutir, analisar as candidaturas e, se assim o entender, também substituí-las. Por isso, o povo deseja e reclama um candidato civil⁹⁶.

Nota-se, na continuação do excerto, a manutenção da equidistância de Alberto Pasqualini, representado pelo USB, dos candidatos, ambos militares, à sucessão presidencial de 1945. Somado a esse fator, deve-se fazer notar que o então líder do agrupamento político, igualmente, mantivera-se reticente quanto a uma reaproximação com Getúlio Vargas naquela conjuntura. Nota-se, ainda, que no conteúdo do Manifesto e também no conteúdo do pronunciamento de Alberto Pasqualini não houve sequer uma única menção ao termo “trabalhista” ou mesmo “trabalhismo”, embora tenha aparecido, de modo mais evidente, as conceituações

⁹⁵ **União Social Brasileira: manifesto, programa e discurso do Sr. Alberto Pasqualini na sessão de instalação. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV – GV-147f.**

⁹⁶ Id.

referentes ao solidarismo associado diretamente à valorização do trabalho. Assim, pode-se afirmar que o próprio Alberto Pasqualini, neste caso, procuraria deixar explícito nos debates com seus colegas a afinidade entre os princípios por ele defendidos e a legislação de proteção ao trabalho implementada por Getúlio Vargas durante a vigência do regime do Estado Novo. Embora Alberto Pasqualini não tenha deixado explícita qualquer aproximação com Getúlio Vargas, a USB alinhou-se ao PTB por meio do entendimento entre o Diretório Estadual do PTB e a Comissão Central Provisória da USB.

Ainda naquele mesmo ano, a USB foi absorvida pelo PTB, justamente depois da queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945. Na verdade, pode-se salientar que as negociações entre o PTB e a agremiação liderada por Alberto Pasqualini foram precipitadas pelo ocorrido naquele final de outubro de 1945. Assim, em 31 de outubro foi assinado por Alberto Pasqualini e Sílvio Sanson o “Termo de Compromisso Político entre o PTB e a USB”:

O Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro e a Comissão Central Provisória da União Social Brasileira, reconhecendo as finalidades programáticas que unem as duas agremiações e desejando, no atual momento, manter também estreitas relações de cooperação no plano político estadual, resolvem, ad referendum, das respectivas convenções partidárias, estabelecer e firmar o seguinte compromisso pela qual orientarão a sua ação política:

- a) Ambas as agremiações manter-se-ão vigilantes na sustentação dos princípios e das instituições democráticas, reconhecendo exclusivamente na vontade do povo, manifestada sem qualquer constrangimento, o poder soberano de traçar normas jurídicas e de escolher os seus legítimos representantes;
- b) Ambas as agremiações, em consonância com os respectivos programas conjugarão os seus esforços na defesa dos direitos e dos interesses das classes trabalhadoras e da coletividade em geral, empenhando-se em que sejam mantidas a paz social e a tranquilidade pública;
- c) Toda e qualquer atitude ou deliberação referente à política estadual, à escolha do candidato a governado do Estado, de candidatos à Assembleia Legislativa Estadual e às Câmaras Legislativas Municipais, será sempre tomada em harmonia de vistas e mediante prévia troca de consultas entre os órgãos competentes das duas agremiações;
- d) O mesmo sistema de consultas é também recomendado relativamente às questões concernentes à política nacional e à representação no Parlamento, bem como à orientação política a ser seguida pela representação das duas agremiações, sob a homologação do Diretório Central do PTB;
- e) O Diretório Estadual do PTB e a Comissão Central da USB designarão delegados para constituírem uma Comissão Mista destinada a facilitar a execução do presente acordo, cujos termos poderão ser ampliados no sentido de admitir a inclusão de outras correntes partidárias que tenham os mesmos objetivos programáticos⁹⁷.

⁹⁷ **Correio do Povo:** Porto Alegre, 4 de novembro de 1945. p.4-5.

O compromisso entre USB e PTB se consolidou, então, na completa fusão organizativa das duas agremiações por meio de um processo que se encerrou durante o ano de 1946, mantendo-se a sigla do PTB e o desaparecimento formal da USB. Alberto Pasqualini seria escolhido como candidato oficial do PTB ao governo do Rio Grande do Sul no pleito que seria realizado em 1947. Getúlio Vargas que havia sido eleito Senador pelo PSD em 1945 havia se comprometido com a candidatura de Walter Jobim, também do PSD, então o principal opositor de Alberto Pasqualini naquele pleito. Pode-se afirmar que a candidatura de Alberto Pasqualini passaria a ganhar força mesmo sem o apoio de Getúlio Vargas, primeiramente, surgia no PTB enquanto um movimento pró-candidatura de Loureiro da Silva que negou a indicação. Assim, a escolha do partido voltou-se para a figura política de Alberto Pasqualini.

Foi no dia 21 de novembro de 1946, por meio de entrevista na Rádio Farroupilha, que Alberto Pasqualini iniciava abertamente sua campanha eleitoral. Foram concorrentes do candidato do PTB na mesma eleição: Walter Jobim, do PSD, neste caso coligado a dois outros partidos, o PRP e o PCB); e Décio Martins Costa, do PL (em coligação com a UDN). Pode-se afirmar que nos meses de dezembro e janeiro, sob o ímpeto da própria campanha eleitoral, o PTB ampliou consideravelmente sua estrutura no estado do Rio Grande do Sul, instalando vários diretórios municipais nas cidades do interior e criando, ainda, diretórios distritais em Porto Alegre. Além destes chamados distritais, o PTB passaria, igualmente, a instalar numerosos “núcleos”, a maioria dos quais em residências de filiados, muitos deles sendo operários ou pequenos funcionários públicos⁹⁸. Embora o PTB, bem como seu candidato Alberto Pasqualini, tenham sido derrotados na eleição para o governo do Estado naquele ano de 1947, é possível aquilatar que a primeira campanha a um cargo majoritário demonstraria a teor organizativo do partido, bem como a tentativa de exposição das ideias que norteariam o seu programa partidário, causa esta amplamente defendida por Alberto Pasqualini. Sendo assim, o candidato do PTB ficaria com 209.164 votos contra 229.129 votos para o candidato do PSD, Wálter Jobim. Mesmo considerando que tenha sido derrotado no total de votos estaduais, torna-se interessante salientar que o então candidato do PTB ficou colocado em primeiro lugar em Porto Alegre tendo obtido quase o dobro de votos do candidato do

⁹⁸ Sobre esses e outros aspectos específicos da formação do PTB no estado do Rio Grande do Sul convém salientar o conteúdo do texto de: BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 44.

PSD. Foram 45.548 votos para Alberto Pasqualini contra 23.271 votos para o Walter Jobim⁹⁹. Neste sentido, pode-se afirmar que a própria campanha eleitoral serviria para que Alberto Pasqualini pudesse gradativamente colocar-se individualmente inserido no partido. Seu renome enquanto portador de conhecimento técnicos e político de perfil crítico aos partidos seria o suficiente para que sua figura política angariasse, rapidamente, muitos adeptos. É interessante fazer notar que, logo após a derrota nas eleições, em 1948, Alberto Pasqualini publicaria, pela Livraria do Globo de Porto Alegre, o livro *Bases e Sugestões para uma Política Social* obra na qual perfigurariam as bases de suas ideias e a relação destas com a perspectiva partidária do PTB e, não menos importante, em relação às formas pelas quais Alberto Pasqualini capitaneava, afinal, o discurso do trabalhismo. Na verdade, é necessário salientar, uma de suas principais manifestações de campanha, um pronunciamento na cidade de Caixas do Sul em dezembro de 1946 seria uma das componentes basilares da sua obra de caráter doutrinário e teórico. O pronunciamento efetuado, por ocasião da campanha política naquela cidade, seria posteriormente incorporado ao conjunto de escritos que compõe o livro de sua autoria sob o título de um dos capítulos, qual seja, “Trabalhismo e Solidarismo” – trechos estes que serão, mais adiante, examinados ainda neste capítulo.

Neste sentido, como foi possível demonstrado até aqui, as designações, então compreendidas como sendo os principais rótulos atribuídos ao referido personagem, tiveram também uma história. Colocá-las em perspectiva, portanto, é o equivalente a não reduzir a atuação de Alberto Pasqualini a um determinado partido, mas sim ao caráter, muitas vezes, paradoxal e ambivalente de um contexto sócio-político que pode ser compreendido enquanto de transição e de resignificação. A sua crítica sistemática aos traços fundamentais da prática política, cujo traço principal era fundamentado no personalismo, somada às suas atuações enquanto Vereador e aos trabalhos de ordem técnica desenvolvidos na Câmara Municipal de Porto Alegre, a sua atuação posterior junto a órgãos administrativos do Estado do Rio Grande do Sul entre 1939 e 1943, além do seu envolvimento nas polêmicas em relação à censura oficial, bem como também à contribuição desta sua atuação na amplificação, para além dos limites estaduais, de sua figura política, já o consolidariam enquanto influente liderança política mesmo antes de adentrar no PTB entre os anos de 1945 e

⁹⁹ Sobre isso consultar: **Correio do Povo**, Porto Alegre 6 de fevereiro de 1947. p. 4

1946. Assim, quando do seu ingresso efetivo no partido, pode-se afirmar que Alberto Pasqualini levaria os dividendos políticos então obtidos até aquela conjuntura enquanto incremento essencial à formação e consolidação do PTB, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul e seu processo organizativo entre 1946 e 1947. Ainda como demonstrado, o pleito de 1947, no qual Alberto Pasqualini foi derrotado na eleição para governador, serviria, embora possa se considerar o aspecto da derrota, como um dos passos importantes para que o personagem, enfim, se colocasse individualmente dentro do partido enquanto um propugnador de ideias bem como de algumas posições políticas.

2.3 A OBRA “TEÓRICA” E “DOCTRINÁRIA”

Pode-se afirmar que os aspectos basilares que devem ser considerados ao se analisar os textos de ordem denominada como “doutrinária” ou “teórica” de Alberto Pasqualini estiveram relacionados com a sua trajetória política inicial e, portanto, antes de seu efetivo ingresso no PTB. Assim, tanto o modo bastante peculiar de inserção nos debates travados entre os vereadores na Câmara Municipal de Porto Alegre, quanto também sua passagem pelos cargos públicos que ocupou no governo do Estado do Rio Grande do Sul contribuíram para a consolidação de sua figura política possivelmente a partir de uma dupla identificação: primeiramente, como um político que exercia o papel da crítica, sobretudo às práticas políticas e aos modos pelos quais as principais lideranças dos partidos se comportavam frente a uma possível ou provável “personalização” da ação política; segundo, enquanto notável portador de um considerável arcabouço de conhecimentos técnico-científicos fator que, dentre outros possíveis, viria a conferir-lhe a indicação para cargos importantes na administração pública. O modo bastante específico, e fortemente estratégico, pelo qual o então vereador da FUG se inseria nos debates com seus principais interlocutores seria ressignificado no processo de desmantelamento do Estado Novo entre os anos de 1944 e 1945. Nesses mesmos anos, Alberto Pasqualini passaria a ser amplamente reconhecido no jogo político nacional, pois, dentre outros fatores, aproveitaria a própria característica fundamental que havia tornado esses órgãos administrativos, embora aparentemente de ordem técnica, essencialmente centrais na articulação das forças políticas já consolidadas antes da instauração do regime do Estado Novo em 1937. Essa mesma articulação permitia, então, a integração entre as

forças políticas regionais e o jogo político nacional, intermediado pela figura política de Getúlio Vargas, já que era o próprio Presidente da República, neste caso, quem nomeava os integrantes do Departamento Administrativo, cargo de conselheiro que foi ocupado por Alberto Pasqualini entre os anos de 1939 e 1943, conforme o que foi anteriormente demonstrado.

Sendo assim, não se pode adequadamente discutir as ideias presentes no conteúdo de seus textos de ordem “doutrinária” ou “teórica” sem que sejam considerados esses aspectos anteriormente informados. Além disso, deve-se ainda fazer notar que o binômio (e que, igualmente, se configurava enquanto uma identificação bastante pertinente e reconhecida na figura política do referido personagem) entre portador de conhecimentos técnico-científicos e o peculiar exercício da crítica aos partidos políticos e às suas lideranças serviria, paradoxalmente, como eixo para a consolidação de seu próprio papel de liderança política quando do seu ingresso no PTB em fins de 1945 e meados do ano de 1946.

A publicação de *Bases e Sugestões para uma Política Social* pela Livraria do Globo de Porto Alegre no ano de 1948 seria a porta de entrada de Alberto Pasqualini para que a figura política de Alberto Pasqualini viesse a consolidar de sua identificação enquanto “teórico” e “doutrinador” do PTB. O próprio partido interessou-se, em diferentes momentos, pelos textos de caráter prescritivo de autoria do personagem, fator que já o configuraria enquanto um importante líder dentro do PTB. Dois episódios são salustares no processo de recepção de sua obra pelo partido: o primeiro, de um parecer redigido por alguns dos membros do Diretório Regional do PTB do Distrito Federal, acerca, especificamente, das “sugestões” para a modificação do programa trabalhista então defendidos pelo “doutrinador” ou “teórico” do PTB para o programa partidário do trabalhismo, no ano de 1949; o segundo, quando o próprio Alberto Pasqualini, já como candidato a Senador pelo Rio Grande do Sul, no delinear da campanha de 1950 enviou uma carta a Getúlio Vargas salientando a necessidade imprescindível de uma definição mais contundente das diretrizes e do programa do partido. Nesses dois momentos, embora o lapso de quase um ano entre eles, o que houve foi tanto a recepção gradual das suas ideias dentro do partido quanto a tentativa do próprio personagem em se consolidar enquanto um “líder de ideias”. Assim, tanto o conteúdo do parecer, redigido especialmente em nome do Diretório Regional do Distrito Federal em 1949, quanto o conteúdo da carta redigida por Alberto Pasqualini e endereçada a Getúlio Vargas em 1950, sugerem possíveis linhas de

análise para o sentido e interpretação dos eixos basilares das ideias presentes em *Bases e Sugestões para uma Política Social* frente ao jogo de forças políticas daquele mesmo contexto.

Em 1949, ou seja, apenas um ano depois de publicada a primeira versão de *Bases e Sugestões para uma Política Social*, pela Livraria do Globo de Porto Alegre, o então Diretório do PTB no Distrito Federal se pronunciou acerca dos escritos de autoria de Alberto Pasqualini. Torna-se especificamente importante salientar que, já nesta época, o personagem havia sido candidato ao governo no Rio Grande do Sul pelo PTB, no pleito realizado em 1947 e tornava-se uma figura política conhecida também do eleitorado regional, haja vista a considerável e expressiva votação que recebeu, embora tenha sido derrotado. Vale salientar, também, que já neste momento Alberto Pasqualini era, certamente, uma figura política reconhecida em âmbito nacional, conforme já exposto em profundidade neste mesmo capítulo.

Pode-se afirmar que o conteúdo desse parecer do Diretório Regional do PTB do Distrito Federal, embora fosse consideravelmente reticente frente às modificações do programa do partido, então sugeridas por Alberto Pasqualini, reconhecia a sua importância enquanto figura política com certa centralidade e relevância dentro do PTB:

Inicialmente, devemos agradecer a designação de nossos nomes para compôr a comissão destinada a dar parecer sôbre o trabalho do ilustre petebista gaúcho. Reconhecendo o seu grande talento e sua elevada cultura política enriquecida por um cabedal precioso de conhecimentos doutrinários, admitimos que, se nossa missão pôde ser facilitada em alguns pontos, em outros o problema se dispõe de modo bastante dificultoso pelas condições de formação do PTB que mais se funda no sentido concreto de realizações efetivas do que no aspecto doutrinário de simples previsão condicionada ao exercício do govêrno¹⁰⁰.

Nota-se, mais diretamente, que os pareceristas do texto que sugeria a modificação do programa trabalhista, proposto pelo “petebista gaúcho” Alberto Pasqualini por meio da própria publicação de 1948, admitem, por um lado, o reconhecimento do seu “talento” e da sua “elevada cultura política” também “enriquecida por um cabedal precioso de conhecimentos doutrinários”; de outro, expressavam as dificuldades de se lidar com as propostas, sobretudo porque o que

¹⁰⁰ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. gvc 1949.06.27-1. **Parecer do Diretório Regional do PTB (Distrito Federal), sobre o projeto de reforma do programa do PTB proposto por Alberto Pasqualini**, Rio de Janeiro 27 de junho de 1949.

compreendiam enquanto as “condições de formação do PTB” estariam mais fundamentadas “no sentido concreto de realizações efetivas” do que, de modo mais apropriado, no “aspecto doutrinário” já que este tratava-se, apenas, de uma “previsão condicionada ao exercício do govêrno”. Neste sentido, os pareceristas do Diretório Regional do PTB do Distrito Federal reconheciam, assim como o próprio Alberto Pasqualini, a ausência de substância doutrinária ao partido e, por outro lado, reconheciam a competência do autor das “reformas” do “programa trabalhista”.

Na continuação do parecer, então redigido pelos membros do Diretório do Distrito Federal, a doutrina passava inevitavelmente a ser interpretada como um “fracasso irremediável” fazendo como que as “organizações políticas” do partido se subdividissem e se desmembrassem em “correntes irreconciliáveis”:

É evidente que o conservadorismo doutrinário sempre condenou ao fracasso irremediável, desmembrando e subdividindo as organizações políticas em correntes irreconciliáveis. Entretanto, um partido dentro das características do PTB, situado como ponto intermediário capaz de atrair e de congregar em torno de sua ideologia equilibrada, remanescentes das lutas travadas entre os sistemas de essência e métodos extremos, deve ter o cuidado de fixar os fundamentos de seu programa de modo a não obstar a evolução natural para o maior aperfeiçoamento de um regime progressista, pela conciliação das forças necessárias e úteis ao programa da nação¹⁰¹

Os pareceristas pareciam consideravelmente preocupados com uma futura fixação do programa do partido. Essa preocupação se configurava por uma razão específica: o PTB, no entendimento dos pareceristas, seria um partido que congregaria, assim, “em torno de sua ideologia equilibrada” uma posição de “intermediário” entre os “remanescentes das lutas travadas entre os sistemas de essência e métodos extremos”, isto é, admitiam, neste mesmo sentido, uma posição “equilibrada” e de “conciliação” das “forças” que seriam “necessárias e úteis ao progresso da nação”. A preocupação dos pareceristas seria, sobretudo, a de não radicalizar a ação política, delimitando-a aos possíveis extremismos de um programa político de base doutrinária – proposta que, como poderá ser mais profundamente analisada em seguida, não fazia parte das ideias propugnadas por Alberto Pasqualini. O partido precisava ainda passar por uma espécie de primeiro momento, que era o de ser identificado como instrumento de continuidade das “garantias reais” e dos “direitos” conquistados ao longo do regime do Estado Novo:

¹⁰¹ Id.

A primeira etapa de ação de uma política trabalhista é dar elementos aos trabalhadores para que se integrem na vida política, econômica e social, aparados por direitos e garantias reais. Essa etapa está definida no programa do PTB. Embora, concretizada em alguns itens essenciais, jamais poderia ser excluída. Pelo contrário, deve permanecer como causa e origem dos efeitos produzidos e das conquistas asseguradas.¹⁰²

O argumento que foi evidentemente aceito pelos pareceristas foi o ponto central do texto de Alberto Pasqualini que delimitava as relações entre o trabalhismo e as questões relacionadas ao capitalismo e ao socialismo. Na verdade, deve-se salientar, o conteúdo de caráter geral do referido parecer, procurou valorizar e demonstrar os motivos pelos quais uma específica identificação do trabalhismo nas suas relações com os sistemas de organização social então vigentes poderia e deveria ser efetuada:

Após essa primeira jornada vencida, com galhardia, pelos órgãos representantes do PTB, impõe-se, de fato, a inclusão de outros temas como meios de evolução que venha atualizar a linha programática do partido, configurar novos objetivos, novas diretrizes e organização, ampliando os seus quadros mediante a conquista de forças que flutuam entre umas e outras idéias. O PTB deve condensar os três sistemas admitidos pelo ilustre companheiro autor do projeto: capitalismo, socialismo e comunismo. Como fiel doutrinário ou como força de equilíbrio tem que adquirir, características tais que possam compor uma síntese capaz de constituir-se em centro de convergência, eliminando, aos poucos, o reacionarismo de direita e de esquerda¹⁰³.

Pode-se aquilatar que um dos principais objetivos dos pareceristas era, possivelmente, bastante claro, ou seja, que o “doutrinário” não fizesse com que o PTB perdesse seus adeptos, mas que viesse a ganhá-los por meio da “conquista de forças que flutuam entre umas e outras idéias”. Posicionamento efetivamente mais explícito do próprio trabalhismo frente ao capitalismo, ao socialismo e ao comunismo comporia, então, uma “síntese capaz de constituir-se em centro de convergência, eliminando, aos poucos, o reacionarismo de direita e de esquerda”. Mais adiante, neste mesmo capítulo, será possível notar exatamente essa proposta efetivada no conteúdo do texto de Alberto Pasqualini: pode-se afirmar, neste caso, que os pareceristas estão, na verdade, tecendo comentários sobre o conteúdo de *Bases e Sugestões para uma Política Social* como representantes do PTB. Sendo assim, reproduziram trechos da obra no parecer salientando, afinal, quais seriam os seus pontos mais importantes do ponto de vista da “conquista de forças” para o partido.

¹⁰² Id.

¹⁰³ Id.

A partir daí, o conteúdo do parecer delimita-se, quase exclusivamente, a tratar das possíveis relações entre trabalhismo e capitalismo e, igualmente, do afastamento do socialismo e do comunismo, embora considere que o socialismo fosse, de um modo abstrato, a opção a qual se filiaría o PTB. Ainda assim, no conteúdo do parecer, seria ressaltado a falta de condições, no País, para a implantação do regime socialista – o que configuraria, então, a opção do PTB pela manutenção da iniciativa privada, proposta que foi também a de Alberto Pasqualini, como poderá ser melhor avaliado na sequência.

Na verdade, a preocupação com a definição da “índole trabalhista” frente aos regimes socialista, comunista e capitalista tendia a um efeito estritamente de ordem político, ou seja, angariar adeptos ao programa partidário do PTB e não perdê-los, daí a preocupação expressada no conteúdo do parecer. De fato, deve-se salientar que não ocorreram mudanças substanciais no programa trabalhista, aprovado durante a Convenção Nacional e redigido entre fins de 1946 e o início de 1947.

A avaliação que os pareceristas fizeram do texto “doutrinário” de autoria de Alberto Pasqualini carrega em si dois aspectos importantes: o primeiro, da preocupação, na forma de uma restrição, que a doutrina fosse um elemento de desagregação do partido, ou seja, nas entrelinhas, é possível aquilatar que esses membros do PTB regional do Distrito Federal receavam uma possível liderança insular de Alberto Pasqualini em relação a um “doutrinarismo” mais radicalizado e, com isso, uma desagregação no partido; por outro lado, a definição do trabalhismo frente aos demais sistemas de organização como o capitalismo, o socialismo e o comunismo foi profundamente salientada no conteúdo do parecer, no sentido de “eliminar reacionarismos de esquerda e de direita” – elemento que configura, justamente, a preocupação com a não desagregação e, também, a manutenção das forças políticas conglomeradas em torno do partido. Se os pareceristas receavam a fixação das diretrizes e do programa partidário do PTB, o mesmo não ocorria como o grande proponente dessa ação. Mesmo algum tempo depois, o próprio Alberto Pasqualini mantinha a sua posição em relação ao efetivo estabelecimento mais criterioso do que denominou como linha programática do partido.

A preocupação com a fixação das linhas programáticas do PTB foi uma das mais contundentes ideias defendidas por Alberto Pasqualini. Embora os pareceristas tenham se mantido reticentes quanto à consolidação efetiva das diretrizes do PTB, o próprio Alberto Pasqualini continuaria salientado, em suas falas, pronunciamentos e

demais veículos a necessidade de que o partido fundamentasse a sua linha de ação vinculada a um programa partidário. Isso ficou mais evidente quando, no ano de 1950, Alberto Pasqualini enviou uma carta a Getúlio Vargas, durante o delineamento do pleito eleitoral portanto, sugerindo fortemente que fossem traçadas as linhas programáticas do partido:

Nossos companheiros, pelo que tenho observado, sentem necessidade dessa orientação e o que se apresenta por aí como trabalhismo é, frequentemente, o que pode haver de mais disparatamente anti-trabalhista. Há, além disso, grande interesse fóra do país em relação ao sentido e aos objetivos do movimento trabalhista no Brasil e seria conveniente que todos pudessem claramente compreender quais são êsses objetivos. Isso teria ainda a vantagem de evitar exploração, desvirtuamentos e deturpações, como está ocorrendo e como acontecerá ainda em maior escala quando a campanha eleitoral adquirir maior intensidade, o que poderá gerar dúvidas e incertezas nos espíritos menos esclarecidos¹⁰⁴.

Alberto Pasqualini procurava apresentar a Getúlio Vargas, a grande figura política do PTB àquela altura, a “necessidade” da “orientação” e de que fosse possível “claramente compreender quais são” os “objetivos” do PTB no sentido de evitar, deste modo, “exploração, desvirtuamentos e deturpações” quando “a campanha eleitoral adquirir maior intensidade, o que poderá gerar dúvidas e incertezas nos espíritos menos esclarecidos”. O personagem voltaria a salientar a distinção entre “ideias” e “prestígio pessoal” e a relação deste último com “uma política primária, como a que se pratica em nosso país”:

Ousaria lembrar que, se a campanha eleitoral fôr colocada apenas em termos de prestígio pessoal, um eventual insucesso poderia ser um desastre. Se, porém, o Senhor fôr o líder de uma orientação social, de uma ideia, de um sistema a perda de uma eleição em nada poderia afetar o seu prestígio; antes, somente poderia engrandecer o seu nome porque ficaria apenas provado que existe ainda essa ocasional maioria reacionária que não se rendeu à excelência e à evidência das novas idéias e a luta continuaria, sem desilusões e sem esmorecimentos. Esta eleição passaria a ser, então, apenas um episódio dessa luta e não o seu lance definitivo. Ao Senhor, particularmente, creio que não convivia, por maiores que sejam as probabilidades de triunfo, apostar e arriscar tudo nesta parada. Uma vitória política nem sempre se traduz por uma expressão eleitoral, numa contagem material de votos, e, muitas vezes, não valeria a pena conseguí-la com o sacrifício daquilo que deve ser o objeto dessa vitória. Veja, apenas, Presidente, nestas palavras, o reflexo da intenção sincera de quem deseja seu nome cada vez mais engrandecido, mas, ao mesmo tempo, resguardado de eventualidades e surpresas que uma política primária, como a que se pratica em nosso país, pode preparar¹⁰⁵.

¹⁰⁴ **Carta de Alberto Pasqualini a Getúlio Vargas.** Arquivo Getúlio Vargas. 11 de março de 1949. GVC. 1949.03.11.

¹⁰⁵ Id.

Nota-se, além do que já foi informado, outro aspecto consideravelmente importante do conteúdo da carta: Alberto Pasqualini reivindicou que as ideias deveriam estar acima do prestígio pessoal. Além disso, salientou a crítica a uma “política primária” que seria uma “prática” corrente “em nosso país”. Assim, entre os pareceristas e o conteúdo da carta, ambos anteriormente informados, embora o lapso de praticamente um ano entre um e outro, Alberto Pasqualini insistiria, fundamentalmente, na definição das diretrizes programáticas do partido. A leitura dos pareceristas, então, sugere uma linha de análise para o conteúdo da obra, já que se trata, embora de forma localizada, da recepção de suas ideias dentro do PTB. Essa recepção foi, como demonstrado, ambivalente: por um lado, elogiava-se a “cultura política” e o saber “doutrinário” do “petebista gaúcho”; por outro, receava que uma definição mais radicalizada das ideias que norteariam o programa do partido fosse um fator de desagregação. Os aspectos salientados na carta parecem demonstrar, ainda, que as principais ideias do autor de *Bases e Sugestões para uma Política Social* não foram rapidamente incorporadas e aceitas pelo dirigentes do PTB, mesmo quase depois dois anos da sua primeira publicação. Pode-se afirmar, então, que Alberto Pasqualini procurava reafirmar a necessidade da definição programática a ponto de enviar uma carta ao próprio Getúlio Vargas salientando sua intenção e essa “necessidade”. Nos dois momentos, portanto, ficam evidenciadas as intenções de Alberto Pasqualini e, também, sua insistência na incorporação de suas ideias no PTB.

Seja como for, o parecer permite uma linha de interpretação do conteúdo da obra “doutrinária” e “teórica” de Alberto Pasqualini, já que as linhas centrais das ideias do personagem não foram imediatamente acatadas pelo Diretório do PTB. Assim, tanto o exercício da crítica aos partidos sem substância doutrinária quanto a configuração de algumas definições conceituais acerca do trabalhismo, sobretudo em relação ao capitalismo, ao socialismo e ao comunismo podem ser consideradas enquanto os aspectos fundamentais da articulação das ideias de Alberto Pasqualini em *Bases e Sugestões para uma Política Social*.

2.3.1 Trabalhismo, crítica política e consolidação da liderança

Um dos aspectos bastante significativos que serviu de embasamento ao discurso de Alberto Pasqualini, presente desde as suas falas na forma de *apartes* durante os debates plenários na Câmara Municipal de Porto Alegre entre os anos de

1936 e de 1937, foi aquele cujo conteúdo realizava contundentes críticas aos modelos político-partidários bem como às suas lideranças, então vigentes na mesma época. Pode-se afirmar que esse específico aspecto, fundamentalmente presente em suas falas enquanto Vereador, estendeu-se, no tempo e no espaço, para sua atuação posterior, passando e sendo intensificadamente reforçado quando o referido personagem ocupou cargos administrativos durante o regime do Estado Novo e, igualmente, quando do seu ingresso efetivo no PTB enquanto uma das componentes básicas do conteúdo mais expressivo de sua assim denominada “obra teórica” ou, ainda, também chamada “obra doutrinária”.

Uma das principais concepções que sustentava o discurso do trabalhismo capitaneado por Alberto Pasqualini esteve fortemente vinculada à crítica dos partidos políticos e de suas principais lideranças. Pode-se afirmar que, na verdade, o personagem buscava constituir uma identidade política para o PTB vinculando-o, sobretudo, às próprias ideias que propugnava, mesmo algum tempo antes de seu ingresso no partido. Neste sentido, para Alberto Pasqualini, o partido somente poderia se constituir enquanto aquilo que denominou como “verdadeiro partido político” se as ações de seus membros fossem orientadas tanto pelas “diretrizes” quanto também pelas “ideias” bem como, ainda, pelo que denominava por “objetivos programáticos”.

Para fundamentar suas acepções acerca do PTB, não poupou críticas aos modelos partidários então existentes no País, bem como às suas principais lideranças, procurando reconhecer, inclusive no seu próprio partido, elementos conectados a essas mesmas críticas. Deve-se salientar que, ao proferir a crítica a uma determinada tipologia de liderança partidária “personalizada”, acabava por colocar-se, então gradualmente, como outra espécie de liderança que se considerava mesmo acima dos “interesses pessoais” já que fundamentava-se por meio de “questões objetivas” e não por questões “partidárias”.

Deste modo, deve-se salientar que para o então “teórico” Alberto Pasqualini um partido político somente poderia ser efetivamente compreendido por meio de um conjunto de princípios que ideologicamente justificariam a existência desse mesmo partido. Através desse argumento de ordem basilar, o personagem passaria, gradativamente, a consolidar-se enquanto liderança política no PTB, pois procurava, utilizando-se de uma linguagem de teor “científico”, delinear uma identidade política para o seu partido. Assim, essa busca pelo delineamento de diretrizes o auxiliaria, de

sobremaneira, a tornar-se reconhecido dentro do PTB como o “doutrinador” ou o “teórico” do partido. Nas suas palavras:

Um partido político pressupõe determinados objetivos, um conjunto de princípios que ideologicamente os justificam e uma série de soluções que exprimem a forma da sua concretização. É uma agremiação de homens livres em torno de um ideal comum. A existência de um partido político envolve, pois, o compromisso de todos os membros ou aderentes de lutarem pela vitória desse ideal e pela realização do programa partidário¹⁰⁶.

Para Alberto Pasqualini, de maneira fortemente semelhante ao conteúdo da carta então enviada a Getúlio Vargas, um partido político deveria ter funções específicas e que estas deveriam estar também associadas aos “objetivos” e a “um conjunto de princípios que ideologicamente os justificam”. Considerando, neste sentido, esses elementos, Alberto Pasqualini continuava argumentando no conteúdo mesmo trecho:

A função de um partido é tríplice: doutrinária, eleitoral e política. A primeira se exerce pela difusão e propaganda das idéias partidárias específicas e, conseqüentemente, pela transmissão ao maior número da *convicção partidária*; a segunda, pelo voto nas eleições; a terceira, pela objetivação das idéias e soluções através do mecanismo constitucional do Estado, isto é, pela ação parlamentar e administrativa dos representantes do partido nos órgãos dos poderes legislativo e executivo. Toda a ação partidária deve, pois, encontrar a sua fonte de inspiração nos objetivos, nos princípios e nas soluções do programa partidário. O planejamento para a consecução dos objetivos representará a *diretriz* ou orientação partidária; as diferentes posições ou atitudes em consonância com essa orientação, formarão a linha política do partido¹⁰⁷.

Nota-se, especificamente, a menção presente no conteúdo do texto de Alberto Pasqualini em relação à função que deveria ter um partido político: “é tríplice: doutrinária, eleitoral e política”. No restante do conteúdo desse mesmo trecho, percebe-se, mais especificamente, a valorização da função “doutrinária” enquanto de “diretriz” ou de “orientação partidária” e que as “diferentes posições ou atitudes em consonância com essa orientação, formarão a linha política do partido”. Havia, assim, uma valorização das ideias que deveriam configurar, desta maneira, o conteúdo ideológico do partido tanto como “orientação” quanto como “diretriz” da ação política. A importância que Alberto Pasqualini concedia à linha ideológica enquanto orientação básica dos partidos políticos, em realidade, aparecia, sobretudo, enquanto um dos

¹⁰⁶ PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948. p. 171.

¹⁰⁷ Id. p.172

argumentos que subsidiavam, também, a crítica a outras tipologias de lideranças partidárias, ao mesmo tempo em que colocava o referido personagem enquanto um líder de “idéias”:

Um partido deve, pois, ser um movimento de aglutinação em torno de idéias e soluções, uma concentração e polarização de energias para a ação realizadora do ideal comum. Nos países de formação democrática primária e incipiente, os partidos têm, geralmente, outro processo genético. Não são movimentos em torno de idéias, mas movimentos em torno de interesses ou de pessoas. Cada homenzinho tem o seu partidinho. Na realidade, não são partidos políticos, e sim facções com pouco ou nenhum conteúdo ideológico¹⁰⁸.

No trecho anterior, o conteúdo demonstra exatamente a crítica realizada por Alberto Pasqualini em relação aos partidos políticos, isto é, não enquanto um movimento de aglutinação “em torno de idéias e soluções”, mas, por meio de outro “processo genético” como “movimentos em torno de interesses ou de pessoas”. Para o personagem, os partidos políticos, como já informado, deveriam estar alicerçados em torno de um “ideal comum”. Esse mesmo “ideal” deveria estar, também, acima dos interesses pessoais dos membros do mesmo partido político. Na continuação:

Alguns políticos, porém, possuem a habilidade suficiente de mascarar êsses interesses sob o disfarce do “bem público” e de apresentar os objetivos pessoais sob a forma de objetivos gerais. A ignorância e o atraso do povo constituem o campo mais propício para a demagogia e para o sucesso dos charlatões e espertalhões. A decomposição e fragmentação dessas facções é uma conseqüência das modificações que se operam nos interesses que foram a sua causa originária. Como as proposições dos seus programas são mera formalidades, tais partidos não podem ter nem diretrizes, nem orientação. A sua linha política não será a linha reta do ideal, mas a linha sinuosa dos interesses pessoais que os movimentam. É necessário, portanto, distinguir entre “partidos” que nada mais são do que conglomerados heterogêneos em torno de interesses e agremiações políticas em torno de programas e ideais. Só estas últimas têm condições intrínsecas de sobrevivência¹⁰⁹.

No entendimento de Alberto Pasqualini, os partidos políticos orientados apenas por “objetivos pessoais” não passariam de “facções” das quais fariam parte apenas “políticos” que “possuem a habilidade suficiente de mascarar êsses interesses” e “apresentar os objetivos pessoais sob a forma de objetivos gerais”. Assim, para o referido autor, então, a “linha política” desses partidos não seria a denominada “linha reta do ideal, mas a linha sinuosa dos interesses pessoais que os movimentam”. Foi neste trecho, portanto, que Alberto Pasqualini acentuou a crítica e a distinção entre

¹⁰⁸ Id. p. 174-175.

¹⁰⁹ Id. p. 175.

suas definições para os tipos de partido político. Cabe salientar, ainda, uma das semelhanças marcantes entre os dois últimos excertos examinados: tanto a visão de “atraso” quanto também a de “democracia incipiente” apareceriam associadas aos elementos que afirmavam o que seria, assim, o “campo mais propício para a demagogia e para o sucesso dos charlatões e espertalhões”.Torna-se interessante notar, portanto, que os termos “charlatões” ou “charlatanismo” bem como as expressões vinculadas à “demagogia” apareceriam diversas vezes ao longo do conteúdo dos textos de sua autoria, sobretudo nas referências que criticavam possíveis adversários e a um tipo específico de prática política:

Um dos principais deveres de um Partido Trabalhista será a difusão de sua cultura entre as massas trabalhadoras. Isto é, sobretudo exato no Brasil onde o índice dessa cultura é muito baixo. Sòmente depois de alcançado êsse objetivo é que poderemos organizar uma verdadeira democracia, democracia consciente, baseada na vontade e na soberania popular, imunizando-a da demagogia dos aventureiros e charlatães¹¹⁰.

A instrução e a educação do trabalhador eram entendidas como uma questão importante no “trabalhismo” capitaneado pelo discurso de Alberto Pasqualini. Para o então “teórico”, a população brasileira ainda não teria atingido “um certo nível de cultura” o que faria com que grande parte desse mesmo contingente viesse a se tornar “vítima de demagogos, aventureiros e charlatães”, conforme o conteúdo das chamadas “Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro”, presente no conteúdo de sua obra:

Enquanto o trabalhador não atingir um certo nível de cultura, será sempre vítima de demagogos, aventureiros e charlatães, porque não possui a necessária capacidade para discernir entre o que lhe convém e o que lhe não convém, e distinguir entre os que realmente lutam pela sua causa e os que apenas exploram a ignorância e a boa-fé. Um certo grau de instrução e educação política da massa proletária é essencial à existência de uma verdadeira democracia. E é também indispensável à existência de um verdadeiro trabalhismo, trabalhismo consciente, baseado no conhecimento dos fenômenos sociais e econômicos, e num sistema de soluções racionais para os problemas que os mesmos oferecem. Há tanta diferença entre o trabalhismo demagógico e o verdadeiro trabalhismo como entre charlatanismo e ciência médica. Muitas vêzes, os trabalhadores enganados em sua boa-fé e ingenuidade, seguem justamente aqueles que mais os prejudicam. Não raro, o povo ludibriado, age contra si próprio. Só um grande trabalho de instrução e educação poderá evitar que isso aconteça¹¹¹.

¹¹⁰ Id. p. 131

¹¹¹ Id. p. 102

Somado à específica distinção crítica que fazia dos diversos tipos de partido político, o autor também procurou vincular a relação destes com determinadas tipologias de lideranças partidárias procurando, neste sentido, configurar uma possível identificação do que seria, afinal, considerado como um líder político:

É necessário, em política, distinguir entre personificação e personalização. A personificação é a forma antropomorfa da idéia, a sua encarnação em uma pessoa. Ela decorre da identificação do homem com um ideal, o que o torna mais concreto e assimilável pelas camadas menos cultas. Personificação é uma condensação de aspirações coletivas traduzida em uma expressão ou conduta humana; pressupõe que essa conduta seja determinada exclusivamente pelo bem da pátria e dos cidadãos. Deve, portanto, estar liberta da influência de interesses, de paixões e ambições. O líder se torna o símbolo de um pensamento coletivo. O povo o segue intuitivamente. Não é a intuição o raciocínio do instinto? Que seria de um povo se não tivesse líderes¹¹².

A partir do mesmo argumento em torno dos tipos de partido político, entre aquilo que seria identificado como o “verdadeiro partido político” e aquilo que denominou apenas através do termo de “facções”, Alberto Pasqualini também demonstrou a relação destes mesmos conceitos com determinados tipos de liderança política. Assim, para o “teórico do PTB”, a tarefa se consolidaria, então, em “distinguir entre personificação e personalização” – o primeiro sendo a forma “antropomorfa da ideia, a sua encarnação em uma pessoa”, ou seja, quando o referido “líder se torna o símbolo de um pensamento coletivo”. Assim, na continuação do mesmo excerto, o autor explicitava mais acentuadamente a sua conceituação:

É necessário, porém, que a personificação não degenera e se transforme em personalismo, que é, quase sempre, o caruncho dos partidos. Sob a sua ação, degeneram e apodrecem. A personificação é um símbolo; a personalização é um interesse. Gandhi foi um símbolo. Não era, porém, um político, no sentido comum da palavra, era um santo¹¹³.

Alberto Pasqualini procurava diferenciar, na relação entre “personalismo” e “personalização”, as funções atribuídas às lideranças políticas dos partidos. Na verdade, pode-se afirmar que possivelmente o personagem procurava se colocar enquanto um tipo relativamente peculiar de liderança política, embora essa alusão não aparecesse literalmente em seu texto. Uma leitura nas entrelinhas permite essa reflexão:

¹¹² Id. p. 177

¹¹³ Id. p. 176.

A função dos líderes deve ser guiar e educar a massa partidária à luz de uma idéia e de uma doutrina; esclarecê-la, “politizá-la”, isto é, proporcionar-lhe condições de raciocínio político e de autodeterminação. Isso é sobretudo necessário nos países mais atrasados em que o povo não atingiu ainda certo nível de instrução e certo grau de cultura. A responsabilidade dos líderes é aqui muito maior e cometeriam o crime de abuso de confiança se se valessem de sua influência na massa para objetivos de caráter pessoal. Na verdade, os homens são transitórios e sujeitos a errar. Também em política há uma espécie de lei dos três estados: o primeiro estado é o do antropofornismo. O homem é o centro do sistema, não a ideia. O segundo é o das abstrações políticas, que corresponde ao estado metafísico. O terceiro é o das soluções sociais concretas que corresponde ao estado positivo. É fácil observar que, entre nós, os três estados coexistem conforme a mente das pessoas. Eis porque imensa é a responsabilidade dos “pagés” da nossa política, isto é, dos homens-mito. Não deveriam nunca descer da condição de “símbolo”, pairando acima dos interesses, das questiúnculas, das misérias que formam o terra-à-terra da política nacional. Um símbolo deve ser sobretudo uma expressão de grandeza moral.¹¹⁴

Pode-se afirmar que, no conteúdo de sua obra, as críticas dirigiam-se, de sobremaneira, a determinadas tipologias de liderança política, cujo caráter fosse especificamente fundamentado a partir da “personalização” das ações políticas e, igualmente, ao que o referido personagem denominava enquanto “profissionalismo político”. Assim, Alberto Pasqualini mantinha a utilização do conhecimento de ordem técnica e científica como uma estratégia para criticar diretamente o conteúdo de outras fundamentações e pronunciamentos que não estivessem embasados a partir dessas mesmas diretrizes, por ele mesmo propugnadas. Portanto, as suas críticas estenderiam-se ao seu próprio partido, o PTB, que, de acordo com suas proposições, teria, igualmente, surgido “com os defeitos de origem dos demais partidos nacionais”:

O Partido Trabalhista Brasileiro nasceu com os defeitos de origem da maioria dos demais partidos nacionais. Não provinha de uma campanha ideológica, de um movimento de massas, em torno de reivindicações. Os trabalhadores não conquistaram, no Brasil, a legislação social. Foi-lhes outorgada e isso constituiu, sem dúvida, um ato de sabedoria do governo, pois, nas condições vigentes, os trabalhadores não teriam tido a possibilidade de organizar-se politicamente para essa conquista. Não poderia, por conseguinte, haver no Partido Trabalhista Brasileiro, como ainda não há, uma cristalização ou sedimentação ideológica e idealística que fôsse o substrato das vontades e atividades partidárias. Eis porque se tornava e se torna necessário realizar o trabalho de doutrinação que deveria ter sido feito no decurso do processo histórico de formação dos partidos, processo inexistente, corrigindo por essa forma os inconvenientes de uma improvisação. A campanha eleitoral para as eleições de 19 de janeiro de 1947 poderia constituir uma oportunidade. Convinha aproveitá-la, dada a grande receptividade popular para certas idéias e soluções e dada a incapacidade de outros partidos de aglutinarem e absorverem politicamente as massas trabalhadoras, de representarem os seus interesses e as suas aspirações¹¹⁵.

¹¹⁴ Id. p. 246-247

¹¹⁵ Id. p. 177

Neste sentido, o reconhecimento de que seu próprio partido não detinha, ainda, a então denominada “campanha ideológica” apareceu, também, no conteúdo do programa trabalhista elaborado especialmente para as eleições de 1947. Momento no qual Alberto Pasqualini procurava definir sua campanha política por meio do viés das “diretrizes” e dos “objetivos programáticos”:

Nosso movimento possui uma ação intrínseca, permanente, e não um caráter transitório e acidental. Êle tem de prosseguir em linha reta sem infletir para os lados, sem procurar acomodarse a conveniências ou a situações do momento. Se as outras linhas também forem retas, não haverá o perigo de colisões. Porque possuímos objetivos programáticos, nada temos contra ninguém e não hostilizamos quem quer que seja. Para nós, tôdas as opiniões são respeitáveis e o pleito que se avizinha é, antes de tudo, uma oportunidade de debater princípios e soluções, como convém a verdadeira democracia. É necessário que não vejamos nas campanhas eleitorais causas de inquietação e contôrno de tragédia. Devem ser antes festas cívicas onde o povo discute seus problemas e exercita a sua soberania¹¹⁶.

Alberto Pasqualini procurava distinguir os tipos de partidos políticos e, igualmente, as tipologias de lideranças, no sentido tanto de procurar consolidar uma espécie de identidade para o seu partido como também de se colocar enquanto liderança e como o portador das ideias e das diretrizes que deveriam, desta forma, compor essa mesma identidade. Referia-se, não obstante, aos seus “adversários” e a relação destes com a “realidade dos problemas”:

Reconhecem o problema da mortalidade infantil, da tuberculose, da subalimentação, dos marginais, da falta de assistência aos trabalhadores rurais e aos pequenos agricultores de uma longa série de outras questões. Afirmam que vão resolvê-las, mas esquecem-se de dizer-nos como o farão. Ignorância e pauperismo, dizem êles, são os nossos males. Logo, para corrigí-los, basta educar e criar riquezas. Com palavras mágicas, com essa fórmula simplista, acreditam ter encontrado a solução. Em matéria social parece existir uma espécie de lei dos três estados: a primeira fase é a da reação contra quaisquer soluções; a segunda, é a das soluções verbais; a terceira, das soluções reais. Muitos dos nossos adversários estão ainda na primeira; outros já começam a entrar na segunda. É, sem dúvida, um considerável progresso. Acredito que, um dia, sob a pressão da opinião popular, se resolvam a entrar na terceira. Mas se o fizerem pensando apenas no rendimento eleitoral, então virão tarde... [...] Eis porque, caxienses, seremos vitoriosos. Será o triunfo da ideia, e não a vitória dos homens; a vitória da ideia há de lançar no Rio Grande os marcos de uma nova política social¹¹⁷.

Conforme o referido personagem, as “soluções reais” não seriam apenas compreendidas como o “rendimento eleitoral”, ou seja, o que deveria ocorrer não seria

¹¹⁶ Id. p. 224

¹¹⁷ Id. p. 59

a “vitória dos homens” mas sim o “triunfo da ideia”. Nota-se, neste aspecto, que a fala de Alberto Pasqualini era de então candidato ao governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a campanha de 1946. Na verdade, pode-se afirmar que a possibilidade de sua vitória estaria atrelada à própria “vitória da ideia” que haveria de “lançar no Rio Grande os marcos de uma nova política social”. Sendo assim, a questão da valorização do trabalho também encontraria a sua relação a partir do binômio “demagogia” dos políticos e “ingenuidade, a ignorância e a boa-fé” do “trabalhador”:

O trabalho também não se valoriza com hinos ao trabalhador, nem com a demagogia dos que lhe exploram a ingenuidade, a ignorância e a boa-fé. O trabalho só encontrará a sua valorização o dia em que o trabalhador puder viver uma vida de decência, de conforto e de bem-estar, o dia em que puder instruir-se, elevar seu nível cultural, adquirir discernimento, tornando-se de fato um cidadão apto a participar da vida política da nação. Porque somente nesse dia teremos, efetivamente, alcançado as condições elementares para a realização e a prática da democracia. No desenvolvimento dessa idéia, declara a Constituição que “a todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna”. Não se pode admitir que a proposição constitucional seja apenas uma frase retórica ôca e vazia. Ela encerra um fim, um objetivo, claro, definido, imperativo. Mas, para alcançar êsse fim, é necessário que se tomem medidas e se institua procedimentos adequados. Não diz a Constituição que a todos os cidadãos é assegurado o direito ou a possibilidade de trabalhar a fim de prover à própria subsistência. Não. O que afirma é que a todos é “assegurado” trabalho. É, conseqüentemente, o Estado quem deve oferecer essa possibilidade e essa garantia, é o Estado quem deve torná-las efetivas¹¹⁸.

O excerto anterior, na verdade, demonstra especificamente a relação da crítica efetuada por Alberto Pasqualini às práticas políticas “personalizadas” e caracterizadas pela “demagogia” e sua relação com a maneira pela qual deveria ser realizada a efetiva valorização do trabalho e do trabalhador. Combinados no conteúdo do referido trecho, observam-se, pelo menos, dois eixos fundamentais: o primeiro, como já demonstrado, das críticas de ordem política; o segundo, de como, para o personagem, tanto a “demagogia” quanto os “hinos ao trabalhador” não se configurariam enquanto maneiras adequadas de valorização do trabalho e do trabalhador. Pode-se afirmar, neste sentido, que a valorização do trabalho, enquanto um dos elementos fundamentais do trabalhismo então capitaneado pelo discurso de Alberto Pasqualini, apareceu fundamentalmente no conteúdo de seus textos de caráter doutrinário, sobretudo, e talvez preferencialmente, em relação à crítica que o personagem construiu em relação ao capitalismo.

¹¹⁸ Id. p. 7

2.3.2 Trabalhismo e capitalismo

Outro elemento preponderante que apareceu ao longo do conteúdo da obra “doutrinária” de Alberto Pasqualini esteve fundamentalmente associado às relações estabelecidas entre trabalhismo e capitalismo. Ao definir um lugar ou uma posição para o trabalhismo, necessitou tornar substancial uma possível conceituação para o que entendia por capitalismo. Na verdade, pode-se afirmar que Alberto Pasqualini colocava a primazia do trabalho – e, portanto também do trabalhador – acima do capital: as matérias-primas (ou os elementos naturais) e o trabalho seriam considerados os fatores primários, enquanto o capital seria um fator secundário ou entendido apenas como derivado:

No regime da iniciativa privada, o capitalista não é apenas o proprietário dos meios de produção, isto é, da terra, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas – do capital; é também o que coordena os fatores da produção mediante a sua conjugação técnica na empresa. Os meios de produção precisam ser *acionados* segundo uma determinada técnica, pela inteligência e pelo braço do homem, isto é, pelo *trabalho*. É este o fator fundamental, o *fator* ativo da produção. O trabalhador vende, loca ou presta sua atividade à empresa, mediante determinada remuneração ou salário. Os fatores elementares do processo econômico são, portanto, os seguintes: a) a existência de necessidades humanas que possam ser satisfeitas mediante a produção de bens e serviços; b) meios materiais aptos a produzi-los; c) trabalho, ou atividade humana aplicada a esses meios; d) coordenação técnica dos fatores da produção¹¹⁹.

Observa-se, ainda, conforme o conteúdo específico do excerto anterior, que Alberto Pasqualini procurou extensivamente valorizar a “iniciativa privada” e, portanto, o “capitalista” enquanto aquele que “coordena os fatores da produção mediante a sua conjugação técnica na empresa”. Para o autor, tanto a iniciativa privada quanto o trabalhador configuram-se enquanto constituintes dos elementos primordiais do “trabalho”, aspecto considerado central, portanto, do “ideal trabalhista”.

Na continuidade do conteúdo desse mesmo excerto, Alberto Pasqualini procurou considerar, ainda, as possíveis críticas ao “lucro” como a única “*causa movens*” dos empreendimentos econômicos, ou seja, enquanto o objetivo “natural” do capitalista o desejo de alcançar sempre “os maiores lucros”. Considerava, também, que o papel, então desempenhado pelo “capitalista”, consistia, assim, em “função

¹¹⁹ Id. p. 2-3

social” que se configurava no sentido de “coordenar” os “fatores da produção” e, igualmente, “tomar a iniciativa dos empreendimentos econômicos”:

Sendo a economia capitalista baseada no lucro, sendo este o estimulante, a *causa movens* dos empreendimentos econômicos, o objetivo natural do capitalista será sempre alcançar os maiores lucros. Donde a tendência de obter do trabalhador a maior produtividade pelo menor salário e de vender ao consumidor as mercadorias pelos maiores preços. Quando essa tendência se desenvolve no mais alto grau, temos a exploração do trabalhador e do consumidor. Essa é a característica do capitalismo individualista que tem como elemento psicológico o egoísmo. É essa forma de capitalismo, o seu espírito, os seus métodos, a sua insensibilidade, uma fonte de injustiças e de profundos desníveis sociais. O capitalista desempenha, sem dúvida, uma importante função social, que é a de coordenar os fatores da produção, as atividades e energias criadoras e tomar a iniciativa dos empreendimentos econômicos. Cumpre, porém, não esquecer, no estabelecimento do regime das relações e da distribuição dos benefícios, o papel preponderante do trabalho e ainda a circunstância de que nenhum empreendimento seria possível e teria finalidade se não existissem portadores de necessidades cuja satisfação é um imperativo da natureza¹²⁰.

A partir da crítica ao “lucro” como a única causa que, então, motivaria as intenções do capitalista, Alberto Pasqualini procuraria distinguir os diversos tipos de capitalista. Considerando, neste caso, que o referido personagem entendia a importância da iniciativa privada como um dos elementos que constituíam sua específica conceituação para a valorização do trabalho:

Mas, há capitalistas e capitalistas. Há os nocivos e os inúteis; há os que prestam serviços à coletividade. O que cumpre é que a função do capitalista não degenera; que, de coordenador dos meios de produção, ideador e iniciador dos grandes empreendimentos econômicos, não passe a ser especulador, explorador e parasita. Muitos deles são apenas proprietários *nominais* dos meios de produção, pois trabalham lado a lado com os empregados, levam uma vida sóbria e discreta e invertem os lucros na ampliação da empresa ou em novos empreendimentos. O negócio para eles não é apenas o lucro, mas algo que corresponde a um fim social e que, portanto, deve progredir, expandir-se e perpetuar-se. Sentem orgulho daquilo que realizaram e não querem que a obra pereça¹²¹.

Nota-se, especificamente, a relação caracterizada por Alberto Pasqualini entre o capitalista que presta “serviços à coletividade”, ao contrário dos considerados “nocivos” e “inúteis”, este tipo de capitalista trabalharia “lado a lado com os empregados, levam uma vida sóbria e discreta e invertem os lucros na ampliação da empresa ou em novos empreendimentos”. Na verdade, o então “teórico” do PTB acentuadamente vinculava o “trabalho” ao tipo de “capitalista” por ele mesmo

¹²⁰ Id. p. 4-5.

¹²¹ Id.

defendido. Deste mesmo modo, então, a valorização do trabalho, conforme anteriormente exposto, passava, também, pelo “trabalho” capitalista e, portanto, pela iniciativa privada. Por outro lado, Alberto Pasqualini não pouparia críticas ao modelo “nocivo” de “capitalista”:

Freqüentemente, o indivíduo não alcança a fortuna pelo trabalho ou pelo direito sucessório, mas, como se costuma dizer, por “golpes de sorte”. Consegue ganhar dinheiro em negócios de pura especulação, em negociatas, ou em atividades mais ou menos classificadas no código penal. Com o ganho poderá também comprar uma fábrica, uma fazenda, um negócio, um arranha-céu ou ações de banco. Será muitas vezes considerado um homem que venceu na vida, isto é, um respeitável industrial, fazendeiro, negociante, proprietário ou banqueiro¹²².

Às críticas ao tipo “nocivo” de capitalista somavam-se as denominações do tipo desejável de capitalista, “dispostos” a “cooperar nos empreendimentos” que tivessem, então, por “finalidade o desenvolvimento da ciência, da cultura, do progresso, da assistência social”. Na esteira do mesmo argumento, portanto, ao capitalista “nocivo”, especificamente, ficaria reservada a responsabilidade pela, então denominada, “degeneração do capitalismo”:

Estão sempre dispostos a cooperar nos empreendimentos e nas obras que tenham por finalidade o desenvolvimento da ciência, da cultura, do progresso, da assistência social. Esse é o capitalista socialmente útil, de cuja atividade a coletividade não poderá prescindir. Infelizmente, o capitalismo tende quase sempre a degenerar, a tornar-se hereditário, especulativo, parasitário. Na organização das empresas, a participação do capitalista passa a ser muitas vezes puramente financeira. Dispõe êle do capital líquido, dos lucros acumulados, que inverterá tendo em vista exclusivamente o dividendo. Não realiza nenhum trabalho pessoal. Explora apenas o direito de propriedade. Por fim, controlando a finança, os bancos, o dinheiro, o crédito, maneja toda a economia que se transforma, em suas mãos, num puro jogo de especulação. Temos, então, o último grau de degeneração do capitalismo¹²³.

Observa-se, mais diretamente, que, conjuntamente aos termos “cooperar” e “assistência social”, Alberto Pasqualini colocava, inserido no mesmo argumento basilar, a questão associada ao “progresso” enquanto vinculação ao “desenvolvimento da ciência” e da “cultura” compreendido como sendo as funções do então denominado “capitalista socialmente útil, de cuja atividade a coletividade não poderá prescindir”. Torna-se importante observar esse aspecto específico relacionado ao texto “doutrinário” do personagem: a valorização da “técnica” e da “ciência” como elementos

¹²² Id. p. 10-20

¹²³ Id.

caros ao “progresso”. Na verdade, ao longo de grande parte do conteúdo de seus escritos, não raras vezes, portanto, aparecia a relação do trabalhismo com o conhecimento técnico-científico e sua relação com aquilo que denominou como “grau de civilização, de cultura e de progresso de um povo”:

O grau de civilização , de cultura e de progresso de um povo afere-se pelo teor das suas necessidades. O seu bem-estar mede-se pelo grau em que essas necessidades podem ser satisfeitas. O que cumpre, portanto, em primeiro lugar, é criar ou incutir na massa nas necessidades que a ciência e a técnica do mundo moderno estão em condições de satisfazer; em segundo lugar, proporcionar os meios pelos quais o trabalho poderá alcançar os bens que se destinam ao atendimento dessas necessidades. É nisso, afinal, que se resumem a civilização e a cultura. Produzir bens sem necessidades e, portanto, sem consumo, é coisa absolutamente inútil; existir a necessidade e não existirem os bens correspondentes, é um desacêrto; ter a necessidade, existirem os bens e não poder utilizá-los é absurdo. Nosso café já foi queimado ou jogado ao fundo do mar. No entanto, quantos patrícios há por êste Brasil que não podem tomar diàriamente uma xícara ou uma caneca de café? Qualquer industrial poderia, tècnicamente, montar uma fábrica ou qualquer comerciante abrir uma loja nos confins de Goiás onde o homem leva ainda uma vida primitiva. Mas, teriam certamente de fechá-as, porque os habitantes não experimentaram até hoje certas “necessidades” que são próprias dos homens civilizados. Admitindo-se, porém, que os carajás ou os javaés sentissem sùbitamente a necessidade de andar vestidos, de andar calçados e usar certo objetos de que agora prescindem, a fábrica ou a loja seriam forçadas, da mesma forma, a cerrar as portas porque não teria a freguesia como pagar dois metros de pano, um par de apercatas ou alguns carretéis de linha¹²⁴.

Assim, conforme Alberto Pasqualini, a organização econômica no Brasil estaria ainda em fase “pré-capitalista”, como será possível demonstrar neste mesmo capítulo de maneira mais detalhada. Nota-se, então, especialmente, a comparação que o personagem procura efetuar entre o “grau de civilização” e a “vida primitiva” e suas respectivas relações com o “teor das necessidades” que, de certa maneira, mediriam o “grau de civilização” do país – no caso específico, de um “povo”. Neste sentido, para o autor, seria necessário, primeiramente, “criar ou incutir na massa as necessidades que a ciência e a técnica do mundo moderno estão em condições de satisfazer”. Para o caso brasileiro, igualmente segundo Alberto Pasqualini, não havia nem mesmo o que ele mesmo denominou enquanto sendo “os meios pelos quais o trabalho” alcançaria “os bens que se destinam ao atendimento dessas necessidades”. Na verdade, esse argumento serviria para afastar, inclusive, a possibilidade de que o trabalhismo fizesse a defesa da total socialização dos meios de produção e, portanto,

¹²⁴ Id. p. 22

de posicionar o trabalhismo frente ao socialismo e ao comunismo. Como foi possível demonstrar até aqui, para o “teórico” Alberto Pasqualini, a valorização do trabalho passava, também, pela consideração da manutenção do capitalismo e de um certo tipo de capitalista que fosse “útil” à coletividade e à sociedade. Em outro trecho, a valorização efetiva das “descobertas da ciência” e o “aperfeiçoamento das técnicas” seria considerada de maneira mais explícita, relacionando-a justamente às questões associadas ao lucro:

As descobertas da ciência, o aperfeiçoamento da técnicas e os equipamentos mecânicos criaram para o homem dos nossos dias condições superiores e nunca imaginadas de segurança, de comodidade e de conforto, mas determinaram, por outro lado, a concentração industrial e capitalista, tendo como consequência a formação do proletariado moderno. A produção de utilidades converteu-se numa fonte ilimitada de lucros para so que dispõem dos meios de produção e de troca, mas essas mesmas utilidades são as mais das vezes inacessíveis aos que contribuem com o seu trabalho para produzi-las¹²⁵.

Pode-se assinalar que as duas concepções de capitalismo e, também, de capitalista, para Alberto Pasqualini, estavam intrinsecamente relacionadas à valorização do trabalho e do trabalhador e, igualmente, à crítica ao lucro e aos capitalistas compreendidos como “nocivos” à coletividade. Para o autor, então, existiriam dois tipos de capitalista, aquele que buscava o “lucro”, por meio de um alto grau de individualismo e o que seria tido como uma espécie de benefício para a “coletividade”. Neste sentido, Alberto Pasqualini mantinha a iniciativa privada como elemento central para a valorização do trabalho e sua vinculação, portanto, com o trabalhismo por ele capitaneado e o seu afastamento, embora relativo, do socialismo e do comunismo, como será possível examinar a seguir.

2.3.3 Trabalhismo e socialismo

Pode-se afirmar que outra conceituação fundamental, cuja centralidade permitiu a Alberto Pasqualini criar definições para o trabalhismo foi a relação que estabeleceu, ao longo do conteúdo sua obra “teórica” com algumas acepções de socialismo, também de sua autoria. Na verdade, Alberto Pasqualini procurava delinear, primeiramente, as diferenças entre o capitalismo e o socialismo,

¹²⁵ Id. p. 64.

intencionando, desta forma, encontrar um lugar para o trabalhismo frente a tais conceituações, conforme a leitura que os membros do PTB do Distrito Federal fizeram quando da emissão de seu parecer acerca dos seus escritos de caráter “doutrinário”. Para o autor, então, não haveria um extremismo entre apenas duas opções, ou seja, o capitalismo e o socialismo, mas sim, tão somente, “graus de capitalismo” combinados a “graus de socialismo” e que, preferencialmente, não seria necessário optar apenas por uma dessas mesmas conceituações. A intenção de Alberto Pasqualini era a de colocar-se próximo do socialismo, sem fazer, exatamente, uma opção mais contundente em referência ao conceito:

É certo que pode haver diversas formas e graus de capitalismo, como diversas formas e graus de socialismo. Qual dos dois sistemas é perceptível? Qual dos dois sistemas deve ser adotado? Eis aí duas questões que se não vinculam necessariamente uma à outra. Podemos admitir que, idealmente, o socialismo seja o sistema preferível. Dessa preferência *in abstracto* não se seguiria a conclusão de que deveríamos elegê-lo na prática.

Deve-se observar que, ao colocar especificamente a sua conceituação de capitalismo relacionada à expressão “graus”, Alberto Pasqualini procurava relativizar a opção por uma ou outra escolha. Além disso, colocaria, diretamente, que o socialismo seria o “sistema preferível” de maneira abstrata “*in abstracto*” mas que não seria, efetivamente a opção “na prática”. Assim, segundo o “teórico” do PTB, existiriam determinadas “contingências históricas” somadas a “condições psicológicas ou subjetivas” que deveriam ser examinadas para o entendimento de que a opção tivesse “exequibilidade” e “resultados práticos”:

Cada sistema corresponde a determinadas *contingências históricas* e é função de condições materiais ou objetivas e de condições psicológicas ou subjetivas. A questão não pode, pois, *in concreto* ser decidida pelas excelências teóricas do sistema, mas pela sua exequibilidade e pelos seus prováveis resultados práticos.

As denominadas por Alberto Pasqualini enquanto sendo “contingências históricas” apareceriam associadas às questões práticas da própria execução do sistema em cada País, como aparece na sequência do mesmo trecho:

Eis porque, nos países atrasados, de pequeno desenvolvimento técnico, de economia primária e onde a instrução e a educação constituem privilégio de uma pequena percentagem da população: onde tudo é mais ou menos primitivo e onde falta ainda aos mais capazes o “espírito social”, o sentimento da responsabilidade a tódo aquê conjunto de condições psicológicas e morais que deveriam formar o caráter nacional, a instituição do socialismo seria uma aberração. No Brasil, temos, de um lado, a grande massa do proletariado rural,

ignorante, submissa, indefesa, herdeira da economia escravagista; a massa dos pequenos agricultores, lutando pela sua emancipação; o operariado urbano, mais independente, porém, ainda pouco esclarecido e facilmente crédulo e explorável. Do outro lado, uma conjugação de forças reacionárias – reacionárias pelo espírito e reacionárias pelo interesse. De permeio a tudo isso, um industrialismo incipiente vivendo à sombra da tarifa, e uma economia rural mais ou menos feudal.

Nota-se, de maneira associada, a relação estabelecida pelo autor entre o capitalismo e o socialismo somada à questão da conceituação específica dos “países atrasados” onde haveria, então, “pequeno desenvolvimento técnico, de economia primária” e “onde tudo é mais ou menos primitivo e onde falta aos mais capazes o ‘espírito social’, o sentimento de responsabilidade a tódo aquê conjunto de condições psicológicas e morais que deveriam formar o caráter nacional”, considerando esses aspectos, Alberto Pasqualini concluía que o a “instituição do socialismo” no Brasil “seria uma aberração” devido a, pelo menos, três aspectos: o proletariado rural “ignorante”, submisso e indefeso aparecendo como herdeiro de uma “economia escravagista”; o “operariado urbano”, embora considerado “mais independente” seria ainda “pouco esclarecido e facilmente crédulo e explorável”; e, por último, a “conjugação de forças reacionárias” que seriam portadoras dessa característica tanto pelo “espírito” quanto também pelo “interesse”. Na verdade, no conteúdo do excerto, os três aspectos levantados por Alberto Pasqualini, estavam associados tanto à crítica ao capitalista que somente visava o lucro quanto à ação política personalizada, ambos fatores que “degeneravam” os sistemas “político” e, por conseguinte, o próprio “capitalismo. Somado a isso, na sua opinião, ainda, o “industrialismo” brasileiro seria, também, caracterizado como “incipiente” e a “economia rural” pouco desenvolvida. Assim, na própria ação de identificação desses aspectos, salientados pelo personagem, o próprio autor procurava colocar-se, então, enquanto o portador das “soluções reais” e, portanto, necessárias para o desenvolvimento capitalista, a ponto de considerar, finalmente, a própria impossibilidade da efetiva implementação e execução do socialismo no Brasil:

Entre nós a força da evolução, o gargalo de absorção dos ideais sociais, deverão ser ainda as elites intelectuais; a força de estabilização residirá na classe média. Só a mobilização política da classe média é que permitirá, por enquanto, no Brasil, acelerar o processo de sua evolução através de instituições mais ou menos progressistas. A “politização” da classe operária determinará os processos ulteriores dessa evolução.

Alberto Pasqualini explicava quais seriam, afinal, os sentidos da evolução social que, segundo ele mesmo, não deveriam, simplificada, possuir apenas um “sentido material”, mas também “um sentido moral”. O que cumpria fazer, portanto, fazer não seria a substituição do sistema capitalista pelo sistema socialista, mas sim, a “correção” ou a “sublimação” do “egoísmo” a partir do “desenvolvimento dos sentimentos de simpatia e de solidariedade social”. Deve-se, ainda, fazer notar justamente o papel que, nas entrelinhas, Alberto Pasqualini passaria a se auto-atribuir, ou seja, o papel de liderança vinculada ao que denominou como grupo de “elites intelectuais” para a “absorção dos ideais sociais”:

A evolução social não deve ter apenas um sentido material, mas também e, sobretudo, um sentido moral. O desajuste humano é tremendo quando estas duas forças não são paralelas. A evolução moral consistirá na correção e na sublimação do egoísmo e no desenvolvimento dos sentimentos de simpatia e de solidariedade social que, para muitos, terá o nome de caridade cristã. Se na sociedade ainda predomina o egoísmo (que será tanto mais cruel quanto maiores forem as conquistas do progresso), ela poderá melhorar no futuro se o presente se esforçar e contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Deve-se fazer salientar que as definições conceituais de capitalismo e de socialismo serviram para que Alberto Pasqualini pudesse localizar, de maneira mais contundente, uma definição para o trabalhismo e o lugar deste conceito no cenário das organizações sociais de perspectiva mais global. Neste sentido, como examinado, ficavam reiteradas, sobretudo, as conceituações ambivalentes do “capitalista” e o afastamento relativo do socialismo, já que a iniciativa privada mostrava-se, no entendimento do próprio autor, possivelmente o grande motor de criação e desenvolvimento técnico e científico. Restaria, então, não extingui-la, mas corrigi-la em suas características “individualista” e “egoísta”. Alberto Pasqualini definia a conceituação do trabalhismo associada diretamente com o então denominado capitalismo solidarista, sugerindo, inclusive que estes seriam “expressões equivalentes” como será possível constar a seguir.

2.3.4 Trabalhismo entre a cooperação e o solidarismo

Para Alberto Pasqualini, a inteligência teria aberto, para os sentidos mais perceptíveis e gerais da humanidade, instrumentos “poderosos para agir sobre a natureza” vinculados, de sobremaneira, aos então denominados “progressos da ciência e da técnica relativamente aos processos da produção de bens”. Ou seja,

pode-se afirmar que o autor propugnava uma visão positiva da produção de bens, em outras palavras capitalista, e da defesa da manutenção da iniciativa privada. Entretanto, o personagem não deixou de analisar, igualmente, o ônus adjacente ao advento da sociedade tecnológica:

A inteligência armou a mão e os sentidos do homem de instrumentos poderosos para agir sobre a natureza, mas se extraordinários foram e são os progressos da ciência e da técnica relativamente aos processos da produção de bens, talvez o mesmo não se possa afirmar quanto ao critério social de sua repartição. As descobertas da ciência, o aperfeiçoamento da técnica e os equipamentos mecânicos criaram para o homem dos nossos dias condições superiores e nunca imaginadas de segurança, de comodidade e de conforto, mas determinaram, por outro lado, a concentração industrial e capitalista, tendo como consequência a formação do proletariado moderno. A produção de utilidades converteu-se numa fonte ilimitada de lucros para os que dispõem dos meios de produção e de troca, mas essas mesmas utilidades são as mais das vezes inacessíveis aos que contribuem com o seu trabalho para produzi-las. Se a produção pressupõe, de um lado, necessidades humanas e, de outro lado, trabalho humano, não parece justo que poucos favorecidos da sorte, acumulem proventos ilimitados à custa desse trabalho e dessas necessidades¹²⁶.

Assim, para Alberto Pasqualini, nota-se, embora tenha havido um grande desenvolvimento das tecnologias, sobretudo naquilo que diz respeito à produção de bens e produtos que, de certa maneira, trouxeram “segurança”, “comodidade” e “conforto”, houve, igualmente, na esteira desse mesmo processo, a ocorrência da “concentração industrial e capitalista e a formação do proletariado moderno”, sendo que essa mesma produção de bens úteis acabou por se converter em “fonte ilimitada de lucros para os que dispõem dos meios de produção”. Para o autor haveria, então, uma espécie de “êrro fundamental na organização social e econômica do mundo”:

Há, pois, um êrro fundamental na organização social econômica do mundo, êrro tantas vezes apontado e assinalado, êrro das mais funestas consequências e que coloca num dos extremos do sistema os que trabalham e no outro extremo os que usufruem os benefícios. Hoje, mais do que nunca, o compreendemos e mais do que nunca sentimos a necessidade de corrigí-lo. O capitalismo, na sua forma individualista e egoísta, é a origem e a causa de todos os males que atormentam o mundo. É esse egoísmo, na sua avidez ilimitada de lucros, que cria os monopólios, que explora o homem, que maquina as guerras, que gera a miséria, que oprime os povos. É êle a negação da solidariedade humana e o repúdio das leis divinas¹²⁷.

O conteúdo da obra “teórica” de Alberto Pasqualini dirigia críticas pontuais especificamente a uma determinada tipologia conceitual de capitalista (aquele que,

¹²⁶ Id. p. 64

¹²⁷ Id. p. 65

por meios egoístas seria compreendido por meio da “avidéz ilimitada de lucros”). Este seria, então, o ponto de impulso para que o personagem colocasse o contraponto da “solidariedade humana”. Ou seja, a sua proposta que era, efetivamente, associada ao capitalismo solidarista, proposição que acompanha suas definições para os sentidos do trabalhismo. O autor não pouparia críticas a esse modelo considerado “egoísta” comparando-o com uma espécie de “instinto animal” e entendido como um dos motivos pelos quais “cada homem vê no seu próximo um adversário virtual e cada povo enxerga nos demais povos inimigos potenciais”. Nesta esteira, Alberto Pasqualini dirigia não somente a crítica ao egoísmo individualizado, mas, também, quando este se mostrava nas ações políticas dos países e nas guerras, por exemplo:

Já na educação da criança se procura, por várias formas, desenvolver esse instinto animal, inculcando-lhe a idéia de que é necessário “vencer” na vida. Para essa luta, não há ética, não há *fair play*. As limitações que se lhe traçam são, para os indivíduos, as disposições do Código Penal; para as nações, segundo a história no-lo demonstra, o único limite é o poder das armas. Cada homem vê no seu próximo um adversário virtual e cada povo enxerga nos demais povos inimigos potenciais. As guerras são romanceadas e os feitos bélicos tanto mais exaltados quanto mais ferozes e mais sangrentos os embates e maior o número de vítimas que se contam nos campos de batalha. Há os que sustentam que esta forma de luta é uma contingência biológica animal e há os que afirmam, principalmente os que têm interesse em que não desapareça, ser ela até um fator de progresso¹²⁸.

Alberto Pasqualini reconhecia uma espécie de dupla natureza humana, alicerçada, sobretudo, ao que ele mesmo havia denominado como “conjunto de atributos psicológicos”. Sendo assim, procurava criticar, igualmente, a “educação da criança” e, por conseguinte, o estímulo do que chamou de “instinto animal” e da “idéia de que é necessário ‘vencer’ na vida”. Nota-se, ainda, a semelhança profunda da sua crítica principal ao chamado capitalista “nocivo” bem como ao “especulador” e “parasitário”, conforme examinado anteriormente. A associação permite aquilatar que, para o autor, a questão se resumiria, dentre outros fatores, aos sentidos da educação. O “teórico” do PTB aceitava, então, que existiriam certos “instintos animais”, no entanto, concordava, igualmente, que haveria na “psiqué humana”, em estado de latência, “os sentimentos sociais de simpatia e de solidariedade” e que se estes não existissem seria “impossível a vida em sociedade”:

¹²⁸ Id. p. 65

Mas, se a luta é uma característica biológica, se é a expressão da natureza e de instintos animais, não devemos esquecer que há no homem, além da animalidade, todo um conjunto de atributos psicológicos que lhe permitem distinguir o bem do mal, o justo do injusto e de formular, enfim, julgamentos morais. Além das tendências egoístas, manifestações do instinto de conservação, há na psique humana, mais ou menos desenvolvidos, os sentimentos sociais de simpatia e de solidariedade, cuja inexistência ou desaparecimento tornaria impossível a vida em sociedade. A simpatia, como sabeis, é uma sintonização de estados afetivos, a nossa identificação na situação de outrem. Quando nos comovemos diante da dor e da miséria alheia, quando corremos em auxílio dos nossos semelhantes, agimos sob o influxo dos sentimentos de simpatia e solidariedade¹²⁹.

Deve-se fazer salientar preponderantemente que, para o então “teórico” do trabalhismo, seria extremamente necessário estimular esse outro aspecto, compreendido enquanto um elemento contingente e associado a “característica biológica” que seria própria da “psiqué humana” embasada, fortemente, pela empatia. Nesta esteira, o autor afirmava, ainda, a relação desses “sentimentos” associados à “origem” do “Direito” e da “Justiça” como uma “dosagem” ou, ainda, “medida” e “equilíbrio” das “reações ego-simpáticas”. Esses sentimentos seriam, nas formas vigentes das organizações econômicas e sociais, obscurecidos pelo “egoísmo”:

É nesses sentimentos, cujas raízes mergulham na nossa própria constituição orgânica, que têm na sua origem o Direito e a Justiça, que nada mais são, psicologicamente, que a dosagem, a medida e o equilíbrio das reações ego-simpáticas, materializadas nas suas diversas formas de expressão. O individualismo, na ordem social, corresponde à predominância das reações egoísticas na esfera psicológica e, portanto, a uma diminuição ou obscurecimento dos sentimentos de simpatia e de solidariedade¹³⁰.

Esses mesmos “instintos” eram compreendidos pelo personagem como “primários” em oposição à razão e aos sentimentos. Deste mesmo modo, a concepção individualista e egoísta estaria associada ao “instinto” enquanto a “cooperação” passaria a estar mais próxima da razão: enquanto o “capitalismo egoísta” aparecia como “instinto”; o “capitalismo solidarista” apareceria enquanto “razão”.

Nota-se, neste caso específico, que a sua proposta para a conceituação do trabalhismo estaria, na opinião de seu próprio propugnador, embasada, muito mais em elementos racionais compreendidos como superiores ao “instinto” então considerado como “primário”. Seria preciso “substituir a concepção individualista, irracional e animal de luta pela vida, pela idéia moral de cooperação para a vida”.

¹²⁹ Id. p. 66

¹³⁰ Id. p. 66

Torna-se interessante de se salientar que, novamente, o termo “moral” aparecia como superior, já que racional em contraponto ao irracional:

Deve-se substituir a concepção individualista, irracional e animal de luta pela vida, pela idéia moral de cooperação para a vida. Cooperação dos indivíduos, cooperação dos povos, cooperação dos continentes. As tendências egoístas de supremacia, de dominação, de exclusivismo, devem ceder lugar aos sentimentos de justiça e de igualdade. Os instintos de pugnacidade devem ser sublimados e aplicadas as suas energias na conquista da natureza e na debelação de todos os males que afligem a humanidade¹³¹.

A referida substituição da “concepção individualista, irracional e animal de “luta pela vida” pela “idéia moral de cooperação para a vida” seria, neste sentido, o imperativo basilar para a correção da organização social e econômica. Torna-se necessário salientar, ainda, que para o autor essa tarefa seria parte de um trabalho caracterizado como de “doutrinação” exercido pelas “elites intelectuais”, de acordo com a sua concepção. Assim, Alberto Pasqualini reforçava o seu papel de liderança de uma maneira bastante peculiar no interior do PTB e reconhecido, também, enquanto uma figura política cuja liderança se constituía por meio da “doutrina” e da “teoria”, portanto. Para o autor, a política e, por conseguinte, os partidos políticos deveriam possuir critérios objetivos, diretrizes fundamentadas, assim como o capitalismo deveria ser equacionado por meio do estímulo racional dos sentimentos de empatia e de solidariedade. Ambos, neste caso, seriam parte da tarefa das lideranças políticas que deveriam, neste sentido, educar o homem, sobretudo no intuito de “reprimir os instintos egoístas”:

A organização social e econômica será sempre o reflexo de uma mentalidade e enquanto essa mentalidade não evoluir e se aperfeiçoar, enquanto o homem não aprender a moderar os seus instintos egoístas e incluir, como condição de sua felicidade, a felicidade alheia, não poderemos ter esperanças de que haja, no mundo, paz, segurança e bem-estar. Não haverá transformações sociais estáveis e duradouras se não se reformar, ao mesmo tempo, o caráter do homem. O que é necessário, por isso, é educá-lo, cultivar-lhe o lado bom e nobre da personalidade, desenvolver-lhe os sentimentos de simpatia e de solidariedade, ensinar-lhe a amar seus semelhantes e a reprimir os instintos egoístas¹³².

De fato, ao propugnar definições e determinadas conceituações para o trabalhismo, Alberto Pasqualini procurou criar concepções de capitalismo e de socialismo de modo a situar a maneira pela qual capitaneava o entendimento do

¹³¹ Id. p. 68

¹³² Id. p. 70

trabalhismo. Desta forma, pode-se afirmar que o personagem procurou utilizar-se de um arcabouço de informações conceituais acerca das referidas formas de organização social de modo a situar, igualmente, o seu lugar enquanto liderança e figura política de importância central no PTB. A sua proposta, neste sentido, a partir da relativização das conceituações de socialismo e de capitalismo seria a do capitalismo solidarista, elemento central e basilar de seu discurso político que delineou-se sensivelmente entre os anos de 1944 e 1946, configurando-se, a partir disso, enquanto uma das suas principais defesas enquanto líder partidário.

O solidarismo apareceria no discurso de Alberto Pasqualini, de maneira mais efetiva, a partir de 1946, quando foi apresentado durante a realização de uma das convenções do PTB. Seu papel de liderança já seria exercido a partir daquele momento reiterando, de fato, a necessidade de se mostrar qual seria a concepção social do PTB, sua orientação política e as possíveis diretrizes que então orientariam as ações do partido. Sobretudo, como já demonstrado, Alberto Pasqualini procurava por definições frente ao “mundo socialista” e, igualmente, ao “mundo capitalista”:

Era necessário mostrar qual a nossa concepção social, qual a nossa orientação política, quais os motivos básicos em que se inspira a nossa ação, qual, enfim, a nossa posição entre os dois mundos que hoje se defrontam: o mundo capitalista e o mundo do socialista. Não poderíamos dizer, pura e simplesmente, que pertencemos a um desses dois mundos: que somos capitalistas ou socialistas, pela simples razão de que diversificam as concepções a respeito, existindo uma pluralidade de formas de capitalismo e socialismo. Só de socialismo um escritor inglês anotou e colecionou mais de cem conceitos diferentes. Podemos, pois ser capitalistas ou não capitalistas, socialistas ou não socialistas, dependendo do sentido que se atribuir a esses sistemas econômicos e sociais. Para esclarecer melhor nossa posição, será conveniente configurar os extremos: o capitalismo individualista de um lado, e o socialismo comunista do outro¹³³.

Neste pronunciamento de 1946, Alberto Pasqualini repetia novamente a crítica ao capitalismo ao mesmo tempo em que também reiterava a valorização da “iniciativa particular” como um dos elementos proeminentes da organização capitalista e inexistente no sistema socialista:

Os proprietários dos meios de produção chamam-se capitalistas; os que trabalham ao seu serviço chamam-se proletários. Isso define as duas classes: a classe patronal e a classe proletária. Temos também aqui outra classe de pessoas que possuem os meios de produção – proprietários de pequenas frações do solo e de instrumentos rudimentares de trabalho. São os agricultores. Não são nem capitalistas, no sentido rigoroso do termo, nem proletários, eis que eles próprios trabalham a terra acionando os instrumentos

¹³³ Id. p. 39

de produção. Tôdas as emprêsas que aqui existem, tôdas as fábricas que cresceram e se desenvolveram de uma maneira admirável, foram obra, não do govêrno, não do Estado, mas da iniciativa particular. É precisamente esta a característica do regime capitalista: a iniciativa do indivíduo e a propriedade privada dos meios de produção. No regime comunista isso não seria possível. Aí os meios de produção e as emprêsas pretencem não a pessoas ou sociedades privadas, mas ao Estado, que é quem toma a iniciativa dos empreendimentos econômicos. Praticamente, os que trabalham nas emprêsas são todos empregados do Estado¹³⁴.

Pode-se aquilatar, por meio da leitura do excerto, que Alberto Pasqualini não somente relativizava os tipos de capitalista como também exemplificaria o capitalista que “trabalha” – neste caso, os “agricultores” que não seriam “nem capitalistas, no sentido rigoroso do têrmo, nem proletários, eis que êles próprios trabalham a terra acionando os instrumentos de produção”. Isto é, para o autor os pequenos agricultores seriam, de fato, o próprio capitalista então associado à valorização do trabalho como o primado da produção entendido como o contrário do capitalista “nocivo” que viveria somente da “especulação”. Na verdade, essa estratégia de exemplificação procurava, em seu discurso, defender a “iniciativa privada” e “individual”, portanto, tanto a “iniciativa do indivíduo” quanto também a “propriedade privada” dos “meios de produção” é que teriam sido responsáveis pela existência de “todas as fábricas que cresceram e se desenvolveram de uma maneira admirável”. Estas, então, não teriam sido obra do “govêrno” e nem do “Estado”, mas da “iniciativa particular”. O autor salientava, ainda, que no “regime comunista” isso “não seria possível”. Utilizou-se, novamente, de exemplos para criticar o “Estado socialista” da forma “tal como se observa da Rússia”, quando, utilizando-se de “todos os meios de coerção” acabariam por formar, igualmente, uma espécie de par de opostos sociais: “a tendência é de se formarem duas classes, uma dos que manda e estão de cima, e a outra dos que obedecem e estão debaixo”. Assim, conforme o autor, o “Estado socialista” operacionalizado na Rússia utilizar-se-ia dos métodos da “coerção” e da “violência” e que, embora procurando eliminar as “classes” não eliminaria, por se turno, tanto a “hierarquia” quanto a “pólcia”:

¹³⁴ Id. p. 40

Se teòricamente, o Estado socialista deveria ser o Estado dos trabalhadores, existindo para ampará-los e protegê-los, sabemos que, na prática, tal fato não se verifica. No próprio Estado socialista, pelo menos tal como se observa na Rússia, a tendência é de se formarem duas classes, uma dos que mandam e estão de cima, e a outra do que obedecem e estão debaixo. E o pior é que, dispondo os primeiros de todos os meios de coerção, os outros não têm para quem apelar. Numa humanidade cheia de imperfeições, um regime dessa natureza pode levar o homem à escravidão. O mundo socialista poderia, pois, do ponto de vista jurídico da propriedade, eliminar as classes, mas não poderia em determinadas condições, eliminar a hierarquia e a polícia. O proletário continuará sempre sendo proletário, ao passo que o patrão seria apenas substituído pelo burocrata ou pelo agente da autoridade pública. Creio que a melhor forma de realizar a justiça social será ainda empregando os métodos da liberdade e não os processos da violência e da coação. Nenhuma transformação ou organização social estável será possível, se ao mesmo tempo, não se reformar o caráter e não se aperfeiçoarem os sentimentos dos homens¹³⁵.

Novamente, Alberto Pasqualini salientava a ideia de “reformular o caráter” e os “sentimentos dos homens” em detrimento da opção pelos métodos oriundos da coação: “um regime dessa natureza [socialista poderia] levar o homem à escravidão”. Ainda, conforme o “teórico” e “doutrinador” do PTB, o “patrão seria apenas substituído pelo burocrata ou pelo agente da autoridade pública”. O personagem não deixaria, ainda, de examinar as questões então associadas ao socialismo em relação específica ao Brasil. Neste caso, pode-se afirmar que repetiriam-se os argumentos já delineados ao longo do conteúdo de sua obra “doutrinária”, ou seja, da impossibilidade de se pensar com uma organização econômica e social dentro do sistema socialista no Brasil:

Examinada, porém, a questão no presente e, sobretudo, em nosso país, não só não podemos pensar, mas nem sequer sonhar com uma organização econômica e social dessa natureza. Se, no Brasil, coletivizássemos os meios de produção, se passassem eles às mãos do Estado, liquidaríamos a economia. Como dizem os próprios comunistas, no Brasil não há nem condições objetivas ou materiais, nem condições subjetivas ou psicológicas, para a instituição entre nós do regime socialista. Precisamente por sermos um país ainda em fase de pré-capitalização e de pré-industrialização, precisamos de iniciativa privada, e de muita iniciativa privada. Estejam, pois, tranquilos os nossos capitalistas, que terão, ainda, entre nós, vida muito longa se souberem realmente compreender a verdadeira função do capital, isto é, se souberem fazer o uso devido dos meios de produção¹³⁶.

Além de se posicionar contrário ao socialismo por meio da explanação das “condições objetivas e materiais” e das “condições subjetivas e psicológicas para a instituição [...] do regime socialista”, sobretudo por ser o Brasil um País ainda “em fase

¹³⁵ Id. p. 41

¹³⁶ Id.

de pré-capitalização e de pré-industrialização” seria necessária a presença da “iniciativa privada” e, ironizando acrescentaria: “de muita iniciativa privada”.

Precisamos, por isso, distinguir duas formas de capitalismo: o capitalismo individualista e o capitalismo solidarista. Capitalismo individualista é o que tem como elemento psicológico o egoísmo. É o que pretende tudo para si, isto é, para os detentores dos meios de produção. Os métodos do individualismo, como já tive ocasião de observar, são os da luta, luta pela dominação, luta pelo sujeitamento do indivíduo a outro indivíduo, luta pelo ganho sem limites, sem considerações, sem escrúpulos. Mas, ao lado dessa forma de capitalismo inexorável e sem entranhas, pode haver outro capitalismo que não mergulha as suas raízes no egoísmo, mas se inspira nos princípios da cooperação e da solidariedade social. Parte da idéia de que toda forma de produção visa satisfazer necessidades humanas e que deve, em consequência, existir um nexo de solidariedade entre essas necessidades, os que detêm ou coordenam os meios de produção e os trabalhadores que acionam esses meios. Entende, por isso, que se deve instituir um sistema de cooperação social em que adjudicando embora aos coordenadores dos meios de produção ou capitalistas a parte que lhes é devida na produção da riqueza, se atenda, por outro lado, à contribuição prestada pelos trabalhadores e aos interesses gerais da coletividade¹³⁷.

Nota-se o par de oposições entre os tipos de capitalismo já anteriormente delineados e a proposição específica do “capitalismo solidarista” enquanto um caminho de fato mais viável para implementação no Brasil. Alberto Pasqualini argumentaria, deste modo, que os “métodos do individualismo” como sendo os métodos da “luta pela dominação” e pelo “sujeitamento do indivíduo por outro indivíduo” bem como também da “luta pelo ganho sem limites” seriam uma “forma de capitalismo inexorável”. No entanto, “ao lado” dessa tipologia de capitalismo poderia haver “outro capitalismo que não mergulha as suas raízes no egoísmo” e que “se inspira nos princípios da cooperação e da solidariedade social”. Esse tipo de capitalismo, segundo o autor, considerava o “organismo social” como um “todo solidário” que só poderia manter-se justamente por meio do “aplainamento das desigualdades sociais”:

Preconiza esse sistema que as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas por uma legislação justa que tenha na devida conta o esforço e a cooperação do trabalhador na produção dos bens que formam a riqueza nacional. Considera o organismo social como um todo solidário que só poderá manter em posição estável como apainamento das desigualdades sociais, não devendo, por isso, a riqueza acumular-se apenas nalguns pontos para não comprometer o equilíbrio de todo o sistema. A esta forma de capitalismo humanizado, que não desconhece os princípios da solidariedade social, mas antes neles se assenta, damos o nome de “capitalismo solidarista”. Ele exclui, de um lado, o capitalismo individualista e, de outro lado, a socialização dos meios de produção. Sua concepção fundamental é que o capital não deve ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas principalmente, um meio de

¹³⁷ Id. p. 42

expansão econômica e de bem-estar coletivo. Esta é também, senhores, a idéia substancial do nosso programa. Para nós, trabalhismo e capitalismo solidarista são expressões equivalentes¹³⁸.

Nota-se, especificamente no excerto, a localização do trabalhismo frente às conceituações de trabalhismo e socialismo prescritas por Alberto Pasqualini, ou seja, uma espécie de “capitalismo humanizado” que “não desconhece os princípios da solidariedade social” e que, deste mesmo modo, excluiria tanto o “capitalismo individualista” quanto a “socialização dos meios de produção” – ou seja, o “capital” não seria “apenas produtor de lucro”, mas, igualmente, “um meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo”. Ao final do conteúdo de seu pronunciamento, Alberto Pasqualini demonstraria a coincidência do trabalhismo e do capitalismo solidarista, definindo, então, a posição do trabalhismo frente às duas principais conceituações vigentes na época. Demonstraria, por um lado, não haver alto teor de “afinidade ideológica e doutrinária entre o trabalhismo e o comunismo” e também a relativização dos tipos de capitalista e, por conseguinte, de capitalismo. De outro modo criticaria a relação dessas conceituações com os demais partidos políticos, procurando evidenciar as diferenças que existiriam entre o PTB e as demais agremiações:

Vê-se, pois, que não existe nenhuma afinidade ideológica e doutrinária entre o trabalhismo e o comunismo. Nossos métodos e nossas soluções não se baseiam na luta de classe mas na solidariedade entre as classes. O que pretendemos apenas é que essa solidariedade não seja tão-somente de ficções e de palavras para embalar e iludir o povo, mas sim de efetivas realizações para resolver os problemas existentes. É êsse um dos pontos de diferença entre o nosso e outros partidos, que também pregam a solidariedade social para encantar o eleitorado, mas que não se animam a traduzí-la em fatos concretos para não contrapor-se aos interesses que êles, na realidade, representam, ou aos interesses que temem. Nós não temos êsses receios e não pretendemos acender uma vela a Deus e outra ao diabo. Solidariedade quer dizer encargos. De solidariedade retórica e verbal o povo está farto.

Deve-se fazer notar, ainda, que não obstante as definições conceituais de trabalhismo por meio das críticas ao capitalismo e ao relativo afastamento do socialismo fizeram-se presentes justamente no sentido mesmo de justificar as suas posições. Tratam-se, sem dúvida, de alguns pressupostos do catolicismo que foram gradualmente apropriados pelo discurso de Alberto Pasqualini. Cita-se, substancialmente, neste caso, as ideias que seriam provenientes da doutrina social

¹³⁸ Id. p. 43

católica expressas nas encíclicas formuladas pelos Papas Leão XIII e Pio XI¹³⁹. Pode-se afirmar que no conteúdo das referidas encíclicas encontram-se as críticas ao liberalismo econômico bem como também às injustiças sociais por ele engendradas e, igualmente, a rejeição explícita às diferentes conceituações do próprio socialismo como potencialmente adeptos de um materialismo ateu e das restrições à liberdade individual.

A utilização das encíclicas no discurso político de Alberto Pasqualini não pode ser compreendida como a de um católico fervoroso frente às questões que desses mesmos conteúdos se demonstravam. Em outras ocasiões, o próprio personagem demonstraria que deveria haver uma separação entre a política e as questões religiosas, sobretudo em algumas ocasiões específicas como as que foram examinadas no primeiro capítulo desta tese. Neste sentido, ao longo dos anos em que esteve atuando enquanto Vereador em Porto Alegre, o personagem não faria qualquer menção cuja natureza fosse especificamente de cunho religioso. A utilização, bem como as referências dos preceitos católicos somente ganharam relevo no decurso dos anos 1940 coincidentemente quando Alberto Pasqualini iniciou suas referências ao socialismo. Embora não se possa negar o conhecimento, familiaridade e a proximidade de Alberto Pasqualini com os preceitos católicos, principalmente aqueles vinculados à sua formação de nível básico realizada em Seminários de ordem religiosa e, sobretudo católica, não se pode restringir o seu discurso somente ao rótulo de vinculação ostensiva ao catolicismo. Na verdade, ao contrário, o político parece querer enquadrar as suas propostas vinculadas ao trabalhismo por meio da fundamentação das principais conceituações católicas presentes nas Encíclicas e que, afinal, encontravam-se na sociedade brasileira da sua época. Em termos mais específicos, as associações efetuadas pelo “teórico” e “doutrinador” Alberto Pasqualini entre o trabalhismo e as Encíclicas tiveram, igualmente, um sentido fundamentalmente político relacionado às eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1946. Na época, setores da Igreja, sobretudo nas áreas rurais, mostrou-se contrário à candidatura de Alberto Pasqualini que foi acusado, na época,

¹³⁹ Sobre isso ver especificamente: LEÃO XIII. **Carta encíclica** “Rerum Novarum”. Vaticano, 1891. Disponível em: <http://www.vatican.va>. Consulta realizada em 10 de novembro de 2013. PIO XI. **Carta encíclica** “Quadragesimo anno”. Vaticano, 1931. Disponível em: <http://www.vatican.va>. Consulta realizada em 10 de dezembro de 2013.

de “ateu e esquerdista”. A Liga Eleitoral Católica (LEC) enviou diversos ofícios com quesitos aos candidatos daquele pleito eleitoral.¹⁴⁰

Assim, não julga-se prudente analisar o referido personagem sob o rótulo de “católico” sem a sua devida perspectiva histórica relacionado ao contexto, isto é, embora Alberto Pasqualini fosse um conhecedor dos preceitos católicos, até porque havia realizado sua formação de nível básico toda em seminários, a sua efetiva utilização eminentemente política só pode ser adequadamente compreendida quando compreendida em seu próprio sentido estratégico e discursivo vinculado ao contexto da época, portanto, de forte crítica ao socialismo via preceitos cristãos propugnados, especialmente, pela Igreja Católica. Além disso, vale ressaltar, igualmente, que alguns representantes do próprio partido preocupavam-se fundamentalmente com esse posicionamento do trabalhismo em relação ao socialismo e ao capitalismo no sentido de que não se perdessem adeptos. Neste sentido, pode-se aquilatar que tratava-se, muito mais, de uma tática discursiva utilizada pelo personagem no intuito de persuadir sensivelmente adeptos de suas ideias, como era a intenção do Diretório do PTB do Distrito Federal ao emitir o parecer acerca dos escritos de Alberto Pasqualini. Esse aspecto específico fica melhor salientado a partir do trecho que igualmente faz parte do conteúdo do pronunciamento de Alberto Pasqualini, então quando candidato ao governo do Rio Grande do Sul na campanha partidária de 1946:

Aquêles que afirmam que, ora nos revelamos capitalistas, ora socialistas, que ora roçamos o comunismo e ora afagamos o espiritualismo cristão, ou não têm ou fingem não ter a menor noção dos temas que pretendem discutir, ou ainda, o que é pior, procuram desvirtuar nosso pensamento, falsear as idéias que defendemos para depois refutá-las. Nossa posição é clara e definida. Se, por socialismo, se entender a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura então somos socialistas¹⁴¹.

¹⁴⁰ Pode-se afirmar que Alberto Pasqualini foi, em ocasiões específicas, frequentemente inquirido pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Em um episódio, por exemplo, relacionado às eleições de 1947 no Estado do Rio Grande do Sul, o então candidato do PTB seria perguntado sobre a sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e qual seria a posição de seu eventual governo frente ao “comunismo ateu”. Sobre isso ver especificamente: BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo...**Op.Cit. p. 40-41. É inegável, no entanto, que Alberto Pasqualini faria uso de um conhecimento que lhe era, possivelmente, familiar e próximo, sobretudo quando se relaciona com a sua formação de nível básico realizada em seminários. Sobre isso ver especificamente: GRIJÓ, Luiz Alberto. “Alberto Pasqualini: teórico do trabalhismo”.Op.Cit. e CORADINI, Odaci L. “As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, n. 32, 2003.

¹⁴¹ Id. p. 44

Na sequência do mesmo excerto, Alberto Pasqualini procuraria destacar, ainda, justamente a equivalência da sua específica conceituação delineada para o “trabalhismo” em relação ao “capitalismo solidarista” demonstrando “o primado do trabalho na produção da riqueza” citando, literalmente neste caso, o conteúdo das encíclicas:

Trabalhismo e capitalismo solidarista são expressões equivalentes, porque, no seu conceito, se ressalta o primado do trabalho na produção da riqueza. “A fonte fecunda de todos os bens exteriores proclama a Encíclica “Rerum Novarum”, é principalmente o trabalho do operário, o trabalho dos campos e da oficina. Tal é a fecundidade e a eficiência do trabalho que se pode afirmar, sem receio de engano, que é êle a fonte única de onde procede a riqueza das nações. Por isso, manda a eqüidade que o Estado se preocupe com os trabalhadores e proceda de modo que de todos os bens que êles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável, como habitação e vestuário, para que possam viver à custa de menos trabalho e privações. Essa solicitude, continua Leão XIII, longe de prejudicar alguém, tornar-se-á ao contrário em proveito de todos porque importa soberanamente à nação que criaturas humanas, que são para ela o princípio de bens indispensáveis, não se encontrem continuamente a braços com os horrores da miséria¹⁴².

A alusão específica à doutrina social da Igreja ficaria apontada de modo mais explícito na continuação:

Cito, católicos, a palavra dos pontífices, não para afagar vossas crenças e captar a vossa simpatia – pois não devemos pôr jamais a religião a serviço da política, nem a política a serviço da religião – mas para que conheçais a verdadeira doutrina social da Igreja e compreendais que é engano supor que ela defenda o capitalismo individualista. Nosso programa é profundamente humano e essencialmente cristão. Nada tem que ver com o comunismo, para o qual nenhuma conveniência existe em que o executemos pois acabaria perdendo a freguesia. O comunismo está, sim, interessado em que permaneça a situação atual, em que continuem predominando métodos da política tradicionalista a serviço do individualismo, para que, por essa forma, se agravem os atritos entre as classes, e o povo afinal se convença de que não há soluções dentro do regime capitalista. Nós, porém, proclamamos o contrário. Afirmamos que o poderá haver soluções sociais, desde que êsse capitalismo se humanize e deixe de adjudicar muito a si próprio, como dizia Pio XI.¹⁴³

Assim, a relação da então chamada “doutrina” trabalhista, propugnada por Alberto Pasqualini, e a questão do catolicismo, sobretudo ao conteúdo específico das encíclicas anteriormente referidas ficaria circunscrita não somente por meio do

¹⁴² PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948. p. 45.

¹⁴³ Id. p. 46.

arcabouço de valores cristãos que, possivelmente, o personagem tenha assimilado durante a realização de seus estudos básicos em seminários, mas como estratégia de manutenção de adeptos de suas ideias, bem como enquanto uma solicitação do próprio partido, conforme demonstrado pelo conteúdo dos pareceres emitidos por membros do PTB do Distrito Federal.

Neste sentido, o solidarismo seria conectado à conceituação mais geral do trabalhismo capitaneado por Alberto Pasqualini por meio, sobretudo, da crítica aos elementos denominados “nocivos” do capitalismo e do seu gradual afastamento de uma conceituação mais geral do socialismo. Portanto, deve-se sublinhar que essa associação à doutrina social da Igreja parece muito mais inclinada à uma estratégia discursiva do que apenas uma restrição de formação em ambientes ditos “católicos”.

2.4 ENTRE A POLÍTICA E AS IDEIAS

Ao colocar os rótulos em perspectiva histórica o que se pretendeu foi justamente questionar o que, de fato, permitia que Alberto Pasqualini fosse tão fortemente identificado como o “doutrinador” ou o “teórico” do PTB. Na verdade, como foi possível constatar, nessas mesmas denominações, estão basicamente contidas intensidades que ultrapassam, de sobremaneira, o recorte cronológico no qual elas usualmente foram colocadas ou atribuídas ao personagem. Assim, o portador de conhecimento técnicos e científicos vinha se configurando desde sua atuação enquanto vereador pela coligação da FUG entre os anos de 1936 e 1937, conforme demonstrado no primeiro capítulo desta tese, bem como pela sua passagem pelos cargos públicos que ocupou no governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a vigência do Estado Novo. Beneficiando-se da própria dinâmica que conduzia o jogo de forças políticas e suas articulações entre os níveis municipal, estadual e nacional, fortemente presente, sobretudo nos órgãos administrativos nos quais exerceu funções importantes naqueles anos, Alberto Pasqualini atingiria a projeção nacional. Assim, sua figura política passaria a ser reconhecida, então, como o portador de ideias e sugestões técnicas para gerir e solucionar alguns dos graves problemas sociais do País naquele contexto. Não obstante a isso, o personagem, no movimento sócio-político que desencadearia o desmantelamento do regime do Estado Novo, passava a interferir, através de publicações nos veículos de imprensa, nas questões e no jogo do poder político em nível nacional. Como demonstrado, o problema da sucessão, por

exemplo, foi um dos temas principais abordados por Alberto Pasqualini naquela conjuntura específica que, diga-se de passagem, apresentava-se propícia, não somente a ele, para as manifestações e a exposição de ideias e marcação de posições políticas, bem como de um contexto caracterizado pela movimentação em torno das definições de poder. Foi, portanto, neste mesmo contexto que surgiu a USB e a liderança política, já amplificadamente reconhecida, de Alberto Pasqualini enquanto o elemento centralizador de uma agremiação de “ideias” que seria considerada diferenciada dos demais “partidos políticos”.

Ainda, a maneira pela qual Alberto Pasqualini ingressaria na PTB deve, igualmente, ser assinalada: pode-se afirmar que o personagem já detinha um reconhecimento público advindo de suas funções e trajetória política inicial desde o início dos anos 1930. Suas ideias, portanto, permaneceriam, embora ressignificadas em todos as diferentes conjunturas das quais participou mais ativamente, tanto como portador de conhecimento técnico-científicos como pelo perfil caracterizado pelo exercício quase intransigente da crítica aos partidos políticos e suas respectivas lideranças. A denominada crítica política, portanto, se configuraria, inclusive, ao longo de grande parte do conteúdo dos escritos de sua autoria cujo caráter estivesse associado à “teoria” ou à “doutrina”: Alberto Pasqualini saberia articular habilmente sua conceituação de partido político, ou de “um verdadeiro partido político” em uma acepção para o trabalhismo e, por conseguinte, para o PTB. Procuraria, de fato, afastar o partido “personalizado” em sua líder da ideia de trabalhismo: os membros dos então partidos de caráter “personalizados” representariam o “charlatanismo”, a “demagogia” e o “parasita”.

Sua específica conceituação de partido político se assemelhava muito às suas críticas a determinados modelos do capitalismo: denominou de “capitalista egoísta” o tipo “nocivo” e de “capitalista solidário” o tipo “útil” à coletividade e à sociedade. Defendia, fortemente portanto, tanto a prevalência do capitalismo quanto do trabalho na produção de bens de consumo, citando, inclusive através de exemplos hipotéticos, casos em que o proprietários dos “meios de produção” seria apenas um proprietário “nominal” porque, assim como os seu empregados, também trabalhava na empresa e não vivia apenas em torno da avidez do lucro, de “negociatas” e da “especulação” que em nada contribuía em retorno para a sociedade.

Como demonstrado no decorrer desta análise, afastou-se, igualmente, do socialismo e do comunismo, procurando localizar o trabalhismo frente aos demais

sistemas de organização econômica e social, salientando que não seria necessário escolher apenas entre um dos extremos, mas sim corrigir os “erros” que potencialmente prejudicavam o desenvolvimento das forças produtivas e não beneficiavam o trabalhador. De um modo mais restrito, pode-se ainda notar que a alusão às encíclicas, para o caso do capitalismo solidarista, parece ter se configurado enquanto estratégia do político para angariar mais simpatizantes e adeptos de suas ideias, como, inclusive, era a própria orientação dada pelo Diretório Do PTB do Distrito Federal, como foi possível demonstrar. Deste modo, de maneira especial, ocorreria a gestão das ideias frente ao espaço do político, ou seja, quando as ideias tornavam-se, em sua distribuição conceitual, a própria estratégia de persuasão e de convencimento.

Ao procurar salientar especificamente os aspectos mais significativos da trajetória política de Alberto Pasqualini anterior, da sua atuação como vereador (1936-1937), ou mesmo imediatamente anterior, para o caso da sua atuação em cargos públicos (1939-1944), ao seu ingresso no PTB e à consolidação de sua marca enquanto “teórico” e “doutrinador” procurou-se, de maneira aprofundada, compreender as intensidades constituintes da própria identificação procurando colocá-las em sua perspectiva histórica no intuito um entendimento adequado de quais seriam, afinal, os elementos que permitiriam sua posterior projeção política em escala nacional e o seu grande reconhecimento público como “doutrinador” e “teórico” do PTB. Deve-se assinalar, ainda, que todas as questões examinadas neste mesmo capítulo teriam permanência, embora ressignificada, nos debates travados por Alberto Pasqualini enquanto Senador pelo PTB do Rio Grande do Sul entre os anos de 1950 e 1955. Por ora pode-se salientar que não seria mais o *aparte* o modo preferencial de inserção das suas nos debates parlamentares no Senado Federal. Alberto Pasqualini, enquanto uma liderança já fortemente consolidada em projeção nacional seria o portador das ideias e, portanto, da leitura de longos pronunciamentos cujo conteúdo específico ficaria circunscrito entre as ideias (doutrina, teoria) e a política.

3 O SENADOR ENTRE A “DOCTRINA” E A AÇÃO POLÍTICA

Os pronunciamentos realizados por Alberto Pasqualini no Senado Federal entre os anos de 1951 e de 1954 constituem-se no objeto de estudo principal, embora não exclusivo, deste capítulo. Pode-se afirmar que quando Alberto Pasqualini ingressou definitivamente nas hostes do PTB, a sua figura política, associada à imagem pública conquistada nos anos anteriores, encontrava-se em franca projeção nacional. Os cargos públicos que o personagem ocupara nos anos anteriores asseguraram o reconhecimento estadual e nacional, sobretudo pelo próprio perfil de funcionamento dos importantes órgãos da administração pública do Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado nas análises realizadas no capítulo anterior. Além disso, a utilização da imprensa como canal de contato com parte da opinião pública garantiria ao personagem um meio para expressar suas ideias e posições, tal como ocorreu no momento do lançamento do manifesto da USB. Uma agremiação política que, segundo o próprio Alberto Pasqualini, não se configurava enquanto partido político, mas um movimento de ideias e sugestões. Na verdade, a USB se configurava, na vida pública desse complexo personagem, como a materialização efetiva de sua projeção política em nível nacional: ou seja, a partir dali Alberto Pasqualini passava a interferir fortemente no jogo político nacional tendo o reconhecimento público que lhe faltara nos anos anteriores para tal intento. Outra variável importante em relação à USB foi que ela permitiu a Alberto Pasqualini o ingresso no PTB já enquanto uma liderança política de renome, embora o ele mesmo tenha, em numerosas ocasiões, recusado tal designação. A publicação de seu texto de cunho teórico e doutrinário seria um novo impulso para o seu reconhecimento na arena política e um fator importante que contribuiria para a configuração efetiva de sua principal identificação no PTB: tendo a função de “teórico” ou mesmo de “doutrinador do trabalhismo”. De fato, deve-se salientar que o próprio personagem contribuiria para que essa designação fosse, repetidas vezes, compreendida como um dos principais rótulos atribuídos ao seu nome. Nas suas manifestações no Senado, por exemplo, embora o plenário do Palácio Monroe na cidade do Rio de Janeiro tenha sido palco dos mais diversos debates e discussões das temáticas mais variadas, Alberto Pasqualini não se furtaria em reafirmar o seu perfil “teórico” reforçando as suas principais posições em relação ao arcabouço conceitual do trabalhismo, ressignificadas para os assuntos mais

diversos. Neste sentido, a crítica política, aos partidos políticos e suas lideranças; bem como também a crítica econômica, ao capitalismo e aos modos da produção capitalista “egoísta” e “individualizada”, ambos eixos fundamentais da conceituação do trabalhismo capitaneado por Alberto Pasqualini, tornaram-se fieis argumentos do Senador para defender suas posições entre os seus demais interlocutores. Até mesmo na polêmica sobre o monopólio estatal do petróleo, do qual foi um dos principais defensores, o personagem não deixaria de utilizar-se dos conceitos que, na sua concepção, fundamentavam, então, a sua maneira específica de capitanear o discurso do trabalhismo.

A partir do exame de conteúdo das manifestações de Alberto Pasqualini no Senado Federal constatou-se especificamente que suas falas encontravam-se plenamente sintonizadas com a conjuntura sócio-política experienciada pelo País naqueles anos. Sendo assim, os temas aos quais o personagem se referiria no plenário do Palácio Monroe, na verdade, não apareceriam descoladas de seu contexto. Considerando este aspecto, o presente capítulo ficou dividido em, pelo menos, 5 grandes partes: na primeira, examina-se de que maneiras a doutrina apareceu na atuação senatorial de Alberto Pasqualini enquanto uma específica estratégia de inserção nos debates parlamentares; no conteúdo que remete à segunda parte, mais diretamente, pergunta-se: por quais caminhos o tema das Reformas de Base – fundamentalmente presente nos debates plenários daquela época – apareceram no discurso político do referido personagem; no terceiro momento, como o tema da inflação foi tratado pelo personagem e quais foram as soluções propostas pelo então Senador; na quarta parte, o delineamento do debate em torno do monopólio estatal do petróleo, assunto que ocupou grande parte dos debates plenários entre os Senadores; e, na última parte, uma reflexão sobre o conteúdo geral deste capítulo a partir da proposta de abordagem geral presente enquanto eixo norteador desta tese, qual seja, a relação entre a ação política e as ideias.

3.1 A “DOCTRINA” COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO

Afinal, de que maneiras as publicações de caráter “teórico” e “doutrinário” serviram a Alberto Pasqualini enquanto uma estratégia de inserção nos debates travados no Senado Federal entre os anos de 1951 e 1955 a ponto de consolidá-lo

como uma importante liderança política? Torna-se relevante salientar, neste aspecto, que quando Alberto Pasqualini assumiu a sua cadeira no Senado Federal em 1951 sua figura política já havia alcançado considerável importância no cenário nacional. Sua trajetória política anterior ao seu ingresso no PTB, principalmente no decorrer dos anos 1940 quando ocupou cargos na administração pública estadual do Rio Grande do Sul, o projetaria para um nível de inserção que ultrapassava os limites regionais. Foi por meio dos cargos no DA e na SIJ que o personagem tornar-se-ia gradualmente reconhecido como uma figura política respeitada, sobretudo enquanto portador de conhecimentos técnicos-administrativos e da área jurídica, vinculados, portanto, aos respectivos cargos que ocupou naqueles anos. Outra variável importante de se fazer notar é a do perfil de funcionamento do DA, estabelecido enquanto articulação entre os diferentes níveis de poder municipal, estadual e federal: essa mesmo perfil de articulação, de fato, o beneficiaria de sobremaneira, justamente porque muitos dos seus projetos e de suas ideias seriam veiculados em notícias da imprensa da época em jornais com circulação fora do estado do Rio Grande do Sul.

A aglutinação política em torno de Alberto Pasqualini, ao longo do ano de 1945, também não pode ser adequadamente compreendida sem considerar que sua projeção política nacional iniciava-se antes mesmo da criação da USB. Na verdade, a referida agremiação política, seus principais postulados e propostas, procuravam interferir no jogo político nacional a partir das discussões em torno da sucessão presidencial e do fim do regime do Estado Novo naquele mesmo ano. Assim, os elementos que permitiam o personagem a interferir em questões de nível nacional já haviam se configurado antes, haja vista a sua atuação anterior em importantes cargos cujo perfil de articulação contribuiu fortemente para tal preponderância. Interessante sublinhar, conforme já demonstrado, que o personagem utilizou-se de publicações em jornais como canal de conquista de adeptos para suas ideias e propostas.

Neste sentido, quando Alberto Pasqualini ingressou no PTB, via USB em finais de 1945 e meados de 1946, sua figura política já havia alcançado grande prestígio entre diferentes correntes políticas em nível nacional. A maneira pela qual o personagem adentrou as hostes do PTB também contribuiu para que seu nome, dentro do partido, tivesse uma posição de liderança, embora, deva-se salientar, Alberto Pasqualini não tenha ocupado posições institucionalizadas de mando no interior do partido e nem mesmo como líder da bancada enquanto Senador no período ora referido. Na verdade, deve-se notar, ainda, que a forma pela qual muitos

personagens ingressaram nas fileiras do PTB, naquele mesmo contexto, foi fundamental para a consolidação dos futuros espaços de influência e as posições que ocupariam dentro do partido. Não seria diferente no caso do ingresso de Alberto Pasqualini, figura política de projeção nacional e reconhecido por ser portador de conhecimentos técnico-administrativos e da área jurídica e, igualmente, por ter estado à frente de uma importante agremiação política, a USB, que intencionou, ao menos inicialmente, permanecer identificada enquanto uma corrente de “ideias” e não um partido político. A incorporação da USB ao PTB, consolidada em 1946, cumpriria o papel de constituir a entrada de Alberto Pasqualini nas fileiras do partido enquanto um “líder de ideias”. A própria recusa do personagem em ocupar posições institucionalizadas de mando no interior do PTB parece contribuir para o argumento. Outra variável importante é que embora o próprio personagem tenha recusado e mesmo criticado o viés personalizante ou personalista do PTB, não escaparia de alusões ao seu nome associadas a essa mesma característica intrínseca da formação de seu partido. Muitas das lideranças políticas que viriam a se tornar consideravelmente conhecidas e com grande influência nas hostes petebistas nos anos posteriores, sobretudo em finais dos anos 1950, se beneficiariam do caráter personalista que teve início, primeiramente, associado à figura política de Getúlio Vargas e, mesmo algum tempo depois, a outros políticos como João Goulart, Leonel Brizola e, no seu tempo, o próprio Alberto Pasqualini¹⁴⁴. Assim, o personagem, indentificado como “líder de ideias”, conforme parecia ser a sua intenção inicial, igualmente viria a se configurar, também, um líder partidário, já que a sua figura política ganhava, gradualmente, maior influência no PTB, ainda que se possa

¹⁴⁴ A forma de ingresso de algumas das figuras políticas que viriam a se tornar importantes e influentes no PTB torna-se importante de ser salientada, pois caracterizaria, em parte, determinados perfis de atuação desses mesmos personagens. João Goulart, por exemplo, adentraria no PTB diretamente pela sua relação pessoal com Getúlio Vargas, trabalhando na organização dos Diretórios Municipais no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Leonel Brizola, outra liderança política que viria a tornar-se importante nas décadas posteriores, ingressou na chamada “Ala-Moça” ou “Mocidade Trabalhista” onde teria se processado a influência simbiótica das chamadas três principais correntes formadoras do PTB do Rio Grande do Sul: a primeira, chamada de corrente sindicalista, cuja liderança delineava-se a partir do nome de José Vecchio, então Presidente do Sindicato da Carris Porto-Alegrense; a segunda, a corrente pragmático-getulista, constituída por membros do PSD que haviam se transferido para o PTB justamente pela inspiração da figura política de Getúlio Vargas; e a última, a corrente doutrinário-pasqualinista, cujos membros foram inspirados pela figura política de Alberto Pasqualini. O caráter personalista, neste caso, estenderia-se para a identificação dessas figuras políticas de grande influência no PTB. Sobre isso ver especialmente: BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo...** Op.Cit.; D’ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e...** Op.Cit.

considerar a sua recusa em ocupar deliberadamente posições institucionalizadas de mando.

Sendo assim, deve-se considerar que o gradativo crescimento eleitoral do PTB naqueles anos também beneficiaria o crescimento da influência de suas principais lideranças junto ao eleitorado e dentro do partido. Alberto Pasqualini foi eleito Senador no pleito realizado em 3 de outubro de 1950. Obteve, do total de 719.334 votos, 48% o que equivale a 343.741 votos válidos. Ficou na frente, na época, do candidato Plínio Salgado, do PRP, que obteve cerca de 34% dos votos válidos, ou seja, 244.769 votos. Vale notar ainda que as eleições de 1950 tornaram-se especialmente importantes para o PTB, justamente porque o partido não só ganharia a eleição para a Presidência da República – Getúlio Vargas havia sido eleito com 48% dos votos – como, também, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pois Ernesto Dornelles também seria eleito com 46% dos votos válidos. O PTB também elegia as maiores bancadas de deputados federais e estaduais. Pode-se afirmar, desta forma, que a liderança política e a influência de Alberto Pasqualini chegava a um nível efetivo de consolidação de inserção nacional quando este passou a ocupar uma cadeira no Senado Federal depois do resultado das eleições realizadas em outubro de 1950¹⁴⁵.

Assim, a atuação de Alberto Pasqualini no Palácio Monroe, então sede do Senado Federal na cidade do Rio de Janeiro, caracterizou-se justamente pelos elementos que mais o identificariam enquanto um “líder de ideias” e menos por um “líder partidário”. A relevância específica desse deslocamento reside no fato de que ocorria um deslocamento no modo de inserção de Alberto Pasqualini nos debates em plenário: ao contrário das contundentes intervenções na forma de *apartes* e mesmo das interrupções com a intenção de desvio de foco enquanto Vereador, o seu principal modo de inserção enquanto Senador caracterizou-se no sentido de ocupar a tribuna para a realização de longos pronunciamentos e leituras de textos previamente elaborados, característica diferenciada, portanto, do período de sua atuação política

¹⁴⁵ Naquilo que diz respeito diretamente às bancadas eleitas pelo PTB, alguns aspectos eleitorais mais desagregados são significativos: para a Câmara Federal, o deputado mais votado foi José Diogo Brochado da Rocha, com quase 45.000 votos. Em segundo lugar, despontaria uma liderança política em ascensão: o então novo Presidente Regional do PTB, João Goulart, com cerca de 40.000 votos. Em terceiro, o candidato Ruy Ramos que obteve cerca de 24.000 votos. Em quarto, Fernando Ferrari que obteve aproximadamente 21.000 votos. Ao nível estadual, o deputado mais votado de todos os partidos foi Leonel Brizola, com a votação de 16.600 votos. Elegiam-se, também, outros deputados estaduais para a mesma legislatura: Osmar Grafulha e João Caruso Scuderi que viria a ser Presidente Regional do PTB depois que João Goulart deixou o posto para ocupar a pasta do Ministério do Trabalho em 1952. Além deles, Sílvio Sanson, líder sindicalista e um dos fundadores do PTB no Rio Grande do Sul.

anterior. Pode-se, desta maneira, aquilatar que esse específico traço modificado deveu-se, ao menos em parte, a utilização que o então Senador fazia de determinados excertos de suas publicações de cunho “teórico” ou “doutrinário”. Alberto Pasqualini, não raras vezes, utilizou-se de trechos inteiros de sua “teoria” para justificar ou embasar a argumentação desenvolvida durante os seus principais pronunciamentos e falas no plenário do Palácio Monroe. Essa utilização configura-se, neste sentido, enquanto um modo estratégico de inserção nos debates entre seus principais interlocutores o que igualmente permite caracterizar o personagem como uma espécie de “líder de ideias” – identificação que foi fortemente buscada pelo personagem no conteúdo de suas falas durante os debates plenários.

Em numerosas ocasiões, o então Senador iniciou a sua fala na tribuna do plenário de um modo bastante peculiar: procurava separar as suas acepções do trabalhismo de sua origem partidária. Assim, deve-se salientar que o papel de liderança a partir da influência de Alberto Pasqualini enquanto “doutrinador” foi gradativamente reforçado por meio do conteúdo de seus pronunciamentos. As conceituações e acepções formuladas pelo personagem acerca da forma pela qual compreendia e capitaneava o discurso do trabalhismo combinadas a sua posição equidistante de qualquer ocupação institucionalizada de chefia partidária colaborou de sobremaneira para a identificação peculiar de sua figura política associada à “doutrina” e à “teoria”. Ao longo de um de seus pronunciamentos no Senado Federal, afirmou:

O SR. ALBERTO PASQUALINI – Sr. Presidente, temos ouvido falar, nestes últimos tempos, da necessidade de uma reforma de base: mas, talvez porque não haja sido debatido o assunto, não possuímos uma idéia clara, definida ou aproximada do seu conteúdo ou da sua extensão. Sabemos apenas que há reformas que se impõem, que há situações, métodos e sistemas que devem ser corrigidos ou eliminados em vários ramos da vida nacional. Entretanto, o que desconhecemos – porque não foram fixados – são os delineamentos dessa reforma, suas coordenadas, características e profundidade. É natural portanto, que cada um lhe atribua, já não digo o sentido de sua conveniências, mas, ao menos, a interpretação ditada ou sugerida por suas tendências e inclinações. Meu objetivo é indicar alguns pontos dessa reforma, encarada do ponto de vista da concepção trabalhista. Devo esclarecer que não pretendo interpretar nem o pensamento nem a orientação do Partido Trabalhista Brasileiro. A que tenho a honra de pertencer, porque essa manifestação constitui tarefa e função dos seus órgãos dirigentes. O que apenas me proponho é contribuir modestamente, para o estudo de certas questões, procurando soluções do ponto de vista da doutrina trabalhista, assim como consigo compreendê-la e interpretá-la. As

opiniões que vou emitir, portanto, rigorosamente em tese, estritamente em caráter pessoal¹⁴⁶.

Nota-se, no trecho inicial de seu pronunciamento, a posição assumida por Alberto Pasqualini ao tratar do tema das Reformas de Base: em vários pontos observa-se justamente a semelhança desse mesmo conteúdo com os aspectos presentes no conteúdo da sua obra “teórica” e “doutrinária”, ou seja, a ausência dos “delineamentos” da “reforma” porque estes não teriam sido “fixados” e nem mesmo “suas coordenadas, características e profundidade”. Desta maneira, na sequência, o então Senador continuaria seu pronunciamento dizendo que seu “objetivo” seria “indicar alguns pontos dessa reforma, encarada do ponto de vista da concepção trabalhista”. Assim, essa mesma “concepção” aparecia separada do “pensamento” e da “orientação do Partido Trabalhista Brasileiro” e, na mesma continuidade do excerto, “porque essa manifestação constitui tarefa e função dos seus órgãos dirigentes”. Para finalizar, Alberto Pasqualini procurou reiterar o seu específico “ponto de vista” como sendo o da “doutrina trabalhista” e vinculado a uma postura indicada como “estritamente em caráter pessoal”. A combinação das expressões “caráter pessoal” com “doutrina trabalhista” pode, neste sentido, demonstrar, justamente, o reforço de uma posição de liderança no seu partido, ou seja, o reforço da própria designação de “doutrinador”.

Na verdade, Alberto Pasqualini colocava-se, naquele momento, enquanto uma liderança que, embora sendo membro integrante do seu partido, de maneira quase ambivalente, transcendia as próprias posições oficiais partidárias a ponto de, inclusive, passar a questioná-las ou mesmo sugerí-las. Neste aspecto, pode-se aquilatar que a distância que Alberto Pasqualini procurava operacionalizar, no conteúdo específico das suas falas, entre a suas ideias e a posição do oficial do PTB devia-se, de fato, à hesitação dos órgãos dirigentes do partido em aceitar definitivamente as suas formulações e acepções e incorporá-las oficialmente aos seus objetivos programáticos, conforme demonstrado no capítulo anterior. Por outro lado, deve-se salientar novamente que o personagem entrara no PTB já como uma figura política nacionalmente conhecida, fator este que, em grande medida, fazia do conteúdo de seus principais pronunciamentos espécie de falas “autorizadas”

¹⁴⁶ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. Seção 2. 12 de setembro de 1951. p. 540-567.

previamente nas regras do jogo político justamente porque estas encontravam-se, já àquela altura, fortemente vinculadas ao seu mais importante reconhecimento público associado à identificação de portador da “doutrina”, dos conhecimentos jurídicos e técnicos e, por conseguinte, da “teoria”.

No conteúdo inicial de um outro pronunciamento, naquele mesmo ano de 1951, o então Senador Alberto Pasqualini teceria considerações acerca de sua específica conceituação de trabalhismo e de suas relações com a sociedade e, igualmente, procuraria distanciar a sua orientação pessoal:

O SR. ALBERTO PASQUALINI – Sr. Presidente, em considerações anteriores que tive a honra de fazer perante o Senado, procurei caracterizar a posição do trabalhismo em face dos problemas econômicos da coletividade, indicando em termos amplos e genéricos, quais deveriam ser seus objetivos e sua política. Sempre que me refiro a trabalhismo não aludo a partidos trabalhistas, mas ao ideal trabalhista, que deveria ser o motivo de ação desses partidos. Prosseguindo, hoje, nessas considerações, e procurando demonstrar ou justificar, ainda que superficialmente, esses objetivos, creio que poderia iniciar esta explanação com uma observação que, deste Aristóteles, constitui lugar comum talvez mais glosado por sociólogos, economistas e filósofos que se ocupam da sociedade, dos fatos e das relações que nela se desenvolvem¹⁴⁷.

Alberto Pasqualini procurou contundentemente marcar a posição de sua concepção do trabalhismo em relação aos problemas de seu tempo. Na verdade, em grande parte do conteúdo de seus principais pronunciamentos no plenário do Senado Federal o personagem fez alusões aos conhecimentos “teóricos” da suas específicas aceções do trabalhismo. Torna-se interessante salientar que o então Senador não somente marcaria seu modo de capitanear o discurso do trabalhismo distanciando-se das posições oficiais de seu partido, como também se utilizaria do conteúdo específico de sua “doutrina” para justificar suas falas e argumentações na tribuna do plenário. A crítica aos comportamentos políticos, a valorização do trabalho associada à crítica aos principais modelos da produção capitalista bem como as propostas alternativas que marcaravam as posições da chamada “doutrina trabalhista” vinculada aos princípios da “solidariedade” e da “cooperação”, além da afirmação do papel do Estado na condução dos assuntos sociais e econômicos também fizeram parte do conjunto fundamental de ideias que, em algumas ocasiões de maneira direta e, em outras, de maneira indireta, eram defendidas pelo referido Senador. A crítica aos

¹⁴⁷ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. Seção 2. 5 de outubro de 1951. p. 674-689.

comportamentos políticos foi, igualmente, eixo fundamental do conteúdo de suas falas e manifestações no Senado Federal:

A política reflete, necessariamente, as características do meio, suas condições de evolução social, econômica e cultural. A medicina, por exemplo, nas sociedades civilizadas, é uma ciência e uma arte: ciência e arte de curar e prevenir as enfermidades. Nas sociedades primitivas é bruxaria e feitiçaria. Existem ainda as formas intermediárias da pseudo-ciência, do charlatanismo¹⁴⁸.

Não obstante, Alberto Pasqualini efetuará a associação dos assuntos específicos tratados no Senado Federal às acepções, então capitaneadas em sua obra teórica, daquilo que compreendia como sendo a identificação possível de um conceito para o trabalhismo. O Senador eleito pelo PTB do Rio Grande do Sul realizou, durante uma das ocasiões em que ocupou a tribuna do plenário, exposição detalhada e minuciosa da sua acepção do “trabalhismo” procurando explicitar, inicialmente, o modo pelo qual esse mesmo conceito serviria para uma compreensão considerada mais concomitante da “sociedade humana”. Assim, quando tratou diretamente da questão da “renda”, o então Senador praticamente introduzia no conteúdo de sua fala excertos inteiros de seu texto considerado de cunho “teórico”. A valorização do “trabalho” aparecia, então, no conteúdo de seu pronunciamento da seguinte maneira:

Para o trabalhismo, a sociedade humana deve ser a organização da cooperação e da solidariedade entre os indivíduos que a constituem. O que cumpre é que se estabeleçam os termos e condições dessa cooperação para que se eliminem todas as formas de exploração e se assegure o que denominamos a justiça social. A forma inadiável da cooperação é o trabalho, isto é, uma atividade que possa ser útil aos demais e que, em consequência, encontre na atividade destes uma correspondência de benefícios. A cooperação, base da sociedade, se caracteriza, portanto, por um intercâmbio de trabalho ou de serviços. Tomo sempre a palavra “trabalho” no sentido de uma atividade econômica e socialmente útil, de uma atividade que produza ou contribua para produzir bens e serviços que contemham alguma utilidade para os demais membros da coletividade e possam, por isso mesmo, ser permutados por bens e serviços oriundos de atividades da mesma natureza ou de outras formas de trabalho¹⁴⁹.

Na verdade, as ideias presentes no excerto anterior admitem uma relação intrínseca com o conteúdo do texto teórico de Alberto Pasqualini, conforme já examinado no capítulo anterior. Assim, é que o solidarismo aparecia, como já

¹⁴⁸ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 30 de agosto de 1951. p. 237-289.

¹⁴⁹ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 5 de outubro de 1951. p. 674-689.

informado, enquanto princípio conceitual chave para as proposições gerais da concepção trabalhista propugnada por Alberto Pasqualini. Deste mesmo modo, o personagem demonstrava o seu conhecimento acerca do que compreendia ser uma possibilidade para a conceituação do trabalhismo por meio da ideia basilar de “cooperação” e, também, de “solidariedade”, eixos fundamentais que serviam como uma espécie de argumentação e também de preenchimento no conteúdo de sua publicação de cunho “doutrinário”. Alberto Pasqualini não deixaria de efetuar, assim, críticas às diferentes “formas de trabalho”:

O agiota, o açambarcador, o monopolista, o especulador exercem atividades, mas não poderíamos considerá-las e classificá-las como formas de trabalho porque “trabalho” por definição, é uma atividade socialmente útil. Por outro lado, trabalho não é apenas o trabalho físico. Não é apenas uma atividade em que se emprega predominantemente a energia muscular, mas qualquer gênero de atividade de que possa resultar um benefício econômico não apenas para quem a exerce, mas também para os demais membros da coletividade¹⁵⁰.

Para Alberto Pasqualini o trabalho seria somente considerado enquanto tal se, “por definição” fosse uma “atividade socialmente útil” e como “benefício” não apenas “para quem a exerce, mas também para os demais membros da coletividade”. O então Senador não deixaria, ainda, de marcar a posição da sua específica conceituação do trabalhismo em relação aos seus objetivos finais. A valorização do trabalho dar-se-ia, portanto, a partir da relação deste em troca de benefícios para a sociedade e não em relação a um lucro individualizado. Daí a ideia já presente no conteúdo de sua obra “teórica” e “doutrinária” naquilo que diz respeito à posição do trabalhismo em face ao capitalismo e ao socialismo. Para Alberto Pasqualini o primado da riqueza se configurava a partir e por meio do trabalho, mas este entendido em sua “utilidade social”:

Eis porque poderíamos reduzir a três os objetivos finais do trabalhismo: primeiro, organizar verdadeiramente a sociedade na base da cooperação e da solidariedade; segundo, eliminar em consequência, tôdas as formas de exploração econômica e social; terceiro, proporcionar a cada um os meios de imprimir ao seu trabalho o maior coeficiente de utilidade social, tornando-se credor da remuneração correspondente¹⁵¹.

A consolidação da liderança e do renome nacional de sua figura política em projeção deu-se a partir da marcação de suas posições em relação ao partido e à

¹⁵⁰ Id.

¹⁵¹ Id.

então denominada “doutrina trabalhista” durante a sua atuação no Senado Federal entre os anos de 1951 e 1955. Torna-se interessante de se fazer notar que, quando Alberto Pasqualini afastou-se das suas funções no Senado, por motivos de saúde já muito abalada, numerosas homenagens foram realizadas em seu nome e em praticamente sua totalidade sua figura política já apareceria fortemente conectada às importantes designações tanto de “doutrinador do PTB” quanto “teórico do trabalhismo”. A recusa em participar de posições de mando dentro do partido ou enquanto líder oficial de sua bancada no Senado Federal parecem ter contribuído para o reforço da referida designação.

Não obstante ao exposto anteriormente, deve-se considerar que Alberto Pasqualini participou ativamente das discussões dos mais variados assuntos tratados no plenário do Palácio Monroe que ultrapassavam a questão doutrinária e as vinculações estritas com o discurso do trabalhismo que pelo personagem foi gradualmente capitaneado. No entanto, o então Senador do PTB não deixaria de utilizar-se de sua refinada argumentação de cunho “teórico” para explicitar os mais diferentes temas. Neste sentido, torna-se possível, embora considerados os diferentes assuntos tratados, aquilatar que foram pelos menos dois os eixos fundamentais de argumentação de Alberto Pasqualini durante suas exposições no Senado Federal. O primeiro refere-se diretamente à crítica política, ou seja, as permanentes críticas que o referido personagem dirigia aos partidos políticos e, também, às suas principais lideranças, embasadas na ideia de uma mudança de “mentalidade” ou de “comportamento político”; o segundo eixo, na esteira do primeiro, refere-se, mais diretamente, às posições, inseridas na conceituação do trabalhismo formulada pelo próprio Alberto Pasqualini, em face, sobretudo, do capitalismo “individualista”, do socialismo e do comunismo. Desta maneira, tanto a crítica aos partidos políticos e ao comportamento de suas lideranças quanto as possíveis posições do trabalhismo em relação aos sistemas de organização social tornaram-se os eixos fundamentais de suas falas no plenário do Palácio Monroe entre os anos de 1951 e 1955. Alberto Pasqualini ocupou a tribuna para tratar de assuntos vinculados às discussões em torno do problema da inflação e das chamadas Reformas de Base. Na verdade, deve-se fazer salientar que, dos 12 pronunciamentos realizados pelo então Senador, pelo menos 7 detiveram-se especificamente aos referidos temas. Embora os assuntos tratados fossem dos diversos temas, portanto, uma das características fundamentais de suas falas se configuraria sobretudo a partir desses dois pontos centrais, quais

sejam, a crítica política e a crítica aos modelos de produção capitalista, ambos entendidos como o resultado combinado da utilização de determinados excertos de seu texto de cunho doutrinário ou teórico e a sua atuação parlamentar enquanto Senador. Ou seja, a habilidosa e atenta utilização de um importante dividendo político que se caracterizou, no decorrer de sua atuação, enquanto estratégia de inserção nos debates parlamentares.

3.2 TRABALHISMO E REFORMAS DE BASE: A CRÍTICA POLÍTICA

Entre finais dos anos 1940 e início dos 1950 as diversas seções estaduais do PTB, bem como as suas principais lideranças vinham discutindo o programa e o delineamento das chamadas Reformas de Base. Foi assim que, sob essa ampla denominação esteve fortemente reunido um conjunto bastante expressivo de iniciativas que incluíam as reformas: bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e, também, universitária. Nessa mesma época sustentou-se, inclusive, a necessidade de estender o voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas, dentre eles, por exemplo, os marinheiros e os sargentos. Além disso, defendia-se, igualmente, medidas que poderiam ser caracterizadas como de cariz nacionalista as quais previam uma intervenção efetivamente mais ampla do Estado na vida econômica do País além do maior controle dos investimentos estrangeiros mediante a regulamentação das remessas de lucro para o exterior. Embora um debate público mais amplo sobre as chamadas Reformas de Base somente viesse mais fortemente à tona durante o período em que João Goulart (1961-1964) esteve à frente da Presidência da República, deve-se salientar que as discussões acerca do delineamento dessas mesmas reformas processaram-se durante praticamente toda a década de 1950 entre os principais membros do PTB bem como entre as seções regionais do partido, sobretudo a partir de 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Já no delineamento das candidaturas para a sucessão presidencial de 1950, a coligação representada por Getúlio Vargas e Café Filho, respectivamente do PTB e PSP, traria como tema central a questão das Reformas de Base:

AO POVO BRASILEIRO

Como chefes do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Progressista, dirigimo-nos à Nação para anunciar a nossa aliança para uma ação conjunta no cenário político do País, notadamente no que diz respeito ao problema sucessório. Esta aliança decorre de vários motivos imperiosos, tanto mais quanto são evidentes as afinidades programáticas entre nossos partidos. A necessidade desta coligação, sendo fruto da atual conjuntura histórica do Brasil, inspira-se nos anseios do povo, que exige renovação imediata da mentalidade e hábitos políticos. Só os profissionais da política ignoram que uma nova concepção de govêrno não pode ser levada a efeito sem uma reforma de base, cuja necessidade provém de causas profundas e visa corresponder aos sentidos clamores da alma popular. Outra razão é a de que o Brasil não pode permanecer, como ficou até agora, em estado de espírito contemplativo diante do angustiante drama da insatisfação e do desajustamento universais. A renovação de nossa mentalidade política há de operar-se, de início, pelo afastamento das camarilhas que afirmam falsamente interpretar as legítimas reivindicações populares, mas que, na realidade, só agem para ludibriar a boa fé de nosso povo¹⁵².

Seja como for, Alberto Pasqualini manifestou-se numerosas vezes acerca das chamadas Reformas de Base, então discutidas entre os senadores no plenário do Palácio Monroe no Rio de Janeiro. Em pelo menos duas ocasiões bastante específicas, o personagem trataria do tema de maneira mais evidente e objetiva, ambas nos meses finais do ano de 1951. Nessas referidas ocasiões, o personagem teria o cuidado e também a preocupação de fundamentar suas proposições em falas cujo conteúdo pode ser caracterizado como de remissão às suas publicações de caráter “teórico” ou “doutrinário”. Assim, não obstante esse aspecto basilar do conteúdo de seus pronunciamentos, deve-se salientar, também, a crítica política – dos partidos e das suas lideranças – como eixos centrais e basilares de suas falas no Senado Federal. Assim, torna-se relevante observar tanto o reforço de seu papel de liderança identificado como portador da “doutrina” e das “ideias” bem como de crítico em relação à política partidária – condição esta que apareceu com muita intensidade na vida pública do personagem e continuaria, embora com algumas ressignificações, na sua atuação como Senador. Na verdade, Alberto Pasqualini procurou fazer diversas referências ao conteúdo de sua “doutrina trabalhista” para fundamentar grande parte das argumentações desenvolvidas nas suas falas no plenário do Senado Federal.

Ao referir-se ao tema específico das Reformas da Base, portanto, Alberto Pasqualini colocava-se novamente na posição de liderança partidária, haja vista que o tema já vinha sendo discutido nas convenções das seções estaduais do PTB,

¹⁵² **Correio da Manhã**, 10 de maio de 1950. Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC/FGV. GV. 50.02.09-2

inclusive a ponto de tornar-se uma das principais bandeiras do partido já ao final da década de 1950 e, sobretudo, no início do governo de João Goulart em 1961. Portanto, o modo pelo qual conceituava as chamadas reformas refletia, em certo sentido, o modo através do qual também passaria a exercer o seu papel de liderança política no próprio PTB vinculado à sua principal designação, qual seja, a de “teórico do trabalhismo”. Quando o então Senador procurou tratar das questões atinentes às Reformas de Base utilizou-se de uma argumentação que já fundamentava o conteúdo de sua obra “doutrinária” e fortemente vinculada à crítica do que o próprio personagem designava como sendo a identificação do “comportamento” ou mesmo da “mentalidade política”. Desta maneira, utilizava-se da tribuna para tratar de um assunto específico, diferentes em suas temáticas gerais, na mesma medida em que mantinha uma específica relação de ideias que fundamentava em boa medida o seu principal modo de inserção nos debates parlamentares. Para o caso do debate em torno das Reformas de Base, Alberto Pasqualini fundamentou as suas falas em, pelo menos, três eixos fundamentais relacionados: a questão da Constituição; a crítica ao “comportamento político”; e a ideia de “teor de civilização”.

3.2.1 Reformas e Constituição

O conteúdo das falas do então Senador Alberto Pasqualini em relação às denominadas Reformas de Base esteve associado a uma concepção bastante recorrente que o personagem efetuava em suas publicações: uma específica visão do conteúdo do texto constitucional. Na verdade, deve-se salientar, antes de mais nada, que o político procurou defender a implementação das Reformas de Base sem que estas estivessem vinculadas somente às possíveis alterações de conteúdo nos artigos que integravam a Constituição Federal. Para Alberto Pasqualini, o texto da Constituição já continha o necessário para uma orientação inicial acerca do tema e o que cumpriria fazer era pensar os meios pelos quais as proposições que ali apareciam delineadas nos artigos especificados fossem concretamente cumpridas: procurou separar, desta mesma maneira, o conteúdo específico dos artigos do texto constitucional do modo pelo qual este deveria ser efetivamente realizado.

A temática das Reformas de Base passaria, também, pelas propostas de modificações no texto constitucional. Entre os senadores, por exemplo, deve-se fazer notar que havia uma comissão especial designada desde meados de 1951 para tratar

especificamente acerca da Constituição. Assim, a expressiva relação que Alberto Pasqualini estabelecia no seu pronunciamento entre as Reformas de Base e a Constituição demonstra, na verdade, a posição do então Senador do PTB em relação às proposições que deveriam modificar o texto constitucional. De fato, Alberto Pasqualini mostrava-se contrário a essas mesmas proposições optando, assim, por um outro caminho mais vinculado, efetivamente, ao modo pelo qual se poderia fazer cumprir a Constituição. Assim, apesar de ter integrado uma Comissão Especial de senadores que deveria emitir um parecer acerca do chamado Projeto de Reforma Constitucional em 1951, deve-se fazer notar a sua saída da referida comissão durante o ano seguinte de 1952¹⁵³.

Ao afirmar que o texto constitucional configurava-se como uma espécie de frase cuja “retórica” seria sem conexão com realidade, o então Senador colocava-se individualmente enquanto o portador das soluções “concretas” para que as proposições delineadas nos artigos da Constituição viessem a se tornar “realidade”. Assim, afirmando que os artigos constitucionais não deveriam ser modificados, assegurava que as propostas e as modificações sugeridas por esses mesmos artigos passariam a ser objeto de uma análise de caráter técnico e científico, do debate de ideias e de soluções para sua efetiva implementação, o que explica a sua preocupação em especificar minuciosamente conceituações para o tema explicitando alguns pontos de vista vinculado às Reformas de Base:

Uma reforma de base, pelo próprio significado e força de expressão, envolve necessariamente, uma modificação substancial em certa ordem de coisa ou em determinado sistema. Ora, o sistema, objeto de uma reforma de base, no sentido que se anuncia, ou pode ser o de nossa organização política, ou de nossa organização econômica, ou ambos ao mesmo tempo. Nossa organização política está definida na Constituição. Consagra ela os princípios fundamentais da democracia representativa, o regime republicano e federativo, a existência do município, a divisão dos poderes, os direitos e garantias individuais, as normas básicas da organização social e econômica tendo em mira, como se diz no texto constitucional, a realização da justiça social. Se admitirmos que são esses os capítulos fundamentais ou as linhas mestras de nosso esquema político-constitucional, uma reforma de base

¹⁵³ A referida Comissão no ano de 1951 era integrada pelos seguintes senadores: Mello Vianna (Presidente), Olavo Oliveira (Relator), João Alfredo Ravarco de Andrade (Secretário) Dario Cardoso, Anísio Jobim, Camilo Mércio, Clodomir Cardoso, Ivo d’Aquino, Alfredo Neves, Ferreira de Souza, Aloysio de Carvalho, João Villasbôas, Joaquim Peres, Alberto Pasqualini, Atilio Vivacqua e Antonio Bayma. Para o ano de 1952 a Comissão ficou constituída da seguinte maneira: Mello Vianna (Presidente), Joaquim Pires (Vice-Presidente), Atilio Vivacqua (Relator), Dario Cardoso, Aloysio Cardoso, Camilo Mércio, Anísio Jobim, Clodomir Cardoso, Gomes de Oliveira, João Villasbôas, Ivo d’Aquino, Carlos Sabora, Alfredo Neves, Mozart Lago e Alencastro Guimarães. Sobre isso consultar especificamente: **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 17 de março de 1953. p. 1

deveria importar, necessariamente, a supressão, a mudança ou o deslocamento de alguma ou de algumas dessas linhas estruturais. Não seria qualquer alteração constitucional que poderia caracterizar uma reforma de base, no sentido político¹⁵⁴.

Ao citar a Constituição, desta maneira específica, o Senador repetia, na verdade, o mesmo que realizara no conteúdo de sua principal publicação, objeto central de análise do capítulo anterior, qual seja o de argumentar que a carta constitucional não necessitaria de alterações e o que deveria ser efetivamente modificado era a maneira pela qual seus principais artigos eram interpretados. Ainda no ano de 1948, portanto, sua posição em relação aos principais artigos constitucionais já aparecia no conteúdo de sua obra “teórica”:

Se a Constituição assegura a todos igual oportunidade perante a propriedade, deve também, logicamente, assegurar a igual oportunidade de obter os meios de adquiri-la. Ora, é com dinheiro que, ordinariamente, se adquirem os bens. É êle o meio por excelência. Para que o trabalhador possa adquirir sua casa e para que o agricultor possa adquirir um pedaço de terra, é necessário que disponha de recursos. O acesso ao dinheiro é, portanto, a condição fundamental do acesso à propriedade e aos meios de produção¹⁵⁵.

Para Alberto Pasqualini, torna-se possível salientar, o conteúdo do texto da Constituição configuraria apenas os princípios básicos para uma organização nacional e não os meios pelos quais as proposições ali escritas concretamente fossem realizadas. Assim, os meios para realização não estariam, portanto, nas frases da Constituição, mas na forma pela qual estas seriam interpretadas e se a sua efetiva implementação estivesse igualmente assegurada a partir da configuração de um conhecimento considerado confiável e, portanto, técnico e científico.

Seja como for, deve-se fazer notar que o personagem utilizava o mesmo modo de argumentação acerca da sua visão do texto constitucional já fortemente presente no conteúdo de sua obra de cunho doutrinário publicada alguns anos antes e já eminentemente reconhecida pelos seus pares. Repetia, deste mesma maneira, uma argumentação que já fora desenvolvida e que, de fato, reaparecia enquanto um modo de inserção no debate parlamentar da época o que reforçava a sua denominação de liderança de “ideias”. Trata-se de um pronunciamento exemplar dessa utilização, ou seja, quando o Senador, preocupado com a ação política – no caso as Reformas de Base – introduzia, no conteúdo das suas falas, as ideias já fortemente presentes no

¹⁵⁴ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 30 de agosto de 1951.

¹⁵⁵ PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948. p. 10.

conteúdo de suas principais publicações, com considerável reconhecimento nos anos anteriores. Pode-se afirmar que, para Alberto Pasqualini, os artigos que compunham a Constituição já delineavam a ordem econômica organizada pelos princípios da “justiça social” – elemento importante a ser considerado no pensamento do referido personagem, pois seria por meio dele que o então Senador procuraria salientar o papel preponderante do trabalhismo em relação à produção capitalista e ao socialismo, conforme o conteúdo de seu texto de cunho “doutrinário”:

A Constituição Federal, dispondo sobre a ordem econômica e social, estabeleceu os seguintes princípios fundamentais:

- a) a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano (art. 145);
- b) a todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna (art. 145, parágrafo único);
- c) a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, ressalvado o direito de indenização dos expropriados (art. 147);
- d) o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social (art. 147);
- e) a União poderá intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade (art. 146).

A organização econômica nacional assenta, pois, sobre o princípio da liberdade de iniciativa, que tem como pressuposto a propriedade ou a exploração privada dos meios de produção, característica do regime capitalista. Não sendo permitido ao indivíduo, no regime socialista, dispor dos meios de produção, pois estes constituem propriedade social ou coletiva, não poderá tampouco haver iniciativa privada ou liberdade de iniciativa. Sendo o Estado e não o indivíduo o gestor da economia, todo empreendimento econômico incumbirá necessariamente àquele, que o executará através de uma planificação e organização técnica de serviços¹⁵⁶.

Na verdade, o “teórico do trabalhismo” procuraria demonstrar, através da exposição presente no conteúdo de seu texto doutrinário, a proximidade dos princípios trabalhistas por ele mesmo propugnados em relação aos referidos artigos constitucionais. Deve-se salientar, inclusive, que o trecho escolhido pelo autor referente ao texto constitucional parecia resumir as propostas vinculadas ao trabalhismo capitaneado por Alberto Pasqualini. A valorização do trabalho e da liberdade de iniciativa, pontos importantes considerados pelo teórico no que dizia respeito a posição do trabalhismo frente aos principais modelos de sistemas de organização social.

¹⁵⁶ Id. p. 1.

No seu pronunciamento no Senado, deste modo, procuraria demonstrar que o “caráter da reforma” seria “relativo”, isto é, configurar-se-ia somente “em função do ponto de referência que se toma, da importância e do efeito que se lhe atribui”:

É certo que o caráter da reforma é relativo, isto é, está em função do ponto de referência que se toma, da importância e do efeito que se lhe atribui. Assim, do ponto de vista da forma de governo, a substituição do regime presidencial pelo regime parlamentar constituiria sem dúvida, uma reforma fundamental. Do ponto de vista geral do governo democrático, a mudança não poderia estar compreendida no conceito de reforma de base, eis que tanto o presidencialismo como o parlamentarismo são, com menor ou maior perfeição, formas de governo democrático. A reforma ou revisão constitucional que objetivasse a alteração da competência tributária, a supressão do sistema bicameral ou a alteração das atribuições de uma das casas do Congresso, não poderia também configurar uma reforma de base, que implica mudança de estrutura, não de detalhes. No regime democrático, há as constantes e as variáveis, a substância e os acidentes. O que a democracia postula é a intangibilidade do sistema das constantes, é a preservação da substância¹⁵⁷.

Para o então Senador, a Constituição seria o equivalente à “preservação da substância” e, assim, uma “reforma de base” implicaria mais uma “mudança de estrutura, não de detalhes”. Assim, para o personagem, o “que cumpre é que os textos constitucionais deixem de ser frases sonoras e vazias”:

Creio que não estarei em erro nem cometerei uma heresia ao repetir agora a afirmação de que o trabalhismo, encarada a questão do ponto de vista dos postulados democráticos, não tem por que reivindicar nenhuma reforma de maior tomo em nosso sistema político-constitucional. E isto porque não constituiria condição para a realização dos seus objetivos, que podem ser enquadrados no sistema geral dos princípios constitucionais vigentes e devem ser realizados através das instituições e do mecanismo democrático. O que cumpre é que os textos constitucionais deixem de ser frases sonoras e vazias para transformar-se em realidade viva através de uma série de soluções e medidas que atendam, efetivamente, as necessidades do povo brasileiro¹⁵⁸.

A inserção do conteúdo explícito do texto constitucional na fala de Alberto Pasqualini acerca das Reformas de Base cumpria o papel de demonstrar que as referidas “reformas” não aconteceriam a partir de modificações nos seus artigos, mas somente por meio de modos concretos no sentido de efetivá-las. Nota-se, preponderantemente no trecho anterior, o jogo de oposições existente entre as expressões: “frases sonoras e vazias” e “realidade viva”. Neste caso, o jogo antitético apresentava-se bastante próximo à conceituação do trabalhismo e sua vinculação à crítica política exercida pelo personagem durante praticamente toda a sua vida

¹⁵⁷ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 30 de agosto de 1951.

¹⁵⁸ *Id.*

pública. Na verdade, Alberto Pasqualini não abriria mão de considerar o texto constitucional enquanto o princípio norteador da ação do Estado e, devido a isso, procuraria, igualmente, demonstrar a coincidência e proximidade das suas ideias com os artigos da Constituição, sobretudo aqueles que tratavam dos termos da “justiça social”.

3.2.2 Reformas e crítica política

Deve-se salientar que uma outra continuidade fortemente presente nos pronunciamentos de Alberto Pasqualini esteve vinculada à crítica política que o personagem já realizava durante a sua trajetória política anterior ao seu ingresso no PTB. Assim, o debate em torno das reformas não deixaria de passar, também, pela argumentação desenvolvida em torno da crítica política. Deve-se fazer notar que o então Senador se utilizaria da crítica aos partidos políticos e, também, ao comportamento das lideranças políticas como um dos eixos de sustentação da argumentação desenvolvida para tratar das Reformas de Base¹⁵⁹.

Conforme o que foi analisado no capítulo anterior, uma das concepções basilares do trabalhismo capitaneado por Alberto Pasqualini esteve fortemente vinculada à crítica dos partidos políticos e suas principais lideranças. Pode-se afirmar, neste sentido, que o personagem buscava efetivamente constituir uma espécie identidade política para o PTB vinculando-o às próprias ideias que já propugnava mesmo antes de seu ingresso no partido. Vale salientar a crítica que o Vereador Alberto Pasqualini teceu em relação às ações dos partidos políticos personalizados nos nomes de suas principais lideranças partidárias. Se no caso da formulação de um “ideal” ou “doutrina trabalhista” serviria para a marcação da posição do trabalhismo frente a essa tipologia de partido político tão criticada pelo personagem, no Senado o exercício dessa crítica teria uma continuidade ressignificada no sentido de embasar

¹⁵⁹ Conforme os aspectos analisados no capítulo anterior, deve-se fazer notar os elementos significativos que serviram de embasamento ao discurso político de Alberto Pasqualini e que estiveram fortemente presentes em praticamente toda a sua vida pública. Desde as suas falas na forma de *aportes* durante os debates plenários na Câmara Municipal de Porto Alegre entre os anos de 1936 e 1937 até o modo de inserção cuja base caracterizou-se fundamentalmente pela utilização da “doutrina” durante a sua atuação no Senado Federal nos anos 1950, o personagem realizou contundentes críticas aos modelos político-partidários bem como às suas principais lideranças então vigentes na mesma época. Sobre esse aspecto torna-se interessante novamente verificar o capítulo 2 desta tese.

uma argumentação para o então Senador em referência a outros assuntos que estavam em discussão no plenário.

A argumentação que tinha sido desenvolvida acerca da relação entre as proposições de caráter reformista e os denominados princípios constitucionais servia, também, como estratégia para a centralidade da crítica política realizada no conteúdo de seu pronunciamento. Assim, para Alberto Pasqualini, os artigos da Constituição não poderiam, neste sentido, “admitir” simplesmente os seus “enunciados meramente decorativos”. O então Senador procuraria afirmar que o importante seria “cumprir a Constituição e não reformá-la”:

De que serve, por exemplo, que a Constituição proclame enfaticamente que a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, que a todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna, que a lei promoverá a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos, que o uso da propriedade deve ser condicionado ao bem estar social, se todas essas formulações tiverem apenas um caráter verbal e retórico e não forem tomadas as medidas concretas para dar-lhes execução prática? Numa Constituição não se podem admitir textos e enunciados meramente decorativos. Tudo o que ela estatui deve ser seguido, tudo o que ela determina deve ser executado. O problema de maior importância será portanto, cumprir a Constituição e não reformá-la. Isso não significa o desconhecimento da conveniência e da utilidade de modificar ou corrigir certos dispositivos constitucionais, não, porém, com a exigência do trabalhismo, mas com o objetivo de esclarecer-lhes e fixar-lhes melhor o sentido e a extensão e de aperfeiçoar o funcionamento do regime e o mecanismo governamental¹⁶⁰.

Para o Senador eleito pelo PTB, cumpriria modificar o “comportamento político” e não a organização política-constitucional. Mais do que isso, conforme o conteúdo de seu pronunciamento, a política deveria ser compreendida como o reflexo das próprias “características do meio, suas condições de evolução social, econômica e cultural”. Assim, deve-se salientar que, novamente, o personagem utilizar-se-ia desse específico modo de exercer uma crítica política para subsidiar o que denominou como sendo o “ponto de vista do trabalhismo” – fortemente presente na argumentação inicial de seu pronunciamento como sendo o ponto de vista da “doutrina” e não do PTB, como anteriormente demonstrado. O orador procurava ressaltar, ainda, aquilo que havia denominado como sendo “nível de cultura” para associar o comportamento político ao meio social:

¹⁶⁰ Id.

Se uma reforma de base não envolve, do ponto de vista do trabalhismo, modificações substanciais em nossa organização política-constitucional, na sua parte anatômica, estrutural, estática, tal fato não obscurece a necessidade de que se operem mudanças no processo funcional ou dinâmico, que não se devam corrigir as formas, os métodos e o estilo do comportamento político. A política reflete, necessariamente, as características do meio, suas condições de evolução social, econômica e cultural. A medicina, por exemplo, nas sociedades civilizadas, é uma ciência e uma arte: ciência e arte de curar e prevenir enfermidades. Nas sociedades primitivas é bruxaria e feitiçaria. Existem ainda as formas intermediárias da pseudo-ciência, do charlatanismo. Quando o nível médico de instrução e de cultura é muito baixo, torna-se difícil a assimilação das idéias gerais e a compreensão das soluções racionais para os problemas da coletividade. O povo, às vezes, na sua ingenuidade, aceita mais facilmente a droga que lhe é ministrada aparatosamente pela demagogia do que a terapêutica racional que lhe poderia, em verdade, aliviar as necessidades e os sofrimentos. É claro que onde isso se verifica, só poderão existir as aparências, as formas exteriores da democracia¹⁶¹.

Nota-se, de maneira preponderante, que novamente Alberto Pasqualini utilizava-se do termo “charlatanismo” para referir-se à política que, para o caso do Brasil, seria compreendida como um dos reflexos das características do meio e, igualmente, das “suas condições de evolução social, econômica e cultural”. Utilizando-se de uma comparação com a área da medicina, ressaltou, ainda, a dificuldade que existiria da “assimilação das idéias gerais e a compreensão das soluções racionais para os problemas da coletividade”. Para o então Senador, a política deveria aparecer mais associada às “soluções racionais”, portanto. Neste sentido, a dualidade entre “idéias” e “política” aparecia novamente reforçada na sequência de seu pronunciamento:

As lutas e campanhas políticas, embora com a rotulagem mais variada e diversionista, poderão ser, na realidade, verdadeiras sociedades de capital e indústria, empreendimentos em conta de participação onde os sócios aparentes são os políticos e os sócios ocultos os que manobram na sombra, invertendo e arriscando capital, tendo em vista dividendos futuros. A política, em vez de ser um debate de idéias e soluções, se transforma então num simples negócio e num jogo de malabarismo, a que o povo muitas vezes assiste sem desconfiar da realidade subjacente, sem poder de discernir onde está a verdade e onde está o embuste, onde está a solução racional ou a mistificação, onde está o ideal e onde está a aventura, onde estão os que realmente querem servi-lo e onde estão os que pretendem apenas explorar-lhe a ingenuidade e a boa fé¹⁶².

¹⁶¹ Id.

¹⁶² Id.

Assim, para Alberto Pasqualini, a política admitia um determinado papel conforme fosse a “evolução” econômica e social de cada País. Para o caso do Brasil, esse nível seria, então, considerado ainda muito baixo, fator que refletiria, inclusive, na organização dos partidos políticos e, também, na administração pública. Nota-se, ainda, a semelhança entre a crítica que o personagem efetuava ao âmbito que encerraria mais diretamente o “político” com aquela realizada ao “capitalista egoísta”. Desta mesma maneira, a crítica política aparecia repetidas vezes no conteúdo de suas falas:

Eis como certas contingências políticas, determinadas, em grande parte, por um retardamento econômico, podem ocasionar o desvirtuamento do serviço público. O desvirtuamento do serviço público poderá, por sua vez, ser um fato de atraso na evolução e no progresso econômico do país. Os partidos deixam, assim, de ser de movimentos organizados de opinião tendentes à execução de determinadas reformas ou soluções, através do mecanismo democrático constitucional, para caracterizar-se como meros agrupamentos ocasionais em torno de pessoas ou interesses e, portanto, tão versáteis e efêmeros como as causas originárias de sua existência¹⁶³.

Na sequência, o então Senador afirmaria que o “comportamento político e o grau de desenvolvimento econômico e cultural de determinada coletividade” estabeleceria uma espécie de “círculo vicioso” onde as questões da ordem do social, do político e do econômico se encontrariam:

Vemos, pois, que existe uma estreita relação e dependência entre as formas e o estilo do comportamento político e o grau de desenvolvimento econômico e cultural de determinada coletividade. O pior é que se estabelece um verdadeiro círculo vicioso: o primitivismo político contribui, direta ou indiretamente, para manter a incultura e o primitivismo econômico e, conseqüentemente, os índices de exploração social. Esse círculo vicioso somente poderá romper-se à medida que se acelerar o desenvolvimento econômico e cultural, à medida que se operarem mudanças na mentalidade política e à medida que as massas trabalhadoras forem adquirindo maior consciência política. Poderia parecer, à primeira vista, que, tratando-se de fatos e variações interdependentes, o círculo vicioso não poderia ser superado. Na realidade, porém, a sociedade não é um sistema estático, mas um processo dinâmico que evolui constantemente sob a pressão de forças internas e de influências externas. Creio que esse processo evolutivo poderá ser apressado ou retardado segundo o grau de compreensão, de honestidade, de espírito público e de sabedoria das chamadas elites dirigentes¹⁶⁴.

¹⁶³ Id.

¹⁶⁴ Id.

Observa-se, sobretudo, que no conteúdo final do mesmo excerto, Alberto Pasqualini se pronunciaria aos demais Senadores na sessão plenária do Palácio Monroe colocando-se enquanto membro do segmento que preferiu denominar através da expressão de “elites dirigentes” que deveriam conduzir – apressar ou retardar – o “processo evolutivo” de um determinado “povo” na medida em que se pudesse operar algumas “mudanças na mentalidade política” e “à medida que as massas trabalhadoras forem adquirindo maior consciência política”. Assim, para o então Senador haveria “objetivos superiores da política” convivendo com a “existência de outros fatores negativos que criam entraves”:

Mas, não podemos desconhecer, além das circunstâncias apontadas, a existência de outros fatores negativos que criam entraves aos objetivos superiores da política. As camadas mais cultas da sociedade e todos aqueles que, mais diretamente, podem influir na direção dos negócios públicos e na política nacional, exercem suas atividades nos grandes centros urbanos. Ora, esses não raro, abrigam verdadeiros focos de corrupção e de venalidade. Neles o relaxamento dos costumes atinge o grau mais elevado, neles existe a sedução e tendência para uma vida fácil e cômoda e um grande mercado de tudo o que contribui para gozá-la. Neles encontramos toda uma legião de especuladores e negociatas sem escrúpulos e sem entranhas, cujo objetivo único é o dinheiro e cuja única filosofia é o cinismo. O que se pretende é viver a custa de expedientes, é enriquecer sem trabalhar. Ganham-se fortunas da noite para o dia em negociatas e especulações, favorecidas, de uns tempos para cá, pela maré enchente da inflação. E como podem ser facilitadas direta ou indiretamente, por influências políticas, há sempre o perigo e o risco de que os homens públicos e os que têm a seu encargo importantes setores da administração pública, se deixem apanhar nas armadilhas de uma refinada técnica de envolvimento e acabem por não resistir às investidas da solercia e às carícias do sabujismo, que obliteram a visão da consciência e amortecem as resistências morais¹⁶⁵.

Assim, as então chamadas “elites dirigentes” embora sejam consideradas pelo personagem enquanto focos de corrupção podem ser também agentes de uma específica transformação, de caráter mais profundo, configurando, deste mesmo modo, aquilo que o próprio Senador compreendia como sendo “o objetivo moral e político de uma reforma de base”:

¹⁶⁵ Id.

Uma reforma de base deverá extirpar esse cancro social e contribuir para manter a administração e os homens públicos imunes de suas influências e do seu poder de corrupção. E deverá também operar uma mudança no estilo e nas formas de comportamento político, ajustando-o aos verdadeiros objetivos da ciência e da política. A organização de uma consciência cívica e de uma liderança, em todos os setores da vida nacional, inspirada nesses objetivos superiores, terá um papel fundamental nesse processo de transformação, pois sua função precípua será um constante trabalho de educação e esclarecimento do povo¹⁶⁶.

Conforme Alberto Pasqualini, “uma reforma de base” deveria ser capaz de “extirpar esses cancros sociais e contribuir para manter a administração e os homens públicos imunes de suas influências e do seu poder de corrupção”. Além disso, deveria, igualmente, “operar uma mudança no estilo e nas formas de comportamento político, ajustando-o aos verdadeiros objetivos da ciência e da política”. Nota-se, a alusão efetuada pelo autor acerca da junção entre “política” e “ciência” como sendo “os verdadeiros objetivos” de “uma liderança”. Em tom de prescrição sua afirmação seria “inspirada” em “objetivos superiores” e teria um “papel fundamental” naquilo que denominou como “processo de transformação” e “de educação e esclarecimento do povo”. Na verdade, para o então Senador, a política deveria ser imprescindivelmente orientada por ideias e essas mesmas ideias seriam responsáveis por “instituir os procedimentos técnico-econômicos e os mecanismos jurídico-administrativos indicados pela ciência econômica e pelas ciências sociais em geral”. Nesse aspecto específico Alberto Pasqualini efetuava a crítica política aos partidos e procurava diferenciar o trabalhismo, por ele capitaneado, dos demais alinhamentos ideológicos:

Para alcançar esses objetivos será necessário instituir os procedimentos técnico-econômicos e os mecanismos jurídicos-administrativos indicados pela ciência econômica e pelas ciências sociais em geral. Eis porque a política na ordenação e coordenação dos meios para atingir os fins, deve ter uma base científica e racional, abandonando definitivamente os expedientes de mistificação da demagogia. É, portanto, fundamental para uma reforma de base, que a política se liberte do seu primitivismo e dos processos tradicionais; é necessário que os homens públicos realizem um esforço para emancipar-se da mentalidade ainda dominante, para superar as contingências de nosso entendimento infantilismo econômico e de nosso atraso cultural. Não impede que as soluções para os problemas nacionais sejam concebidas de maneiras diferentes e vistas sob ângulos diversos. A controvérsia política terá então, como objetivo o debate e a justificação de cada ponto de vista, de cada doutrina, de cada orientação¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Id.

¹⁶⁷ Id.

Alberto Pasqualini procurava identificar-se enquanto sendo o portador dos conhecimentos “indicados pela ciência econômica e pelas ciências sociais em geral”. Para o então Senador, é possível salientar, a “política” para “atingir os fins” deveria “ter uma base científica e racional, abandonando definitivamente os expedientes de mistificação da demagogia”. Neste mesmo trecho demonstrado, nota-se, pontualmente, o aprofundamento da crítica política pela introdução de conhecimentos técnicos e científicos. Assim, a política sem ideias, portanto, para Alberto Pasqualini, se configuraria no seu “primitivismo” e, também, “processos tradicionais” estes conectados ao “infantilismo econômico” e, por conseguinte, ao “nosso atraso cultural”. Constata-se, ainda, a menção que o orador efetuava, sobretudo, em relação à “doutrina” e à “cada orientação”.

Deve-se fazer notar neste sentido que, para Alberto Pasqualini, os artigos constitucionais deveriam ser dinamizados por uma política alicerçada no debate de ideias e vinculada às ciências econômicas e sociais. Assim, colocava que o ponto de vista do trabalhismo, cuja marcação de posição definia, igualmente, o seu modo de inserção no debate político da sua época, já encontrava-se em concordâncias com os principais preceitos constitucionais e, portanto que não cumpriria modificar a Constituição, mas criar meios para que suas proposições fossem cumpridas. Desta forma, numerosas vezes, o então Senador colocaria em oposição a política de “solução racional” à política “embuste” como também à “mistificação”. Neste aspecto, dirigia uma crítica às lideranças partidárias e aos partidos, portanto, enquanto “agrupamentos ocasionais em torno de pessoas e interesses” e não em “movimentos organizados de opinião”. Não obstante a isso, o então Senador afirmava ainda que haveria uma relação entre o comportamento político e o nível de desenvolvimento econômico dos diferentes países, citando, no caso específico o exemplo do Brasil a partir de expressões específicas como as de “primarismo político” ou “primitivismo econômico”. O personagem ainda teria uma segunda oportunidade para manifestar-se em relação às reformas de base. Embora possa se afirmar que o seu segundo pronunciamento em relação ao mesmo tema guarde em si alguns aspectos e nuances diferenciadas, deve-se salientar que as ideias que sustentavam o seu conteúdo guardam ainda muitas semelhanças.

4.2.3 Reformas e “teor de civilização”

Conforme os elementos já examinados no capítulo anterior ideia de “teor” ou “grau de civilização” estiveram associadas, no discurso de Alberto Pasqualini, à valorização do trabalho e, também, ao desenvolvimento científico e tecnológico da produção capitalista. Para o “teórico do trabalhismo”, o “grau de civilização” de uma determinada nação seria medido pelo “grau” de suas necessidades, ou seja, as necessidades criadas pelo mundo da ciência e da tecnologia. Assim, a sua específica concepção de trabalhismo esteve profundamente embasada por esse mesmo conceito, pois ao valorizar o trabalho como primazia da riqueza, Alberto Pasqualini defendia a manutenção do sistema capitalista justamente por considerar que a atividade empreendedora somente seria possível por meio da liberdade de iniciativa. Neste sentido, a atividade empreendedora, enquanto uma variante positiva do sistema capitalista teria sido a responsável pelos avanços tecnológicos que se tornariam, gradativamente, indispensáveis às diferentes sociedades humanas. No entanto, Alberto Pasqualini reconhecia que no caso do Brasil esse “teor de civilização” seria ainda “muito baixo” justamente porque sua população ainda não estava ciente de grande parte dos benefícios da ciência e da tecnologia e nem mesmo em condições de ter acesso a estes. Sendo assim, seus pronunciamentos em relação às Reformas de Base e a associação com o referido conceito de “teor” ou “grau de civilização” apareceram conectados às noções de “primitivismo econômico” e “grau de necessidades” além mesmo da comparação entre o “desenvolvimento técnico e econômico” de países como o Brasil e os Estados Unidos, este último considerado mais adiantado na escala de desenvolvimento.

Poucos dias depois de sua primeira manifestação em relação às reformas de base, Alberto Pasqualini novamente voltou ao tema no plenário do Senado Federal, que funcionava, na mesma época, no Palácio Monroe, na cidade do Rio de Janeiro. Procurou, na ocasião, delinear, mais especificamente, as bases do que compreenderia por ser uma reforma de base, remetendo-se, inclusive, ao seu pronunciamento anterior e, novamente, colocando-se enquanto crítico das práticas políticas e dos partidos e, ainda, procurando vincular essa mesma crítica às suas concepções do trabalhismo. Vale fazer notar, neste sentido, que Alberto Pasqualini procurava colocar-se como representante da “concepção trabalhista”:

O SR. ALBERTO PASQUALINI – Sr. Presidente, fiz, há dias, algumas considerações sobre o que se convencionou, certa ou erradamente, denominar reforma de base, tentando indicar quais os pressupostos políticos que a poderiam condicionar e procurando, também, mostrar que, se nosso primarismo político é, em parte, decorrência do nosso primitivismo econômico, por outro lado contribui para sua manutenção. Não formulei uma crítica: expus, apenas, um fenômeno, apontando os obstáculos que encontrarão no caminho aqueles que se abalançaram a objetivar uma reforma dessa envergadura. Prosseguindo, hoje, nessas considerações, terei necessidade de citar fatos por demais conhecidos, repetir conceitos que são verdadeiros truismos em matéria econômica e esquematizar determinadas questões. Desejaria, Sr. Presidente, não dar ao Senado a impressão de que pretendo ou presumo estar dizendo novidades ou proclamando a descoberta de verdades. Meu objetivo é, apenas, fixar certos pontos de referência, para o desenvolvimento do tema que me propôs e que é o exame do conteúdo da reforma de base, considerada do ponto de vista da concepção trabalhista. Além disso, as idéias gerais que muitos, impropriamente, rotulam de teorias, permitem-nos uma idéia de conjunto de fatos. São como píncaros das montanhas, de onde podemos descortinar novos horizontes, novas perspectivas, iluminando o campo para nossas investigações e nosso estudos¹⁶⁸.

Alberto Pasqualini, assim como no conteúdo do texto de sua “doutrina” utilizava-se de uma vinculação estratégica daquilo que denominou como sendo o “primarismo político” e sua relação com o “primitivismo econômico”, ou seja, das críticas que efetuava à política-partidária em concomitância às críticas ao capitalismo individualista ou chamado “egoísta” conforme analisado no capítulo anterior. Seja como for, deve-se salientar especificamente que a crítica política, ou mesmo às práticas e às tipologias do exercício de poder presente nos partidos políticos e suas lideranças serviram enquanto subsídio para que o então Senador efetuasse, igualmente, críticas ao modelo de capitalismo então entendido por ele como fortemente em voga no País. Além disso, serviram, também, para que o referido personagem pudesse, neste sentido, defender a própria manutenção do capitalismo em face do socialismo, ou seja, para que fosse possível constituir uma concepção para o trabalhismo. Para fundamentar a sua argumentação, Alberto Pasqualini procurou caracterizar os sistemas de produção e, ao mesmo tempo, o que denominou por “teor de civilização”:

¹⁶⁸ **Diário do Congresso Nacional.** República dos Estados Unidos do Brasil. 12 de setembro de 1951.

Uma coletividade humana do ponto de vista econômico, é uma grande e multiforme massa de necessidades que devem ser satisfeitas através de um determinado sistema de produção. Essas necessidades se diferenciam e se complicam à medida que a sociedade evolui e aumenta o seu teor de civilização. A civilização, em certo sentido, nada mais é do que a multiplicação, a diversidade e complicação das necessidades e exigências humanas e dos meios e formas de satisfazê-las¹⁶⁹.

Para Alberto Pasqualini, o denominado “teor da civilização” estaria, deste maneira, associado à “massa de necessidades” a serem satisfeitas através de um determinado sistema de produção. Ou seja, uma sociedade com alto “teor de civilização” seria o equivalente a uma coletividade onde as necessidades e as “exigências humanas” fossem complexas e que possuísse, ao mesmo tempo, os meios necessários para satisfazê-las. Não obstante, deve-se fazer notar, o então Senador valeu-se, algumas vezes, de comparações entre o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, como meio de defender seus principais argumentos em relação ao “teor de civilização”:

Eis porque o grau de desenvolvimento técnico e, em certo sentido o grau de desenvolvimento econômico de um país se podem medir através da relação de proporção, entre a totalidade dos elementos ativos da população e a parcela desses elementos empregados na agricultura; e, conseqüentemente, entre o volume da produção e o número de pessoas que a ela se aplicam, dando-nos o coeficiente de produção e de renda per capita. De um modo geral, atentas as condições geo-econômicas de cada país, quanto maior o seu desenvolvimento técnico e econômico, menor a percentagem da população ativa empregada na agricultura, sem que isso evidentemente, importe redução da produção. Tomando como base as estatísticas de 1940, observa-se, por exemplo, que os Estados Unidos, com uma população ativa de 52 milhões (dessa população excluem-se os menores de 10 anos e todos os que se ocupam em atividades domésticas) tinham cerca de 9 milhões de pessoas empregadas na agricultura, silvicultura, caça e pesca. O Brasil tinha o mesmo número de pessoas – 9 milhões – empregados nas mesmas atividades com uma população ativa quase quatro vezes menor, de 14 milhões. Isso significa que nos E.E. U.U. apenas 17% da população ativa se aplicavam à agricultura, ao passo que, no Brasil, essa percentagem era de 67% com uma produção e um rendimento muito menores¹⁷⁰.

Assim, para o então Senador, haveria de se valorizar o “progresso nos conhecimentos técnicos” bem como uma “certa especialização do trabalhador” para atingir níveis de produção mais próximos de países como os Estados Unidos, utilizado nesta mesma parte do excerto como elemento de comparação. Ao longo de seu pronunciamento no plenário, Alberto Pasqualini voltaria a estabelecer algumas

¹⁶⁹ Id.

¹⁷⁰ Id.

comparações entre o Brasil e os Estados Unidos e outros países, inclusive em tom irônico:

Não seria capaz de afirmar que se não devam apreciar as coisas boas e o conforto. Afirmo, sim, que deveria haver maior comedimento, menor distância e maior proporcionalidade entre os padrões de existência das diferentes classes sociais. Sustento que, nos países pobres e atrasados, os excedentes que os ricos consomem no luxo são exatamente a contrapartida das privações de uma grande massa de homens e mulheres e representa um desfalque nas inversões necessárias para a criação dos meios de produção e de bem estar. Em 1950, foi o Brasil o maior importador de perfumes franceses, batendo os Estados Unidos. Resta-nos talvez o consolo de possuímos uma miséria perfumada e finamente perfumada, porque o custo da perfumaria que importamos, era, por unidade de peso, quase igual ao dobro do valor dos perfumes importados pelos americanos¹⁷¹.

Além de fazer a comparação em tom irônico, conforme demonstrado, Alberto Pasqualini efetuava uma crítica ao que denominou por “círculo vicioso de nosso primitivismo econômico, para nos chumbar ao sistema de economia colonial e para manter o baixo nível de vida da grande maioria da população”:

Todos esses fatos contribuem para nos prender ao círculo vicioso de nosso primitivismo econômico, para nos chumbar ao sistema de economia colonial e para manter o baixo nível de vida da grande maioria da população, nível que somente poderá elevar-se por um processo mais acelerado de industrialização, de mecanização agrícola e de aproveitamento dos nossos recursos naturais e fontes de energia. Isso, porém, exige inversões, mas estas não se poderão concretizar se os excedentes monetários, voluntários ou forçados, fore desperdiçados no supérfluo, na dissipação ou na improdutividade. Não há de ser com as magras economias dos pobres, que representam suas privações e o limite da fome, que poderemos realizar essas inversões¹⁷².

A comparação, na verdade, servia para sustentar o argumento de que haveria um “teor de civilização” e que os países mais prósperos economicamente estariam em graus adiantados de “civilização”. Além disso, no caso específico, a comparação com os Estados Unidos servia, igualmente, para demonstrar o que denominou enquanto “primitivismo econômico” do Brasil.

¹⁷¹ Id.

¹⁷² Id.

Mas, permanecendo por ora apenas nas generalidades, poder-se-á observar que, se por um lado, a civilização se caracteriza pelo teor médio das necessidades ou exigências de um povo, por outro lado o padrão de vida se define pelos meios de que dispõe para satisfazê-las e pela forma de distribuição desses meios entre os indivíduos. Também se poderia observar, que, se a necessidade cria utilidade correspondente, a descoberta de novas utilidades e meios de bem estar tendem a desenvolver a necessidade ou o desejo de adquirí-la. O que hoje é uma necessidade acessória poderá amanhã pelo hábito, pela educação e pelo estilo de vida, converter-se em necessidade elementar. Para um determinado grau de civilização, há um padrão mínimo que se fixa, segundo as condições do meio, ao nível de certas necessidades complementares. O objetivo da produção é a satisfação de necessidades. Sem estas, aquela seria inútil. Da mesma forma, existindo embora a necessidade, a exigência ou o desejo seria ocioso produzir se não houvesse a possibilidade econômica de serem adquiridos os bens correlatos¹⁷³.

Ao final, Alberto Pasqualini colocaria, depois da sua detalhada exposição, quais seriam as posições bem como as concepções do trabalhismo em relação ao delineamento das questões então formuladas ao longo do conteúdo de seu pronunciamento. Aspecto importante a ser considerado, justamente porque trata do ponto pelo qual o então Senador colocava-se enquanto espécie de portador do “esclarecimento” das posições do trabalhismo com relação às questões da economia:

A política do trabalhismo em relação a cada um desses problemas, deverá, a meu ver, consistir:

Primeiro: em educar para as necessidades da vida civilizada, promover a aquisição da maior soma de conhecimentos técnicos e a criação da maior quantidade de meios de produção e de bem estar.

Segundo: em organizar racionalmente os fatores da produção, o mecanismo de distribuição e de troca, tendo em vista a satisfação das necessidades individuais e sociais, assegurando a todos ocupação e meios de trabalho e prevenindo, dentro de um critério racional e uma disciplina adequada de inversões, as crises cíclicas ou conjunturais.

Terceiro: em eliminar todas as formas de exploração econômica e social, proporcionando a cada um a justa remuneração do trabalho em função de sua qualificação e utilidade social, favorecendo os meios para essa qualificação garantindo um mínimo ao nível das necessidades fundamentais, inclusive quando exista a impossibilidade para o trabalho. Duas questões preliminares poderiam, desde logo, ser levantadas: a primeira, quanto à justificação dessa política e desses objetivos; a segunda, quanto à possibilidade e aos meios práticos de serem alcançados. Será esse, Senhor Presidente, um tema para explanações ulteriores¹⁷⁴.

Os pronunciamentos realizados pelo então Senador Alberto Pasqualini procuravam salientar os caminhos e o delineamento de caráter mais geral das chamadas Reformas de Base colocando os aspectos atinentes à crítica política – aos

¹⁷³ Id.

¹⁷⁴ Id.

partidos e suas lideranças, principalmente – e a sua vinculação com as questões de ordem econômica. Assim, a crítica ao líder partidário sem ideias encontrava-se na esteira da crítica dirigida ao capitalista cuja caracterização estivesse fortemente fundamentada tanto ao princípio “individualista” quanto ao “egoísta” que, não raras vezes, apareceram no conteúdo de suas publicações e de suas falas em plenário com considerável aproximação.

Neste sentido, a marcação da sua posição de liderança de “ideias” e da posse de uma conceituação específica e consideravelmente caracterizada como “científica” do trabalhismo colocaria as suas falas e pronunciamentos no Senado Federal atingindo um duplo aspecto que orientava a direção a ser tomada pelos seus principais argumentos. O primeiro, da crítica política, ou seja, da sugestão de “mudança” da “mentalidade” ou do “comportamento político” e sua associação basilar ao chamado de “teor” ou “grau de civilização”, relação esta que, uma vez estabelecida, permitia, então, colocar a prática política em perspectiva social, conceituação bastante específica que abria o caminho para uma argumentação que associava as questões econômicas – ou o “primitivismo econômico” – às questões de ordem política – ou o “primarismo político”. Neste sentido, por meio dessa mesma dupla direção argumentativa, as falas proferidas pelo personagem sustentavam uma conceituação bastante sofisticada para o trabalhismo e suas vinculações, portanto, políticas e econômicas. Assim, deve-se salientar que, não obstante os aspectos centrais vinculados à crítica político-partidária, portanto, as questões econômicas, sobretudo vinculadas ao problema da inflação, também configuraram-se como sendo um dos assuntos principais das discussões entre os senadores e, igualmente, um motivo para alguns dos pronunciamentos mais importantes de Alberto Pasqualini no plenário do Senado Federal.

3.3 TRABALHISMO E INFLAÇÃO: A CRÍTICA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Além dos compromissos assumidos pela candidatura do PTB, no que toca especificamente às denominadas Reformas de Base, deve-se fazer notar que no momento em que Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República em janeiro de 1951, a situação econômica do País encontrava-se sob condições altamente restritivas. O processo inflacionário alicerçado ao efetivo desequilíbrio estrutural das finanças públicas marcaram os momentos iniciais do início daquela década de 1950.

Havia um grande foco de descontentamentos naquilo que diz respeito às políticas implementadas pelo então Ministro da Fazenda, Horácio Lafer e pelo então Presidente do Banco do Brasil Ricardo Jafet. Deve-se fazer notar que o primeiro defendia uma linha contencionista nos créditos, em contraposição ao segundo, adepto de uma operacionalização de crédito que fosse mais facilitada. Esse profundo desencontro de orientações na política financeira não deixaria de repercutir fortemente entre os setores produtores, particularmente no Estado de São Paulo, sobretudo em função do setor cafeeiro. Para o então Presidente, o resultado concreto que se apresentava seria a continuidade do ressentimento de grande parte da sociedade das taxas crescentes de inflação e do desequilíbrio no balanço de pagamentos que se acentuava gradativamente, onde o próprio Getúlio Vargas reconheceria: “uma profunda crise de estrutura, no campo de nossas relações com o estrangeiro, com graves repercussões sobre a economia interna do país”¹⁷⁵. Assim, pode-se afirmar que os principais pronunciamentos realizados por Alberto Pasqualini situavam-se profundamente sintonizados às discussões então candentes sobre a vida econômica do País naquele contexto. Naquilo que diz respeito especificamente ao tema da inflação, pode-se afirmar que o Senador tratou de expor em suas falas, primeiramente, os problemas atinentes ao processo inflacionário e, posteriormente, as possíveis ou prováveis soluções desses mesmos problemas a partir do ponto de vista do trabalhismo e, igualmente, da função precípua do Estado em relação à vida econômica do País, ambas ideias que defendia fortemente.

3.3.1 Inflação entre “sacrifícios” e “esbanjar o dinheiro”

A valorização do trabalho, fortemente presente no conteúdo da obra de cunho doutrinário de Alberto Pasqualini se resignificaria particularmente na conjuntura das principais discussões em torno do tema da inflação no Senado Federal naqueles anos. A defesa do capitalismo em detrimento de outras formas de organização social, enquanto uma das mais importantes posições defendidas pelo trabalhismo capitaneado por Alberto Pasqualini, faria justamente com que o referido personagem tivesse que salientar fortemente a função do Estado na correção das deficiências da sociedade capitalista. Assim, para o então Senador Alberto Pasqualini, algumas das

¹⁷⁵ Arquivo GV 52.07.14-2.

questões consideradas intrínsecas do sistema capitalista deveriam ser corrigidas através da intervenção do Estado na vida econômica. Os modos pelo quais isso deveria ocorrer foram, em várias ocasiões, delineados nas publicações e nas manifestações de Alberto Pasqualini. Essas correções, enquanto uma das principais funções estatais, representariam, por conseguinte, uma espécie de distribuição de “sacrifícios” os quais deveriam ser efetuados justamente em função, sobretudo, de alguns dos inconvenientes do sistema capitalista. A quem, afinal, caberiam esses sacrifícios, seria uma das propostas do então Senador para resolver o problema da inflação:

E agora, surge aqui o problema: como deve ser distribuído esse sacrifício entre as diferentes camadas da população? Para responder, vou modificar o exemplo figurado a fim de adaptá-lo ao regime capitalista. Imaginemos que em vez do agricultor isolado, haja um proprietário de terras tendo muitos trabalhadores ao seu serviço. Suponhamos que os remunera com uma certa porção do trigo produzido que mal dê para as necessidades dos trabalhadores, reservando o fazendeiro para si a maior parte dos frutos da colheita. Pergunta-se agora: de onde deverá ser tirada a semente para a plantação futura? Da escassa ração distribuída aos trabalhadores ou dos excedentes do proprietário produzidos pelo próprio esforço dos trabalhadores? Parece que seria uma injustiça e um contrasenso tirar a semente dos trabalhadores e permitir, por exemplo, ao dono da terra, o luxo de utilizar as sobras para alimentar os passarinhos ou outros animais de estimação... No entanto, é esse, em síntese, o absurdo e a injustiça do atual regime capitalista. Muitas vezes, quando é o Estado quem precisa dos recursos para inversões básicas, de natureza econômica ou social, não tem ele a coragem de tirá-los diretamente dos trabalhadores. Proceda então como um ladrão noturno. Com a chave falsa da inflação os rouba, sem ser visto e pressentido¹⁷⁶.

Para Alberto Pasqualini, deveria haver a taxação dos setores produtivos a ser conduzida pelo Estado e não a cobrança de impostos aos trabalhadores das empresas. O capitalista, ou seja, o proprietário da empresa, não raras vezes era visto pelo “teórico do trabalhismo” como portador de sentimentos “egoístas” e “individualistas” – ou a própria causa do capitalismo, qual seja, a busca pelo lucro. Neste sentido, como valorizava o primado do “trabalho” em detrimento do “dinheiro” e do “lucro” não colocava-se diretamente ao lado dos proprietários das empresas. O personagem considerava que nem todos os capitalistas, neste caso os empresários, seriam adeptos de uma prática de “austeridade” ou mesmo de “trabalho perseverante” e de “empreendimentos bem organizados”:

¹⁷⁶ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de novembro de 1951.

Nem todos os homens de dinheiro seguem, no Brasil, e principalmente nos grandes centros, uma tradição de austeridade, como acontecia na Inglaterra no século passado. Sobretudo, não a seguem os que ganharam da noite para o dia à custa de trabalho perseverante, empreendimentos bem organizados, mas que enriqueceram na maré montante da inflação e com certos negócios de natureza duvidosa. À medida que aumentam esses ganhos, existe uma tendência maior, como o provam as estatísticas e a experiência cotidiana, de aumentar os gastos e esbanjar o dinheiro em coisas muito pouco “austeras”, quando esse dinheiro deveria aplicar-se ao desenvolvimento econômico do país. Eis a razão pela qual mantendo embora a liberdade, é necessário que o Estado institua certa disciplina, que se apodere, através do imposto de uma parte desses excedentes malbaratados, para dar-lhes uma aplicação produtiva e de interesse coletivo¹⁷⁷.

O enriquecimento, nestes casos traçados por Alberto Pasqualini, não se configurariam a partir do “trabalho” mas na “maré montante da inflação e com certos negócios de natureza duvidosa”. A valorização do trabalho em detrimento de uma espécie de enriquecimento considerado como ilícito por parte do então Senador seria o argumento central do excerto desse pronunciamento de Alberto Pasqualini. Quando o então Senador afirmava que os empresários, não poucas vezes, “esbanjavam dinheiro” queria dizer que o “lucro” não tinha uma função social e sim tão somente individual.

3.3.2 Inflação e “função do lucro”

Para Alberto Pasqualini a “produção capitalista” possuiria, pelo menos, duas variantes intrínsecas: a primeira, associada à “atividade empreendedora”; e a segunda relacionada a “incontrolabilidade do lucro”. A primeira, compreendida pelo referido autor como de caráter positivo; já a segunda enquanto sendo um dos inconvenientes da produção capitalista. Sendo assim, para o então Senador e “teórico do PTB” seria necessário controlar “um dos inconvenientes do regime capitalista”. Assim, o personagem procurava afirmar que “as inversões de base” para “a criação das condições gerais de bem estar só podem e devem ser buscadas através do imposto em uma fonte: nos lucros da exploração capitalista e nos rendimentos da propriedade”.

¹⁷⁷ Id.

No regime capitalista, os recursos para as inversões de base e para a criação das condições gerais de bem estar só podem e devem ser buscadas, através do imposto, em uma fonte: nos lucros da exploração capitalista e nos rendimentos da propriedade. O lucro, em certo sentido e, além de certos limites, já poderia ser considerado como uma espécie de taxa sobre os salários, realizada através do mecanismo capitalista de produção e distribuição. Admitindo-se que uma parte do lucro deva constituir uma remuneração razoável à atividade empreendedora, a outra parte deve destinar-se à inversão para a criação da riqueza nacional e meios de bem estar. Um dos inconvenientes do regime capitalista reside justamente na circunstância da incontrolabilidade do lucro e de sua utilização, além de que o objetivo da produção capitalista é exclusivamente o ganho e não as necessidades sociais¹⁷⁸.

O Senador reconhecia, desta mesma forma, que o “objetivo da produção capitalista é exclusivamente o ganho e não as necessidades sociais”. Neste ponto específico, argumentaria em favor do “lucro invertido” – ou seja, o lucro produtivo associado à “riqueza nacional”. Para o então Senador, seria o “lucro consumido além dos limites da remuneração capitalista” o representante da “injustiça social”:

Se não podemos considerar injusto que uns possuam moradias luxuosas e automóveis e outros não possuam, não poderemos considerar justo que uns morem em suntuosos palácios, possuam automóveis de luxo, e outros morem em cortiços imundos, e, muitas vezes, lhes faça falta o dinheiro da passagem de um coletivo. O lucro, que representa uma injustiça social, não é o lucro invertido, porque este representa riqueza nacional; é, sim o lucro consumido, além dos limites razoáveis da remuneração capitalista¹⁷⁹.

Na sequência, demonstraria a função do Estado em “corrigir as injustiças sociais e a desordem econômicas através de uma política fiscal e rigorosa”. Na verdade, Alberto Pasqualini propunha taxar, na forma de impostos, “o lucro dos rendimentos capitalistas” e a criação de um “Fundo extra-orçamentário e submetido a um regime especial, destinado a realizar três categorias principais de financiamentos: de caráter público, de caráter social, de caráter econômico”:

É principalmente nos períodos inflacionários que o Estado deve corrigir as injustiças sociais e a desordem econômica através de uma política fiscal e rigorosa, atingindo os rendimentos e os lucros em dois momentos: no momento de sua distribuição e no momento de sua utilização, no supérfluo, no luxo e na dissipação. Em vez de taxar os salários, através da inflação, o que cumpre é taxar os lucros e rendimentos capitalistas, através da tributação. Essa taxa adicional, porém, deve ter uma finalidade específica, social e economicamente produtiva. O seu objetivo seria, em primeiro lugar, retirar uma parte do poder aquisitivo excedente, que, sobretudo nos períodos de inflação, afliu às mãos dos ricos e é empregado no supérfluo e na dissipação, principalmente, como tivemos ocasião de observar, em artigos de

¹⁷⁸ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 23 de outubro de 1951.

¹⁷⁹ *Id.*

luxo e de importação, consumindo as divisas e prejudicando o desenvolvimento econômico do país. Em segundo lugar, deveria ser aplicada à criação de uma espécie de Fundo extra-orçamentário e submetido a um regime especial, destinado a realizar três categorias principais de financiamentos: de caráter público, de caráter social, de caráter econômico¹⁸⁰.

O conteúdo da fala do então Senador refletia, em realidade, algumas das suas principais proposições em relação ao que compreendia da relação entre o “lucro” e o “caráter social” de sobremaneira. Para Alberto Pasqualini seria papel do Estado corrigir os excessos do capitalismo, sobretudo naquilo que associava o lucro desmedido. Neste mesmo sentido é que aparecia a criação do “Fundo Social” como modo de corrigir a variante da produção capitalista que necessitava de ajustes. O “Fundo Social”, deste modo, procuraria fazer o papel da inversão, ou seja, através da taxaço, na forma de impostos, parte do lucro da produção capitalista teria o destino de compor a chamada “renda nacional” em benefício da “coletividade”. Deve-se fazer notar que, para o personagem, o lucro deveria ter uma função social e, portanto, considerada “produtiva” para a composição da chamada “renda nacional”.

3.3.3 Inflação entre a “renda improdutiva” e a “economia incipiente”

Ao tratar da temática da inflação, Alberto Pasqualini procurou relacioná-la com as denominadas “renda produtiva” e “renda improdutiva”. Pode-se afirmar que, na verdade, os aspectos atinentes aos tipos de renda, aludidos pelo então Senador, se configuravam enquanto extensões de argumentação dos tipos de capitalista do conteúdo de sua obra doutrinária. O lucro individualizado e, por si só, “egoísta” não faria parte da chamada “renda produtiva”: seria o equivalente ao “lucro” em proporção desmedida – fator negativo para um País considerado “na fase inicial do desenvolvimento econômico”. O Senador não deixaria, deste modo, de mostrar dados estatísticos da vida econômica do País:

Em 1912, a renda monetária, per capita, no Brasil, segundo as estatísticas, era estimada em 236 cruzeiros: em 1945, era de 1.343 cruzeiros. Feita, porém, a “desinflação” isto é, comparado o poder aquisitivo do dinheiro nos dois anos, a renda real per capita, era em 1912, 236 cruzeiros e, em 1945, 207. Do mesmo modo, em 1939, a renda per capita, era, aproximadamente, de 695 cruzeiros: estima-se que em 1950, tenha sido de 3.260 cruzeiros e, portanto, mais do quántuplo. Reajustado, porém, o valor do cruzeiro, na base de 1939, a renda real per capita em 1950, passa a ser de

¹⁸⁰ Id.

848 cruzeiros, o que nos diz que, em 11 anos, aumentou apenas 22%. Isso significa que, no Brasil, a produtividade não acompanha o aumento demográfico da população e que existe um acentuado desvio de atividades ou de ocupação para a improdutividade, o que é bastante grave para um país que está na fase inicial do seu desenvolvimento econômico¹⁸¹.

Para Alberto Pasqualini, “o custo de vida” aumentaria, “na relação direta com a renda improdutiva e na relação inversa da renda produtiva”. Assim, ao valorizar o “trabalho” em detrimento do “lucro” e, igualmente, do “dinheiro”, o personagem colocaria, ainda, que o “verdadeiro lastro da moeda é o trabalho produtivo e que por conseguinte, o valor do dinheiro é dado pelo coeficiente de trabalho que ele encerra”:

Poder-se-ia dizer, de um modo geral, que, para um determinado nível de ocupação, o poder aquisitivo do dinheiro aumenta na relação direta com a renda produtiva e na relação inversa da renda improdutiva. Consequentemente o custo da vida aumentará, na relação direta com a renda improdutiva e na relação inversa da renda produtiva. O desenvolvimento dessa tese nos levaria à conclusão de que o único e verdadeiro lastro da moeda é o trabalho produtivo e que por conseguinte, o valor do dinheiro é dado pelo coeficiente de trabalho que ele encerra¹⁸².

Do mesmo modo, Alberto Pasqualini não deixaria, ainda, de marcar a posição do trabalhismo frente ao problema dos índices de inflação e a relação destes com os tipos de renda aludidos na sua fala. A demonstração dos dados estatísticos, bem como a argumentação desenvolvida pelo personagem trazia o tema para o seu ponto de vista:

A inflação resulta de uma desproporção, em dado momento entre a renda produtiva e a renda improdutiva. Esse fato nos leva a compreender melhor o seu mecanismo e a forma eficaz de combatê-la. A inflação é um dos maiores flagelos sociais e representa um pesado tributo lançado sobre as massas trabalhadoras e os assalariados em geral. É, na realidade, uma confiscação traiçoeira dos salários. Uma política verdadeiramente trabalhista deve, portanto, procurar combater a inflação, não com uma terapêutica sintomática, mas atingindo as verdadeiras causas. É esse o tema que pretendo desenvolver numa próxima exposição¹⁸³.

Alberto Pasqualini procurou afirmar em seus pronunciamentos no Senado Federal que os chamados “mecanismos compensatórios” referente a esses dois tipos de renda seriam mais “difíceis”, sobretudo em países subdesenvolvidos. Trataria de

¹⁸¹ Id.

¹⁸² Id.

¹⁸³ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 23 de outubro de 1951.

comparar desenvolvimento e subdesenvolvimento, efetuando uma comparação entre as diferentes vidas econômicas dos países.

Entre as muitas causas que podem influir nas características de um processo inflacionário e na maior ou menor facilidade do seu desencadeamento está o tipo de economia de um país. Se considerarmos que a variação do nível de preços resulta de uma mudança de proporcionalidade que se opera, em determinado momento, entre a renda produtiva e improdutivo, a análise nos levará à conclusão de que os mecanismos compensatórios são mais difíceis nos países subdesenvolvidos. São estes muito mais sensíveis à inflação do que os países super-capitalizados. Em razão do seu extraordinário desenvolvimento industrial e dos progressos técnicos, tendem os países super-capitalizados para a saturação econômica, isto é, para um nível de produção que pode exceder as necessidades ou possibilidades do consumo interno e das trocas internacionais, sobretudo em relação a produtos cujo consumo tem pouca elasticidade¹⁸⁴.

O então Senador utilizava-se da relação entre a economia do Brasil e países considerados como mais adiantados, sobretudo naquilo que diz respeito ao “desenvolvimento industrial e progressos técnicos”. Não deixava de fazer menção, também, às crises econômicas e, também, de produção posteriores aos conflitos mundiais, especificamente à Segunda Guerra Mundial, apresentando mais dados estatísticos:

A regra parece ser esta: quanto mais débil, econômica e industrialmente, um país, tanto maior é o efeito inflacionário das atividades, inversões e financiamentos improdutivo. Os mecanismos de controle podem, durante as guerras, em países bem organizados, atenuar os efeitos inflacionários das inversões e gastos improdutivo. Na Inglaterra, por exemplo, tomando o índice 100 para 1937, o custo de vida em 1946 era de 122¹⁸⁵.

Sendo assim, Alberto Pasqualini denominaria os gastos de guerra como sendo gastos “improdutivo” e, em “países bem organizados” os “mecanismos de controle” do “efeito inflacionário” conseguiriam, mesmo durante as guerras, “atenuar” os seus efeitos. Não deixava de salientar, novamente, o caso de um país considerado desenvolvido: a Inglaterra e o aumento do índice de custo de vida entre os anos de 1937 e 1946.

Nos Estados Unidos, não obstante a guerra e o programa rearmamentista, o índice do custo de vida, em 1946, era apenas o dobro do índice de 1937, ao passo que, no Brasil, era mais do quádruplo (425). Na China, o índice subiu de 100, em 1937, para 338.894 em 1946. Compreende-se essa tremenda poussée inflacionária num país economicamente débil e abalado por contínuas guerras e revoluções. Tomando sempre como base o índice 100 para 1937, o custo de vida, na França, atingia o índice de 1.842 em 1948: na

¹⁸⁴ Id.

¹⁸⁵ Id.

Itália, 6.083; na Polônia, 16.584; na Grécia, 29.369; na Romênia, mais de 500.000¹⁸⁶.

Na sequência do mesmo pronunciamento, Alberto Pasqualini afirmava que os custos da guerra seriam de ordem improdutivo e que os países que, nos “tempos de guerra ou de pré-guerra”, inevitavelmente entravam em regime “inflacionário”:

A guerra acarreta enormes gastos improdutivos no financiamento de sua preparação, do seu funcionamento e sua recuperação posterior. Nos tempos de guerra ou de pré-guerra, quase todos os países entram em regime inflacionário, porque todos, mesmo que não participem do conflito, aumentam as despesas e inversões improdutivas desde que encontram, no clima internacional, a necessidade ou o pretexto para se armarem.

Na verdade, Alberto Pasqualini exercia, neste ponto específico em relação às guerras e ao processo inflacionário, uma crítica contundente aos graves conflitos mundiais do século XX e, sobretudo, a relação destes com as disputas pela influência econômica entre os países industrializados. Na verdade, o então Senador fazia alusão ao conteúdo de sua obra de caráter doutrinário, sobretudo em relação aos gastos de guerra do governo brasileiro, entendido como de “um país de economia incipiente”, demonstrando dados estatísticos do País no ano de 1948, mesmo da publicação de sua obra:

Uma das necessidades fundamentais para um país de economia incipiente é a redução dos gastos improdutivos, sobretudo os gastos militares. No orçamento do corrente exercício, as despesas militares totalizam cifra superior a 5 bilhões e meio de cruzeiros, absorvendo mais de 45% da receita tributária da União, sem falar nos encargos que correm pelo Ministério da Fazenda. Os orçamentos dos Ministérios da Agricultura, Educação e Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio perfazem, todos reunidos, cifra aproximada a um únicos dos ministérios militares, o Ministério da Guerra, cuja despesa, para 1948, está fixada em cerca de 2 bilhões e meio. Em contraposição, para um país essencialmente agrícola, temos um orçamento da Agricultura três vezes menor. As despesas militares, no orçamento federal de 1948, atingem 40% da despesa total. Um das funções e dos deveres fundamentais do Estado é, sem dúvida, a defesa militar da nação. A tese está fora de qualquer discussão e não se podem regatear louvores à preocupação dos nossos chefes militares de modernizar e tornar eficientes os meios dessa defesa¹⁸⁷.

Assim, sustentando o argumento de que um “país de economia incipiente” deveria, enquanto uma das suas “necessidades fundamentais” procurar reduzir os

¹⁸⁶ Id.

¹⁸⁷ PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948. p. 229.

“gastos impordutivos”. Neste sentido, aos “países da América” cumpriria, então, “a preocupação de estreitar e aperfeiçoar sempre mais os vínculos de solidariedade”:

Em vez de preparar-se militarmente para defender as fronteiras terrestres, cumpriria que os países da América tivessem a preocupação de estreitar e aperfeiçoar sempre mais os vínculos da solidariedade, que os devem unir num mesmo sentimento de cooperação, de fraternidade e de auxílio mútuo. As fronteiras entre os países americanos não deveriam ter maior significação que as existentes entre os Estados de uma mesma Federação, suprimindo-se as barreiras alfandegárias para tudo o que nêles se produzisse. A fim de não desregular a economia de cada nação, a distribuição dos produtos poderia ser fixada por meio de conferências e convenções, atendendo-se sobretudo aos interesses das populações¹⁸⁸.

Como tornou-se possível constatar, as falas de Alberto Pasqualini acerca do tema da inflação revelam que o então Senador do PTB fazia o uso de excertos praticamente inteiros do conteúdo de sua obra de caráter doutrinário. Pode-se afirmar, neste sentido, que o personagem mobilizava o seu conhecimento técnico como modo de inserção estratégico nos assuntos mais preponderantes tratados no plenário do Palácio Monroe. Na verdade, fazia o uso de dados presentes em seu texto publicado alguns anos antes marcando a posição da sua específica maneira de capitanear o discurso do trabalhismo. No conteúdo do último excerto, portanto, Alberto Pasqualini fazia uma remissão ao conceito de solidariedade, bem como ao conceito de cooperação, na intenção de expor os seus principais argumentos em relação à inflação e os gastos de guerra. Deve-se fazer salientar que o conceito de solidariedade faria-se presente, também, nos argumentos do então Senador acerca da “função do lucro” e como uma alternativa ao chamado “capitalismo individualista”.

3.3.4 Inflação e a proposta de criação do “Fundo Social”

A criação de um “Fundo Social” não se constituiu enquanto uma proposta delineada durante a atuação de Alberto Pasqualini enquanto Senador pelo PTB na primeira metade dos anos 1950. Na verdade, deve-se salientar que a referida proposição encontrava-se presente já no conteúdo específico de sua publicação doutrinária, datada de 1948, na forma de um “anteprojeto” a partir da criação de um “Instituto de Crédito Social”, conforme:

¹⁸⁸ Id. p. 230

Anteprojeto de Instituto de Crédito Social

Cria o Instituto de Crédito Social, definindo-lhe as finalidades e organização.

DA NATUREZA DA INSTITUIÇÃO E SEDE

Art. 1.º - Fica criado o Instituto de Crédito Social (ICS), com personalidade jurídica própria, que terá as finalidades e a organização previstas na presente lei e nos regulamentos que forem baixados.

Art. 2.º - O ICS terá sua sede central na Capital da República e sedes regionais nas Capitais dos Estados e dos Territórios onde poderá ser demandado pelas obrigações oriundas de operações nêle realizadas.

DOS OBJETIVOS

Art. 3.º - Constituem finalidades do ICS:

- a) Financiar a construção e a aquisição da moradia destinada a trabalhadores brasileiros ou estrangeiros com residência definitiva no país;
- b) Construir moradias, quer isoladas, quer em vilas ou conjuntos residenciais, para serem vendidas ou locadas a trabalhadores;
- c) Financiar as cooperativas de pequenos agricultores, horticultores e granjeiros;
- d) Conceder financiamentos a trabalhadores rurais e a pequenos agricultores, horticultores e granjeiros, para a aquisição da terra e meios de produção;
- e) Financiar as cooperativas de produção de bem ou serviços constituídas de trabalhadores;¹⁸⁹

Sendo assim, deve-se considerar que o conteúdo do pronunciamento de Alberto Pasqualini, proferido no plenário do Palácio Monroe, continha tanto o embasamento quanto também o respaldo da sua publicação de anos anteriores, pela qual o personagem ficou reconhecido como o “teórico” ou “doutrinador” do PTB. Neste sentido, o personagem não mostrava-se de acordo, por exemplo, com qualquer implementação da participação nos lucros, considerada apenas “simbólica” enquanto uma alternativa efetiva na intenção de corrigir as variantes da produção capitalista, além disso, argumentava, mais diretamente, que ao trabalhador não interessaria uma “simbólica participação nos lucros” que, caso “executada” acabaria por se configurar em uma “decepção”:

Conviria que, pelo menos temporariamente, fosse posta de lado a idéia da participação direta dos trabalhadores nos lucros, não só por ser praticamente inexecutável, mas também porque, a meu ver, num país como o Brasil, não tem sentido econômico nem social. Ao trabalhador interessa um salário que cubra as necessidades da existência, interessa possuir moradia higiênica e confortável, interessam os meios de educar os filhos, a segurança do trabalho e da subsistência, mesmo quando não possa trabalhar. Não lhe poderia interessar uma problemática e simbólica participação nos lucros, que, executada, seria mais uma decepção. Se, em seu lugar, se instituisse, por exemplo, uma taxa de 30% sobre os lucros e rendimentos, além de certo limite, e se tributassem pesadamente os artigos de luxo e o supérfluo, poder-se-ia obter uma receita adicional de 2 a 3 bilhões, que aumentaria anualmente em função da progressão das rendas. Supondo que essa receita inicial fosse de 3 bilhões e o seu crescimento vegetativo anual de 20% teríamos, apenas

¹⁸⁹ Id. p. 237.

em cinco anos, um Fundo Rotativo ou parcialmente rotativo de cerca de 15 bilhões para ser aplicado no financiamento dos objetivos previstos¹⁹⁰.

Pode-se aquilatar que, neste caso, sua afirmação advinha justamente de um pensamento que considerava a função do Estado como sendo a principal na correção dos “descontroles” do capitalismo – já que a própria implementação de um possível projeto de “participação nos lucros” ficaria a cargo das empresas e não do governo. Assim, segundo o conteúdo de sua fala, deveria se instituir “uma taxação de 30% sobre os lucros e rendimentos, além de certo limite”, contando, inclusive, com uma pequena exposição dos dados previstos, caso houvesse a criação do referido “Fundo”, na relação entre a receita e o crescimento. Para Alberto Pasqualini, a proposta da criação do Fundo mostrava-se interessante na medida em que auxiliaria na específica contenção “do poder aquisitivo excedente nos períodos inflacionários” e financiaria “em massa as atividades produtivas, o que representaria um duplo efeito anti-inflacionário”:

Mas, o importante é que esse Fundo funcionaria, ao mesmo tempo, como mecanismo anti-cíclico. Faria a captação e a represagem do poder aquisitivo excedente nos períodos inflacionários, financiando em massa as atividades produtivas, o que representaria um duplo efeito anti-inflacionário. Nos períodos de depressão promoveria a irrigação intensiva do sistema econômico, ativando financiamentos de outra natureza. O equilíbrio econômico, como já vimos, só se pode manter através de uma certa proporcionalidade entre renda produtiva e improdutiva. Ora, os meios de alcançar esse equilíbrio consistirão, precisamente, em possuir certa massa móvel de recursos para serem jogados neste ou naquele sentido, de acordo com a conjuntura. Aliás, esse ensinamento está na interpretação dada por José do Egito ao sonho do Faraó: é preciso economizar no tempo das vacas gordas para ter os recursos e as reservas no tempo das vacas magras¹⁹¹.

O então Senador propunha alternativas para criar o “equilíbrio econômico” que, segundo o seu pronunciamento, somente seria alcançado tendo por base a posse de uma “certa massa móvel de recursos para serem jogados neste ou naquele sentido, de acordo com a conjuntura”. Ironizaria, ao final, exemplificando que seria “preciso economizar no tempo das vacas gordas para ter os recursos e as reservas no tempo das vacas magras”. De uma maneira repetida, Alberto Pasqualini afirmaria que só haveria duas maneiras específicas para a “criação da riqueza nacional”:

Não tenho autoridade para apreciar a política do Governo, mas se me fosse permitida uma observação direta que ela é correta e bem inspirada em seu

¹⁹⁰ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 7 de junho de 1952.

¹⁹¹ Id.

aspecto econômico, isto é, enquanto se preocupa em evitar o déficit e a agravar a situação inflacionária. É, porém, ainda tímida senão omissa, em sua feição positiva, isto é, quanto às medidas concretas, de natureza fiscal e financeira, que devem ser tomadas para mobilizar os recursos destinados a resolver os problemas de base. Só há duas maneiras de financiar no regime capitalista, a criação da riqueza nacional, dos meios de bem estar e o desenvolvimento econômico do país ou com os lucros e rendimentos dos que possuem ou com os salários do proletariado; ou com os excedentes dos ricos ou com as privações dos pobres. Até agora, temos seguindo este último caminho¹⁹².

Ao citar as duas maneiras de se constituir a chamada “riqueza nacional” Alberto Pasqualini defenderia a taxaço dos lucros ou com os “excedentes dos ricos” e não dos “salários do proletariado”, embora reconhecesse que diversos setores da sociedade, sobretudo o segmento dos trabalhadores, sofria com o provesso inflacionário. Na sequência, colocaria, ainda, que o “principal dever do govêrno” seria “sem dúvida, pôr em ordem as finanças do país, sem o que será impossível a organização e a execução de qualquer plano”.

O principal dever do govêrno é, sem dúvida, pôr em ordem as finanças do país, sem o que será impossível a organização e a execução de qualquer plano. O método clássico de financiamento são os empréstimos públicos. Servem, sem dúvida, em dado momento, para finalidades determinadas e limitadas, não porém, como processo permanente para financiar o desenvolvimento econômico e a criação da riqueza nacional¹⁹³.

Sobre a questão dos empréstimos públicos e o acesso ao crédito, Alberto Pasqualini entenderia que as funções do crédito não poderiam estar descoladas dos seus aspectos sociais. A inflação seria, igualmente, a configuração de uma espécie de tributação econômica que, segundo o próprio personagem, atingiria, especificamente, os trabalhadores assalariados.

3.3.5 As funções do crédito e o problema da moradia

Ao tratar novamente do tema da inflação, Alberto Pasqualini afirmaria que esta se configurava enquanto uma espécie de “tributação econômica sobre os salários” incidindo enquanto uma forma de “ônus que a nação tem de suportar”, sobretudo em relação aos “pobres” e às “classes trabalhadoras”:

O SR. ALBERTO PASQUALINI – (Lê o seguinte discurso) – Sr. Presidente, meus nobres colegas: Em considerações que tive a oportunidade de fazer

¹⁹² Id.

¹⁹³ Id.

desta tribuna o ano passado, aludi à necessidade que tem o país de criar um mecanismo permanente de financiamento, quer para inversões condicionantes a cargo do Poder Público, quer para inversões condicionadas e essenciais a cargo da iniciativa privada, quer para financiamentos de natureza social e assistencial. Observei então que, de um modo geral, só há duas maneiras de financiar o desenvolvimento econômico do país: ou com os excedentes dos que possuem, dos que auferem lucros e rendimentos, ou à custa dos salários das classes proletárias. Torno agora a repetir que de um modo geral, temos seguido este último caminho. São os pobres, são as classes trabalhadoras que arcam afinal, com os maiores ônus que a nação tem de suportar, determinados pelas necessidades do seu desenvolvimento e por outros encargos muitas vezes improdutivos. As três formas, pelas quais se transfere o sacrifício para as classes proletárias, são, em primeiro lugar, os baixos salários em benefício dos lucros; em segundo lugar, os impostos indiretos; em terceiro lugar, a inflação que é uma tributação econômica sobre os salários. Define-se o Brasil como uma economia em fase de expansão. O tema social que todo govêrno se deve propor, tema obrigatório para um governo trabalhista, é que esse desenvolvimento não se opere à custa de maiores privações e sacrifícios das classes proletárias¹⁹⁴.

Para o então Senador eleito pelo PTB não deveria haver uma separação entre os objetivos econômicos e os objetivos sociais na “organização do crédito” que deveria ter uma “função social” que seria justamente “impedir que a riqueza se concentre nas mãos de poucos”:

Não podemos abstrair os objetivos econômicos da organização do crédito os seus objetivos sociais. A função econômica do crédito é antecipar os meios monetários de trabalhar e produzir, de criar bens e serviços, de explorar as fontes de riqueza; sua função social é impedir que a riqueza se concentre nas mãos de poucos, é combater a ditadura do dinheiro, é proporcionar às classes trabalhadoras a aquisição dos meios de trabalho e de satisfazer suas necessidades fundamentais. É necessário que todos os que podem cedam um mínimo para que o país cresça e não se agrave sempre mais a situação dos que vivem na dificuldade. Se há um crédito organizado para a economia do lucro, deve haver também um crédito instituído para a economia da necessidade¹⁹⁵.

Um dos temas mais fortemente tratados por Alberto Pasqualini nas suas falas no Senado Federal esteve alicerçado às questões atinentes ao acesso à moradia. Salientaria, novamente, que o “problema da moradia não existe para as classes abastadas” mas sim se configuraria enquanto um “problema típico das classes proletárias”. Assim, para o então Senador, “uma sociedade bem organizada deve criar todas as condições e proporcionar os meios para que esse direito possa ser concretizado”:

Um dos critérios fundamentais do homem é o direito de estar, isto é, o direito de ocupar certa porção do espaço físico, como condição da própria existência

¹⁹⁴ Id.

¹⁹⁵ Id.

material. Esse direito, nas suas conseqüências, nos seus corolários lógico-sociais deve traduzir-se no mundo moderno, pelo direito de cada um a ter sua moradia para nela abrigar a família e constituir o seu lar. Não seria suficiente, porém, o reconhecimento teórico e jurídico deste direito desde que a questão não pode, em nossos dias, ser colocada apenas em termos de possibilidade, mas deve ser posta em termos de efetividade. Eis por que uma sociedade bem organizada deve criar todas as condições e proporcionar os meios para que esse direito possa ser concretizado. O problema da moradia não existe para as classes abastadas, que podem desfrutar do conforto dos palacetes e dos apartamentos de luxo. É um problema típico das classes proletárias, dos que vivem de salários ou vencimentos médios e inferiores. Para estes últimos, as dificuldades se tornam, dia a dia, mais angustiantes¹⁹⁶.

Não obstante, o Senador salientaria que o problema da inflação incidiria na desvalorização dos salários e no aumento de valor da propriedade imobiliária. Para Alberto Pasqualini, os mais prejudicados pelos altos índices do processo inflacionário seriam, definitivamente, os trabalhadores assalariados:

Quando, em conseqüência da desvalorização da moeda decresce o valor real ou poder aquisitivo dos salários o trabalhador se vê na contingência de reduzir as demais despesas, inclusive de moradia, forçado que é a aplicar maior porcentagem dos seus ganhos em alimentação. Por outro lado a propriedade imobiliária – valoriza-se aparentemente, por efeito da depreciação monetária e, realmente, em face da maior procura dos que pretendem aplicar nela, o dinheiro, para fugir dos efeitos da inflação. A desvalorização dos salários e a valorização da propriedade e, portanto, a elevação dos aluguéis, obriga o trabalhador, sobretudo nos grandes centros urbanos, a deslocar-se para as zonas periféricas ou para as áreas cujo valor esteja na paridade de sua capacidade de pagar despesas de moradia. Quando essa capacidade tende para zero, é a população pobre forçada a procurar abrigo em lugares praticamente abandonados e cuja ocupação pouco ou nada lhe custe¹⁹⁷.

Quando a propriedade imobiliária valorizava-se, justamente em função do ritmo inflacionário, a tendência era a de que houvesse a “elevação dos aluguéis”, fator que obrigaria os trabalhadores, “sobretudo nos grandes centros urbanos, a deslocar-se para zonas periféricas ou para as áreas cujo valor estejam na paridade de sua capacidade de pagar despesas com moradia”. Em condições extremas, salientaria, ainda, que a “população pobre” se via “forçada a procurar abrigo em lugares praticamente abandonados” cuja ocupação “pouco ou nada lhe custe”. Entretanto, o Senador afirmaria que, embora esse mesmo movimento de preços pudesse ser considerado enquanto “natural” poderia adquirir um “ritmo anormal e acelerado” em “período inflacionários”:

Esse movimento poderia, dentro de certos limites, considerar-se um fato natural. Ocorre, porém, que pode ele adquirir um ritmo anormal e acelerado

¹⁹⁶ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil. 22 de agosto de 1952.

¹⁹⁷ *Id.*

nos períodos inflacionários, pois, então, a pressão centrífuga estará na razão direta da valorização da propriedade e da desvalorização dos salários¹⁹⁸.

A sequência da sua fala foi interrompida por alguns *apartes* do Senador Kerginaldo Cavalcanti que mostrou-se bastante favorável como representante da Comissão de Trabalho e Previdência Social no Senado Federal. Para Alberto Pasqualini, tudo “que o trabalhador puder reduzir em despesas de moradia poderá empregar no atendimento de outras necessidades e na aquisição de maior quantidade de utilidades”. Nota-se, neste específico aspecto, semelhança com a ideia de “teor de civilização”, cuja medição, segundo o próprio Senador, estaria atrelada ao “teor das necessidades”. Assim, reforçar o poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados significaria uma “redistribuição adequada de uma parte dos excedentes dos grupos privilegiados” constituindo-se enquanto uma espécie de “imperativo social” e, também, enquanto uma “medida de sábia política econômica”:

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti – V. Exa. terá o meu apoio integral na Comissão de Trabalho e Previdência Social. O ponto de vista que defende e merece toda a minha simpatia, e acredito ser o único que atende realmente às necessidades do operariado brasileiro.

O SR. ALBERTO PASQUALINI – Muito obrigado a V. Exa. Tudo que o trabalhador puder reduzir em despesas de moradia poderá empregar no atendimento de outras necessidades e na aquisição de maior quantidade de utilidades. Libertar por esse modo uma parte dos salários será uma forma de aumentá-los e de distribuir por muito maior número uma capacidade aquisitiva adicional; será uma forma de aumentar as possibilidades do consumo interno e de que depende fundamentalmente nosso desenvolvimento agrícola e industrial. Não devemos esquecer que a grande massa da população consome o que produzimos internamente, ao passo que são as camadas de maior potencial econômico que consomem os produtos de importação. Reforçar o poder aquisitivo da massa, com a redistribuição adequada de uma parte dos excedentes dos grupos privilegiados, constituiu, pois, não apenas um imperativo social, mas também medida de sábia política econômica¹⁹⁹.

Alberto Pasqualini não deixaria, ainda, de fazer alusão direta às questões da “especulação” como responsável pela “alta contínua dos preços”. Colocou em relação os “açougueiros”, “vendeiros” e “feirantes” ou o “comércio varejista” com os “verdadeiros tubarões” que seriam considerados enquanto sendo aqueles que apenas “manobram invisivelmente os cordéis da política econômica, financeira e monetária do país” cujo único objetivo seria o do “dinheiro”:

Ao falar em especulação não me refiro aos açougueiros, ao vendeiros e os feirantes: não devemos pensar no comércio varejista, que por estar em contato direto com o público é freqüentemente o bode expiatório. É ele tão

¹⁹⁸ Id.

¹⁹⁹ Id.

responsável pela alta contínua dos preços como os cristãos pelo incêndio de Roma. Os verdadeiros “tubarões” se encontram nas águas profundas, onde manobram invisivelmente os cordéis da política econômica, financeira e monetária do país. Lá não há partidos que os separem porque possuem, na realidade, um único que é o do dinheiro²⁰⁰.

O Senador trabalhista procurava associar o “ganho especulativo” como “improdutivo”, pois este não aumentaria a “substância econômica” e em “nada” acrescentaria “em riqueza”: um “processo canceroso do organismo econômico e que acabará por corroer-lhe e liquidar-lhe a estrutura”:

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti – Aliás, não com o brilhantismo de V. Exa. tive ocasião de frisar este ponto perante o Senado.

O SR. ALBERTO PASQUALINI – Parece que estamos sendo avassalados por uma onda de insânia e não compreendemos que todo ganho especulativo ou improdutivo não aumenta a substância econômica, nada acrescenta em riqueza e é apenas uma forma de tirar de muitos para o enriquecimento, sem causa, de poucos. É uma espécie de processo canceroso do organismo econômico e que acabará por corroer-lhe e liquidar-lhe a estrutura²⁰¹.

Na sequência, igualmente, não deixaria de operacionalizar na sua fala os “contrastos entre os grupos sociais” que se tornariam mais evidentes a partir dos efeitos “do sistema econômico e seus mecanismos”. Proclamará ainda que, embora existissem partidos políticos diversos, todos deveriam possuir “a mesma concepção dos problemas fundamentais e de sua solução, que esposam os mesmos ideais de liberdade e de justiça social”:

Os contrastes entre os grupos sociais se extremam cada vez mais por efeito do sistema econômico e dos seus mecanismos. Há um processo de crescente exacerbamento entre a “tese” e a “antítese”, podendo ser a “síntese” uma eclosão violenta. Para que isso não ocorra cumpriria que todos aqueles que pertencem embora formalmente a partidos diversos, mas que possuem a mesma concepção dos problemas fundamentais e de sua solução, que esposam os mesmos ideais de liberdade e de justiça social, se dispusessem a coordenar e unir os seus esforços para uma ação política comum: ação política de sentido elevado, sem objetivos individualistas, mesquinhos e diversionistas, inspirada unicamente no propósito de dotar a coletividade nacional dos novos instrumentos de que necessite para o seu progresso, a sua tranquilidade e seu bem estar: de uma ação política que tenha como suporte moral a firme disposição de extirpar da vida nacional tôdas as formas de exploração, de negociismo e de corrupção e de organizá-la em bases de maior decência e austeridade²⁰².

O conteúdo final de sua exposição parecia concentrar intensificadamente aspectos significativos de seu discurso político: primeiro, da relação com a justiça

²⁰⁰ Id.

²⁰¹ Id.

²⁰² Id.

social; segundo, da crítica aos “objetivos individualistas” – tanto dos capitalistas que somente estariam interessados no lucro “individualizado” e, por conseguinte, “improdutivo” quanto pelas lideranças partidárias cujas preocupações estariam somente concentradas na manutenção de sua influência. Ambos qualificados de “mesquinhos”. A proposta seria, finalmente, a de “extirpar da vida nacional tôdas as formas de exploração, de negociismo e de corrupção e de organizá-la em bases de maior decência e austeridade”. Em todos os aspectos levantados, a intervenção do Estado seria uma das bandeiras defendidas pelo Senador Alberto Pasqualini que se mostraria com maior evidência no que diz respeito à defesa do monopólio estatal do petróleo e o caso da Petrobrás.

3.4 A DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E O CASO DA PETROBRÁS

A efetiva criação da Petrobrás pode ser considerada como o resultado de uma complexa trajetória de debates públicos e parlamentares concomitantes ao gradativo crescimento da importância do petróleo e seus principais derivados como fonte de energia no País desde meados da década de 1930. Havia, pelo menos, duas linhas: a que defendia diretamente o monopólio estatal e uma outra que destinava-se a conceber a exploração do petróleo tendo por base recursos do capital estrangeiro. Ainda durante o Estado Novo, o general Horta Barbosa, então presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), defendia o princípio do monopólio estatal e procuraria recusar qualquer interferência de empresas estrangeiras nos assuntos do petróleo²⁰³. Nessa mesma época, o Presidente da República, Getúlio Vargas tenderia a acompanhar a linha nacionalista defendida por Horta Barbosa, porém, manteve-se hesitante em relação à criação de uma legislação nacionalista. Havia, naquela conjuntura, pressões ligadas ao governo norte-americano, sobretudo a partir de 1942, quando ambos os países, Brasil e Estados Unidos aliaram-se formalmente na Segunda Guerra Mundial. Um dos exemplos dessas fontes de pressão seria a presença da Standard Oil no Brasil que atuava no sentido de bloquear os esforços de

²⁰³ SILVA, Angelissa Azevedo. “A campanha do petróleo: em busca da soberania nacional”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-333.

industriais brasileiros em conseguir financiamentos do próprio governo norte-americano para a construção de refinarias²⁰⁴.

Foi somente em 1947 que foi criado o chamado Estatuto do Petróleo na forma de um específico anteprojeto encaminhado ao Congresso Nacional pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra visando estabelecer as condições e as normas pelas quais seria efetivado o delineamento de caráter geral da exploração petrolífera no País. Pode-se afirmar que o conteúdo do referido Estatuto configurava-se a partir de uma posição de conciliação entre os setores “nacionalistas” e aqueles que tão somente defendiam o financiamento por meio do capital estrangeiro. Na verdade, o conteúdo do Estatuto do Petróleo preconizaria uma relação de proximidade entre o Brasil e os Estados Unidos, pois considerava, dentre outros aspectos, o auxílio tecnológico, financeiro das empresas norte-americanas para o desenvolvimento do setor petrolífero, pois alegava a escassez de recursos financeiros para o referido empreendimento no Brasil.

O desencadeamento efetivo da campanha militar “O Petróleo é nosso!” se configuraria a partir das manifestações que se mostraram contrárias, sobretudo, ao auxílio tecnológico e financeiro dos Estados Unidos na exploração petrolífera, defendendo a posição nacionalista. O então denominado Estatuto do Petróleo receberia críticas tanto do general Horta Barbosa quanto pelo ex-Presidente da República e naquele momento Deputado Federal Arthur Bernardes do Partido Republicano do Estado de Minas Gerais. Mesmo entre os membros da bancada comunista durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1947 a posição era favorável a possibilidade de participação do capital privado na criação de uma empresa para explorar os recursos do petróleo.

Apesar do tema ter se tornado bastante controverso, o delineamento da campanha “O Petróleo é nosso!” obteve relativo êxito na difusão de alguns ideais nacionalistas, ressaltando a relevância do monopólio estatal do petróleo para o desenvolvimento econômico e social. Havia, inclusive, um Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CDPEN) que tratou de divulgar propaganda através da formação de núcleos em muitas e diversas regiões do País procurando convencer desde os membros das Forças Armadas, passando pelos estudantes representados pela União Nacional de Estudantes (UNE), a Associação

²⁰⁴ Sobre isso consultar especialmente: DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da Petrobrás. Rio de Janeiro: FGV, 1993. p. 82-83.

Brasileira de Imprensa (ABI) e o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB). A campanha ganhou repercussão no decurso dos anos 1950 e tornou-se importante discussão de campanha eleitoral, tendo, inclusive, o então candidato Getúlio Vargas se comprometido a tratar do assunto.

Foi, portanto, durante o governo de Getúlio Vargas entre os anos de 1951 e 1954, portanto, que a discussão em torno da questão das formas de exploração do petróleo tomaria um novo vigor. Assim, nesta época, o então Senador Alberto Pasqualini envolveria-se nessas mesmas discussões no Senado Federal. Uma das mais relevantes manifestações do personagem em relação ao tema ocorreu em junho de 1953 quando o mesmo defenderia o monopólio estatal do petróleo no País. Foi durante essa mesma ocasião que Alberto Pasqualini ocupou a tribuna do Senador para manifestar-se veementemente a favor do monopólio estatal do petróleo. Para tal intento, utilizou-se do arcabouço conceitual que já dispunha de suas acepções sobre o trabalhismo o que, de fato, sublinharia as suas posições referentes ao tema, em específico, mas, igualmente, ao próprio “ideal trabalhista” de uma maneira geral. Em primeiro lugar, procurou distanciar e estatização da exploração do petróleo de uma prática “comunista”, por meio de argumentos relacionados à comparação entre países, no caso específico, o Brasil e os Estados Unidos e, além disso, utilizou-se, novamente, do conteúdo das Encíclicas Papais para delimitar o seu olhar diante da questão do petróleo no País. Além disso, no andamento do debate, o Senador petebista procuraria, ainda, articular as definições conceituais, por ele capitaneadas, entre socialismo e capitalismo. Na sequência, demonstrou os principais motivos que levavam as companhias estrangeiras a explorarem as jazidas de petróleo em determinados países, salientando o alto grau de lucratividade dessa exploração e afirmando que, no caso brasileiro, esta deveria ficar a cargo do Estado, para que o lucro não fosse individualizado, mas sim viesse a se tornar um lucro social – a compor a chamada renda nacional. Não obstante envolveu-se em polêmicas acerca da forma de detectar a presença de jazidas de petróleo e as pesquisas técnicas que referendavam os seus resultados. Ao final, na comparação com outros países da América Latina, sobretudo a Venezuela, procurou reforçar, então, a defesa da estatização do setor petrolífero no Brasil. Sendo assim, Alberto Pasqualini iniciava seu pronunciamento da seguinte maneira:

Sr. Presidente, figura na Ordem do Dia de hoje, para ser votado, o projeto que cria a Petrobrás e institui o monopólio do Estado na exploração petrolífera. Muito se tem discutido a respeito da questão do monopólio. Não vou repetir neste momento todas as razões de ordem política, de ordem econômica e de ordem social que o justificam, pois já foram amplamente expostas, inclusive neste plenário, são por demais conhecidas. Desejaria apenas, lembrar que a independência política de um país esta condicionada ao seu desenvolvimento econômico, que a independência econômica de um país como o Brasil somente poderá existir se tiver o controle, não apenas regulatório mas também patrimonial, efetivo, de suas riquezas básicas e sobretudo, de suas fontes naturais de energia. Por outro lado, essas riquezas básicas não foram criadas pelo engenho e pela mão do homem; são legados da natureza e, por isso devem ser exploradas exclusivamente em benefício da coletividade e não para proporcionar dividendos a grupos privados, ao capital privado nacional ou internacional²⁰⁵.

No momento em que seria votado o projeto que criava a Petrobrás, Alberto Pasqualini salientaria os benefícios da implementação do “monopólio do Estado na exploração petrolífera”. Admitia, igualmente, que “muito” havia se “discutido a respeito da questão do monopólio” durante aqueles anos, defendendo que o governo tivesse “o controle, não apenas regulatório mas também, patrimonial, efetivo” das “riquezas básicas e sobretudo” das “fontes naturais de energia” do País. Salientava ainda que as “riquezas básicas” seriam “legados da natureza” e, portanto, deveriam “ser exploradas” sobretudo “em benefício da coletividade e não” somente “proporcionar dividendos a grupos privados, ao capital privado ou internacional”. Neste aspecto, um dos significativos aspectos constitutivos do discurso político de Alberto Pasqualini: a oposição bastante proeminente entre o individualismo e a coletividade. Para o Senador do PTB o próprio princípio de solidariedade contava, em grande parte, com o aspecto do ideal do coletivismo como agente de coesão e formação social. Por outro lado, o individualismo ou a individualização seria alvo de críticas do personagem tanto no âmbito político, no que dizia respeito, sobretudo, às lideranças dos partidos políticos e, também, aos próprios partidos quanto no âmbito econômico para o capitalista que, através da busca desenfreada pelo lucro individualizaria os ganhos e não retornaria o benefício da produção e do trabalho para a sociedade. Assim, neste aspecto específico, o então Senador voltaria a embasar sua principal argumentação ao que já veiculava em publicações anteriores de compreendidos como de caráter “doutrinário” ou “teórico”, conforme já extensivamente examinado ao longo deste capítulo. Sendo assim, novamente salientou a questão da estatização e suas

²⁰⁵ **Diário do Congresso Nacional**. República dos Estados Unidos do Brasil, 4 de junho de 1953.

possíveis relações com uma perspectiva comunista ou ligadas às perspectivas de organização social do regime soviético, sobretudo quando suas posições foram alvo de críticas por parte de setores católicos no País. Neste sentido, a posição do trabalhismo foi novamente marcada em relação à discussão sobre o petróleo nos debates do Senado Federal naqueles anos. As relações entre o trabalhismo, o capitalismo e o socialismo foram então ressignificadas, portanto, no debate em torno da questão do monopólio estatal do petróleo:

Temos ouvido, Sr. Presidente, inclusive nesta Casa, certos argumentos que, na sua simplicidade, poderiam ser reduzidos à seguinte forma silogística: “na Rússia a exploração do petróleo constitui monopólio do Estado é uma solução comunista.” Ou ainda: “a estatização ou a socialização de atividades econômicas é uma característica do regime soviético. Ora pretende o projeto estatizar uma atividade econômica, que é a indústria do petróleo. Portanto, a solução do projeto tem características do regime comunista”. São argumentos tão falhos de lógica, tão inconsistente como se disséssemos: os russos usam calças, ora, os russos são comunistas; logo, vestir calças é ser comunista. O que caracteriza o regime soviético economicamente não é a estatização desta ou daquela atividade econômica, deste ou daquele setor da economia e sim a socialização integral de todos os meios de produção, circulação e troca²⁰⁶.

Alberto Pasqualini argumentava que a defesa do monopólio estatal do petróleo não se configurava enquanto uma “solução” que teria as “características do regime comunista”. Para o então Senador a defesa da “estatização desta ou daquela atividade econômica, deste ou daquele setor da economia” não se configurava enquanto algo que caracterizaria proximidade com o denominado “regime soviético”. Ao final do excerto de sua explanação, novamente utilizar-se-ia do tom irônico para criticar, então, a referida relação de pretensa proximidade. Na verdade, pode-se afirmar que a sua argumentação encontrava-se na esteira de seu posicionamento em relação ao trabalhismo, ou seja, da participação ativa e preponderante do Estado na vida econômica e na condução dos assuntos de caráter social entendidos não como comunismo, mas sim enquanto alicerçado ao modo pelo qual capitaneava uma possível conceituação para o trabalhismo. Deste modo, o então Senador novamente reforçaria a sua relativa equidistância de posições socialistas mais acentuadas e permanecendo, ainda, em defesa da chamada livre iniciativa, elemento importante que considerava como sendo o agente principal da atividade empreendedora. Embora o Senador do PTB não defendesse esse mesmo ponto de vista para o caso da Petrobrás, não deixaria de salientar o referido aspecto de seu pensamento político e

²⁰⁶ Id.

da própria posição do trabalhismo por ele defendida. Assim, procuraria relativizar a incidência do capitalismo e do socialismo entre os países:

Não existem, hoje em dia , países exclusivamente capitalistas; há países mais capitalistas , países menos capitalistas e países socialistas. A tendência de reservar para o Estado a exploração das riquezas básicas e de realizar certos empreendimentos econômicos, que condicionam os demais, existe inclusive nos países em que a iniciativa privada é quase um dogma , como nos Estados Unidos.Devemos, Sr. Presidente, estar lembrados dos princípios do “Fair Deal” do Presidente Truman. Um deles “era de que os grandes recursos naturais devem ser protegidos e explorados em benefício de toda a coletividade e não de grupos reduzidos”. O passado governo democrático empreendeu um vasto de produção de energia elétrica , aproveitando justamente os potenciais hidráulicos do país e prevendo a inversão de quarenta bilhões de dólares através de empreendimentos estatais. Encontrou aquele governo, resistência nas empresas privadas produtoras de energia elétrica, nos que defendiam à outrance, o princípio da iniciativa privada, sobretudo nos setores republicanos mais reacionários²⁰⁷.

Procurando relativizar o conjunto conceitual existente entre “capitalistas” e “socialistas” o Senador Alberto Pasqualini defendia como sendo a tarefa do “Estado a exploração das riquezas básicas e de realizar empreendimentos econômicos, que condicionam os demais, inclusive nos países em que a iniciativa privada é quase um dogma” utilizando-se, portanto, como exemplo os Estados Unidos. As comparações entre os dois países serviram, no decorrer da atuação do referido personagem no então Palácio Monroe, aos mais diversos propósitos. Neste caso, para demonstrar que a medida da estatização não se configuraria enquanto uma proposição cujo caráter seria de ordem comunista ou alguma coisa próxima das possíveis implementações do regime soviético. Não obstante, Alberto Pasqualini citaria especificamente o então denominado “Fair Deal” propugnado pelo Presidente norte-americano Truman, onde: “os grandes recursos naturais devem ser protegidos e explorados em benefício de toda a coletividade e não de grupos reduzidos”. O Senador petebista ainda ressaltava que o referido “governo democrático” norte-americano “aproveitando justamente os potenciais hidráulicos do país” obteve a previsão de “inversão de quarenta bilhões de dólares através de empreendimentos estatais”. Neste sentido, Alberto Pasqualini citou, também, a oposição de setores sociais e políticos às propostas de estatização naquele País. Assim, faria novamente alusão ao pronunciamento do então Presidente Truman, salientando os benefícios da

²⁰⁷ Id.

“inversão pública” que não deveriam ser “desviados para proveito particular”. Fez lembrar, ainda, que as jazidas petrolíferas encontradas na plataforma submarina dos Estados Unidos foram incorporadas ao “patrimônio da nação”:

Fazendo referência a essa resistência, dizia o Presidente Truman em discurso: “Encontraremos oposição por parte de grupos e companhias de eletricidade particulares. Muitos deles querem que a energia de nossos rios seja usada como força e vendida ao povo a preço do custo. Os benefícios da inversão pública devem ser passados adiante ao povo, cujas contribuições tributárias estão sendo usadas pelo governo. Esses benefícios não devem ser desviados para proveito particular. Continuaremos a lutar por esses princípios e venceremos.” Devemos também estar lembrados de que, antes de terminar o governo, o Presidente Truman declarou incorporadas ao patrimônio da nação as jazidas petrolíferas encontradas na plataforma submarina dos Estados Unidos. Para que, Sr. Presidente? Para serem dadas em concessão a empresas particulares? Não! Para que o governo as explorasse, através da Marinha de Guerra²⁰⁸.

Pode-se afirmar que, procurando defender a tese favorável à estatização das jazidas petrolíferas e da exploração do petróleo no País, Alberto Pasqualini voltaria ao conteúdo das Encíclicas Papais, assim como no caso da conceituação do trabalhismo, para argumentar a justificação do “monopólio estatal de certos bens ou riquezas básicas” que teriam “o sufrágio, inclusive, da Igreja Católica”, novamente ironizando ao final:

As teses de que se justifica o monopólio estatal de certos bens ou riquezas básicas, tem o sufrágio, inclusive, da Igreja Católica. O Papa Pio XI, na Encíclica Quadragésimo Ano, proclamava que há certos bens, certas riquezas, cuja a propriedade deva ser reservada ao Estado, porque envolvem um poder econômico tão grande que sua exploração não pode ser permitida a particulares. Qual poder econômico maior que a exploração de petróleo, sobretudo num país como o Brasil? E ninguém poderá dizer ou sustentar o absurdo de que a Igreja Católica esteja formando na linha auxiliar do comunismo²⁰⁹.

Procuraria demonstrar, ainda, a posição então contemporânea do Papa Pio XII em relação ao mesmo tema, salientando a questão da “especulação do capital externo e interno” que prejudicaria “o fruto” do trabalho dos “brasileiros”:

²⁰⁸ Id.

²⁰⁹ Id.

Sr. Presidente, devemos recordar a Mensagem que V. Exa. Trouxe de SS. O Papa Pio XII, dirigida ao povo brasileiro. Nela Sua Santidade faz-nos uma advertência e nos dá um conselho: “As riquezas de vossa terra, diz o Pontífice, só vos serão verdadeiramente úteis se a fertilidade e os tesouros do seu solo generoso fizerem o povo brasileiro verdadeiramente e realmente senhor dos seus destinos. Isso se efetivará se os brasileiros, dentro de uma devida e sã liberdade, em todos os setores da vida, desde a economia até a cultura, continuarem a aplicar nesse sentido as próprias energias com inteligência, com esforço tenaz, com parcimônia de vida e sobretudo em grande confiança em Deus. Somente assim impedireis que a especulação do capital externo e interno vos defraude o fruto de vosso trabalho”.²¹⁰

Os argumentos de defesa da exploração petrolífera através de recursos estatais assemelham-se diretamente aos da defesa das posições do trabalhismo frente ao comunismo e ao capitalismo, conforme demonstrado de forma mais detalhada no capítulo anterior desta tese. Em verdade, por meio da exposição de defesa do monopólio estatal do petróleo, Alberto Pasqualini reforçava as suas aceções do trabalhismo através de um assunto específico da conjuntura sócio-política da época e que foi amplamente discutido no plenário do Senado Federal na mesmo contexto. Não obstante, o Senador também reafirmava a questão da lucratividade do petróleo e os motivos pelos quais a sua exploração deveria ficar sob o controle do Estado. Ou seja, que os resultados da exploração deveriam contribuir para o “desenvolvimento econômico do país, para elevar o nível de vida de sua população, não permitindo que os seus benefícios sejam sugados pelo capital nacional e internacional”:

É tão somente nisso que desejamos aplicar nossas próprias energias, nossos esforços, nossos recursos na exploração e aproveitamento de uma riqueza básica, para que os resultados dessa exploração contribuam para o desenvolvimento econômico do país, para elevar o nível de vida de sua população, não permitindo que os seus benefícios sejam sugados pelo capital nacional e internacional. Ao capital privado, quer nacional quer alienígena ficarão abertos outros amplos setores de investimento e de aplicação, onde poderá criar novas riquezas e não apenas aproveitar as existentes²¹¹.

Alberto Pasqualini não deixaria, deste mesmo modo, de fazer alusão a outros setores de investimento que deveriam ficar “abertos” ao “capital privado quer nacional quer alienígena”. Assim, não deixaria de valorizar completamente a iniciativa privada enquanto atividade empreendedora, mas procurava reservar a extração e exploração

²¹⁰ Id.

²¹¹ Id.

do petróleo para o monopólio estatal. Não obstante, desenvolveria, na sequência, uma argumentação que focalizava justamente a questão da lucratividade do petróleo:

Não temos necessidade somente de petróleo, mas alimentos, trigo, de máquinas, de instrumentos agrários: necessitamos de equipamentos industriais, de locomotivas, de tratores, de caminhões e automóveis. Porque o capital privado e alienígena, não vem para o Brasil, afim de ser aplicado na produção dessas e outras utilidades? Seria, estou certo, recebido de braços abertos e lhe seria assegurada uma remuneração justa. Sr. Presidente, por que essa preferência, essa atração, essa sedução quase irresistível pelo petróleo? Porque o petróleo é um instrumento de dominação e são espetaculares os lucros da exploração petrolífera. Quem quiser certificar-se, procure os balanços e os relatórios das companhias de petróleo “Standard Oil” de New Jersey, que opera no Brasil através de uma subsidiária...teve em 1951, um lucro líquido de 582 milhões de dólares, tendo levado duzentos milhões de dólares para o fundo de reservas. A Creole, que opera na Venezuela, subsidiária da “Standart Oil” de New Jersey e, com capital inferior a duzentos milhões de dólares, apresentou em 1951, o lucro líquido de duzentos e dois milhões de dólares, depois de ter levado ao fundo de reserva cerca de 50 milhões. Distribuiu 115% de dividendos e suas ações, do valor nominal de 5 dólares chegam a obter na bolsa a cotação de 35 dólares²¹².

O então Senador do PTB afirmava que o petróleo se configurava enquanto “um instrumento de dominação” cujos lucros seriam “espetaculares”. Para isso, utilizava exemplos dos “balanços” e, igualmente, os “relatórios das companhias de petróleo como a “Standart Oil de New Jersey” que, naquela época, operava no Brasil através de uma subsidiária com “um lucro líquido de 582 milhões de dólares, tendo levado duzentos milhões de dólares para o fundo de reservas” e também da “Creole” que operava na “Venezuela, subsidiária da Standart Oil de New Jersey e, com capital inferior a duzentos milhões de dólares” e que teria apresentado o lucro líquido de “duzentos e dois milhões de dólares, depois de ter lavado ao fundo de reserva cerca de 50 milhões”. Na verdade, ao demonstrar os exemplos da lucratividade das referidas empresas de exploração petrolífera, Alberto Pasqualini intencionava defender que os possíveis lucros da exploração, cujos índices seriam considerados “espetaculares” fossem igualmente revertidos para o Estado e a sociedade e não individualizados no lucro das empresas de capital privado e da sociedade anônima. Admitiria, portanto, no que diz respeito ao aspecto específico, o lucro social da exploração petrolífera, caso o controle passasse concretamente para o Estado. Até esse momento da discussão as questões foram sendo gradativamente defendidas pelo então Senador sem maiores interrupções. Na verdade, a questão de maior relevância em relação ao

²¹² Id.

tema entre os senadores associava-se a possibilidade – ou não – da extração previsível do petróleo nas jazidas nacionais:

Há Sr. Presidente, uma opinião generalizada de que o ramo da indústria petrolífera que dá grandes lucros é a refinaria e não a pesquisa. Na realidade, o contrário é que é o verdadeiro. Alega-se que a pesquisa é um jogo uma aventura. Sim: a pesquisa é um jogo, uma aventura quando feita sem base técnica e sem recursos suficientes. Quando porém, é feita com base técnica e científica, quando há necessários recursos, deixa de ser aventura, porque hoje está determinada a probabilidade estatística de poços pioneiros produtores, isto é, na percentagem desses poços quando as áreas a serem pesquisadas oferecem características petrolíferas comprovadas pela geologia e a geofísica. Desejo esclarecer – certamente o Senado sabe que o poço pioneiro é aquele que descobre o óleo, a jazida, a estrutura petrolífera, o novo campo. A probabilidade a que me refiro Sr. Presidente, segundo a experiência mundial é de 10 a 15%, quando a pesquisa é feita em áreas pioneiras e varia de 20 a 30% quando a pesquisa é realizada em áreas provavelmente petrolíferas²¹³.

A essa altura do debate, a polêmica se instaurava, pois Alberto Pasqualini passou a defender as pesquisas cuja “base” pudesse ser considerada como “técnica e científica” de áreas então “pesquisadas” que “oferecem características petrolíferas comprovadas pela geologia e a geofísica”. Não deixaria de salientar o índice de probabilidade de exploração justamente em locais ou mesmo áreas que fossem consideradas comprovadamente “petrolíferas”. Assim, ao defender os resultados dessas pesquisas, o então Senador passou a ser alvo de diversos *apartes* efetuados pelos demais senadores que tanto tratariam de elogiar ou concordar com seus argumentos quanto de criticá-los:

O Sr. Atílio Vivacqua – Estamos acompanhando a notável oração de V. Exa. Que tem, precisamente, ao lado de todos os colegas que aqui trataram do assunto, o grande mérito de esclarecer a opinião pública, de sorte a desfazer aquelas fantasias em torno dos gastos fabulosos para a pesquisa do petróleo. Ficou na imaginação do povo aquela importância que se atribuiu ao primeiro barril de petróleo extraído na Venezuela, o qual teria custado bilhões de dólares. Hoje como V. Exa. bem acentuou, o problema da prospecção, da pesquisa é um problema técnico e cientificamente superado. O que temos atualmente com arcanos da ciência desafiando a inteligência dos homens e, sobretudo, a sua capacidade são os problemas na energia nuclear, os quais já foram desvendados nos seus aspectos principais e se acham até na fase de industrialização. O certo é que o público já tem a sua consciência nacionalista, sentimentos, a voz do seu patriotismo por assim dizer um alerta das suas preocupações discutindo-se a matéria em bases técnicas, em bases concretas. Infelizmente, a nossa rede de imprensa nem sempre cumpre o seu dever com relação aos pontos de vista que aqui externamos. Há, por assim dizer, uma cortina de ferro em torno de opiniões como a de V.Exa. e outras,

²¹³ Id.

opiniões esclarecidas, argumentos já lançados no seio do povo e que não podem ser percebidos por todos²¹⁴.

A exposição realizada por Alberto Pasqualini foi, então, elogiada por um de seus interlocutores, o Senador Atílio Vivacqua. Para o referido Senador, a fala de Alberto Pasqualini mostrava-se “notável” pois se caracterizaria no “mérito de esclarecer a opinião pública, de sorte a desfazer aquelas fantasias em torno dos gastos fabulosos para a pesquisa do petróleo”. Entendiam, portanto, ambos os senadores que o “problema da prospecção, da pesquisa” seria “um problema técnica e cientificamente superado”. Ainda, no conteúdo da fala do interlocutor de Alberto Pasqualini, “o público” já possuiria o que denominou como sendo “a sua consciência nacionalista, sentimentos, a voz de seu patriotismo” havendo “uma cortina de ferro em torno de opiniões como a de V. Exa. e outras, opiniões esclarecidas, argumentos já lançados no seio do povo e que não podem ser percebidos por todos”. Alberto Pasqualini agradeceu o *aparte* de seu interlocutor que, neste caso, serviu no sentido de reforçar o argumento exposto pelo então senador petebista:

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - Agradeço o aparte de V. Sa. brilhante contribuição à minha explicação . Aliás, V. Exa. é o autor de um livro que deveria ser, nessa questão livro de cabeceira. Sr. Presidente, observava eu que poderíamos tomar como probabilidade estatística de poços pioneiros produtores a percentagem de 10% como base para a argumentação. Se a percentagem dos poços pioneiros produtores é de 10% significa isso que em dez poços perfurados um será necessariamente produtor? Não. Seria essa uma conclusão errada, intervém no caso, a lei dos grandes números, que nos diz que os acontecimentos, somente à medida que seu número aumenta tendem a produzir-se e a realizar-se na proporção de sua probabilidade matemática. Assim se alguém dispuser de recursos para perfurar apenas dez poços , correrá o risco de jogar fora o seu dinheiro; mas, se furar cem será muito provável que dez sejam produtores; e furar mil, feita perfuração com base científica, poderá obter um resultado mais aproximado à probabilidade²¹⁵.

Alberto Pasqualini argumentava acerca dos índices de probabilidade de que existissem mais poços de petróleo no território nacional e que seria apenas necessário que houvesse conhecimentos técnicos para encontrá-los. Pode-se, neste sentido, aquilatar um certo grau de otimismo do referido personagem em relação às possíveis descobertas, bem como à sua posterior lucratividade. O seu argumento seria questionado pelo Senador Plínio Pompeu de posse de outro relatório “técnico”:

²¹⁴ Id.

²¹⁵ Id.

O Sr. Plinio Pompeu – Qual o tempo que V.Exa. considera necessário para se perfurar mil poços? Vou ler o que diz o técnico Pedro Moura sobre os poços pioneiros: “O problema de pesquisa é tão importante, que se comprássemos, hoje, dez sondas, não poderíamos trabalhar com todas elas. Não temos zonas estudadas para podermos, talvez colocar seis sondas”. Mais adiante: “A falta de técnicos, de material, de terreno estudado, tudo isso há de demorar muitos anos. Não podemos empregar desde logo dois bilhões de cruzeiros, porque depende muito do estudo geológico”.

O Sr. Álvaro Adolpho – Não se referia a Bahia.

O Sr. Plinio Pompeu – Não! Fora da Bahia. Na Bahia não há necessidade, porque os campos petrolíferos daquele Estado já estão delimitados. Lá não se precisa de poços pioneiros mas de poços produtores, o que é muito diferente.

O Sr. Domingos Velasco - Em que o argumento de V. Exa. invalida a lei dos grandes números ou o cálculo das probabilidades?! V. Exa. engenheiro brilhante, sabe que não invalida.

O Sr. Plinio Pompeu – A dificuldade para estudar o terreno onde de se colocar cem sondas é grande. Nem em dez anos se conseguiria.

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - A questão levantada por V. Exa. está um pouco fora do ponto. Estou apenas mostrando qual a relação, de acordo com a experiência mundial entre poços pioneiros produtores e poços pioneiros estéreis. Não dicuto a questão do tempo nem a inversão necessárias para perfurar mil poços. Essa questão será examinada oportunamente²¹⁶.

Alberto Pasqualini fazia questão de argumentar que a sua fala não era sobre a relação com a experiência “mundial entre poços pioneiros produtores e poços pioneiros estéreis”. Não pretendia discutir “a questão do tempo nem a inversão necessárias para perfurar mil poços” Para o então Senador petebista, essa questão deveria ser examinada “oportunamente”.

O Sr. Plinio Pompeu - Minha referência foi o tempo necessário para se alcançar esse objetivo.

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - Tem-se igualmente afirmado que a pesquisa é uma loteria.

O Sr. Othom Mader - Permite V. Exa. um aparte (assentimento do orador) _ Estou ouvindo com a melhor atenção a brilhante dissertação de V. Exa. mas não posso concordar com a afirmação do que o nobre colega quando diz que a questão dos poços pioneiros seja uma questão resolvida. O que se sabe, em relação à geologia do petróleo, é que a descoberta de uma bolsa só pode ser afirmada depois de perfurada. Enquanto não for ela atingida, não se pode afirmar a existência do petróleo. Todos os estudos científicos, não chegaram a uma conclusão que se permita dizer que há petróleo. Pode-se, sim declarar que não existe. Há mais de trinta anos, já o grande Euzébio de Oliveira dizia que só se pode afirmar a existência do petróleo, depois de atingido ele pela sonda, gastando-se muito dinheiro. Todos os processos físicos e geofísicos como a prospecção não darão resultado enquanto não se fizer a perfuração. Pelas leituras que tenho feito sobre o assunto, demonstram que, embora o adiantamento da ciência no particular, ainda não conseguiu ela, de forma categórica, localizar as jazidas de petróleo²¹⁷.

²¹⁶ Id.

²¹⁷ Id.

Os senadores entravam em desacordo justamente na questão do tempo necessário para que fosse possível alcançar o objetivo de perfuração de 100 poços de petróleo como garantia, na proporção estabelecida no conteúdo da fala de Alberto Pasqualini, questionando o orador principal acerca da probabilidade da existência do petróleo antes que, efetivamente, se perfurasse o solo na busca de sua prospecção. Na sequência do excerto, Alberto Pasqualini respondeu ao seu *aparteador* que não afirmava sobre a localização exata das referidas jazidas de petróleo:

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - V. Exa. não assistiu ao começo da minha exposição . Não afirmei, nem afirmo que, baseado em estudos técnicos e científicos, furando-se aqui ou ali, se encontre petróleo. Digo apenas que há probabilidade encontrá-lo se a área oferece características petrolíferas confirmadas. Argumentei com a probabilidade estatística mundial, com a experiência mundial; e nessa base , a probabilidade é de 1 por 10.

O Sr. Plínio Pompeu - Nos países há exsudação de petróleo.

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - No Texas as exsudações são raras; entretanto lá estão as maiores jazidas petrolíferas dos Estados Unidos. Nem sempre existem nem sempre coincidem com a existência de petróleo, pelo menos com a base de exploração comercial.

O Sr. Plínio Pompeu - No Texas somente sondam onde há indícios de petróleo²¹⁸.

O Senador petebista insistia que, na verdade, a indicação técnica era o critério mais importante para a perfuração do solo. Neste caso afirmava Alberto Pasqualini que não se poderia “perfurar o solo do Rio de Janeiro porque estamos sobre o cristalino. Fura-se onde há possibilidade”. Os seus principais interlocutores na referida discussão acerca do petróleo argumentavam que, mesmo sob a possibilidade de se encontrar petróleo, também o resultado poderia ser negativo. Nota-se, na continuidade do excerto, os elogios que alguns senadores fazem ao conteúdo da fala então proferida pelo Senador petebista, afirmando acerca da “argumentação do nobre Senador Alberto Pasqualini” que poderia ser considerada “tão convincente” que “os apartes dos nossos ilustres opositores demonstram verdadeiro desnorreamento” pois não encontravam “razões para opor ao que o orador” estava dizendo:

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - É necessária a indicação técnica. Então, existe probabilidade; e esta é de 1 por 10 na pior das hipóteses.

O Sr. Othom Mader - Quando a zona não é estéril.

O Sr. Plínio Pompeu - Quando é indicada pela geologia.

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - Quando a zona não oferece características petrolíferas indicadas pela geofísica, não se perfura. Ninguém iria perfurar o solo do Rio de Janeiro porque estamos sobre o cristalino. Fura- se onde há possibilidade.

²¹⁸ Id.

O Sr. Othom Mader - Onde há possibilidade de petróleo, também o resultado pode ser negativo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti - A argumentação do nobre Senador Alberto Pasqualini é tão convincente que os apartes dos nossos ilustres opositores demonstram verdadeiro desnorreamento. Não encontram razões para opor ao que o orador está dizendo.

O Sr. Camilo Mercio - Muito bem²¹⁹.

Na continuação do debate e das discussões em torno da temática entre os senadores, Alberto Pasqualini passava a defender, mais veementemente, as possibilidades das pesquisas técnicas na descoberta das jazidas de petróleo utilizando-se, na forma de exemplo, da comparação do “plano lotérico” e o campo de suas prababilidades. Ainda assim, um de seus principais interlocutores, o Senador Plínio Pompeu procuraria fortemente rebater a fala do Senador petebista e argumentar no sentido contrário:

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - Insiste-se em dizer que a pesquisa petrolífera é uma loteria. É, talvez, a mais interessante e ilustrativa comparação que se possa fazer. Imaginemos um plano lotérico com trinta mil bilhetes e que distribua três mil prêmios. Significa que dez por cento dos bilhetes serão premiados. Portanto, qual a probabilidade matemática de que comprando um bilhete esteja premiado? De um sobre 10. Segue-se daí que, quem comprar 10 bilhetes, um será necessariamente premiado? Não! Se comprar cem, haverá maior probabilidade de dez serem premiados. A probabilidade será muito maior se comprar mil bilhetes: poderá então ter a certeza de que cerca de cem estarão premiados.

O Sr. Plínio Pompeu - Podem sair brancos os cem bilhetes.

O Sr. ALBERTO PASQUALINI - Surpreendo olhares incrédulos. Se os ilustres colegas curiosidade de verificar a lista de uma loteria. Se a probabilidade matemática for de 10% poderão observar que, em cada milhar, cem bilhetes serão premiados. Poderão ser noventa e nove, cento e um ou era cento e dois, mas o número de premiados em cada milhar se aproxima da probabilidade.

O Sr. Plínio Pompeu - Dentro do cálculo da probabilidade; mas pode falhar²²⁰.

Assim, para Alberto Pasqualini a questão referente a existência ou não do petróleo não seria, de fato, importante. Na verdade, a questão crucial residia na probabilidade de encontrá-lo. Além disso, para o Senador petebista, o governo brasileiro já possuiria todos os recursos necessários para financiar a então denominada “pesquisa petrolífera”:

O SR. ALBERTO PASQUALINI - Não falha, quando se trata de grandes números. Falha num número pequeno de experiências. V. Exa. poderá consultar nalgum jornal a lista da extração lotérica e verificará a comprovação do que afirmo.

O Sr. Othon Mader - Na loteria sempre há possibilidade de se tirar um prêmio. O prêmio existe. O comprador, se comprar todos os bilhetes, forçosamente

²¹⁹ Id.

²²⁰ Id.

terá que tirá-lo. No caso do petróleo, porém, pode não existir o prêmio: e, assim, perderá todo o dinheiro invertido

O SR. ALBERTO PASQUALINI - O petróleo existe. A questão é a probabilidade de encontrá-lo.

O SR. ALBERTO PASQUALINI - Sr. Presidente, na minha opinião - perdoe o Senador Plínio Pompeu discordar do ponto de vista que emite - o Brasil possui meios suficientes para realizar , por si só a pesquisa petrolífera²²¹.

Finalmente, o conteúdo da fala proferida por Alberto Pasqualini procuraria efetivamente salientar o montante financeiro disponível para a Petrobrás sob as previsões econômicas acerca da exploração petrolífera no País. Na verdade, a exposição relatada pelo Senador petebista demonstrava, mais especificamente, o conhecimento técnico como estratégia de inserção no debate político de sua época e, pelo qual, o personagem foi gradativamente sendo reconhecido:

O SR. ALBERTO PASQUALINI - Veremos se vale a pena correr esses riscos.

A Petrobrás contará, nestes cinco anos, com cerca de 10 bilhões de cruzeiros, só de fontes tributárias, além daqueles recursos que poderão ser obtidos de outras fontes.

Não houve, no mundo, cinco companhias que se organizassem com capital tão grande e não há no mundo vinte empresas das centenas que existem, cujo capital avaliado pelas cotação da bolsa , atinja o do capital da Petrobrás.

O Sr. Landulpho Alves - Apoiado.

O SR. ALBERTO PASQUALINI - Poderemos intervir , em 5 anos, em pesquisa, perfuração e lavra, cerca de seis bilhões de cruzeiros. Que se poderá , porém, conseguir com tal quantia?

Essa pergunta surgiu no meu espírito quando comecei a estudar o projeto da Petrobrás. Dirigi-me, então, aos consultores técnicos do Conselho Nacional do Petróleo - de renome internacional, e lhes solicitei que com base numa inversão de seis bilhões de cruzeiros, organizassem um orçamento analítico, tendo em vista a execução de um programa de pesquisas, perfuração e exploração, durante cinco anos. Tenho aqui esse orçamento extremamente minucioso porque prevê a despesa por ano em dólares e cruzeiros, para material e pessoal e para todas as operações discriminadas²²².

Já nos momentos finais da sua exposição, portanto, Alberto Pasqualini voltava a defender o monopólio estatal do petróleo, ao contrário do argumento do então Senador Plínio Pompeu. Assim, Alberto Pasqualini estabelecia uma relação entre o Brasil e a Venezuela, salientando que, naquele País, cerca de 20% da renda nacional teria sido transferida diretamente para o exterior em função da exploração privada do mercado petrolífero. Procuraria demonstrar, então, que, mesmo com uma riqueza natural “fabulosa” o seu “povo” teria um “baixo padrão de vida”:

²²¹ Id.

²²² Id.

O SR. ALBERTO PASQUALINI – Estudemos a questão de um plano mais geral. A renda nacional da Venezuela, em 1951, foi de dois bilhões de dólares. O Sr. Plínio Pompeu – 70% de petróleo.

O SR. ALBERTO PASQUALINI – A Venezuela remeteu para o exterior 400 milhões de dólares, representando os lucros das companhias petrolíferas. Isto significa que vinte por cento da renda nacional da Venezuela foi transferida para o exterior sob a forma de lucros das companhias petrolíferas. Ora, que país, salvo com ingentes sacrifícios, pode inverter no seu desenvolvimento mais do que 20% da renda nacional? Esta a verdadeira razão econômica pela qual, embora a Venezuela possua essa riqueza fabulosa, o seu povo tem tão baixo padrão de vida.

O Sr. Camilo Mércio – Exatamente. Não resta dúvida alguma.

O Sr. Plínio Pompeu – Talvez devido o regime estatal na Venezuela, onde o petróleo, por outro lado, aparece em toda parte e é de fácil exploração. O nosso caso difere muito.

O Sr. Othon Mader – A situação seria pior se não houvesse a exploração do petróleo²²³.

Na sequência o então Senador ainda defenderia novamente o monopólio estatal do petróleo, argumentando, na comparação com outros países, que a necessidade do petróleo seria do Brasil e não das “Companhias Internacionais”, e que os problemas que desta questão aparecessem deveriam ser resolvidos em conjunto, pelo governo e pela sociedade:

O SR. ALBERTO PASQUALINI – Não nos façamos ilusões quanto ao interesse das companhias internacionais de virem descobrir petróleo no Brasil. Neste momento, há excesso de petróleo no mundo. Calcula-se que esse excesso seja de um a dois milhões de barris diários. Os poços do Texas, se não existisse o regime da “proration”, isto é, da limitação, do racionamento, poderiam produzir mais de um milhão de barris diários. Os poços da Venezuela poderiam produzir mais duzentos mil, e os do Oriente Médio mais quinhentos mil barris diários. Hoje, o problema não é abrir novos mercados produtores. O problema das companhias internacionais é garantir mercados de consumo.

O SR. ALBERTO PASQUALINI – A necessidade do petróleo é nossa, não das Companhias internacionais. A urgência de ter petróleo é nossa, não dessas companhias. E nós, queiramos ou não, teremos que resolver esse problema mais cedo ou mais tarde, com os nossos próprios recursos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti – Muito bem.

O Sr. Plínio Pompeu – Não concordo com V. Exa.

O SR. ALBERTO PASQUALINI – É possível, Sr. Presidente, que isto nos venha a custar algum sacrifício. Haverá três anos críticos para a Petrobrás, nos quais terá que inverter sem cobertura, cento e cinquenta milhões de dólares. Mas sabemos que, dentre de três a quatro anos estará equilibrado o orçamento cambial da Petrobrás e, depois de 5 anos, economizaremos, anualmente, com as suas inversões, cerca de 50 milhões de dólares anuais e mais três dólares e meio por barril de óleo que descobrimos e arrancamos das entranhas da terra.

Sr. Presidente, o pronunciamento no Senado, hoje, vai ser um pronunciamento histórico, porque definirá uma orientação. Tenho certeza de que esse pronunciamento estatá à altura dos nossos ideais e que há de corresponder, plenamente, às necessidades, aos interesses e aos desejos do povo brasileiro²²⁴.

²²³ Id.

²²⁴ Id.

A fala de Alberto Pasqualini acerca da defesa do monopólio estatal do petróleo demonstrar que o então Senador do PTB encontrava-se bastante atento ao debate político de sua época. Além disso, seu pronunciamento em função do referido tema mostra-se interessante não somente pela compreensão do seu assunto específico e para entender, efetivamente, as questões que detinham a atenção de Alberto Pasqualini, como também para visualizar a maneira pela qual o referido personagem defendia os seus pontos de vista nos debates realizados no plenário do Palácio Monroe. Assim, tornou-se possível constatar que Alberto Pasqualini utilizou-se do arcabouço teórico-conceitual de suas acepções acerca do trabalhismo para justificar, organizar e argumentar as suas posições frente aos mais variados assuntos, dentre os quais, o tema da inflação, das Reformas de Base, do acesso ao crédito e do problema da moradia, além mesmo da questão especificamente tratada nesta parte do capítulo, qual seja, a que se refere à estatização da exploração petrolífera.

4.5 ALBERTO PASQUALINI EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A figura política de Alberto Pasqualini seria reforçada em sua projeção nacional a partir do exercício do mandato de Senador eleito pelo PTB do Rio Grande do Sul. Além disso, a consolidação de sua imagem pública enquanto o “teórico” ou enquanto “doutrinador do trabalhismo” foi, igualmente, reforçada pelo conteúdo das falas e dos pronunciamentos do então Senador eleito pelo PTB do Rio Grande do Sul. Mesmo em se tratando de temas bastante diversos e sintonizados com os debates políticos daquela conjuntura, corresponderiam, em diferentes sentidos, ao que Alberto Pasqualini já propugnava antes mesmo de seu ingresso efetivo no PTB ou, pelo menos, antes de sua atuação no Palácio Monroe. Assim, pode-se afirmar que a sua “doutrina” transformou-se, no decorrer de sua atuação no Senado Federal, em um modo estratégico de inserção nos debates parlamentares que serviram, dentre outros aspectos, para reforçar a identificação mais proeminente do referido personagem, qual seja a de portador de conhecimentos técnico-administrativos e da área jurídica, sobretudo. E, mais ainda, de profundo conhecedor da “doutrina” ou da “teoria” do trabalhismo, fator que tornava a sua fala previamente autorizada devido à utilização atenta desse dividendo político obtido em atuações anteriores.

Os temas específicos aos quais Alberto Pasqualini fez referência, quais sejam, as questões em torno das chamadas Reformas de Base e o problema do forte

aumento de preços e dos índices inflacionários sugeriram ao Senador uma argumentação sofisticada mas, da mesma forma, já fortemente presente nas publicações do autor compreendidas como de caráter “teórico” ou “doutrinário”. Assim, embora o referido personagem não desejasse ser reconhecido enquanto liderança partidária, haja vista a sua recusa em ocupar posições de mando no interior do partido ou ainda enquanto representante do PTB na sua bancada no Senado Federal, os temas tratados no Palácio Monroe acabariam por reforçar a sua influência no partido. Acerca desse aspecto, em realidade, vale fazer uma ressalva importante: Alberto Pasqualini ingressara nas hostes petebistas com seu nome já reconhecido no plano político nacional, sobretudo devido aos cargos que ocupou na administração pública do Estado do Rio Grande do Sul ao longo dos anos 1940.

Aos diferentes conteúdos tratados por Alberto Pasqualini durante a sua atuação enquanto Senador eleito pelo PTB do Rio Grande do Sul, vale salientar que tanto o tema referente às Reformas de Base quanto o atinente ao problema da inflação apareciam, no conteúdo de suas falas e pronunciamentos, enquanto assuntos nos quais o então Senador poderia utilizar-se, dentre outros aspectos, do seu sofisticado arcabouço conceitual para argumentar em favor dos mesmos e, não raras vezes, passando a ganhar um considerável reconhecimento de seus principais interlocutores, mesmo os que se configuravam enquanto adversários político-partidários respeitavam o então Senador justamente pela demonstração de seu sofisticado conhecimento “teórico” e conceitual.

Na verdade, pode-se afirmar que as principais propostas delineadas por Alberto Pasqualini enquanto um já reconhecido “teórico” do partido apareceriam, de certa maneira, ressignificadas, sobretudo através dos assuntos tratados pelos Senadores naqueles anos. Desta maneira, a já referida ressignificação, nestes casos, seria possibilitada, justamente, pelos usos que o personagem fazia os argumentos já expostos na sua obra de cunho “teórico” ou “doutrinário” datada de 1948 na conjuntura específica dos debates travados na política da metade dos anos 1950.

Alberto Pasqualini ficaria forçosamente reconhecido como o “teórico do trabalhismo”. Uma das designações que apareceram com muita frequência nos textos jornalísticos que veicularam as notícias acerca da sua morte no ano de 1960. Vale salientar que desde 1954, depois de ter sido novamente candidato ao governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo PTB e ter sido derrotado pelo então candidato do PSD Ildo Meneguetti, Alberto Pasqualini foi gradativamente afastando-se da política e

das suas atividades parlamentares por motivos de uma grave doença que atingiu suas funções psicomotoras. Em 1956 perderia os movimentos dos braços e pernas, em 1958 a paralisia da voz e, finalmente, em 1960, viria a morrer na sua residência no bairro de Botafogo na cidade do Rio de Janeiro.

Embora os jornais da época, entre as notícias e os editoriais registrados, tenham apenas noticiado o falecimento do chamado “teórico do trabalhismo” deve-se fazer salientar que o referido personagem teve múltiplas influências, características, sobretudo, da época em que viveu e do tempo que experienciou. O “teórico” e o “doutrinador” configuram-se enquanto designações-rótulos que apenas situavam o personagem a partir do ponto de vista do PTB e não por meio de uma perspectiva verdadeiramente histórica. Ao contemplar, efetivamente, os múltiplos aspectos marcados em seu discurso político, tornou-se possível, dentre outros objetivos, colocar os rótulos de sua designação em perspectiva histórica procurando compreender como estes funcionavam no jogo político da época e, além disso, em função de quais elementos, afinal, o próprio Alberto Pasqualini colaboraria para o recorrente reforço dessa mesma identificação.

Constatou-se, ainda, que embora o personagem tivesse recusado, em diversas ocasiões o oferecimento de posições de mando no interior do partido ou mesmo enquanto representante da bancada do PTB no Senado Federal, não deixaria de ganhar, gradativamente, prestígio e influência no partido. Tratava-se, de modo ambivalente, de uma liderança política que não intencionava ser uma liderança partidária, mas no interior de um partido cujo aspecto intrínseco de sua formação teria sido o caráter personalista, não conseguiu escapar do rótulo de liderança e da própria designação de uma função específica no partido, qual seja, a de “teórico do PTB”.

CONCLUSÃO

A trajetória política de Alberto Pasqualini estendeu-se para além da sua atuação no PTB. Assim, a documentação inédita que auxiliou na fundamentação do fio condutor da narrativa sugere outros caminhos e possibilidades para uma adequada análise do referido personagem. A trajetória política inicial de Alberto Pasqualini, embora tenha aparecido em algumas referências ou em relação a outros focos de análise, não havia sido adequadamente analisada. Em primeiro lugar porque o personagem Alberto Pasqualini apareceu apenas como um dos pontos associados a uma história acerca da formação do PTB. O que equivale a afirmar que mais se produziu, ao menos inicialmente, uma história sobre o PTB do que uma específica análise da trajetória política de seus integrantes, incluindo o caso do personagem central desta tese²²⁵. Por outro lado, essa preferência da historiografia dedicada ao tema explica-se justamente devido a um determinado consenso existente entre os historiadores que analisaram a “Era Vargas” bem como o regime do Estado Novo: estes foram analisados através de um ponto de vista homogêneo, como um regime centralizador, autoritário e nacionalista, o que possivelmente tenha contribuído, portanto, para a quase inexistência de estudos acerca do Estado Novo em perspectivas vinculadas ao jogo de forças políticas do período anterior à instauração do regime²²⁶. Em pesquisas mais recentes, a permanência da vinculação de Alberto Pasqualini ao PTB sugere, portanto, que as concepções acima citadas igualmente permanecem sobre o período: ponto que tornaria a atuação política inicial do personagem desinteressante do ponto de vista historiográfico²²⁷.

²²⁵ Os estudos que se detiveram ao tema do PTB vincularam-no à atuação de Alberto Pasqualini neste partido. Por um lado, apenas em referências esparsas e mesmo de caráter mais geral, como é o caso da pesquisa de D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e...** Op. Cit. Além deste, a pesquisa realizada acerca da formação do PTB do Rio Grande do Sul colocou Alberto Pasqualini enquanto uma das principais lideranças do partido em âmbito estadual, embora forçosamente compreenda-o a partir de uma “divisão de tarefas” com Getúlio Vargas para a manutenção e sobrevivência do próprio PTB. Onde Alberto Pasqualini aparece como “doutrinador” do partido. Em ambos, foi pouca ou inexistente a referência à trajetória política inicial do referido personagem. Sobre o PTB do Rio Grande do Sul ver especialmente o texto já citado de: BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo...** Op. Cit.

²²⁶ Sobre isso ver especialmente: GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luís Werneck da (org.). **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p.112.

²²⁷ Duas pesquisas bastante recentes e já citadas: VASCONCELLOS, Laura Vianna. **Alberto Pasqualini e o trabalhismo...** Op. Cit. SILVA, Roberto Bittencourt da. **Alberto Pasqualini: trajetória política e...** Op. Cit. Ambos tratam do personagem tendo como marco cronológico o período que vai do seu ingresso no PTB até a sua atuação enquanto Senador até o momento em que se afastou definitivamente da política por motivo de grave doença.

Na verdade, a influência da figura política de Alberto Pasqualini no PTB entre 1945 e 1955 pode ser efetivamente compreendida considerando a atuação anterior ao seu ingresso no referido partido. Não seria no PTB, um partido de caráter nacional, que o personagem ganharia reconhecimento além dos limites estaduais. Pelo contrário, seria na sua passagem pelos cargos administrativos no Estado do Rio Grande do Sul durante a vigência do Estado Novo que sua figura política ficou efetivamente reconhecida em âmbito nacional. Constatou-se, desta maneira, que a articulação de ordem política, fundamentalmente presente na composição do DA em 1939, por exemplo, beneficiaria de sobremaneira a projeção de Alberto Pasqualini. Deve-se salientar, ainda, que o personagem já era reconhecido pelos seus principais interlocutores como um notável portador de conhecimentos técnicos e como um político que, paradoxalmente, definia-se longe do fenômeno partidário e próximo do sentido técnico-administrativo da gestão pública. Esse argumento seria, inegavelmente, a sua identificação com o regime do Estado Novo. O caráter relativamente ambivalente do referido órgão administrativo foi o ponto fulcral que trouxe alguns dividendos políticos a Alberto Pasqualini: o DA submetia-se ao governo federal através de uma repartição dos cargos na composição dos integrantes dos órgãos administrativos²²⁸.

A projeção nacional conquistada durante a sua passagem pelos órgãos administrativos e, também, nas polêmicas e discussões nas quais se envolveu, reforçou o reconhecimento de sua figura política em nível nacional e, sobretudo, permitiu que Alberto Pasqualini passasse a interferir nas questões políticas de caráter nacional, vinculadas, primeiramente à sucessão presidencial e às críticas aos partidos políticos. Posteriormente, a criação da USB serviu, justamente, para cristalizar a sua posição de considerável influência nos rumos da política em um momento de transição institucional, abertura que incentivou as manifestações políticas de toda ordem justamente em um contexto de definições de poder e de posições políticas.

²²⁸ Somente por meio dos estudos das dimensões do jogo político regional-estadual na vigência do Estado Novo refere-se a uma concepção não-homogênea desse período, onde a ideia de um Estado de compromisso auxilia a perceber e a entender mais adequadamente as suas ambivalências. Assim, o Estado Novo não excluiu a interferência dos diferentes grupos sociais sobre o poder, apenas redefiniu seus canais de acesso e influência. Sobre isso ver: FAUSTO, Bóris. **A revolução de 30...** p. 113. Op.Cit. E, ainda: DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira** – Brasil Republicano III. São Paulo: DIFEL, 1981. p. 85. Mesmo que houvessem se rendido ao governo federal e tivessem aceitado a política centralizadora e de modernização administrativa, o poder estadual e municipal foi repartido entre os partidos políticos do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre isso ver: COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e municipalismo...** Op.Cit. p.64.

Especificamente sobre a USB, vale salientar que, embora Alberto Pasqualini não se recusasse a compreendê-la enquanto partido político, ou mesmo afastada da lógica que regia os partidos, extremamente criticada pelo próprio personagem, a sigla foi efetivamente absorvida pelo PTB ainda nos anos 1945-1946.

O ingresso de Alberto Pasqualini no PTB se configurou de uma maneira bastante específica: o personagem já era uma figura política influente no cenário nacional e estadual e o incremento de seu nome ao PTB trouxe sensivelmente mais prestígio ao partido. Os estudos que privilegiaram a questão partidária, não consideraram adequadamente, portanto, a projeção nacional da figura política anterior ao seu ingresso no partido. Assim, já considerado um petebista, Alberto Pasqualini foi candidato ao governo do Estado do Rio Grande do Sul em duas ocasiões: 1947 e 1954. Nas dois pleitos realizados o candidato foi derrotado pelo PSD. Primeiramente por Wálter Jobim e, na segunda ocasião, por Ildo Menegetti.

A derrota de 1947 parece ter estimulado Alberto Pasqualini a publicar o seu texto de caráter doutrinário intitulado *Bases e Sugestões para uma Política Social*, sua primeira edição datada de 1948. Além disso, parece ter reforçado a sua identificação enquanto “doutrinador” e “teórico” fator que explicaria, por um lado, a permanência do rótulo ausente de uma adequada compreensão de sua perspectiva histórica. Em realidade, como foi possível constatar, tanto as ideias quanto as sugestões do “teórico” que intencionavam mudanças no programa do PTB, não foram facilmente aceitas pelos dirigentes do partido. Pelo contrário, em 1950 Alberto Pasqualini estava ainda ressaltando, em carta enviada diretamente a Getúlio Vargas, a necessidade da fixação dos conteúdos programáticos do trabalhismo. Entre os anos de 1948 e 1949, como foi demonstrado, o conteúdo da obra doutrinária de Alberto Pasqualini foi submetido à análise do Diretório do PTB do Distrito Federal que não o aceitou imediatamente, embora concordasse, em muitos aspectos, com as porposições do então “doutrinador”.

Alberto Pasqualini conseguiu somente se eleger Senador em 1950 como representante do Estado do Rio Grande do Sul e levou para o plenário do Palácio Monroe os dividendos políticos de suas atuações anteriores. A fala do Senador era, igualmente, a fala do “doutrinador”, tendo em vista que os diversos assuntos tratados foram fundamentados a partir dos eixos basilares da crítica política e da crítica econômica, ao tratar de assuntos como inflação e Reformas de Base. Somado a esses assuntos, também foi possível verificar detalhadamente as posições do então Senador

acerca da defesa do monopólio estatal do petróleo e a relação específica desse assunto com o contexto.

Naquilo que diz respeito ao conteúdo de sua obra “doutrinária” verificou-se exatamente que a crítica política e a crítica econômica serviram, igualmente, para embasar suas específicas acepções do trabalhismo. Na verdade, Alberto Pasqualini procurava posicionar uma conceituação para o trabalhismo frente ao socialismo e ao capitalismo, posição esta que foi, inclusive, fortemente cobrada por alguns dos dirigentes do PTB. Neste aspecto, as suas específicas acepções do trabalhismo estiveram fortemente ligadas a algumas questões cuja ordem foi fundamentalmente política: o trabalhismo ainda não tinha uma posição definida em relação ao socialismo em meados de 1945, por exemplo. Somente em fins de 1946, durante o pleito eleitoral na campanha para o governo do Estado do Rio Grande do Sul, que Alberto Pasqualini foi inquirido pela LEC para responder a certos questionamentos embasados, sobretudo, na relação entre a política, o Estado e o socialismo ateu. Na época, o então candidato a governador pelo PTB não respondeu citando as Encíclicas Papais como o fez diversas vezes depois de 1948, mas sobretudo ao longo dos anos 1950. Pelo contrário, limitou-se a admitir que o seu partido já havia deliberado sobre o assunto sem entrar em maiores detalhes. Observa-se neste ponto, na realidade, o momento inicial das suas alusões acerca das Encíclicas Papais e as suas possíveis relações com o capitalismo solidarista, defendido tanto por Alberto Pasqualini quanto também pelos amplos setores da Igreja. O entendimento desses acontecimentos permite desconsiderar a hipótese de que Alberto Pasqualini fosse um católico fervoroso ou que suas alusões aos princípios do catolicismo estivessem tão somente atreladas à sua formação de nível básico realizada em seminários e instituições de religião católica. Na verdade, ao que esses elementos indicam, o que houve foi o olhar atento de um político habilidoso em capitanear adeptos para a suas propostas – o que ocorreu, de fato, com a alusão aos princípios católicos em sua proximidade com a conceituação do trabalhismo.

A habilidade do político também apareceu configurada na sua atuação enquanto Vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre, parte do ineditismo empírico desta tese, no que se refere à documentação específica que se refere a esse momento da trajetória política de Alberto Pasqualini. Assim, a análise de conteúdo das suas falas realizadas em plenário permitiram identificar um modo bastante peculiar de inserção do então Vereador nos debates travados pelos seus principais interlocutores.

Sua inserção se configurou, fundamentalmente, por meio de *apartes* que se caracterizavam pelo efeito de interromper a fala do orador principal no sentido de complementar o conteúdo ou desviar o foco de interpretação do tema tratado. Tratava-se, sobretudo, de uma das regras mais elementares do debate parlamentar, a qual o então Vereador representante da FUG procurou habilmente se utilizar. Assim, procurou inserir-se nos debates de uma maneira original que o distinguiu dos demais e, ao mesmo tempo, utilizou-a para o exercício de um tipo específico de oposição política ao PRL: não falava diretamente dos partidos políticos, mas criticava, sobretudo, as falas de seus principais interlocutores do PRL quando estes utilizavam-se da tribuna para fazer a defesa de um projeto partidário ou homenagear lideranças políticas da época. Resta salientar, ainda, que esse traço fundamental da crítica política marcou profundamente o discurso político de Alberto Pasqualini, a ponto de, então, sofrer numerosas ressignificações em conjunturas diversas, conforme constatado, o que permite aquilatar se a crítica política presente nos *apartes* do Vereador não encontrou uma combinação muito semelhante na caracterização dos órgãos administrativos do Estado do Rio Grande do Sul, até ser reforçada pela projeção nacional e ter-se transformado na materialização da USB e, posteriormente, da “doutrina trabalhista”. Permite pensar até que ponto esses diferentes momentos da trajetória política não estiveram configurados a partir de uma instensidade do discurso de Alberto Pasqualini que procurou ressignificar-se e reconfigurar-se a partir de contextos diversos.

Sendo assim, tanto a figura política de Alberto Pasqualini quanto a sua trajetória política, colocadas verdadeiramente em perspectiva histórica permitiram um olhar mais agudo para os diferentes momentos de sua atuação política, bem como descortinar elementos até então muito pouco explorado pela historiografia dedicada ao estudo do personagem ou a temas que, embora importantes, são adjacentes. Ao recolocar a figura política de Alberto Pasqualini em sua trajetória política mais ampla, considerando sua atuação inicial no PL, por exemplo, bem como a sua passagem pelos órgãos administrativos estaduais durante a vigência do Estado Novo, tornou-se permitido reconfigurar novamente o papel admitido pelo personagem em seu sentido histórico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Alzira Alves. et.al. (Coords.). **Dicionário histórico e biográfico brasileiro: pós – 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 vol.
- ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ADELMAN, P. **The rise of the Labour Party: 1880-1945**. Londres: Longman, 1972.
- ARENDDT, Hanna. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ATLEE, Clement. **Bases e fundamentos do trabalhismo**. Rio de Janeiro: A Noite, [19--].
- BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- BARIANI JR., E. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica**. Capitalismo e sociologia no Brasil. São Paulo: Unesp, 2011.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____, **O PTB e o trabalhismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: **Usos & abusos da história oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAMARGO, Aspásia. (Org.). **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAMARGO, Dilan d’Ornellas. **Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul – o Conselho Administrativo do Estado**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 1983.
- CAMPOS, Derocina Alves. **Federalismo versus centralização: a década de 30 no Rio Grande do Sul**. Rio Grande FURG, 2001.
- CAVALHEIRO, Maria Heloísa. **Relações de poder no Estado Novo: uma permanência sui generis – o caso Albino Hillebrand em Carazinho-RS**. Passo Fundo: EDIUPF, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____, “La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político”. In: SHIRO, M., et. al. (orgs.). **Haciendo discurso**. Homenaje a Adriana Bolívar. Caracas: Universidad Central de Caracas, 2009.

COLUSSI, Eliane. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

COMTE, August. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CORADINI, Odaci L. “As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, n. 32, 2003.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DIAS, J.L.M.; QUAGLINO, M.A. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da Petrobrás. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 30**: história e historiografia. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: DIFEL, 1976.

FERREIRA, Jorge. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, 1990. p. 180-195.

_____, **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____, (org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-46.

_____, **O imaginário trabalhista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja s-d. p. 56-63

GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____, “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalista e reformas de base”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Araújo. (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-81.

_____, “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, M. et.al. (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRIJÓ, L. A. “Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Araújo. (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 85-89.

_____, **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1998..

GRILL, Ígor Gastal. Bases sociais e Intérpretes da “Tradição Trabalhista” no Rio Grande do Sul. In: **DADOS: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol.48. n.3, 2005. p.525-557.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. [S.l.]: DP&A, 2004.

HIPPOLITO, Lúcia. **PSD, de raposas a reformistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KEINES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LASKI, H. **Reflexões sobre a revolução de nossa época**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva: 1975.

_____, **São Paulo na Federação brasileira 1889-1937: a locomotiva**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**. Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra. **RS: Economia e Poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____, . **História da Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PIO XI, **Carta Encíclica “Quadragesimo anno”**. Vaticano, 1981. Disponível em: <http://www.vatican.va>. Acesso em: 28 dez. 2014.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. “Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini”. In: **Em tempos de Histórias**. Brasília: Programa de Pós-graduação em História. UnB, n. 14 jan-jun 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SENTO SÉ, João Trajano. **Brizolismo**: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SILVA, Roberto Bittencourt. **Alberto Pasqualini**: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2012.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Unesp, 1999.

SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre**. Sulina, 1967.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**. (O Fascismo Brasileiro na Década de 30). São Paulo: DIFEL, 1979.

_____, (Org.). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. **Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações 16.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais

Jornal Última Hora – junho a dezembro de 1960

Jornal Correio do Povo – 1936 a 1937, 1943 a 1945 e 1960

Jornal Diário de Notícias – 1929, 1937 e junho a dezembro de 1960

Jornal Folha da Tarde – outubro a dezembro de 1942 e junho a agosto de 1960

Jornal do Brasil – junho a agosto de 1960

Correspondências

Correspondência a Raul Pilla – Arquivo Raul Pilla (NUPERGS-UFRGS)

Correspondência a Assis Brasil – Arquivo Assis Brasil (NUPERGS-UFRGS)

Correspondência ativa do prefeito Alberto Bins – 1933

Correspondência a Getúlio Vargas – Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

Documentos de atividade parlamentar

Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre 1936 – Acervo Patrimonial da Câmara (Biblioteca Jornalista Alberto André)

Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre 1937 – Acervo Patrimonial da Câmara (Biblioteca Jornalista Alberto André)

Diário do Congresso Nacional – Senado Federal – 1951 a 1955

Demais documentos

Pareceres do Diretório do PTB, 1949 – Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

Obras de cunho memorialístico sobre Alberto Pasqualini

DUTRA, Milton. O trabalhismo de Pasqualini. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

SIMON, Pedro. (org). Alberto Pasqualini: obra social & política. 4 volumes. Brasília: Senado Federal, 1994.

Obra de autoria de Alberto Pasqualini

PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948.